

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**POLÍTICA EDUCACIONAL E HEGEMONIA: A CRIAÇÃO DAS
PRIMEIRAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA DÉCADA
DE 1960.**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

MARIA ROSEMARY COIMBRA CAMPOS SHEEN

CAMPINAS, 2000



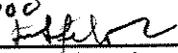
L' CHAMADA:
T/UNICAMP
SHV.35.D
EJ
COMBO BC/ 44665
PROC. 16-392101
C D
REC. R\$ 11,00
DATA 13/06/01
L' CPD

CM00156313-9

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

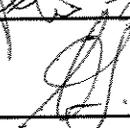
TESE DE DOUTORADO

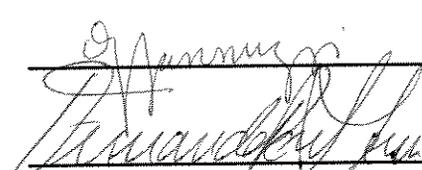
POLÍTICA EDUCACIONAL E HEGEMONIA: A CRIAÇÃO DAS
PRIMEIRAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ NA DÉCADA
DE 1960.

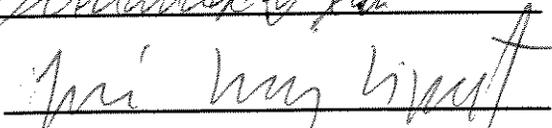
Este exemplar corresponde à redação final da tese de
doutorado defendida por Maria Rosemary Coimbra
Campos Sheen e aprovada pela Comissão Julgadora
Data 21/11/2000
Assinatura  _____
Orientador

Comissão Julgadora









MARIA ROSEMARY COIMBRA CAMPOS SHEEN
ORIENTADOR: JOSÉ LUÍS SANFELICE

CAMPINAS, 2000

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Sh35p Sheen, Maria Rosemary Coimbra Campos.
Política educacional e hegemonia : a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960 / Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador : José Luís Sanfelice.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Política e Educação. 2. Universidade e faculdades - História. 3. Ensino Superior. 4. Hegemonia. 5. Educação.
I. Sanfelice, José Luís. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir o processo histórico de criação das primeiras universidades estaduais do Paraná - Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Ponta Grossa - como expressão de um determinado tipo de política educacional. Como questão básica orientadora da pesquisa, procuraremos entender o porquê de, no final da década de 1960, o Governo do Estado do Paraná haver criado, ao mesmo tempo e através do mesmo instrumento legal, três universidades estaduais, num momento em que já se delineava no País uma tendência à privatização do ensino superior. Para a realização dessa investigação, partimos do pressuposto de que a política educacional expressa a luta pela conquista e pelo exercício da hegemonia entre as diferentes classes sociais. Por isso, o estudo da política educacional não pode ater-se somente aos textos legais, como planos, leis, decretos, pois estes são o resultado de um movimento social presente em cada conjuntura histórica que faz com que a inclusão de projetos de criação de instituições educacionais na agenda do Governo seja o resultado desse processo, e, não, ao contrário. No caso das universidades paranaenses, sua criação fez parte do processo maior de recomposição da hegemonia entre os grupos dominantes do Estado, recomposição esta particularmente presente na proposta de “desenvolvimento integrado” do Governo Paulo Cruz Pimentel.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the historical founding process of the first three state universities of the state of *Paraná* – *Universidade Estadual de Londrina*, *Universidade Estadual de Maringá* and *Universidade Estadual de Ponta Grossa* – as the expression of a given type of educational policy. The guiding question of this investigation was: why had the government of the state of *Paraná* founded, at the same time and through the same law, three state universities at the close of 1960s when the tendency to privatize higher education had already been apparent? This analysis was based on the presupposition that educational policy expresses the struggle to conquer and exercise hegemony among different social classes. Therefore the study of educational policy should not depend only on legal texts such as laws, decrees and official plans which are the results of a social movement present in each historical situation and that makes the inclusion of school founding projects in the administration agenda an outcoming of this process and not the contrary. The foundation of the state universities is part of a wider process of hegemonic reorganization among the dominating social groups of the state of *Paraná* particularly perceptible in the “integrated development” plan of the governor Paulo Cruz Pimentel administration.

Para Franklin, meu esposo, e Antonio Eduardo, meu filho, que com paciência, dedicação e muito amor me acompanharam nesta jornada.

Para os meus pais, José Soeiro Campos e Maria Cirene Coimbra Campos, pelo muito que me ensinaram.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de elaboração de uma tese se constitui, por um lado, em um grande exercício de solidão, uma vez que exige do pesquisador que se isole por um longo período de tempo, do convívio social, do aconchego da família e dos amigos; por outro lado, ele se revela um grande aprendizado de solidariedade humana, apesar da aridez das relações interpessoais neste final de século, onde o indivíduo predomina de forma absoluta sobre o cidadão.

Eu, felizmente, tive a sorte, nesta caminhada, de poder reforçar minha fé na amizade e na responsabilidade profissional de muitas pessoas com as quais tive de entrar em contato. Com elas aprendi muitas coisas que passaram a fazer parte da minha vida e que espero poder repartir com outras pessoas. A lembrança de alguns nomes não me exime da responsabilidade de omissões imperdoáveis. Mas estas omissões serão preenchidas pela certeza de que aqueles que, por um limite humano, não foram aqui mencionados, saberão que estão também presentes em meu coração.

Gostaria de começar agradecendo a minha irmã Almerinda, presença sempre constante e afetuosa em minha vida e que, mais uma vez, prestou sua solidariedade em diversos momentos, para que eu pudesse efetivar mais um dos meus projetos. Rommel, Solange e Sandra são merecedoras do meu carinho, pois, além de me receberem por diversas vezes em sua casa em São Paulo, ainda faziam a gentileza de me transportar até Campinas. Nesta última cidade desfrutei, em diversos momentos, da hospedagem amigável da professora Corinta Maria Grizolia.

A Dinair, sou grata pela dedicação, carinho e competência com que assumiu os afazeres domésticos da minha casa, para que eu pudesse dedicar-me a este trabalho sem as preocupações mais urgentes do cotidiano.

Na parte operacional da pesquisa pude contar com a ajuda efetiva de Taís Polezer, de Emerson Beims Coimbra Coimbra, de Melissa Cantarelli, Márcia, Franklin, Antonio Eduardo. A professora Longuine dedicou parte preciosa de seu tempo fazendo a revisão de português. A ela um agradecimento muito especial.

Aos meus colegas, professores e funcionários do Departamento de Fundamentos da Educação, sou devedora pelo apoio e incentivo constante. Por isso não poderia deixar de mencionar com muito carinho: Luzia, Hugo, Amélia, Cristina, Jane, César, Celina e Marcília. Alguns amigos estiveram sempre ao meu lado ajudando-me a não desistir da caminhada: Clair Forleis, Cida, Iolanda Casagrande, Fátima Félix, Fátima, Hilka, Maria de Jesus Cano Miranda, May, Rosângela, Terezinha Wanderlei, Cecília Horta, Anita Cevidali, Adriana Bonardelli, Tereza, Zélia Leonel, Eduardo Canever (in memoriam).

Agradeço, ainda, às professoras Sandra Stábile, Marli Lamb e à funcionária Márcia Morais Tavares, pelo valor humano de suas atitudes. Ao Dr. Catulo, que, no momento certo, soube prestar seus serviços profissionais com extrema competência, tendo sido um apoio fundamental para a conclusão deste trabalho. Às irmãs do Recanto Pascoal, agradeço pela acolhida sempre afetiva e generosa nos momentos em que precisei me isolar para dar andamento a este trabalho.

São merecedores, também, de um agradecimento especial os professores José L. Sigrist, Gilberta Janussi e José Luiz Sanfelice que participaram do meu Exame de Qualificação, contribuindo com importantes orientações.

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade que me foi oferecida de me qualificar, e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pelo apoio logístico.

Finalmente, meu reconhecimento aos professores Dermerval Saviani e José Luiz Sanfelice que, com muita competência e solidariedade humana, me orientaram neste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ORIGEM DO PROBLEMA	1
2. PROPOSIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	3
3. A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO MOMENTO DA HEGEMONIA	5
4. PROCEDIMENTOS	24
PARTE I - A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO PROCESSO: A RECONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO HISTÓRICO	29
CAPÍTULO I - CLASSES SOCIAIS, ESTADO E A QUESTÃO DA HEGEMONIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960	35
1.1. A Crise do Estado Brasileiro nos anos 1960: Crise de Hegemonia?	38
1.1.1. A Gênese da Crise: 1930-1945	41
1.1.2. O Desenrolar da Crise: 1945-1964	48
1.2. As Expressões da Crise no Campo Educacional: o Movimento de reforma Universitária e a Política Educacional do Estado Autoritário	62
1.2.1. A questão da Universidade no Brasil e a Política Educacional do Estado Novo: 1930-1945	62
1.2.2. O Movimento de Reforma Universitária e a Política Educacional do Estado Autoritário.....	73
CAPÍTULO II - A DÉCADA DE 1960 NO PARANÁ: MUDANÇAS NA ECONOMIA, MUDANÇAS NA SOCIEDADE	87
2.1. O Paraná na Formação Econômico-Social Brasileira: as Determinações de um Desenvolvimento Desigual e Antagônico	87
2.2. O Governo Paulo Cruz Pimentel e seu Projeto Desenvolvimentista: 1966-1971	97
CAPÍTULO III - A LUTA PELA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS NO QUADRO GERAL DA NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS DO ESTADO DO PARANÁ	109
3.1. As Lutas da Sociedade Civil em Prol da Criação das Universidades Estaduais do Paraná	112
3.1.1. A gênese do ensino superior no Paraná	112
3.1.2. As Primeiras Tentativas em Prol da Interiorização do Ensino Universitário no Paraná	120
3.1.3. A mobilização pela criação das três primeiras universidades do Paraná: as	

universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa	129
3.2. Londrina, Maringá e Ponta Grossa no Contexto Paranaense	149
3.3. A Universidade Abortada: Cascavel	168
PARTE II - A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO PRODUTO: AS UNIVERSIDADES CRIADAS	177
CAPÍTULO IV - AS AÇÕES DA SOCIEDADE POLÍTICA VOLTADAS À CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ	181
4.1. Iniciativas do Estado: Visão Global	181
4.2. O Processo de Planejamento do Ensino no Paraná	187
4.3. Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Superior	189
4.4. Plano Básico de Educação: 1970-1975	194
4.4.1. As bases teóricas do Plano Básico de Educação: 1970-1975	196
4.4.2. As Metas para o Ensino Superior no Contexto das Metas Propostas Para os Outros Níveis de Ensino	199
CAPÍTULO V - A ELABORAÇÃO DA HEGEMONIA NO PODER LEGISLATIVO: A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ	209
5.1. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Sexta Legislatura - 1967 – 1971	214
5.2. O Projeto de Lei do Poder Executivo	219
5.3. A Tramitação do Projeto no Poder Legislativo	224
CAPÍTULO VI - O PROCESSO INICIAL DE IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS APARELHOS DE HEGEMONIA	231
6.1. O Processo de Escolha dos Primeiros Reitores	232
6.2.: A Criação das Condições Infraestruturais	236
6.3. O Ordenamento Legal	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249
ANEXO 1. Lei 6.034/69	263

INTRODUÇÃO

1. ORIGEM DO PROBLEMA

Nesta pesquisa, damos continuidade aos estudos sobre a criação das primeiras Universidades Estaduais do Paraná, que iniciamos no curso de mestrado em educação e cujos resultados parciais foram apresentados na dissertação elaborada como trabalho final do referido curso.¹

Naquela ocasião, apresentamos os dados referentes ao contexto onde foi produzida a política de criação das Universidades Estaduais do Paraná. O contexto, na perspectiva teórico-metodológica com que trabalhamos, se constitui em um dos momentos fundamentais da investigação. O problema que nos propúnhamos a elucidar dizia respeito à indagação acerca das condições históricas que tornaram possível e necessária a criação de três universidades públicas, por um mesmo Estado num momento em que, por força da Lei 5540, de 1968, já se delineava no país uma tendência à expansão do ensino superior através de sua privatização.

Muito embora a pesquisa estivesse voltada para a análise do projeto educacional de um dos aparelhos de Estado estadual, por entendermos que esse projeto só poderia ser compreendido se fosse referido às determinações mais amplas da sociedade brasileira como um todo, procedemos a análise do contexto em dois níveis: nacional e estadual, tendo como preocupação central, em função da hipótese básica de trabalho, apreender as características de que se revestiu, no período em estudo, a luta pela conquista e exercício da hegemonia.

¹. O curso de mestrado em educação foi realizado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e a dissertação teve como título “O contexto da política de criação das Universidades Estaduais do Paraná”.

A análise permitiu compreender que o período imediatamente anterior ao Golpe de Estado de 1964 singularizou um momento de extrema importância na história da luta de classes no Brasil, e, conseqüentemente, no Paraná. Representou o momento da luta e da conquista do poder por um novo segmento das classes dominantes -o assim denominado grupo multinacional e associado- ligado à expansão do capitalismo monopolista no país, com reforço da situação de dominação externa.

Nessa conjuntura, a conquista do poder pelo grupo multinacional e associado levou à implantação no país de um novo modelo econômico -o dependente-associado- e de um novo modelo político -o autoritarismo- através da ditadura da burguesia, conduzida pelo aparelho de Estado que, à medida que avançava o capitalismo monopolista, assumia um caráter nitidamente intervencionista. Esse processo foi acompanhado do fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário, por um lado, e por outro, da maior determinação do Governo Federal em relação aos Estados. Além disso, deu-se um reordenamento das instituições básicas da sociedade de forma a adaptá-las às exigências do capitalismo monopolista.

A Política Educacional definida pelo novo bloco de poder fez parte dessa reordenação a que nos referimos acima, e teve como base uma maior intervenção do aparelho de Estado no setor.

No Paraná, um dos Estados-chave do processo que levou à ditadura da burguesia, podemos observar que a criação das Universidades deu-se em um momento em que este Estado passava por modificações profundas nos planos econômico, político e social. Neste momento, deu-se a busca pela recomposição da hegemonia entre as classes dominantes, recomposição esta que inferimos através da identificação do projeto desenvolvimentista de Paulo Cruz Pimentel, sedimentado pela "ideologia do desenvolvimento integrado".

2. PROPOSIÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Muito embora a análise do contexto tenha permitido compreender as condições de produção da Política Educacional, seja em termos nacional e/ou estadual, não permitiu, contudo, reconstituir o processo concreto de gestação da Lei que criou as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Por outro lado, como deverá ficar claro nas observações a serem formuladas nesta Introdução, na nossa proposta metodológica a compreensão da Política Educacional só se completa quando se estabelece a unidade dialética de seus dois momentos constitutivos: o do processo e o do produto.

Desta forma, faz-se necessário complementar a investigação recuperando a gênese da Lei, através da identificação da luta social que se desenvolveu em prol da criação das Universidades. Necessitamos, também, reconstituir as diversas etapas de elaboração da Lei que materializou, naquele momento histórico, a orientação do Governo do Estado do Paraná no que se refere ao ensino superior.

Foi esta investigação complementar que desenvolvemos para a tese de doutoramento, finalizando, assim, um ciclo de estudos que, pela amplitude do nosso objeto de pesquisa, não nos foi possível concluir durante o curso de mestrado.

Neste momento da nossa investigação, estaremos preocupados em compreender o porquê de, no final da década de 1960, o Governo do Estado do Paraná optar pela criação de três universidades estaduais, através de um mesmo instrumento legal.

Para deixarmos mais clara nossa problemática, a desdobramos em outras indagações que destacam aspectos importantes do nosso objeto de pesquisa:

- a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná foi a expressão de uma política claramente definida pelo Governo do Estado com relação ao ensino superior?

- se assim for, essa política seria apenas uma aplicação da política proposta pelo Governo Federal com a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540/68)?

- ou essa política, embora seguindo os rumos da Reforma Universitária proposta para todo o país, pode fecundar de maneira especial no Paraná, devido às condições conjunturais desse Estado?

- quais os grupos ou instituições da sociedade civil que se mobilizaram em favor da criação dessas universidades? Que papel desempenhavam esses grupos no equilíbrio de forças da conjuntura pela qual passava o Paraná?

- quais as tendências ideológicas predominantes nesses grupos, no que se refere à concepção de universidade e ao papel dessa instituição na sociedade?

Acreditamos que a Política Educacional que motivou a criação das Universidades Estaduais do Paraná, ainda que tenha tido como respaldo legal a Reforma Universitária de 1968, foi também a resultante da luta pela recomposição da hegemonia no interior das classes dominantes do Estado.

Muito embora a criação das Universidades Estaduais do Paraná tenha se consubstanciado através da promulgação da Lei 6.034, de 6/11/69, a mobilização em prol da criação dessas instituições começou bem antes, desde o final da década de 1950. Por isso, acreditamos que para explicar as razões que propiciaram a criação de três instituições universitárias públicas, por um mesmo Estado, através de um mesmo ato legal, é necessário que o estudo abranja o período de gestação da idéia de criação dessas universidades. Pelo menos a partir do momento em que as reivindicações se tornaram mais intensas e explícitas. Por isso, definimos o período de 1960-1970 como o limite histórico da nossa investigação.

3. A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO MOMENTO DA HEGEMONIA

Nossa investigação é orientada pela concepção de que a Política Educacional, embora responda ao econômico, não só através da inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe, mas também pelo estímulo ao desenvolvimento das qualificações profissionais necessárias ao avanço científico e tecnológico das forças produtivas, contém uma dimensão especificamente política que é preciso reter. Em outros termos, diríamos que a análise da Política Educacional deve apreender os aspectos referentes à questão da conquista e exercício da hegemonia.

Para tanto, concebemos o aparelho escolar, em todos os seus níveis, como um “aparelho de hegemonia” sendo como tal, o *locus* privilegiado onde pode se desencadear ou sedimentar a luta pela hegemonia cultural, ideológica e, em consequência, pela hegemonia política e econômica.

A palavra hegemonia é de origem grega e tem o significado de dirigir, conduzir, guiar. É com este significado que ela assume uma importância fundamental no pensamento de Antonio Gramsci e está relacionada com seu alvo teórico-metodológico de definição de uma estratégia de construção do socialismo no ocidente, especialmente na Itália.

Desta forma, a palavra hegemonia é um conceito saturado de concreto, que só pode mostrar todo o valor heurístico de sua utilização, se pudermos refletir sobre a sua historicidade e sobre a possibilidade de o utilizarmos para a compreensão de processos históricos de países como o Brasil.

Assim como a obra de Marx só ganha sentido como a expressão de um momento singular da história da sociedade burguesa, sendo impossível separar o Marx pensador do Marx revolucionário, da mesma forma o pensamento de Gramsci só é compreendido se não perdermos a dimensão teórico-prática de sua produção.

Além disso, essa recuperação histórica também se faz necessária em função da polêmica em torno da originalidade ou não da utilização do conceito de

hegemonia por Gramsci, questão que necessita, para seu esclarecimento, que se analise, ainda que sumariamente, a história desse conceito no interior do pensamento marxista.

De acordo com Perry ANDERSON (1986, p. 16), há uma ilusão longamente difundida de que o conceito de hegemonia é uma criação de Gramsci. Os que assim pensam, afirmam que “a palavra poderia ter sido utilizada fortuitamente por outros antes de Gramsci (...) mas o conceito como unidade teórica é de sua criação” .² Em desacordo com essa posição, ANDERSON afirma que “a noção de hegemonia tem uma longa história anterior à adoção de Gramsci” e que esta história “tem uma grande importância para se compreender a sua função na obra de Gramsci”. (1986, p.16)

A palavra, segundo ele, teria sido escrita pela primeira vez na Rússia, por membros do partido da social-democracia e se referia ao papel do proletariado na condução do processo revolucionário naquele país, a partir do fim dos anos de 1890 até aos anos de 1917. Nessa perspectiva, a idéia sugerida pelo conceito aparece em escritos de autores como Plekhanov³, Axelrod⁴, Martov⁵ e Potressov⁶. Aparece, posteriormente, nos trabalhos de Lenin até a Revolução de 1917.

É importante lembrarmos que, antes de 1917, os mencheviques e bolcheviques dividiam-se em relação à forma de condução do processo histórico da

². Utilizamos o texto de Perry Anderson, **As antinomias de Gramsci**, escrito em 1976, apenas para reconstruir o processo histórico de utilização do conceito de hegemonia pelo movimento comunista internacional. Não nos detivemos nas observações críticas que posteriormente esse autor fará às estratégias e mesmo às formulações teóricas de Gramsci, por considerar que elas fogem ao escopo desta introdução, muito embora sejam observações pertinentes para o aprofundamento de questões relativas à transformação da sociedade brasileira.

³. PLEKHANOV, G.V. (1856-1918)- participante ativo do movimento operário russo e internacional, tendo colaborado para a formação do primeiro grupo marxista russo, em 1883, denominado **Emancipação do trabalho**. Tomou-se menchevique (corrente da social-democracia russa), em 1883, após a realização do II Congresso do POSDR. Participou da redação do **Iskra** (primeiro jornal marxista ilegal da Rússia, fundado por Lenin em 1900). Manteve uma posição negativa diante da Revolução Russa de 1917.

⁴. AXELROD, Pavel B. (1850-1928) - social-democrata, participou da fundação do grupo **Emancipação do trabalho**. Até 1918 foi assumindo diversas posições políticas, tomando-se em 1903 um dos dirigentes dos mencheviques. De 1907-1910 (anos de reação na Rússia), foi um dos dirigentes dos **liqüidacionistas** (corrente oportunista de extrema direita no POSDR, que pretendia liqüidar o partido do marxismo revolucionário e levar as massas a colaborar com a burguesia. Foram expulsos do POSDR em 1912).

⁵. MARTOV, L. (1873-1923). Foi um dos dirigentes do menchevismo, sendo o mais destacado dos seus ideólogos. Nos anos de reação (1907-1910) deu o seu apoio aos liqüidacionistas.

⁶. POTRESSOV, Alexander M. (1869-1934). Um dos dirigentes do menchevismo.

revolução na Rússia. Ou seja, discutia-se se a primeira etapa seria de uma revolução burguesa, para derrubar o Absolutismo, ou se já haveria condições para que este fosse superado pela revolução proletária. Mas, em um caso como noutro, tinha-se presente o papel dirigente que o proletariado deveria assumir em aliança com outras classes, com os camponeses, por exemplo. Neste contexto, pois, a hegemonia não era um simples conceito, mas uma estratégia de condução do movimento histórico na Rússia.

Até 1917, Lenin teria investido veementemente na necessidade de se manter a estratégia da hegemonia:

*Porque as tarefas democrático-burguesas não foram resolvidas, uma crise revolucionária é ainda inevitável (...). As tarefas do proletariado que decorrem desta situação são precisa e rigorosamente determinadas. Como a única classe consistentemente revolucionária na sociedade contemporânea, ela deve ser a dirigente na luta de todo o povo por uma revolução democrática integral, na luta de **todos** os trabalhadores e do povo explorado contra os opressores e exploradores. O proletariado é revolucionário apenas, na medida em que tem consciência desta idéia da hegemonia e a traduz nos fatos (Lenin, apud ANDERSON, 1986, p. 18, grifo no original).*

E é importante recordarmos que, como bem salientou ANDERSON, Lenin contrapunha a estratégia da hegemonia à luta corporativa como, aliás, também o fará Gramsci mais tarde.

Do ponto de vista marxista, tão logo uma classe renuncie à idéia da hegemonia, ou falhe em considerá-la, ela não é mais uma classe, mas algo corporativo ou a soma de vários elementos corporativos (...). É a consciência da idéia de hegemonia e a sua colocação em partes nas suas próprias atividades que transformam as corporações (Tsekhi) no seu conjunto em uma classe. (Lenin, apud, ANDERSON, 1986, p. 18).

Após a Revolução de 1917, o termo hegemonia teria entrado em desuso pelos membros do partido bolchevique para análise da situação interna da Rússia, mas continuava a ser utilizado nos “documentos externos” da Internacional Comunista. “Nos dois primeiros congressos da Terceira Internacional, ela adotou uma série de teses nas quais pela primeira vez se internacionalizava o conceito de hegemonia utilizado pelos russos”. (ANDERSON, 1986, p. 19).

No quarto congresso da Internacional, realizado em 1922, cinco anos após a Revolução de 1917,

o termo hegemonia - ao que parece pela primeira vez - foi estendido à dominação da burguesia sobre o proletariado, se ela conseguisse enquadrar este último em um papel corporativo e o levasse a aceitar uma divisão entre luta política e luta econômica na sua atividade de classe (ANDERSON, 1986, p. 19).

Apoiando-se neste retrospecto histórico, ANDERSON defende a tese de que o conceito de hegemonia teria chegado até Gramsci através dos documentos da Terceira Internacional e não dos textos dos autores russos anteriores a 1917.

*É razoável pensar que a transmissão para Gramsci da noção de hegemonia do cenário russo para o cenário italiano do movimento socialista foi feita por esses documentos seguidos do Comintern. Os debates do POSDR antes da guerra foram arquivados após a Revolução de Outubro; embora Gramsci tenha passado um ano em Moscou em 1922-23 e aprendido russo, é muito improvável que tenha tomado conhecimento direto dos textos de Axelrod, Martov, Potressov ou Lenin que debatiam o conceito de hegemonia. Por outro lado, ele naturalmente tinha um conhecimento íntimo das resoluções do Comintern do período: ele foi, inclusive, um participante do quarto congresso. As conseqüências podem ser vistas nos **Cadernos do Cárcere**: o tratamento da idéia de hegemonia para o próprio Gramsci descende em linha direta das definições da III Internacional (ANDERSON, 1986, p. 19-20, grifo no original).⁷*

Luciano GRUPPI, embora reconhecendo a origem russa da utilização do conceito de hegemonia, salienta que Gramsci o teria apreendido diretamente de Lenin:

...Gramsci usa esse termo não só no sentido tradicional que salienta principalmente a dominação, mas no sentido originário da etimologia grega (direção, guia). Gramsci toma esse termo de Lênin, que o usou em 1905

⁷. José Paulo Netto (1981, p.47), comentando o prefácio que Engels escreveu para o texto de Marx **As Lutas de Classes na França, 1848-1850**, afirma que este autor, "a par de indicações inovadoras para a estratégia política da social-democracia alemã, tece considerações extremamente polêmicas sobre o desenvolvimento da luta de classes, antecipando claramente a distinção gramsciana entre guerra de movimento e guerra de posições". Perry Anderson não fez nenhuma menção a este "possível" antecedente engelsiano das formulações de Gramsci.

justamente para indicar a função dirigente da classe operária na revolução democrático-burguesa (GRUPPI, 1980, p. 78).

Essa polêmica em torno da originalidade ou não de Gramsci na formulação da concepção e da estratégia da hegemonia estende-se, na verdade, ao seu pensamento como um todo. Intérpretes internacionais e brasileiros de sua obra têm se dedicado a mostrar o processo de **assimilação/superação** do pensamento dos clássicos do marxismo, ou a considerá-lo um autor **desviante** em relação ao marxismo ortodoxo, ou ainda a caracterizá-lo como um **pensador original**.

Luciano GRUPPI, tentando mostrar a falácia daqueles que pretendem ver em Gramsci um autor **desviante** do marxismo ortodoxo, afirma que as formulações teóricas de Marx são um suposto da obra de Gramsci, sem as quais, inclusive, essa obra seria ininteligível. Sem embargo, mais do que a Marx, seria a Lênin que Gramsci teria dedicado um esforço maior de assimilação/superação.⁸

Edmundo Fernandes DIAS questiona essa tentativa de se ler Gramsci procurando em sua obra a fidelidade, ou não, seja a Marx, seja a Lênin. Dias encontra-se entre os autores que enfatizam a necessidade de se pesquisar a originalidade do pensamento gramsciano, a qual derivaria das condições concretas em que viveu o filósofo sardo e de seu envolvimento com a tentativa de superação do capitalismo na Itália. Ele afirma, inclusive, que “é a atualidade e a necessidade da revolução que leva Gramsci a construir” a teoria da hegemonia e “não o contato com as obras de Lênin, como querem muitos” (DIAS, 1987, p.21).

A citação a seguir deixa bastante clara a posição de DIAS frente ao debate a que estamos nos referindo:

O campo de reflexão da nossa tese é, pois, o da especificidade do pensamento gramsciano. E não o de seu acerto ou erro em relação à matriz de “verdade” leninista, como o querem e praticam muitos “especialistas” brasileiros de Gramsci. Também, do mesmo modo, não é a sua relação com qualquer outra matriz de “verdade”, seja ela de Croce, Sorel, Bergson, etc. Para tanto, é necessário afirmar que Gramsci parte de questões/problemas seus para

⁸. Sobre essa posição de Luciano Gruppi consultar o seu texto: **O conceito de hegemonia em Gramsci**.

enfrentar os problemas colocados à sua reflexão pelo campo ideológico do seu tempo. (DIAS, 1987, p.16-17)

Já, Carlos Nelson COUTINHO situa Gramsci no interior da tradição do pensamento marxista, especialmente do leninismo, mas destacando que ele realiza um movimento de “superação dialética” de conceitos básicos dessa corrente de pensamento.

Uma superação dialética: isso significa que o Gramsci maduro não nega as conquistas do leninismo, mas conserva o seu núcleo central ao mesmo tempo em que o desenvolve. É porque foi rigorosamente leninista que Gramsci pôde realizar esse movimento de superação, do mesmo modo como só por ter sido o mais consequente marxista de seu tempo é que Lênin pôde renovar e atualizar a herança de Marx e Engels... (COUTINHO, 1981, p. 66).

Na verdade, nenhum pensador é totalmente **original**, no sentido de que suas formulações sejam independentes quer de uma tradição de pensamento que o antecedeu historicamente, quer do processo histórico concreto em que viveu e, por fim, mas não menos importante, do debate histórico que movimentou a vida intelectual de seu tempo. O próprio Gramsci esclarece essa relação passado/presente na formação da consciência dos homens:

Como e porque o presente é uma crítica do passado, além de ser sua superação. Mas por isso o passado deve ser jogado fora? É de jogar fora aquilo que o presente criticou “intrinsecamente” e aquela parte de nós mesmos que corresponde a essa crítica. O que significa isto? Que nós devemos ter consciência exata desta crítica real e dar-lhe uma expressão não apenas teórica, mas política. Isto é, devemos estar mais no presente que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e da sua continuidade (ou reviver). (GRAMSCI, 1979, p.5).⁹

Se, além disso, recordarmos a afirmação de Marx e Engels, na **Ideologia Alemã**, de que a consciência, individual ou de grupos, é determinada pela base material, e de que as idéias dominantes em cada época são as idéias da classe dominante e, mais ainda, que essa consciência não se forma por simples deliberação subjetiva mas por fatores objetivos, tais como a posição na estrutura de classes e o

nível de expressão da luta de classes, percebemos que há uma **historicidade** na formação da consciência, inclusive científica, filosófica e política.

Desta forma, sem negar a originalidade e o vigor do pensamento gramsciano, uma avaliação objetiva de sua contribuição tem que levar em conta as várias determinações dessa contribuição, tanto as materiais -como o estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional e italiano; o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho e a sua especialização- como as políticas: a crise do Estado nas primeiras décadas do século XX, particularmente afetadas pelas duas Guerras Mundiais, pela Revolução Russa de 1917, pelo fascismo na Itália e pelo nível de expressão das contradições e lutas de classes. Deve-se, ainda, levar em conta a questão cultural, de grande importância nas formulações teóricas de Gramsci.

Esta historicidade da consciência é verdadeira tanto para a burguesia quanto para as classes trabalhadoras. Se o liberalismo, enquanto expressão da consciência burguesa, passou por várias determinações históricas, modificando-se e superando-se (ou sendo superado), o mesmo aconteceu com o marxismo enquanto expressão da consciência operária. Se, no século XIX, Marx e Engels foram os intelectuais orgânicos ¹⁰ da classe operária mundial, “mutatis mutantis”, Gramsci foi um dos seus intelectuais orgânicos no século XX.

Com estas considerações, pensamos ter ficado evidente que a concepção e a estratégia da hegemonia, desenvolvidas por Gramsci, continuam e aprofundam a tradição marxista e têm presente e buscam compreender as possibilidades de superação do capitalismo nos países do “Ocidente”. Especialmente na Itália.¹¹

Mas, assim como o conceito de hegemonia teve sua historicidade nas formulações dos clássicos do marxismo e do movimento comunista internacional, ele também foi sofrendo reformulações no pensamento de Gramsci, à medida que, por um lado, avançavam suas pesquisas históricas e, por outro, se explicitavam melhor as

⁹ . Trad. Por Maria Rosemary C. C. Sheen.

⁹ . Conceito de formulação gramsciana que será esclarecido em outro momento desta Introdução.

¹¹ . A noção de ocidente em Gramsci não tem uma conotação estritamente geográfica, mas refere-se ao desenvolvimento de certas características nas formações sociais concretas.

condições históricas da Itália, do capitalismo mundial e do movimento comunista internacional.

Antonio Gramsci, nasceu em Ales, Sardenha, a 22 de janeiro de 1891. Passou toda sua infância e adolescência nesta região pobre e isolada da Itália do fim do século XIX e início do século XX. Foi profundamente marcado por esse dado biográfico, mas teve condições de superá-lo culturalmente com sua mudança para a parte continental da Itália, inicialmente Turim e, depois, para várias outras cidades. “Minha mãe era sarda (...) Entretanto, minha cultura é italiana, e este é o meu mundo”, afirmou Gramsci.

Mas, seu contato com a literatura e a problemática socialista teve início quando ainda residia na Sardenha, através de material que lhe era fornecido por seu irmão Gennaro. Começou a mostrar seu pendor jornalístico ainda bastante jovem, aos 19 anos de idade, publicando, em 1910, no periódico **L’Unione Sarda**, o seu primeiro artigo. Este era o início de uma profunda atividade jornalístico-política que só será interrompida com sua prisão pelo governo fascista de Mussolini, a 8 de novembro de 1926.

Em termos de vinculação a partidos, Gramsci pertenceu, inicialmente, ao Partido Socialista Italiano (PSI), tendo, em 1919, sido eleito para a Comissão Executiva Turinense dessa agremiação política. Em 1921, a ala dissidente do PSI, representante da fração comunista desse partido, constituiu o Partido Comunista da Itália (PCI), do qual Gramsci passa a fazer parte sendo, inclusive, em 1924, eleito deputado por esta legenda, como representante do Vêneto.¹²

Gramsci explica da seguinte forma a necessidade dessa cisão do PSI:

... como era indispensável e historicamente necessário deveríamos nos separar não só do reformismo mas também do maximalismo que, na realidade, representava e representa o típico oportunismo italiano no movimento operário; mas devíamos também, depois disso tudo e continuando a luta ideológica e

¹². Em janeiro de 1991, aconteceram importantes mudanças de orientação política no PCI em função das quais foi modificada sua nomenclatura, passando, desde então, a denominar-se “Partido Democrático della Sinistra”. (PDS)

organizada contra aquelas correntes, procurar fazer uma aliança contra a reação... (GRAMSCI, 1987, p. 110).

Preso em 1926, como já afirmamos, Gramsci dá início, na prisão, à redação dos **Cadernos do Cárcere**, nos quais aprofunda e desenvolve as reflexões teóricas anteriores ao seu encarceramento. Esta produção intelectual é interrompida com sua morte, em 27 de abril de 1937, aos 46 anos de idade.

Esta rápida síntese biográfica teve a finalidade de destacar o compromisso revolucionário da militância política de Gramsci, compromisso este que dá os contornos fundamentais para a elaboração de sua reflexão teórica, inclusive para a elaboração e desenvolvimento do conceito e da estratégia da hegemonia. Isto posto, pensamos ter esclarecido a perspectiva, a partir da qual procuramos nos utilizar das contribuições gramscianas para o estudo da Política Educacional.

A produção teórica do filósofo sardo é geralmente agrupada em três modalidades de escritos: a) Escritos do período 1914-1926; b) Cartas do Cárcere; c) Cadernos do Cárcere.

As primeiras formulações gramscianas acerca do conceito de hegemonia, apareceram no período pré-carcerário desse autor, ou seja, antes de 1926. Nesse período, para Gramsci, “a hegemonia designava principalmente uma estratégia alternativa do proletariado (hegemonia do proletariado)”. (BUCI-GLUKSMANN, 1980, p.69).

Dois textos desse período são fundamentais para a compreensão dessa primeira formulação gramsciana da hegemonia: **a) Sobre as lutas internas no Partido Comunista Soviético; b) A Questão Meridional.**

O primeiro texto é uma carta assinada pelo Secretariado Político do Partido Comunista Italiano (PCI), mas que foi, na verdade, redigida por Gramsci, em outubro de 1926. Nesta carta, Gramsci procura alertar o PC da URSS sobre os perigos, para o movimento comunista internacional, das divergências que estavam ocorrendo nesse partido, especialmente no grupo central leninista. Sua preocupação derivava do fato de que essas divergências não se davam em questões de detalhes, mas afetavam

a direção política do partido enquanto tal. O centro dessas divergências residia na estratégia da hegemonia do proletariado:

Repetimos que nos impressiona o fato de que a atitude das oposições envolva toda a linha política do CC, atingindo o coração mesmo da doutrina leninista e da ação política de nosso Partido da URSS. São colocados em discussão o princípio e a prática da hegemonia do proletariado; são prejudicados e postos em perigo as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses, ou seja, os pilares do Estado operário e da Revolução. (Gramsci, IN COUTINHO, 1981, p.173-174).

Reafirmando o princípio da hegemonia, ou seja, da necessidade de que o proletariado, por ser o núcleo mais avançado das classes trabalhadoras, pudesse exercer seu papel de direção, de guia, de unificação do conjunto dos trabalhadores, destaca que, para que isso ocorresse, o proletariado deveria abrir mão do seu corporativismo:

*o proletariado (...) poderá desenvolver sua **função dirigente** tão-somente se possuir um rico espírito de sacrifício e se for capaz de se libertar completamente de todo resíduo de corporativismo reformista ou sindicalista. (GRAMSCI, In: COUTINHO, 1981, p. 175, [sem grifo no original]).*

Estas formulações indicam, em primeiro lugar, a preocupação de Gramsci com a questão da hegemonia, com a capacidade da classe operária exercer a direção dos trabalhadores, através da obtenção do consenso. Está preocupado, portanto, com a estratégia da **aliança de classes** (operários e camponeses), para que a classe operária possa se tornar classe dominante. A idéia de que “só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando já se detém o consenso da maioria da população trabalhadora” (COUTINHO, 1981, p. 56), é de fundamental importância para a apreensão do conceito de hegemonia no pensamento gramsciano.

Um traço novo da hegemonia aparece no texto **A questão meridional**, ou seja, o de que “um novo bloco histórico não é cimentado apenas pelas convergências de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural”. (COUTINHO, 1981, p. 59).

Especialmente no texto **Alguns temas da questão meridional**,¹³ se evidencia esse traço novo da hegemonia como direção cultural e ideológica. Mas isso, dentro do contexto da função dirigente que o proletariado deverá ter nesse processo, através de sua transformação em “classe nacional”.

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora - o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas (...) Na Itália, em decorrência da tradição italiana determinada e do desenvolvimento determinado da história italiana, a questão camponesa assumiu duas formas típicas e peculiares: a questão meridional e a questão vaticana. Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa para o proletariado italiano apropriar-se dessas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as suas reivindicações de luta. (GRAMSCI, 1987, p.139).

E, prosseguindo em sua argumentação, Gramsci afirma que “o primeiro problema a resolver, para os comunistas turineses, era o de modificar a **orientação política** e a **ideologia** geral do próprio proletariado como **elemento nacional** que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa...” (GRAMSCI, 1987, p. 139).

Esta afirmação evidencia que, para Gramsci, a hegemonia não é só econômica e política, mas também cultural e ideológica. A obtenção do consenso envolve uma atuação no campo cultural no sentido da construção de uma visão de mundo que corresponda aos interesses das classes trabalhadoras, em oposição aos interesses da burguesia.

Já neste texto, aparece de forma clara a importância que Gramsci conferia aos intelectuais na construção das relações de hegemonia, tema que ele aprofundará nos **Cadernos do Cárcere**.

¹³. O texto **Alguns temas da questão meridional** estava sendo redigido por Gramsci em 1926, quando ocorreu sua prisão. Ficou incompleto, portanto. Foi publicado pela primeira vez em Paris em janeiro de 1930, na revista **Stato Operaio**.

Para ele, o intelectual é o organizador, é o que dá direção à cultura, à classe. Daí sua importância para a hegemonia do proletariado.

...O proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, não tem e nem pode formar um estrato próprio de intelectuais a não ser muito lentamente, muito arduamente e apenas depois da conquista do poder estatal. Mas também é importante e útil que na massa dos intelectuais ocorra uma fratura de caráter orgânico, historicamente caracterizada: que se constitua, como formação de massa, uma tendência de esquerda, no significado moderno da palavra, isto é, orientada para o proletariado revolucionário... (GRAMSCI, 1987, p. 165).

Nos **Cadernos do Cárcere**, o conceito de hegemonia sofre novas ampliações. Carlos Nelson Coutinho afirma que no período anterior à redação desses textos, faltava a Gramsci a formulação de um conceito que lhe permitisse colocar de forma diferente a estratégia da hegemonia: trata-se do conceito de “sociedade civil” que, nos **Cadernos**, assumirá a função social de portadora material da hegemonia.

Para que se possa entender essa formulação de Coutinho é necessário que se reflita sobre a concepção gramsciana do Estado. Partindo das formulações dos clássicos do marxismo de que o Estado é um instrumento de domínio de classe, Gramsci procurou determinar a forma como esse poder se exercia no capitalismo desenvolvido do século XX, período em que as relações de poder tinham se tornado mais complexas, envolvendo não apenas os “aparelhos repressivos do Estado” mais também os “aparelhos privados da hegemonia”.¹⁴

A observação dessas mudanças permitiu-lhe ter uma visão mais “ampliada” do fenômeno estatal, o que ele relata numa carta dirigida a sua cunhada Tatiana:

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)... (GRAMSCI, 1987, p. 224)

¹⁴. Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. p. 68.

Realiza-se, desta forma, uma ampliação da teoria do Estado, sendo que “por ‘Estado’ deve-se entender além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. (GRAMSCI, 1980, p.147). Assim, na concepção gramsciana de Estado não se pode identificar Estado e Governo, uma vez que essa identificação “não passa de uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política (...)”. O “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”. (GRAMSCI, 1980, p. 149).

Esta ampliação da teoria do Estado ocorre a partir do momento em que já se tinha generalizado uma maior complexidade da estrutura e das funções do Estado, diferentemente do período histórico estudado por Marx e Engels. Muitas dessas modificações foram identificadas pelo próprio Gramsci como tendo seu marco histórico a partir de 1870. A começar desta data, a complexidade do fenômeno estatal só se intensificou.

Mas, qual o significado que os termos “sociedade civil” e “sociedade política” tinham para Gramsci?

Para Carlos Nelson COUTINHO (1981, p.91), em Gramsci, a sociedade civil seria formada precisamente:

*pele conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc.).*¹⁵

A sociedade política, que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado coerção”, é formada:

¹⁵. **Sociedade Civil:** este conceito tem em Gramsci um significado diferente daquele atribuído por Marx e Engels, ou seja, da sociedade civil como a base material, a estrutura econômica, como já deve ter ficado claro neste trabalho. Mas, para evitar a interpretação de alguns autores que tentam aproximar o conceito gramsciano de sociedade civil do conteúdo dado por Hegel a este mesmo conceito, cremos ser importante a apresentação da seguinte afirmação do próprio Gramsci: “É preciso distinguir entre, por um lado, a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é freqüentemente empregada nestas notas (ou seja, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre a inteira sociedade, de conteúdo ético do Estado), e, por outro, no sentido em que lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil é, ao contrário, a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja...” (Gramsci, IN COUTINHO, 1981, p.190).

...pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar... (COUTINHO, 1981, p.91).

A sociedade política se diferencia da sociedade civil pela **função** que exerce na vida social e por uma **materialidade** própria. As duas em conjunto formam o Estado e, nesse sentido, servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa conservação ou promoção é distinto nas duas esferas:

*no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua **hegemonia**, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a **direção política** e o **consenso**; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma **ditadura**, ou mais precisamente, uma **dominação** mediante a coerção... (COUTINHO, 1981, p. 92. Grifos no original).*

Em relação à diferenciação que estas esferas têm enquanto materialidade, COUTINHO afirma que:

... enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (1981, p.92).

Nesta última citação de COUTINHO, a hegemonia aparece expressa pelo conceito de "aparelhos privados de hegemonia". De acordo com BUCI-GLUCKSMANN, essa nova especificação da hegemonia aparece nos **Cadernos do Cárcere**, para referir-se especialmente às práticas políticas das classes dominantes, muito embora, e talvez por isso mesmo, não tenha sido modificado o alvo teórico-

muito embora, e talvez por isso mesmo, não tenha sido modificado o alvo teórico-político de Gramsci, qual seja, o da definição de uma estratégia de construção do socialismo no Ocidente.¹⁶

Na verdade, como já afirmamos, a descoberta desses “aparelhos privados de hegemonia” foi o que permitiu a Gramsci, através da análise da estrutura de poder nos países desenvolvidos nas últimas décadas do século XIX, ampliar a noção de Estado, opondo-se à noção corrente que o identificava apenas com o Governo.

Mais do que isso, talvez fosse importante destacarmos a importância que Gramsci atribuiu à ação de direção que as classes dominantes exercem nesses “aparelhos” e da necessidade que têm as classes trabalhadoras de fazerem frente a essa direção para que possam estabelecer sua própria hegemonia, a construção de uma nova visão de mundo e, no extremo, a criação de uma nova forma civilizatória.

Num estudo do modo como é organizada de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: ou seja, a organização material destinada a manter, a defender e a desenvolver a “frente” teórica ou ideológica (...) a imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influir ou pode influir sobre a opinião pública,¹⁷ direta ou indiretamente, faz parte dela: as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes de vários tipos, até a arquitetura, a disposição das ruas e os nomes dessas... (GRAMSCI, IN COUTINHO, 1981, p.198)

E questiona Gramsci:

¹⁶. É importante recordar aqui que Perry Anderson afirmou que a primeira vez que o conceito de hegemonia foi estendido à dominação da burguesia sobre o proletariado teria sido em 1922, no quarto Congresso da Internacional. (Ver p.8 desta Introdução).

¹⁷. **Opinião pública:** “o que é chamada de ‘opinião pública’ liga-se estritamente à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (...). A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública que poderia ser discordante: por isso, existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública (jornais, partidos, parlamento), de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, dispersando os discordantes numa poeira individual e desorgânica”. (Gramsci, IN COUTINHO, 1981, p. 199).

... o que uma classe inovadora pode contrapor a esse formidável conjunto de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a progressiva aquisição da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista até as classes aliadas potenciais: tudo isso demanda um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a esvaziar de seu elemento de massa humana. (GRAMSCI, IN COUTINHO, 1981, p. 199)

Uma outra colocação de BUCI-GLUCKSMANN refere-se à indagação se, com a especificação da hegemonia pelo conceito de “aparelhos privados de hegemonia”, Gramsci não estaria privilegiando as instituições em detrimento da prática política. A própria autora citada responde a essa pergunta afirmando que isto não ocorre porque o “aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 70).

Encontramos aqui mais uma importante contribuição de Gramsci ao marxismo: as formulações acerca das instituições (aparelhos privados de hegemonia) que não receberam um tratamento mais aprofundado nas reflexões de Marx e de Engels.

Se pensarmos apenas em um dos aparelhos privados de hegemonia, a escola, em todos os seus níveis, verificamos que embora existam nos textos dos clássicos do marxismo importantes reflexões acerca dessas instituições, não podemos afirmar que eles tenham elaborado uma teoria educacional sistemática. Até porque, Marx e Engels recusaram-se a ver a educação como fator isolado da vida social, da mesma forma como o fará Gramsci posteriormente.

Mas, diferentemente de Marx e Engels, embora concebendo a educação como um dos componentes do todo social, Gramsci desenvolverá toda uma reflexão acerca da educação e da escola tendo em vista sua preocupação com a hegemonia do proletariado.

O texto que, nas edições brasileiras das obras de Gramsci, contém reflexões mais detalhadas sobre a questão pedagógica é o texto **Os intelectuais e a organização da cultura**. No entanto, este tema está presente em toda a sua obra, seja nos escritos do período anterior à prisão, seja nas **Cartas do Cárcere**, seja nos **Cadernos do Cárcere**.

Nesta Introdução o que nos interessa reter, da preocupação de Gramsci com os temas pedagógicos, é a sua concepção da escola como “aparelho de hegemonia”.

Assim concebida, a escola é uma realidade contraditória, objeto da luta de classes, assim como o são a Igreja, os jornais, enfim, todos os aparelhos privados de hegemonia. As classes dominantes utilizam-se da escola para impor sua concepção de mundo (ou ideologia) às outras classes, como se esta fosse uma concepção universal, com conteúdo de verdade absoluta. Mas essa imposição é apenas um dos possíveis a ser determinado no desenrolar da luta hegemônica.

Como Gramsci explica o fato de uma classe dominante, ou de um Estado, conseguir manter coesas forças conflitantes como as que constituem a sociedade de classes própria do capitalismo? Para ele isso se torna possível ou é obtido através da ação política e da ideologia. A ideologia é o que mantém unido o “bloco histórico”, formado exatamente pelo conjunto da estrutura com a superestrutura.

Entretanto, Gramsci tem uma concepção da ideologia que se distancia tanto do idealismo croceano quanto da afirmação marxista da ideologia como falsa consciência.¹⁸ Para ele, a ideologia não pode ser considerada como uma expressão direta, mecânica, da estrutura:

a pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, devendo ser combatida praticamente com o testamento autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas... (GRAMSCI, 1981, p. 117).

Gramsci não aceita também a noção de ideologia como ela se apresenta em Croce, ou seja, como “paixões - ilusões, transeuntes, utilizáveis como instrumento prático de ação”. Para ele, a ideologia é aquilo que Croce denomina de religião, ou seja, uma concepção de mundo com uma norma de conduta adequada.

¹⁸. Há, na obra de Marx, diversas acepções da palavra ideologia. A que mais se tem divulgado é a da ideologia como falsa consciência. O próprio Gramsci retoma importantes passagens da obra de Marx em que a ideologia é trabalhada com outros significados.

A grande importância dada por Gramsci à ideologia reside no fato de que ele reconhece, na luta ideológica, um dos aspectos da luta de classes e um dos instrumentos essenciais da hegemonia.

A ideologia se manifesta em todos os aspectos da vida individual e coletiva: na arte, no direito, na atividade econômica, etc. Por isso, é de grande importância o estudo concreto, em um determinado país, da "organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examina seu funcionamento prático" (GRAMSCI, 1981, p. 27). As duas maiores organizações culturais em todos os países são a Igreja e a escola; esta última em todos os seus níveis.

Gramsci ainda faz distinção entre ideologias historicamente necessárias e ideologias arbitrarias:

... na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade "psicológica": elas "organizam" as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são "arbitrarias", elas não criam senão "movimentos" individuais, polêmicos, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1981, p. 62-63).

Os grandes elaboradores de ideologias são os intelectuais,¹⁹ daí sua importância na luta que as classes desenvolvem para manter e conquistar sua hegemonia.

Afirmando que o intelectual é todo aquele que tem a função dirigente, organizativa, ou seja, educativa, Gramsci quer demonstrar que os intelectuais

¹⁹. Intelectuais: há importantes obras que discutem a questão dos intelectuais. Na sociologia podemos destacar K. MANHEIM, que em seu livro **Ideologia e utopia** acentua o caráter autônomo, independente dos intelectuais. Aliás, toda a corrente idealista tem essa visão dos intelectuais como camada que possui autonomia frente às determinações das classes sociais. No campo da historiografia podemos citar o livro de Jacques Le GOFF, **Os Intelectuais na Idade Média**, no qual ele procura identificar as origens, características e transformações do intelectual medieval. Para ele, os intelectuais medievais seriam os "mestres das escolas", ou seja, "aqueles que têm por ofício pensar e ensinar o seu pensamento" (p.5). No Renascimento este intelectual foi substituído pelo humanista. No pensamento marxista predomina a tendência que procura mostrar as vinculações dos intelectuais com as classes sociais. Mais recentemente podemos citar o livro de Russell JACOBY, **Os últimos intelectuais**, que discute o desaparecimento de um tipo de intelectual -críticos literários e sociais, filósofos e economistas Norteamericanos que se dirigiam a um grande público- que teria sido substituído pelo intelectual "confinado" à universidade.

não formam um grupo social autônomo. Pelo contrário, para ele, todo grupo social forma seus próprios intelectuais, seja na escola, nos partidos políticos ou diretamente na produção (como os operários qualificados, por exemplo).

Formam-se, assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais mais importantes e sofrem elaborações mais extensas e complexas em relação com o grupo social dominante... (GRAMSCI, 1981, p.89).

Historicamente, afirma Gramsci, formaram-se dois tipos de intelectuais: os “intelectuais orgânicos” e os “intelectuais tradicionais”. Os primeiros são aqueles que são criados por cada novo grupo que se desenvolve com uma função essencial no mundo da produção. Intelectuais tradicionais são categorias preexistentes na estrutura econômica anterior e que se mantiveram mesmo após o desenvolvimento de uma estrutura econômica nova. O caso mais típico desse tipo de intelectual seria constituído pelos eclesiásticos.

Há nessa concepção uma ampliação do conceito de intelectual, da mesma forma que Gramsci amplia vários outros conceitos. Mas ele considera necessária essa ampliação para que se possa fazer uma abordagem do tema mais próxima da realidade. Embora afirme que “todos os homens são intelectuais”, ele demonstra que nem todos desempenham essa função na sociedade. E as funções do intelectual são exatamente organizativas, de direção, de educação.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1968, p. 11).

A partir dessas colocações acerca do conceito e da estratégia da hegemonia em Gramsci, podemos concluir que nas sociedades capitalistas os

chamados “aparelhos privados de hegemonia”, entre os quais a escola, estão, pela mediação do Estado (em sentido restrito), sob o controle das classes dominantes. Mas, nem por isso, eles são imunes à ação das outras classes sociais.

Nesse contexto, a Política Educacional, vista como a ação do Estado voltada especificamente para o sistema educacional, é também um momento da hegemonia. Através dela, o Estado (sociedade política) procura garantir, por um lado, a subordinação das classes dominadas às suas diretrizes e, por outro, fazer com que o aparelho escolar atenda às necessidades das classes dominantes, sejam elas ideológicas, científicas, ou, ainda, de qualificação da força de trabalho.

A Política Educacional, quando se apresenta sob sua forma materializada, como produto acabado, expresso em leis, planos, reflete o momento da **coerção** do Estado em sentido restrito. Mas é importante ressaltarmos que esse momento da coerção foi o resultado de uma luta que se travou no processo hegemônico, no plano da sociedade civil, entre várias políticas possíveis, no bojo das contradições próprias da sociedade de classes.

Em outros termos, diríamos que a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil. Há, assim, dois momentos constitutivos da Política Educacional: o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da orientação política. A Política Educacional abrange, pois, as atividades educacionais da sociedade civil e da sociedade política.²⁰

4. PROCEDIMENTOS

A concepção da Política Educacional, expressa neste trabalho, exige uma superação das abordagens que restringem a pesquisa ao estudo da política

²⁰. As atividades educacionais da sociedade política seriam a formulação da legislação educacional e a imposição e fiscalização dessa legislação. A sociedade civil é o lugar do sistema educacional. É o lugar onde se implantam as leis. (Ver a respeito: FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. p. 35).

já constituída, quando já está expressa em leis, decretos, portarias, planos, etc. A perspectiva teórica, aqui esboçada, exige a apreensão da Política Educacional na unidade dialética de seus dois momentos constitutivos, ou seja, enquanto **processo** e enquanto **produto**. Como afirma Dermeval Saviani, a melhor maneira de esclarecer o produto é examinar o modo como ele foi produzido.²¹

A análise da Política Educacional, enquanto **processo**, implica na realização de um duplo movimento na investigação. Um primeiro movimento procura compreender o contexto no qual essa política foi engendrada. Trata-se neste caso, de reconstruir, através da análise, as condições históricas, econômicas, políticas e culturais que tornaram essa política necessária e possível.

Um segundo momento procura apreender a gênese da lei, por um lado, identificando a luta social no bojo da qual se explicitaram as diferentes tendências possíveis e, por outro, reconstruindo as diversas etapas de elaboração da lei, destacando as instâncias e os atores sociais que desenvolveram uma ação definitiva. Este tipo de análise permite apreender a Política Educacional no seu momento de hegemonia, ao mesmo tempo que fornece dados importantes para a compreensão da tendência que depois se fará dominante.

A análise da Política Educacional, enquanto **produto**, requer um estudo dos documentos legais em que essa política foi expressa: planos, mensagens governamentais, exposições de motivos, decretos, leis. Implica, também, na análise da ação dos atores sociais que atuaram nesse nível da formulação da política, sejam eles do poder executivo ou do legislativo.

Os resultados dessa análise devem ser confrontados com os dados obtidos no primeiro momento da investigação (o do processo) caracterizando-se, então, o tipo de política que foi a hegemônica, entre outras políticas possíveis. Deve-se explicitar para que e para quem essa política foi proposta; o papel da sociedade civil e da sociedade política em sua formulação; conexão dessa política com a questão maior da luta de classes expressa na busca da conquista e exercício da hegemonia.

²¹. SAVIANI, Dermeval. Funções de preservação e de deformação do Congresso Nacional na legislação do ensino: um estudo de Política Educacional. IN: **Educação**: do senso comum à consciência filosófica.

Consoante com as orientações teóricas e os procedimentos investigativos aqui definidos, dividimos nosso trabalho em duas partes, assim denominadas: 1ª. “A Política Educacional em processo: a reconstrução de um movimento histórico”; 2ª. “A Política Educacional enquanto produto: as universidades criadas”.

Nos dois primeiros capítulos da primeira parte, apresentamos uma síntese do contexto histórico em que se deu a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná. Muito embora esses dados tenham sido apresentados de maneira mais exaustiva na dissertação de mestrado, consideramos importantes introduzi-los, ainda que de modo simplificado nesta tese, para podermos apresentar ao leitor uma proposta teórica e metodológica de investigação histórica em sua totalidade.

Além disso, observamos que a ausência desses dados no texto apresentado para o exame de qualificação, deixou algumas lacunas enquanto pontos de referência para a análise apresentada.

O último capítulo dessa primeira parte, procura dar conta da análise dos movimentos sociais desencadeados em prol da criação das Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, no contexto geral de correlações de forças ²² do Estado Paraná naquele período histórico. Além disso, procuramos identificar as tendências ideológicas que puderam “cimentar” o bloco histórico, construindo, assim, uma vontade coletiva que veio caracterizar-se na criação das universidades.

A segunda parte é constituída de dois capítulos, nos quais analisamos as ações do poder executivo e do poder legislativo que definiram, em última instância, o tipo de instituições a serem criadas e as suas finalidades sociais e históricas.

p. 157-160.

²². Conceito de correlação de forças: preceito metodológico utilizado por Gramsci para análise histórico-política. Ele distingue três graus de relações de forças: 1º) relações de forças sociais; 2º) relações de forças políticas; 3º) relações de forças militares. Sobre este tema ver o texto de Gramsci, **Note Sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno**, p. 49-56.

Com este roteiro pensamos ter concretizado uma proposta metodológica para o Estudo da Política Educacional enquanto expressão da luta hegemônica nas sociedades capitalistas.

I PARTE: A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO PROCESSO: A RECONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO HISTÓRICO

Como já afirmamos na parte introdutória desta tese, o esforço investigativo acerca da Política Educacional, entendida como expressão do movimento orgânico da hegemonia, orienta-se no sentido de apreendê-la em seus dois momentos constitutivos: o do processo e o do produto.

É evidente que a suposição da existência desses dois momentos não implica numa concepção mecânica ou estanque do real. O real é indivisível, na medida mesma em que ele é a “síntese de muitas determinações”. A percepção da existência de momentos dialeticamente entrelaçados do real ajuda a identificar, a partir de uma perspectiva de totalidade, as mediações através das quais operam as determinações fundamentais.

Nesta primeira parte, procederemos a recuperação do momento da Política Educacional em processo, ou, em outras palavras, em gestação. A identificação desse momento exige, em primeiro lugar, uma análise crítica ¹ do

¹ . A palavra **crítica** é de origem grega (KRISIS) e tem o significado de separar, analisar, discernir. No pensamento marxista, uma análise crítica envolve não só a compreensão do objeto, mas também da interpretação já feita sobre este mesmo objeto. Este procedimento foi muito bem esclarecido por Octavio Ianni no texto **Dialética e Capitalismo**, p. 13: “... em todas as ocasiões, a análise marxista passa pelas explicações, doutrinas ou fetichismos que envolvem seu objeto: fato, situação, acontecimento. Mesmo porque essas explicações, doutrinas ou fetichismos estão sempre impregnadas no objeto, fazem parte necessária da sua existência. Por esse motivo, a análise não se completa a não ser quando ela desvenda também essas camadas, que envolvem, obscurecem ou mesmo invertem o objeto”.

contexto histórico em que foram criadas as condições objetivas que tornaram possível e necessária a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá.

Reconstituído o contexto histórico, complementaremos a exposição desta primeira parte recuperando a luta que se travou na sociedade civil em prol da criação daquelas instituições. Procuraremos identificar, outrossim, os fundamentos ideológicos dessa luta, pois, como sabemos, é no campo das ideologias que os homens tomam consciência de sua condição social e de suas necessidades.²

Gramsci, por exemplo, retomando a formulação de Marx, destaca que a filosofia da praxis “afirma explicitamente que os homens tomam consciência de sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias” e, para ele, isso “não é uma pequena afirmação de realidade...”. (GRAMSCI, 1981, p. 270).

Dissemos acima que iniciáramos essa primeira parte com a análise do contexto histórico que tornou necessária a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná. Mas, o que significa afirmar que um fato histórico é necessário? Essa é uma questão complexa e de longa tradição, em termos de debates, no interior do marxismo. Retomaremos alguns aspectos dessa discussão com o intuito de buscar elementos que esclareçam o problema objeto desta tese.

Na carta endereçada a H. STARKENBURG, em 25 de janeiro de 1894, Engels, ao descrever o tema da história como produto da ação dos homens, em condições que lhes são determinadas, colocou em evidência a questão da relação entre **necessidade** e **acaso** na história.

*Os homens fazem eles mesmos a sua história, mas até agora não como uma vontade global de acordo com um plano global, e isso nem mesmo numa dada sociedade bem delimitada. As suas aspirações se entrecruzam e, exatamente por isso, em todas as sociedades assim, domina a **necessidade**, cuja complementação e forma de aparição é o **acaso**. A necessidade que aqui se*

². Cf. K. Marx. **Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.23-27.

afirma através de todo o acaso, é de novo, afinal, a econômica... (ENGELS, 1983, p.470).

Em última análise, portanto, o **acaso** é uma manifestação da necessidade, mesmo quando pensamos na figura do “grande homem” que, aparentemente, surge por acidente na história. Mesmo neste caso, Engels afirma que o acaso encobre ou é uma manifestação da necessidade:

Que um tal homem, e exatamente este, apareça nesta época determinada, exatamente neste país é, naturalmente, mero acaso. Mas se o riscamos do mapa, então existe aí a demanda de um substituto, e este substituto é encontrado, tan bien que mal (bem ou mal), mas com o tempo ele é encontrado... (ENGELS, 1983, p.470).

Mas, embora reafirmando essa predominância da necessidade econômica na história, Engels procura demonstrar que há uma interrelação entre ela e os outros aspectos da vida social (os superestruturais):

*O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc, baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos aqueles reagem entre si e a base econômica Não é que a situação econômica seja, **sozinha, causa ativa** e que todo o resto seja apenas efeito passivo. Há, porém, interação à base da necessidade econômica, que, em **última instância**, sempre se impõe... (ENGELS, 1983, p.469).*

De acordo com esse raciocínio, o desenvolvimento da própria concepção materialista da história foi uma decorrência da **necessidade**:

*Ainda que Marx tenha descoberto a concepção materialista da história, Thierry, Mignet, Guizot, todos os historiadores ingleses até 1850, provam no entanto que isso era procurado, e a descoberta da mesma concepção por Morgan prova que a época estava madura para ela e que simplesmente **tinha de ser descoberta**. (ENGELS, 1983, p.470).*

Essas formulações de Engels ajudam a compreender, que a criação das universidades estaduais do Paraná, na década de 1960, não foi nem um

acidente, nem tampouco apenas o resultado do desejo de um “grande homem”. Pelo contrário, ela correspondeu a uma necessidade histórica para cuja identificação o processo investigativo deve contribuir.

Essa contribuição virá de um aporte que procure identificar, na totalidade do social, ou seja, nas intrincadas relações da estrutura com a superestrutura, a explicação para um fenômeno aparentemente superestrutural. Nesse aporte interpenetram-se, de forma umbilical, as determinações econômicas, políticas e ideológicas, as quais se expressam nas lutas e nos movimentos sociais ³ empreendidos pelos homens.

Antonio Gramsci, por sua vez, afirma que a **necessidade** nem sempre se justifica pela “necessidade social da produção”, mas pode justificar-se pela “necessidade política” do grupo social dominante, o que ao nosso ver reforça a colocação de Engels a respeito da interdependência entre a estrutura e a superestrutura; entre a economia e a política.

Em todo caso, essa afirmação de Gramsci decorre da forma particular que, em seu pensamento, assume a relação estrutura/superestrutura. Neste ponto, ao desenvolver suas reflexões, Gramsci polemiza tanto com o idealismo croceano que supõe a supremacia das idéias, quanto com o “materialismo vulgar” de Bukharin, autor que, de acordo com o filósofo sardo, faz uma leitura mecânica das relações entre essas duas esferas. E, ao polemizar com Bukharin, Gramsci na verdade se contrapõe à corrente teórico-política predominante na II Internacional. ⁴

Ao negar o caráter mecânico da relação estrutura/superestrutura, Gramsci não se limita à afirmação da “relativa” independência da superestrutura com relação à estrutura. Para ele, “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção...” (GRAMSCI, 1981, p. 52).

³. **Movimento Social:** “Ação conjugada (...) de um grupo, tendo como objetivo uma modificação da organização social ou a preservação de instituições ameaçadas por outros movimentos sociais”. DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA GLOBO, p. 231.

⁴. II Internacional: 1889-1914. Foi em grande parte dominada pela Social-Democracia Alemã. Após a morte de Engels em 1895, os teóricos que mais influenciaram esta Internacional foram KAUTSKY e PLEKHANOV. cf. DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, p. 196.

Aqui é importante destacar que, para Gramsci, a economia não é sinônimo de relações técnicas de produção, como era visto por Bukharin. Para ele “a economia aparece não como o simples produto de objetos materiais, mas sim como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais mas suas próprias relações globais...”(COUTINHO, 1981, p. 73-74).

A tentativa de explicar qualquer alteração da superestrutura como um reflexo direto, imediato da estrutura, seria, para Gramsci, um desvio introduzido na “filosofia da práxis” pelo materialismo vulgar. Chama a atenção, ainda, para o fato de que tanto a estrutura quanto a superestrutura são realidades objetivas, históricas, podendo, por isso, serem objetivamente estudadas.

Nessa discussão já está presente a concepção gramsciana do processo histórico, pois ao estabelecer essa dialética entre estrutura e superestrutura Gramsci está abrindo espaço para a ação humana na história. Daí sua afirmação de que “a história é conjuntamente liberdade e necessidade”, o que significa afirmar que a necessidade não é determinação férrea, totalmente independente da vontade dos homens.

As instituições em cujo desenvolvimento e em cuja atividade a história se encarna, surgiram e se mantiveram porque têm uma tarefa e uma missão a realizar. Surgiram e se desenvolveram sob determinadas condições objetivas de produção dos bens materiais e de consciência espiritual dos homens. Se essas condições mudam, muda o grau de consciência dos homens: a configuração social se transforma, as instituições tradicionais se empobrecem, são inadequadas à sua tarefa, tornam-se estorvantes e perigosas”. (GRAMSCI, apud Dias, 1991, p.82).

As instituições são, para Gramsci, produto da necessidade e da liberdade (ação humana). Como os homens não existem no abstrato, mas estão enraizados em condições sociais que lhes são dadas, é legítimo afirmar que essa liberdade pode expressar-se, também, na luta que acompanha o processo de constituição e de expansão das classes sociais.

Nesse processo de luta assumem importância fundamental os aspectos referentes à questão cultural, a qual engloba a questão educacional

considerada tanto em sentido restrito, a educação escolar, quanto em sentido amplo, ou seja, as atividades educativas desenvolvidas por outras instituições ou agências da sociedade civil.

A valorização da luta cultural como elemento de hegemonia aparece em Gramsci já nos **Scriti Giovanili** e é mantida nos **Quaderni del Carcere**. A discussão em torno da cultura era um debate que se travava no interior do Partido Comunista Italiano, no qual Gramsci tinha como interlocutores principais Angelo Tasca e Amadeo Bordiga. Contrariamente a esses autores, “Gramsci vai pensar a cultura como algo fundamentalmente político e ligado ao conjunto da vida social. Parte do ponto de vista de que a cultura é uma arena política onde se defrontam concepções de mundo e, portanto, um **locus** onde se pode construir uma **nova civilização**”. (DIAS, 1991, p. 78)

CAPÍTULO I : CLASSES SOCIAIS, ESTADO E A QUESTÃO DA HEGEMONIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960.

A compreensão da conjuntura brasileira, nos anos 1960, passa necessariamente pela análise da **crise** que abalou as estruturas do país e que teve seu clímax com o Golpe de 1964 e a conseqüente instalação da ditadura, que manteve a sociedade brasileira sob o autoritarismo dos militares no período que vai de 1964 a 1984, quando então o poder retornou às mãos dos civis, ainda que de maneira indireta.¹

Qual a origem e o significado dessa crise? Ela foi uma crise essencialmente econômica, ou também política e social? Ou, em termos mais amplos, ela teria se caracterizado como uma crise de hegemonia? Por que ela desembocou no Golpe de Estado que levou à ditadura militar?

Essas são questões amplas e para as quais ainda não existe consenso na vasta literatura sociológica, política, historiográfica e econômica disponível, embora já se tenha avançado muito na compreensão do movimento de 1964. A proximidade dos acontecimentos, a dificuldade ainda existente de acesso a

¹. Referimo-nos à derrota do movimento pelas eleições diretas - "Diretas já"- que mobilizou significativos contingentes da população brasileira. Com a derrota deste movimento, o Presidente (Tancredo Neves) foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

algumas fontes ², são certamente alguns dos fatores que têm dificultado a interpretação do significado histórico de 1964 para o Brasil.

Além disso, as divergências ou diferenças encontradas entre os intérpretes em relação à conjuntura brasileira dos anos 1960, estão relacionadas à forma como os diferentes autores analisam o processo de evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil. Gostaríamos de destacar aqui apenas duas das interpretações que tiveram uma influência maior na atuação política da “esquerda” brasileira no período estudado.

A primeira interpretação, que teve em Nelson Werneck Sodré seu principal elaborador, e que foi esposada pelo Partido Comunista Brasileiro, afirma a existência de relações de produção semifeudais ou pré-capitalistas no Brasil e, como decorrência, postula a necessidade da revolução democrático-burguesa no Brasil, devendo essa revolução ser essencialmente antifeudal e antiimperialista. Werneck Sodré teria desenvolvido essas idéias no livro **Formação Histórica do Brasil** (1962) e no texto “Modos de Produção no Brasil” (1980). ³

Como afirma o próprio Sodré, no artigo citado ele sintetiza as teses que desenvolveu em seu livro **Formação Histórica do Brasil**, não havendo, entretanto, uma revisão de sua análise sobre o Brasil: “De minha parte, e depois de anos a fios de pesquisas, confesso que não encontrei ainda, sem nenhuma pretensão vai isto aqui dito, motivo que me fizesse rever aquelas teses, que cedo espousei...” (SODRÉ, 1980, p. 133).

Guido Mantega, na classificação que faz da economia política brasileira no período de 1950-1960, classifica esta posição de Sodré no modelo interpretativo por ele denominado de “modelo democrático-burguês”, que teoricamente

² . À guisa de exemplo, citamos o caso dos arquivos do DOPS- Pr, que foram abertos para o público em 1991, por determinação do então Governador do Estado, Roberto Requião. Mas, em 1995, a direção do Arquivo Público do Estado do Paraná vetou a consulta a esses arquivos.

³ . Este texto está publicado no livro organizado por José Roberto do Amaral LAPA. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 133-156.

teria sido influenciado por Lenin e pelas teses da III Internacional referentes aos países coloniais.⁴

Outra corrente interpretativa, representada por Caio Prado Júnior, nega a existência de feudalismo no Brasil, no passado, e/ou suas reminiscências no Brasil moderno. Em 1966, ao lançar o livro **A revolução brasileira**, Caio Prado criticou de forma contundente a suposição da existência, no Brasil, de uma burguesia nacional antiimperialista.

Em relação à não feudalidade do Brasil, ele afirmou categoricamente:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como "restos feudais". Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver "restos", haveria por força de preexistir a eles um sistema "feudal" de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado... (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 51).

Muito embora o livro de Caio Prado Júnior seja de 1966, no pré-64 já se agitava o debate em torno desses temas do feudalismo/não feudalismo e da existência ou não de uma burguesia nacional comprometida com o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil. E o mais importante, as concepções aqui expostas serviram de base teórica à atuação das esquerdas no período em estudo.

Sem nos aprofundarmos nos diversos aspectos desse debate, queremos esclarecer que neste trabalho partimos da concepção de que o processo histórico brasileiro no período estudado, já configurava uma sociedade plenamente capitalista, embora apresentando graus diversos de realização desse tipo de formação econômico-social.

Além disso, também partimos da concepção de que no Brasil nunca existiu uma burguesia nacional, no seu sentido clássico, de revolucionária,

⁴ . Cf. Guido MANTEGA. **A Economia Política Brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.

(como aquela responsável pelas revoluções burguesas clássicas, a da Inglaterra e a da França). Afirmamos, com base em GORENDER, a existência de uma **burguesia brasileira** que, apesar de sua decantada debilidade, não teve uma função passiva nos encaminhamentos da história brasileira. Pelo contrário, no período que estamos estudando essa burguesia, desempenhou um importante papel, principalmente no encaminhamento do golpe de 1964, como veremos neste trabalho.⁵

Essa burguesia brasileira, evidentemente, não se constituía em um todo homogêneo. Seu poder econômico aumentou com a crise do sistema oligárquico (ou da economia agrário-exportadora). Mas, esse poder econômico e também o político se diferenciarão caso se trate da burguesia industrial, agrária, comercial ou financeira. Quanto ao caráter do desenvolvimento capitalista desejado para o Brasil, se um desenvolvimento independente ou, pelo contrário, satelizado pelas economias capitalistas centrais, serão características que irão se definindo em cada conjuntura do período 1930-1964.

Sendo assim, será tendo presente as contradições desse desenvolvimento capitalista que procuraremos analisar a crise da sociedade brasileira nos anos 1960, partindo do pressuposto da existência de uma “crise de hegemonia” que levou à nova recomposição das forças sociais e cujo sentido só poderá ser apreendido pela análise da conjuntura histórica específica. Esta análise implica na consideração das transformações que estavam se operando na base econômica da sociedade e do modo como estavam estabelecidos os diversos graus de relações de forças (sociais, políticas e militares).⁶

1.1. A Crise do Estado Brasileiro nos Anos 1960: Crise de Hegemonia?

⁵. GORENDER afirma: “No curso deste volume, evitei chamar a burguesia brasileira de nacional, embora isto fosse semanticamente acertado, porque nacional, na literatura política, quando conjugado ao substantivo burguesia, se tornou sinônimo de revolucionário”. (1983, p. 111). (grifos no original)

⁶. Cf. Antonio GRAMSCI. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**, p. 49-54.

Gostaríamos de iniciar este ítem com o esclarecimento do que estamos entendendo por crise de hegemonia, valendo-nos, para tanto, das contribuições de Antonio Gramsci.

Para o pensador sardo, a “crise de hegemonia” pode ocorrer por algum dos seguintes motivos:

... ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”, mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto. (GRAMSCI, 1980, p. 55).

A crise de hegemonia dá margem a novas recomposições sociais cujo sentido será dado pela conjuntura histórica específica, pelo modo como se estabelecem os diversos graus de relações de forças (sociais, políticas e militares).

A relação das **forças sociais** está estreitamente ligada à estrutura e é independente da vontade dos homens. “À base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção”. (GRAMSCI, 1980, p. 49)⁷

A relação das **forças políticas** diz respeito à “avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais...” (GRAMSCI, 1980, p. 49).

Podem diferenciar-se em diversos momentos de consciência política alcançada pelos grupos sociais, indo desde o grau mais elementar que é o econômico-corporativo, passando por uma identificação com o grupo social mais

⁷ .Podemos considerar a expressão “agrupamento social” como sendo sinônimo de “classe social”, pois seu conteúdo se aproxima do conceito marxista de classe social. De acordo com Lenin “... chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixadas e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem...” (Lenin, 1980, p.150).

amplo, mais ainda no campo econômico, até atingir a fase propriamente política. Nesta última fase os interesses corporativos são superados e se passa a admitir que os interesses dos próprio grupo podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados. Neste momento, todas as lutas se colocam em torno da questão da hegemonia: criação de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

É importante ressaltar que na história real estes graus de relação de forças políticas se confundem reciprocamente, combinando-se e dividindo-se alternadamente.

A relação das **forças militares** é imediatamente decisiva em determinados instantes. Mas essas relações não são algo indistinto e que possam ser identificadas imediatamente e de forma esquemática. Compreendem dois graus: o militar, ou técnico-militar, em sentido estrito, e o político militar.

O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o momento da relação de forças sociais e o momento da relação das forças militares com a **mediação** do momento da relação de forças políticas. Na análise que desenvolveremos a seguir, procuraremos compreender a situação das relações de forças, na conjuntura histórica objeto de nosso estudo.

Em 1964, no Brasil, vários fatores foram apresentados como indicadores de uma profunda **crise** pela qual estaria passando o país. Do ponto de vista econômico, tínhamos um alto índice de inflação, decréscimo na taxa de crescimento, rebaixamento dos salários, desemprego, queda na taxa de lucro, crise fiscal.

Politicamente, tivemos a crise do populismo, enquanto política de desenvolvimento capitalista. Em termos sociais, o acirramento da luta de classes, com o fortalecimento do movimento operário e das lutas dos trabalhadores agrícolas.

Essa crise acabou “justificando” a ação das forças militares. Para entendê-la, no entanto, precisamos retroceder a 1930, ano em que se intensifica a

expansão do capitalismo no Brasil, e a partir do qual podemos resgatar a gênese da crise de hegemonia dos anos 1960.

1.1.1. A gênese da crise: 1930-1945

Em 1930, com o rompimento da chamada República Agrário Exportadora, o Brasil entrou em uma nova fase do processo de acumulação capitalista, baseado, a partir desta data, e de forma mais expressiva, na industrialização.

A esse surto industrial de maior significado os economistas denominam de “modelo de substituição de importações”,⁸ processo que se desenvolveu de 1930 a 1962, favorecido pela crise do café, por um lado, e, por outro, pela crise mundial do capitalismo. Com a crise do capitalismo tornava-se difícil a importação de bens manufaturados tendo, então, o Brasil, que providenciar a produção desses bens internamente.

Luiz Pereira afirma que o processo industrial pós-30 foi favorecido por uma industrialização “intersticial” ocorrida no período anterior. Esta industrialização “florescia espontaneamente no ‘vazio’ deixado pela produção primário-exportadora, interna, e pela produção industrial das sociedades capitalistas ‘centrais’ que abasteciam grande parte das necessidades locais de manufaturados...” (PEREIRA, 1970, p. 127).⁹

A maioria dos autores concorda com a afirmação de que, nos anos 1930, a burguesia industrial ainda não tinha definida uma política de industrialização para o Brasil. Isto só viria a ocorrer na década de 1940, quando Roberto Simonsen, um dos “intelectuais orgânicos” dessa burguesia nesse período,

⁸. Autores que desenvolveram as bases teóricas desse modelo explicativo da economia brasileira: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares (os principais); Paul Singer e Luis Carlos Bresser Pereira. Esses autores foram influenciados em suas formulações pelos pressupostos neoclássicos e keinesianos.

propôs um projeto de desenvolvimento para o país que se contrapunha às posições defendidas por liberais como Eugênio Gudín. Este projeto, era “baseado na industrialização e numa ideologia econômica que transgredia o velho liberalismo, devido à grande intervenção do Estado na economia e às medidas protetoras à nascente industrialização.” (MANTEGA, 1987, p. 27).

No entanto, como assinala MANTEGA, esse projeto de desenvolvimento não pode ser considerado um projeto de dominação ou de hegemonia da burguesia industrial brasileira, pois ele

... restringiu-se a propor modificações na esfera das atividades econômicas, deixando praticamente intocadas as instituições políticas do país. Essa ausência de um novo projeto de dominação política indicava que as frações emergentes da burguesia industrial brasileira não pretendiam ou não reuniam condições para usurpar o poder político das mãos das classes ou frações das classes dominantes, mas almejavam apenas compartilhá-lho, mantidas as mesmas bases autoritárias vigentes na jovem república brasileira... (1987, P. 27).

Na verdade, o projeto de Simonsen significou, para MANTEGA:

... uma proposta de transformação burguesa conservadora, semelhante a que ocorrera na Itália e outros países europeus, que procurava absorver as crescentes pressões das massas urbanas e, ao mesmo tempo, seduzi-las e captá-las para o novo projeto social. (1987, p. 27).

Conclui:

*Assim, o projeto de desenvolvimento industrial dizia respeito principalmente a reformas de cunho econômico e social, como a elevação da renda **per capita**, a melhoria do nível de vida da população, o aumento da qualificação das técnicas brasileiras, e assim por diante, sem maiores referências a modificações nas instituições políticas. Mesmo do ponto de vista das reformas sociais, tratava-se fundamentalmente de medidas assistenciais (criação do SESI, SENAI, etc), ou de benefícios indiretamente provenientes do êxito da nova política industrialista. (MANTEGA, 1987, p. 28).*

⁹. Outros autores procuram estabelecer uma relação entre cafeicultura e industrialização, como, por exemplo, José Carlos PEREIRA. **Estrutura e expansão da indústria em S. Paulo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1967..

Estas informações sobre a incapacidade da burguesia industrial impor, a partir de 1930, a sua dominação ou mesmo sua hegemonia, são de fundamental importância para a tese que pretendemos desenvolver neste capítulo. Na verdade, facções dessa burguesia, aquelas comprometidas com o capital externo, e outras facções burguesas, como a burguesia financeira, estarão, no período 1930-1964, constituindo-se como facções de classes com plena consciência de seus interesses corporativos. E, como sabemos, a passagem de uma “classe em si” para uma “classe para si” é um processo complexo e que leva tempo. Por isso, os anos que separam 1930 do Golpe Militar de 1964 oferecem uma excelente oportunidade de compreensão do processo de organização das classes sociais. É o que veremos dando continuidade à nossa exposição.

Para isso, comecemos com uma indagação de suma importância: em termos da estruturação da sociedade de classes no Brasil, qual o significado de 1930, além da abertura para a industrialização?

Alguns autores, entre eles Nelson Werneck Sodré, viram no movimento de 1930 o início de uma revolução burguesa no Brasil.

Jacob Gorender opõe-se a esta tese, tendo como pressuposto um conceito de revolução expresso nos seguintes termos: “toda revolução consiste na substituição de um modo de produção antiquado por outro novo e pela derrubada da velha classe dominante...”(1983, p.62).

De acordo com esta definição, para GORENDER, em 1930 não houve nenhuma revolução no Brasil, uma vez que:

nenhuma alteração ocorreu na estrutura econômica da sociedade e o controle do Poder político nacional não mudou de classe. Tal controle passou da fração cafeicultora dos latifundiários para uma composição diferente da mesma classe de latifundiários, na qual predominavam os segmentos ligados ao mercado interno. (1983, p. 63)

Mas, apesar de afirmar que em 1930 não houve nenhuma revolução no Brasil, Gorender admite que houve uma “virada” na história deste país, possibilitando o avanço da industrialização e da influência política da burguesia industrial. Na citação que apresentamos a seguir ele esclarece melhor o sentido dessa “virada”:

O movimento político-militar de 30 realizou uma tarefa importante para desobstruir o caminho ao desenvolvimento do capitalismo: apeou do Poder a oligarquia dos fazendeiros de café, e dos seus associados do capital bancário e comercial, a qual governava o Brasil há quarenta anos. A Grande Depressão de 1929-1933 golpeou violentamente a cafeicultura e contribuiu para que, no quadro da nova correlação de forças sociais, se tornasse irreversível a substituição da produção exportável pela produção para o mercado interno como eixo do sistema econômico. (1983, p. 64-65).

Tudo indica que as eleições presidenciais de 1º de março de 1930 foi o fato político detonador do movimento, que depois seria chefiado por Getúlio Vargas.

Concorreram às eleições pelo Partido Republicano Paulista (PRP), partido dos cafeicultores e que contava com o apoio do capital inglês, Júlio Prestes, para presidente, e Vital Soares, para vice. Para enfrentar o PRP, segundo BASBAUM¹⁰, foi fundada a Aliança Liberal, pela burguesia comercial e financeira, com o apoio do capital americano. Os candidatos da Aliança Liberal foram Getúlio Vargas, para presidente, e João Pessoa, para vice.¹¹

Ao ganhar as eleições Júlio Prestes, do PRP, ficou evidente que este partido ainda tinha grande poder de fogo e que sua superação não seria tão tranqüila. Daí, a solução de força, usada mais uma vez na história do Brasil. Getúlio Vargas, derrotado nas eleições, chegou ao poder, primeiro como “delegado” da Revolução, a 3 de novembro de 1930. Depois da aprovação da Constituição de 1934, foi eleito presidente pelo voto indireto, devendo governar até 3 de maio de 1938. Mas,

¹⁰ . cf. Leônicio BASBAUM. **História Sincera da República**. De 1889 a 1930.

¹¹ . A Aliança Liberal foi criada em agosto de 1929 por líderes políticos mineiros e gaúchos.

com a instalação do Estado Novo em 1937, ele governou até 1945, quando, então, foi deposto.

No início do movimento, Getúlio parece que não tinha, segundo GORENDER, "nenhum projeto de incentivo especial à industrialização..." (1983, p.63). Tudo indica que também não tinha certeza dos termos do movimento que iniciou pessoalmente no Rio Grande do Sul, como se deduz a partir do que escreveu em seu **Diário**, a 3 de outubro de 1930:

... Todas as providências tomadas, todas as ligações feitas. Deve ser para hoje às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventuroso? Impossível reconstituir os antecedentes.

E mais adiante, nos registros do mesmo dia 3 de outubro:

Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso. (VARGAS, 1995, pp. 3 e 4-5).¹²

Mas, se no início de seu governo, Vargas não tinha muita aproximação com a burguesia industrial, nos anos seguintes esta aproximação foi se consolidando, apesar do permanente conflito que envolveu esta relação. Estes conflitos, porém, não impediram que em 1937 o conjunto da burguesia apoiasse o Golpe através do qual teve início o chamado Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas.¹³

Desta forma, se em 1930 a burguesia industrial brasileira ainda não dispunha de poder suficiente para assumir o Poder do Estado, nos anos seguintes,

¹² . Em 2 de outubro de 1930, Vargas redigiu o "Manifesto da revolução", discutindo-o inicialmente com Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. No dia 4 de outubro esse "Manifesto", que conclamava os gaúchos a aderirem à revolução, foi publicado pelo jornal **A Federação**, que era porta-voz do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Cf. Getúlio Vargas. **Diário**. p.3.

¹³ . cf. Jacob Gorender. **A burguesia brasileira**. p. 66.

com a expansão da industrialização, essa burguesia irá se fortalecendo e desenvolverá uma acirrada luta pela conquista da hegemonia econômica, política e ideológica.

Ao lado do crescimento da burguesia, também se expandiam os índices de representação da classe média e do proletariado no conjunto da população brasileira. Em relação a este último, os dados a seguir dão uma idéia desse crescimento:

O operariado já atingia 3,3% da população ativa de 15 anos e mais em 1920, proporção essa relativamente grande em confronto com os 5,6% e 5,4% que viria a perfazer respectivamente em 1940 e 1950, numa população ativa de 10 anos e mais- o que também constitui indicação de sua 'presença' como ponderável tipo do homem 'comum' no período revolucionário de 30. (PEREIRA, 1970, pp. 128-129).

Do nosso ponto de vista, o operário não representava “o tipo do homem comum”, mas, sim, uma classe em expansão e organização, que nos anos seguintes estaria liderando a luta trabalho/capital no Brasil.

Na verdade, desde as últimas décadas do século XIX, com a abolição da escravidão e o início da imigração de trabalhadores europeus, tem início um incipiente movimento operário no Brasil, inicialmente sob a influência dos socialistas e anarquistas ¹⁴. A partir da segunda década do século XX, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, os comunistas passaram a exercer maior influência no movimento operário.

Desta forma, o movimento de 1930, liderado por Getúlio Vargas, não visava apenas destruir a República Agrário-Exportadora, mas também enfrentar as tensões sociais que estavam se intensificando através do movimento operário.

Em agosto de 1930, em um artigo publicado no jornal “A classe operária”, o Partido Comunista do Brasil se colocava contra a proposta de Luiz Carlos

¹⁴ . Alguns exemplos: a) fundação, em 1895, do **Centro Socialista de Santos**. Este Centro foi fundado por Silvério Fontes, médico sergipano e que “é considerado o primeiro marxista brasileiro de militância política” (SILVA, s.d., p. 15); b) 1890: criação pelos operários italianos do **Partido Operário**, que durou apenas até 1892; c) 1900: **Liga Democrática Italiana**, formada em sua maioria por italianos, mas que contava também com alemães; d) 1892: I Congresso Socialista no Brasil; e) 1902: II Congresso Socialista no Brasil; f) realização de diversas greves na primeira década do século XX; g) existência de uma significativa imprensa operária sobre a qual não podemos nos estender nesta nota.

Prestes de formação de uma Liga de Ação Revolucionária. E o PCB se opôs a essa liga por considerar que no fundo ela representaria a criação de um outro partido “confusionista”, envolvendo proletariado, camponeses e pequena burguesia, sob a direção desta última. O duro artigo, intitulado “Resposta do Proletariado a Luiz Carlos Prestes”, se encerra com as seguintes palavras:

*Para a situação atual,
A única saída é a da luta revolucionária;
Os únicos aliados são as massas exploradas;
O único verdadeiro chefe e guia é o proletariado e o seu partido.
(IN: BASBAUM, 1976, pp. 306-307).*

Por este artigo, percebe-se que, em 1930, pelo menos uma parcela do proletariado brasileiro, aquela que já tinha ultrapassado a fase da “classe em si” para a “classe para si”, organizada em partidos, associações, sindicatos, sentia-se, assim como a burguesia, em clima de “revolução”, muito embora os alvos almejados fossem diferentes. Talvez esta situação tenha inspirado a famosa frase de Antonio Carlos, integrante do Partido Republicano Mineiro: “façamos a revolução antes que o povo a faça.”¹⁵

De qualquer forma, naquela conjuntura histórica a “revolução” foi feita pelas classes dominantes, as quais definiram, a partir daí, a forma em que se daria a participação popular. Esta forma foi definida pela política **populista**, através da qual se procurou ganhar o consenso dos trabalhadores e da classe média para o projeto de expansão da sociedade burguesa no Brasil. No plano ideológico, essa política teve como base a ideologia do “nacional-desenvolvimentismo”, que cimentou o bloco histórico até o início da década de 1960, apesar de todas as contradições vivenciadas.

Em termos de crescimento econômico, a economia brasileira apresentou, já a partir dos anos 1930, um excelente desempenho. Teve uma pequena interrupção nesse crescimento entre os anos 1930-1933, mas logo retomou o ritmo evolutivo. (OLIVEIRA, 1997, p. 24-25).

¹⁵ . É importante lembrar que já nessa época as classes dominantes brasileiras consideravam a “questão social” como caso de polícia. Pelo menos este era o pensamento de Washington Luis, presidente deposto em 1930.

Em termos políticos, até 1945, o confronto maior esteve voltado para o enfrentamento com os setores agrários (exportadores e importadores). Timidamente, na década de 1930, como vimos, e de forma mais ostensiva nos períodos posteriores. Como afirma IANNI:¹⁶

Até 1945, os acontecimentos políticos estão abertamente vinculados à necessidade de reduzir o poder político e econômico dos setores agrários-exportadores e importadores. Na base dos seus interesses está a cafeicultura, como atividade econômica preponderante. Assim, por um lado, estabelece-se o conflito entre as oligarquias tradicionais e os setores urbanos nascentes, tais como a classe média, a burocracia civil e militar, os incipientes grupos de empresários industriais e o proletariado nascente. Por outro lado, as lutas políticas estão relacionadas com o confronto entre os diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico. Na base desses confrontos estão, no entanto, as contradições entre a economia agrário-exportadora e a economia industrial em formação. Esses confrontos são o fulcro dos acontecimentos até 1945. (IANNI, 1968, p. 16).

1.1.2. O desenrolar da crise: 1945-1964

Tomamos o ano de 1945 como o marco inicial de um novo período no conjunto de acontecimentos que levará ao 1964, porque, em primeiro lugar, é o ano da deposição de Getúlio Vargas e, em segundo, porque a partir desta data, o quadro descrito no item anterior torna-se mais complexo em termos econômicos, políticos e sociais. Além disso, foi a partir de 1945 que a hegemonia do capital inglês no Brasil foi substituída pelo predomínio do capital norte-americano.

Com a deposição de VARGAS, encerrou-se o ciclo do Estado Novo (1937-1945) entrando o Brasil em um período “democrático”. Com a vitória nas eleições diretas, Eurico Gaspar Dutra (antigo colaborador de Vargas) assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1946, governando o país até 31 de janeiro de 1951, quando teve início o novo governo Vargas (1951-1954).¹⁷

¹⁶ . Mesmo o projeto desenvolvimentista só vai ganhar maior impulso a partir da década de 1950.

¹⁷ . Concorreram às eleições de 2 de dezembro de 1945: pela UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes; pelo PSD, o General Eurico Gaspar Dutra, que contou também com o apoio (de última hora), do PTB, por decisão pessoal de Vargas, que era presidente do partido; pelo PCB, Yeddo Fiuza.

Esta conjuntura, inaugurada em 1945, é mais complexa do que a anterior pelos seguintes fatores:

... já estavam formadas, então, as condições institucionais, econômicas e políticas para o desenvolvimento do setor industrial. A própria derrubada do Governo de Getúlio Dornelles Vargas reflete os conflitos de interesses e as lutas que transcendem o âmbito nacional. Entre 1945 e 1964 entram em cena, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral. A partir do Golpe de Estado contra Getúlio Vargas e o Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, o processo político brasileiro abrange amplamente os operários, os setores médios da sociedade e grupos de trabalhadores agrícolas. Isto significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe média numericamente crescente. Além disso, colocam-se de modo jamais conhecido antes as reivindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país. É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada. (IANNI, 1968, p.17).

Dois aspectos merecem destaque nesta citação de Octávio IANNI, na medida em que eles nos indicam o percurso da expansão capitalista no Brasil, na conjuntura inaugurada em 1945. Em primeiro lugar, chama-nos a atenção a afirmação acerca da existência das condições necessárias ao crescimento industrial. Em segundo, é evidente a complexidade da estrutura de classes e as lutas que acompanham esse processo.

Em relação à industrialização, embora ainda estivéssemos na fase denominada de “substituição de importações”, a qual perdurará até o início da década de 1960, há no período em análise uma maior expressão do setor, como também uma maior adesão às políticas de industrialização por parte de diferentes setores sociais, mesmo de significativos setores da esquerda.

Sedimentando o bloco histórico em torno do ideal da industrialização, estava a ideologia do **nacional-desenvolvimentismo**. Em torno dessa ideologia, congregaram-se civis e militares, burgueses e proletários, liberais e esquerdistas, setores das classes médias, estudantes universitários. Mas, apesar desse amplo leque de adesões não se pode afirmar que havia homogeneidade na

perspectiva a partir da qual cada um desses segmentos sociais se envolvia com essa ideologia.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a burguesia e a classe média viam o desenvolvimentismo - que para todos naquele período era sinônimo de industrialização - como um fim em si mesmo, enquanto o operariado e as forças de esquerda o viam como um meio de libertação nacional e como uma etapa do processo maior de transformação da sociedade brasileira.

Mas, como afirma Guido MANTEGA, “no cômputo geral, convergia-se em prol da industrialização ou do desenvolvimento capitalista, com os supostos benefícios que deveria trazer para toda a nação...”. (1987, p. 75).

Do nosso ponto de vista, foi com base nessa ideologia que a burguesia industrial conseguiu exercer sua hegemonia sobre as diferentes classes sociais e segmentos de classe, em prol da formação da sociedade burguesa no Brasil. E para isso serviu-se do aparelho de Estado e de seus governantes. Quando isso não lhe parecia possível dentro dos limites constitucionais, recorria a mecanismos de força como o Golpe de Estado, por exemplo, contando para isso com o apoio do imperialismo.

Têm esse significado acontecimentos como a deposição de Vargas em 1945; seu afastamento em 1954, seguida de seu suicídio¹⁸; o movimento em 1955 para impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubtschek de Oliveira; a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, e a resistência à posse do seu vice, João Goulart.

Para entendermos esse complicado processo político que acompanhou a expansão da hegemonia da burguesia comprometida com o capital

¹⁸ . A **Carta Testamento** de Vargas, entre outros aspectos, assinala dois elementos importantes de sua política: o apelo ao povo e a referência ao domínio externo. A referência e o apelo ao povo é típico do populismo. Já em relação à resistência ao domínio externo, não há consenso entre os intérpretes do segundo Governo Vargas. Três tendências podem ser assinaladas: a) aquela defendida pelo PCB até 1954, de que Vargas seria um instrumento servil do imperialismo norte-americano; b) Vargas teria representado um governo antiimperialista, defendida por autores como Octávio Ianni e Francisco Weffort; e) a política de Vargas representaria uma posição intermediária entre ser “instrumento servil do imperialismo” e ser um antiimperialista. De acordo com Armando BOITO Jr, Vargas “procuraria pressionar o imperialismo e negociar com ele. Seria um governo que poderíamos denominar nacional-reformista”. (BOITO JR, 1984, p. 16).

externo, é útil recordarmos a afirmação de Antonio Gramsci de que todo Estado encerra os elementos de hegemonia e de coerção, exatamente porque o Estado, para ele, no sentido ampliado, compreende a sociedade civil e a sociedade política.

Mas, o que faz com que um Estado, em determinadas conjunturas, seja mais consensual ou, pelo contrário, mais coercitivo? Para Gramsci:

... o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos 'ditatorial', ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia que, por sua vez, dependem do grau de socialização da política alcançada pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a supremacia. (COUTINHO, 1981, p. 41).

Para a análise que estamos desenvolvendo, é importante considerar o destaque dado por Gramsci à correlação de forças entre as classes sociais como o elemento que, em última instância, estaria na base das opções consensuais ou coercitivas do Estado.

Lembrando, pois, que o Estado é sempre, um instrumento de classes, recordamos que, no período em análise, a burguesia multinacional e associada ainda não dispunha de condições para conquistar sua supremacia, embora já estivesse organizada para exercer sua hegemonia sobre as demais classes sociais.

... a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a "liquidar" ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se, dominante, mas deve continuar a ser também dirigente. (GRAMSCI, apud Coutinho, 1981. p. 197-198).

Neste caso, a hegemonia da burguesia industrial estava sendo ideologicamente sustentada, como já salientamos, pelo nacional-desenvolvimentismo.

A construção dessa ideologia deu-se através de acirradas polêmicas teóricas. Já vimos como na década de 1940 enfrentavam-se Eugênio Gudín e Roberto Simonsen. Mas, foi especialmente na década de 1950 e início da de 1960

que essa polêmica se aprofundou. Ela envolveu tanto intelectuais como instituições especializadas como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Essa ideologia concretizou-se em planos estatais como a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1951-1953); Grupo Misto BNDE – CEPAL (1953-1955) e o Plano de Metas (1956-1961).

Embora ainda tivesse nos liberais seus interlocutores mais acirrados, os desenvolvimentistas trouxeram a maior novidade para as discussões da década de 1950.¹⁹ Como não temos condições de analisar individualmente os teóricos do nacional-desenvolvimentismo, faremos algumas considerações em torno da CEPAL e do ISEB, instituições que, como afirmamos, foram chaves na elaboração dessa ideologia.

A CEPAL foi criada no final da década de 1940, no contexto histórico-cultural em que os países latino-americanos procuravam, através de seus intelectuais, formular um pensamento independente relativo à compreensão e explicação da situação desses países. Teve em Raul Prébisch seu primeiro ideólogo.²⁰

... a CEPAL inaugurou uma interpretação original das relações entre os países capitalistas avançados e os da chamada periferia latino-americana. No campo da política econômica e do planejamento inspirou a atuação de vários governos periféricos, fornecendo, dessa maneira, os principais ingredientes da ideologia desenvolvimentista dos anos 50. (MANTEGA, 1987, p. 24).

O ISEB foi fundado em 1955 e fechado em 1964 pelos militares. Sua origem mais remota, segundo declaração de Hélio Jaguaribe à Folha de São Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1998, foi o “Grupo de Itatiaia”, grupo composto por

¹⁹ . Exponentes do liberalismo nesse período: Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Glycon de Paiva, Alexandre Kafka, Tristão da Cunha, Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto. Cf. MANTEGA, 1987, p.13.

²⁰ . De acordo com MANTEGA (1987, p. 34), Prébisch esboçou “nas décadas de 30 e 40, as linhas-mestras do pensamento da CEPAL. Intelectuais brasileiros que posteriormente se integraram à CEPAL: Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando H. Cardoso, Carlos Lessa, A. Barros de Castro e José Serra, entre outros.

paulistas e mineiros, que se reuniam três dias por mês em Itatiaia ²¹, e que era guiado pela seguinte orientação ideológica:

... criou-se entre nós uma amizade pessoal, mas o grupo se formou antes por afinidade intelectual. Tínhamos uma posição culturalista, de maior independência do Brasil diante dos Estados Unidos, nacionalista de vocação social, basicamente social-democrata "avant la lettre". (JAGUARIBE, 1998, p. 5-9).

Os entendimentos para criação do ISEB ²² já estavam sendo feitos com Anísio Teixeira, quando Getúlio Vargas afastou-se da presidência em 1954. Mas, segundo Jaguaribe, o Ministro da Educação de Café Filho, Cândido da Mota Filho, também mostrou-se simpático à criação do Instituto, sendo o ISEB, então, criado como um centro de estudos do Ministério, tendo como objetivo:

formular um projeto nacional nas condições de meados do século 20; um projeto que incorporava as visões do culturalismo germânico, que se afastava tanto da influência francesa da USP quanto do grupo marxista. Com isso fizemos uma contribuição muito interessante, um projeto nacional-desenvolvimentista que foi incorporado por Juscelino. (JAGUARIBE, 1998, p. 5-9). ²³

Essa descrição de Jaguaribe não revela a existência de outras tendências teóricas no ISEB, inclusive de marxistas. Só em outra parte da entrevista, quando descreve as etapas pelos quais passou o Instituto, é que essa descrição se completa. De acordo com Jaguaribe, o ISEB teria passado por três fases:

²¹ . Componentes do Grupo de Itatiaia: Cândido Mendes de Almeida; Guerreiro Ramos; Ewaldo Correia Lima; João Paulo de Almeida Magalhães; Moacir Félix de Oliveira; Oscar Lorenzo Fernandes. Apresentamos aqui a visão do ISEB dada por um de seus integrantes. No entanto, essa visão pode ser confrontada com as seguintes obras: Caio Navarro de TOLEDO. ISEB: Fábrica de Ideologias. S. Paulo: Ática, 1977; Nelson Werneck SODRÉ. História do ISEB, **Temas de C. Humanas**, n. 1, 3 e 4. S. Paulo: Editorial Grijalbo, 1977-1978.

²² . De acordo com Hélio Jaguaribe, quando se criou o ISEB, a intenção era fazer deste Instituto "uma contrapartida à Escola Superior de Guerra, com aulas para uma elite civil; personalidades da administração pública, das empresas, do sindicalismo...". (JAGUARIBE, 1998, p.). Para uma análise da atuação das Forças Armadas nesse período, consultar o excelente livro de Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**.

²³ . O ISEB desenvolveu uma versão mais nacionalista do desenvolvimentismo do que aquela desenvolvida pela CEPAL.

Primeira fase: da fundação até 1960, quando, a partir de um conflito com Guerreiro Ramos, saíram do ISEB Jaguaribe, Anísio Teixeira e Guerreiro Ramos.

Segunda fase: nesta segunda fase, o ISEB passou por uma modificação importante, pois seu presidente não seria mais escolhido pelo Conselho, mas, sim diretamente pelo Ministério da Educação. Este foi o período da presidência de Roland Corbesier.

Terceira fase: de influência do Partido Comunista, com Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré.

O ISEB que os militares encontraram era o de  lvvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, totalmente satelizado pelo PC. Houve então a invasão do ISEB pelos militares, apontando metralhadoras para cima, e  lvvaro Vieira Pinto, homem sensível, frágil, foi psicologicamente destruido, foi levado   prisão, depois foi solto e nunca mais saiu de casa, passou a viver enclausurado. (p. 5-10)²⁴

Um aspecto importante do nacional-desenvolvimentismo, que tem importância para a análise que estamos desenvolvendo neste capítulo, foi destacado por Guido MANTEGA e diz respeito   nega o, pelos formuladores dessa ideologia, da contradi o capital-trabalho:

Ao propor o capitalismo, o desenvolvimentismo tinha de passar para segundo plano a contradi o capital-trabalho, escamoteando a situa o das classes sociais para enaltecer a luta entre na es. Para tanto, não se podia ir a fundo na análise das rela es de produ o e de seus antagonismos, ficando-se na superfície das generaliza es ideológicas que louvavam a na o. (1987, p.63).

Mas, apesar dessa proposta de um desenvolvimento capitalista aut nomo, o que se verificou, como veremos mais adiante, foi que   medida que avanava a monopoliza o da acumula o capitalista no Brasil, esta se fazia cada vez mais de forma "associada" ao capital estrangeiro, especialmente norte-americano.

²⁴ . Alvaro Vieira Pinto morreu em 1987, aos 78 anos de idade. Foi diretor do departamento de Filosofia do ISEB e ativo militante pela Reforma Universitária.

Essa contradição ficou ainda mais evidente no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, na medida em que foi em sua administração que se ampliaram as relações com o capital estrangeiro, ocorrendo, de certa forma, para alguns autores, a interrupção do padrão getuliano de desenvolvimento econômico-social.²⁵

Jaguaribe afirmou, na entrevista já mencionada, que o ISEB mantinha excelentes relações com Juscelino Kubitschek. Descreveu da seguinte forma como se davam concretamente essas relações:

... Propusemos a Juscelino fazer uma reflexão fora do Governo, sem nenhum vínculo burocrático, portanto com total independência, em torno de um projeto nacional-desenvolvimentista que ele podia utilizar. Daí surgiu a oportunidade de cooperação não-burocrática com Lucas Lopes, que foi incumbido de fazer o Plano de Metas. Lucas absorveu uma certa parte, por outro lado era mais ortodoxo e liberal do que nós. Havia também influência de Roberto Campos, que contrabalançava um pouco para esse lado mais ortodoxo. Mas a idéia desenvolvimentista eles absorveram completamente. Tanto que naquela época Roberto Campos era totalmente desenvolvimentista. Não era o neoliberal que virou depois, acreditou em projetos, planificação. Era membro do Conselho Superior do ISEB. (JAGUARIBE, 1998, p. 5-9).

De qualquer forma, a adesão ao nacional-desenvolvimentismo foi facilitada pela **política populista**. Esta teve início no Brasil como uma obra de Getúlio Vargas e dos políticos a ele aliados. Assumiu conotações distintas em períodos posteriores, sob os Governos de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961); Jânio Quadros (31/1/1961 a 25/8/1961) e João Goulart (7/9/1961 a 1/4/1964).

Populismo tem sido um conceito utilizado para designar não apenas movimentos sociais e políticos com características bastante diferenciadas, mas também para denominar ideologias as mais diversas. Seu uso remonta, pelo menos, ao século XIX, quando foram considerados como **populistas**, os movimentos radicais norte-americanos do Sul rural e do Oeste desse país, nas duas últimas décadas daquele século. Populistas também foram denominados movimentos sociais russos nas décadas de 1870 (movimento “Terra e Liberdade”) e 1880 (movimento “Vontade do Povo”).

²⁵. cf. Octavio IANNI. **O colapso do populismo no Brasil**. p. 9.

No Brasil, o uso mais comum desse conceito tem sido no sentido de políticas do Estado que dão forte ênfase à cooptação do “povo” (ou massas) para seus projetos. No entanto, podemos observar diferentes conotações de acordo com os autores analisados, especialmente no que se refere a identificação do populismo com simples estratégia de manipulação das massas.

Para Octávio IANNI, o populismo foi a forma política assumida pela sociedade de massas no Brasil. Foi um “movimento político” antes do que “um partido político”. Além disso, foi um movimento político em permanente crise, por vários fatores, dentre os quais podemos destacar seu caráter de política de alianças de classes. E, como tal, era uma política de aliança de contrários, por isso funcionava em algum grau em “época de normalidade”, mas os antagonismos subjacentes a essas alianças vinham à tona em épocas de crise. (1968, p.20)²⁶

Foi o que ocorreu em diversas conjunturas do período 1930-1964. No início dos anos 1960, esta crise foi mais profunda. A economia entrou em um ciclo de desaceleração do desenvolvimento, apresentando quedas na taxa de crescimento, altas taxas de inflação, desemprego, entre outros. Tudo isso acompanhado pelo acirramento da luta de classes. Era a crise da chamada “democracia populista”.²⁷

E nessa crise, as contradições de interesses, que aparentemente tinham se acomodado sob o “pacto populista”, puderam expressar-se de forma mais contundente e explícita, abrindo, assim, espaço a vários possíveis históricos, que já estavam embutidos na política populista. Um desses possíveis era a continuidade de um capitalismo de cunho nacionalista, que rompesse a dominação externa que o período Vargas não logrou romper. Outro possível histórico que também já se anunciava era o do capitalismo dependente e associado ao capital externo. Mas também o socialismo se colocava no horizonte como uma das possibilidades históricas de realização do modelo brasileiro de desenvolvimento.

²⁶. Muitas vezes no livro **O colapso do populismo no Brasil**, Ianni utiliza os termos “populismo” e “política de massas”, como sinônimos. Ex: “Na verdade, reconstruímos a formação, apogeu e colapso da política de massas, conhecida também como populismo”. (1968, p.)

²⁷. A expressão “democracia populista” é utilizada por autores como Octávio IANNI. **O colapso do populismo no Brasil** e por Caio Navarro de TOLEDO. A democracia populista golpeada. IN: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) **1964: Visões Críticas do Golpe**. Democracia e reformas no populismo.

Antecipadamente, nenhum desses possíveis históricos estava resolvido antes do Golpe de Estado de 1964. O aprofundamento das contradições de classes, aliado a inúmeros outros fatores, acabou consagrando a ditadura da burguesia dependente-associada.

O primeiro desses fatores foi o colapso do populismo como política de alianças de classes. Para melhor entendermos esse colapso, vejamos as formulações de Gorender acerca do populismo, nos quais ele afirma que este não se reduz a simples manipulação das massas:

No sentido aqui empregado, o conceito de populismo não se reduz a demagogia e manipulação aspectos secundários no contexto. O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrão e empregados. O projeto de industrialização como interesse comum entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa... (GORENDER, 1987, p.16).

Por que esse consenso não foi mais possível? Em termos mais gerais, podemos afirmar que, a partir da crise econômica com que se inicia o Governo Jânio Quadros, as contradições entre o nacional-desenvolvimentismo e os resultados concretos do processo de industrialização, que não trouxe benefícios para a grande massa de trabalhadores urbanos e rurais, fizeram com que os conflitos e tensões entre as classes se tornassem mais agudos.

Formas de organização de classes foram intensificadas, alianças partidárias desfeitas (em especial a aliança PTB/PSD, tendo este último partido se aproximado da UDN);²⁸ movimentos sociais eclodiram em vários níveis da sociedade:

²⁸. Em 1945, por força da Lei Eleitoral, os partidos tiveram que se reorganizar nacionalmente em torno de três grandes partidos: a) União Democrática Nacional (UDN), era um partido predominantemente urbano, com ampla base eleitoral nas classes médias. Era composto por representantes da alta burguesia (latifundiários, industriais e grandes proprietários) e profissionais liberais; b) Partido Social Democrático (PSD), criado por Vargas a partir dos interventores do Estado Novo. Inicialmente congregava a burguesia operária, a burguesia conservadora tradicional e certos setores da indústria nacional; c) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também criado por Getúlio Vargas. O “trabalhismo” foi a base ideológica desse partido. As informações sobre os partidos políticos foram extraídas dos seguintes textos: a) Leôncio BASBAUM, **História Sincera da República**. v. 4; b) Lúcia M. Lippi OLIVEIRA. **Partidos políticos brasileiros: o partido social democrático**; c) Ivani Aparecida Omura. **Eleitores e eleitos: Composição e comportamento**.

movimento operário, Ligas Camponesas, formação dos sindicatos rurais, movimento estudantil, movimentos ligados à Igreja Católica. As classes dominantes, em especial o novo bloco de poder multinacional-associado, fortaleceram suas trincheiras. A expansão máxima deste fortalecimento foi a organização do complexo IPES/IBAD.²⁹ Os militares se estruturaram e se fortaleceram como força política e ideológica através da Escola Superior de Guerra (ESG) e de sua aliança com o novo bloco de poder.

A expressão maior desses conflitos talvez tenha sido a luta pelas “reformas de base” (econômica, tributária, agrária, administrativa, urbana, universitária), que aglutinou diversos setores sociais que chegaram a constituir a Frente de Mobilização Popular (FMP).

Apesar da imprecisão e de certa inclinação populista, a idéia das reformas de base correspondia a aspirações das massas trabalhadoras, de vastos setores das camadas médias e do setor nacionalista da burguesia.³⁰ Formou-se uma idéia mobilizadora formidável. Um dos seus efeitos foi o de produzir brechas no bloco burguês... (GORENDER, 1987, p. 51).

Essas reformas encerravam

... virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação nacionalista... (GORENDER, 1987, p. 51).

²⁹. Na nossa dissertação de mestrado descrevemos pormenorizadamente a ação do Complexo IPES/IBAD. Aqui não podemos nos deter neste tema. Gostaríamos apenas de afirmar que, embora esses institutos não tenham sido criados para deflagrar o golpe, quando este se configurou, foi resultante em grande parte da ação ideológica, de corrupção e de grupo de pressão exercidos por integrantes desses institutos. O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), foi criado a 29 de novembro de 1961; o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), foi fundado em 1959. Sobre a ação desses institutos ver: a) SHEEN, Maria Rosemary C.C. **O contexto da política de criação das Universidades Estaduais do Paraná**; b) DREIFFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**; c) SOUZA, Maria Inez Salgado de. **Os empresários e a educação**. O IPES e a Política Educacional após 1964.

³⁰. Sobre a existência de um setor “nacionalista” da burguesia brasileira, há muita polêmica ou mesmo divergências entre os autores consultados. Já nos referimos anteriormente à não existência de uma burguesia nacional no sentido clássico, de revolucionário. Aqui estamos nos referindo a uma burguesia que teria interesses voltados para o desenvolvimento capitalista autônomo. Como afirma Navarro de TOLEDO, “... O nacionalismo da burguesia brasileira sempre teve um caráter eminentemente pragmático; ou seja, dependendo das circunstâncias e das suas conveniências, a burguesia se opõe ou se associa ao capital multinacional...” (1997, p.43).

A percepção dessas “virtualidades” forçou a aliança da burguesia agrária, industrial, comercial e financeira, aliança esta que tornou vitorioso o Golpe de 1964 e a instalação da ditadura burguesa, mediada pelos militares.

A intensificação dos conflitos sociais, portanto, colocavam barreiras à pretendida hegemonia da burguesia multinacional e associada. Embora economicamente fortalecida, essa burguesia ainda não dispunha de força suficiente para assumir o poder, haja vista as inumeráveis e frustradas tentativas feitas pela UDN, partido que a representava, para conquistar o poder a partir de 1945.

Desta forma, fazendo uma certa adaptação da formulação de Gramsci, podemos afirmar que em 1964 houve uma crise de hegemonia que não pode ser solucionada no contexto da “democracia populista”. Esta, como já afirmamos, já tinha esgotado suas possibilidades de “alianças” de classes. Também a ideologia que lhe dava sustentação, o nacional-desenvolvimentismo, já tinha mostrado toda sua contradição, a partir do próprio processo de expansão capitalista.

No entanto, por que essa crise de hegemonia teve que ser solucionada pela via coercitiva, a ditadura militar? É lógico que para as classes dominantes a ditadura se fazia necessária para combater a “corrupção e o perigo comunista”, presente na “República trabalhista”, e dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento. Esta era a visão ideológica de uma classe, que se procurou impor a toda a nação para conquistar a adesão das outras classes ao Golpe Militar.

Mas, como vimos, o Golpe veio “resolver” uma crise de hegemonia, que embora tivesse determinações econômicas, estas não eram de tal natureza a tornar o Golpe inevitável. Pelo menos essa é a posição defendida por Francisco de OLIVEIRA, que procura desmistificar a visão catastrófica do Golpe. Para este autor, para entender 1964 é preciso “recusar essa posição e analisar as opções que foram tomadas”. (1977, p.23).

Evidentemente, essas opções, ou “possíveis históricos”, como denominamos anteriormente, não estão à disposição dos homens de forma aleatória, mas são determinadas pelas condições concretas em que esses homens vivem e atuam. Nas palavras de Francisco de Oliveira:

... não se trata nem dessa história de que só havia aquele caminho, nem de história, mais fácil inclusive para os críticos, de que qualquer alternativa estava à disposição. Na bela tradição da economia política, as alternativas estavam à disposição dos sujeitos e atores que tinham recursos políticos, econômicos e sociais para implementá-las. (1977, p. 24).

Na conjuntura de 1964 esses recursos estavam disponíveis para a burguesia associada ao capital externo. Vejamos alguns desses recursos.

Em termos econômicos, embora a economia estivesse em crise, como já afirmamos, essa crise, na interpretação de Francisco de Oliveira, não apresentava características tão drásticas. Pelo contrário, “a economia tinha em si mesma a capacidade de crescimento que já havia concretizado numa seqüência de mais de trinta anos de continuada expansão” (1977, p. 26). Essa economia tinha seus “impasses”, mas que seriam perfeitamente sanáveis. Esses impasses seriam de três natureza. Primeiro, a estreiteza da **base fiscal** do Estado, o que lhe dificultava exercer o papel de promotor do desenvolvimento capitalista. Segundo, a situação do setor agrário da economia, um dos mais atrasados e que não acompanhava o crescimento de um mercado interno já criado pela indústria.

A agricultura paulista e a paranaense certamente poderiam ser classificadas, à época, como “agriculturas capitalistas”, no sentido pleno da palavra. Mas, certamente, isso não corresponde ao resto do Brasil. Daí que uma das principais bandeiras dos anos 60 fosse a da reforma agrária... (1977, p.26).

Um terceiro fator que criava impasses à economia era, segundo Francisco de Oliveira, a incapacidade do Estado brasileiro de romper com a relação de força sobre a qual se assentava o par PSD/PTB.

Assim, para Francisco de Oliveira, a situação econômica não justificaria a necessidade do Golpe de Estado em 1964. Para este autor,

... o golpe de 64 foi uma opção de forças políticas que, quebrando alianças de classes, traduzem numa nova aliança política a relação de classes que se estabelece com o golpe de Estado. Donde nem o determinismo, nem a falta de caminhos e nem a “cesta” repleta de alternativas. A relação de forças que se estabelece será a responsável pela opção política que encaminhará os negócios da economia e da sociedade brasileira no pós-64. (1977, p.27)

Gostaríamos de confrontar essa posição de Francisco de Oliveira com a de Guido MANTEGA e Maria MORAES. Estes últimos autores chamam a atenção para a situação difícil da economia brasileira no término do governo de Juscelino K. de Oliveira. Este presidente teria extenuado “os cofres públicos bem além de suas possibilidades, legado um enorme déficit estatal, e um endividamento externo em crescimento”. (1980, p. 14).

Jânio Quadros e, posteriormente, João Goulart, já tinham encontrado a economia nesta situação, além da existência de um grande descontentamento popular. Desta forma,

O saneamento financeiro, que não comportava mais a manutenção de regalias especiais aos monopólios (ao menos de se aumentar a sangria das classes trabalhadoras), esbarrava na organização e capacidade de mobilização dos assalariados. Tendo tolerado uma discreta elevação dos níveis de exploração, durante a segunda metade dos anos 50, os trabalhadores demonstravam crescente disposição de não apenas impedir novas investidas sobre seus salários como também, de melhorar suas condições de vida. (1979, p.14).

Para Mantega e Moraes, o salto monopolista,

... só poderia se consolidar caso a grande burguesia impusesse drasticamente seus interesses à economia e sociedade brasileira. Em poucas palavras, era preciso romper o pacto populista, varrendo de cena o movimento popular (e a resistência ao aumento de taxa de exploração), colocando em seu devido lugar os setores mais atrasados das classes dominantes, como era o caso da oligarquia fundiária, cuja influência política já superava de muito seu declinante poder econômico. (1979, p.14).

Poderíamos dizer que tanto Francisco de Oliveira quanto Guido Mantega e Maria Moraes procuram estabelecer as devidas relações entre os fatores políticos e econômicos da crise. Só que Francisco de Oliveira, no caso de 1964, dá ênfase aos aspectos políticos, embora ressaltando suas determinações econômicas. Mantega e Moraes dão uma atenção maior aos aspectos econômicos da crise, em decorrência da posição teórica a partir da qual analisam tanto os períodos de expansão capitalista como os de crise:

Sem negar os eventuais problemas de mercado e as tendências anárquicas que, periodicamente, manifestam-se no capitalismo brasileiro, procuraremos demonstrar nos três artigos que compõe este livro, que o fio da meada para explicar os períodos da expansão e de crise, percorridos pela acumulação de capital no Brasil nas últimas décadas é a taxa de lucro e seus determinantes principais... (1979, p.18).

Podemos concluir, a partir das questões analisadas, que o Golpe Militar de 1964 não foi um acontecimento estritamente político ou político-militar, mas teve raízes econômicas profundas. Significou o fortalecimento do capitalismo monopolista no país em sua modalidade dependente.

Desta forma, com a conquista da hegemonia política pelo novo bloco de poder multinacional e associado passou a predominar no país um novo “modelo” econômico de desenvolvimento, o dependente - associado, reforçando, assim, a dependência estrutural que tem caracterizado sua evolução histórica.

A partir da consolidação dessa nova fase de acumulação capitalista, o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas e sociais: alta concentração da renda e da propriedade; predomínio do autoritarismo como estilo de governo; menor socialização da política com o enfraquecimento da sociedade civil. O aparelho de Estado passou a intervir de maneira mais direta e significativa em todas as esferas da vida nacional. Passou a ser o idealizador e, em alguns casos, o executor, tanto da política econômica quanto das políticas sociais. Isto significou o fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário.

1.2. As Expressões da Crise no Campo Educacional: o Movimento de Reforma Universitária e a Política Educacional do Estado Autoritário.

1.2.1. A questão da universidade no Brasil e a Política Educacional do Estado Novo: 1930-1945.

Como sabemos, o ensino superior iniciou-se no Brasil através de escolas superiores de caráter profissional e isoladas. E, mesmo estas, foram criadas apenas a partir de 1808, quando da transferência da família real portuguesa para o Brasil.³¹

Muito embora tenham sido muitos os pedidos para que se criasse no Brasil uma universidade, esta só veio a se tornar realidade em 1920 com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.³² No século XIX, muitos projetos, visando a criação de universidades, foram apresentados mas nenhum deles obteve aprovação legal. Foram, no período de 1808 a 1882, apresentados 24 projetos. (TEIXEIRA, 1989, p.78).

Houve, assim, forte resistência em relação à idéia de criação de universidades no Brasil. Essa resistência foi inicialmente sustentada pela Coroa Portuguesa, mas, posteriormente, foi também assumida por políticos e segmentos da intelectualidade brasileira.

Ainda não existe na historiografia educacional um consenso quanto às causas dessa resistência. Existem algumas teses que, a nosso ver, ainda necessitam de um melhor aprofundamento.

De acordo com uma das teses mais divulgadas, a oposição que Portugal manifestava, quanto à criação de universidades no Brasil, era motivada por um desejo de dominação política, uma vez que, impedindo a criação dessas instituições no país, Portugal forçava a manutenção do predomínio da Universidade de Coimbra como o centro privilegiado na formação universitária da elite brasileira.³³

A verdade é que uma acirrada polêmica envolveu positivistas, liberais e católicos em torno da questão da universidade na segunda metade do século XIX. Os positivistas opunham-se à universidade por considerá-la uma instituição obsoleta, de origem medieval, desnecessária, portanto, à sociedade da época. Alguns

³¹ . Durante a Colônia, o ensino no Brasil se resumia aos COLÉGIOS REAIS e aos SEMINÁRIOS.

³² . Em 1931, esta Universidade, através da Reforma Francisco Campos foi reformada e passou a denominar-se Universidade do Brasil. Em 1937, recebeu a denominação de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³³ . Cf, entre outros: Maria de Lourdes de A. FÁVERO. **Universidade e Poder**. Análise crítica. Fundamentos históricos. 1930-1945.

liberais defendiam a idéia da necessidade de criação da universidade por considerá-la indispensável ao desenvolvimento da nação.

Estas discussões eram nuclearizadas por três questões fundamentais: 1) Universidade X Faculdades isoladas; 2) ensino livre X Estado educador; 3) Centralização X Descentralização. Vejamos como essas questões aparecem em alguns pronunciamentos de autores que se envolveram com essa discussão.

Almeida de Oliveira, advogado maranhense residente no Rio de Janeiro, posicionou-se contrário à criação de universidade no Brasil, no “Congresso da Educação Superior” realizado em 1882, no Rio de Janeiro. Almeida de Oliveira, um defensor apaixonado da “liberdade de ensino”, considerava a universidade como “um mecanismo tão perigoso no todo, como funesto nas partes de que pode compor-se”. (apud BARROS, 1959, p.338).

*Seja a universidade do tipo inglês, alemão ou suíço, o ensino que ela pode ministrar é inferior ao que já temos.
Se querem a universidade para fazer o que se faz na Europa, a criação está muito abaixo de nós. (apud BARROS, 1959, p. 338 e 309)*

Alguns liberais defendiam a criação da universidade, mas desejavam que essa seguisse o modelo alemão. Esse é o posicionamento, por exemplo, de Domingos Carlos da Silva, professor da Faculdade da Bahia.

*A base do novo edifício, para que ele seja sólido, deverá ser a **organização universitária**. É mister que em lugar de faculdades isoladas tenhamos universidade, onde as ciências e letras **se dêem as mãos**, representando não simplesmente a vida comum entre mestres e discípulos, mas a vida comum entre mestres e companheiros. Os diversos ramos do saber humano têm mútuas e numerosas dependências. Como os raios de uma roda, eles podem divergir, mas para atingirem a mesma circunferência (...). É, pois, indispensável o contacto de todos os ramos da ciência humana, que se auxiliam reciprocamente nas diferentes carreiras profissionais. (apud BARROS, 1959, p. 341).*

Mas, para Domingos Costa da Silva, era fundamental organizar a universidade segundo o modelo alemão:

A Áustria da primeira metade deste século se achava em condições ainda piores do que as do Brasil, na atualidade. O remédio empregado foi fácil e eficaz. Copiou-se o sistema alemão, e graças a este simples expediente, 35 anos fazem que aquele país prospera, e as suas universidades são hoje consideradas entre as mais adiantadas do mundo culto. (apud BARROS, 1959, p. 342).

Na verdade, a polêmica em torno da criação ou não da universidade no Brasil, na segunda metade do século XIX e início do XX, era polarizada, de um lado, pelos defensores do “Ensino Livre” (tendência que saiu vitoriosa com a Reforma Rivadávia Correia de 1911 - Decreto n. 8659, de 5 de abril de 1911) e, de outro, pelos defensores do “Estado Educador” (tendência que ganhará a predominância a partir de 1930).

Referindo-se ao embate dessas duas tendências que, de outra forma, embasaram as discussões acerca da criação da universidade no Brasil no final do século XIX e início do XX, Roque Spencer Maciel de Barros afirma o seguinte:

Mas, se a reforma de 1911, de certo modo encerra um ciclo - o das tentativas progressivamente “desoficiadoras”, agora confundidas com o ideal de liberdade de ensino - o ciclo seguinte, ligado à consciência do caráter público da educação e, portanto, do papel primordial do Estado em matéria pedagógica, só irá iniciar-se, com plena força e significado depois da revolução de 30, retomando, em certo sentido, a tradição liberal minoritária da ilustração brasileira, e da qual, entre outros nomes menos ilustres Rui, Nabuco, Tavares Bastos, etc, tinham sido os propugnadores. (BARROS, 1959, p. 381).

Em função das resistências aqui expostas, ou em função de razões outras que essas resistências expressam, o Brasil só conhecerá sua primeira universidade, a universidade do Rio de Janeiro, como já afirmamos, em 1920, e, mesmo assim, como instituição “conglomerada”, ou seja, resultante da junção de faculdades isoladas já existentes: a Escola de Direito, a Escola de Medicina e a Escola Politécnica.³⁴

Ao lado dessa resistência à criação de universidades, na década de 1930, em que acentuou-se a expansão da sociedade urbano-industrial no Brasil, também os outros níveis de ensino necessitavam de uma organização mais efetiva.

³⁴. No início do século XX foram criadas duas universidades por iniciativa dos Estados, mas logo tiveram que suspender suas atividades: em 1909, a Universidade de Manaus e, em 1912, a Universidade do Paraná.

Podemos mesmo afirmar que, na década de 1930, ainda carecia o país de uma política nacional de educação, tendo a definição dessa política se constituído em uma das principais reivindicações dos educadores denominados de “pioneiros”. Na ausência dessa política nacional, as decisões e reformas na área educativa eram comandadas pelos Estados.

O próprio Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, na **Mensagem** apresentada à Assembléia Constituinte em 1933, demonstrou ter consciência da falta de uma política educacional que visasse o país como um todo.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pró-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter. (VARGAS, 1987, p.123).

No início da década de 1930, voltamos a encontrar a resistência do Governo Central não só em relação à universidade, mas também a todo o ensino superior. Pelo menos é nestes termos que Getúlio Dornelles Vargas se expressa na **Mensagem** apresentada à Assembléia Constituinte em 1933:

A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação, no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quase transformado em caça ao diploma. O doutorismo e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando, para segundo plano, a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país. (VARGAS, 1987, p.125).

Vargas, nesta **Mensagem**, assusta-se com uma expansão do ensino superior que, até 1930, totalizava 86 escolas isoladas.³⁵

³⁵ . Cf. Anísio Teixeira. **Ensino Superior no Brasil**. Análise e interpretação de sua evolução até 1969, p.114-115.

Passados apenas dois anos dessa apreciação, na **Mensagem** apresentada ao Poder Legislativo, em 1935, já como presidente da República, Getúlio Vargas mostrou-se mais favorável ao ensino superior, à função social por ele desempenhada.

É cada vez maior o número de estudantes que buscam as profissões liberais. Daí o desenvolvimento crescente do ensino superior, a ponto de se tornarem insuficientes os estabelecimentos existentes, estimulando isso a fundação de novos institutos.

O incremento do ensino superior não pode constituir, por enquanto, motivo de alarma. Estamos ainda longe de alcançar o grau de saturação que, noutros países, vem transformando os profissionais diplomados numa classe parasitária e sem aproveitamento econômico. É indispensável, entretanto, elevar cada vez mais a qualidade do ensino, por ser ele o principal instrumento de formação das nossa elites intelectuais e dos técnicos das profissões de maior responsabilidade na vida social. (VARGAS, 1987, p. 133).

Nas diversas conjunturas do período de 1930 a 1964, não só se modificou a relação do Estado com o aparelho escolar, passando este a orientar de forma mais diretiva as questões educacionais, como foi possível o surgimento, no âmbito da sociedade civil, de diversas correntes de pensamento voltadas para a compreensão da educação. Uma dessas correntes era constituída pelos já mencionados “pioneiros”.

Os pioneiros compunham um grupo de educadores brasileiros aglutinados em torno dos ideais da Escola Nova, movimento originado de idéias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa. Na década de 20, esses educadores já haviam desenvolvido um amplo movimento pela renovação do ensino utilizando-se, para tal, da publicação de livros, da realização de reformas nos Estados ³⁶, da organização de entidades tais como a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924. Em março de 1932, eles lançaram um **Manifesto** dirigido ao povo e ao governo, no qual propunham um programa de reestruturação educacional para o

³⁶ . Foram as seguintes as reformas estaduais realizadas na década de 1920: **1920**: Sampaio Dória, em São Paulo; **1922-1923**: Lourenço Filho, no Ceará; **1925-1928**: José Augusto no Rio Grande do Norte; **1922-1926**: Carneiro Leão, no Distrito Federal; **1928**: Carneiro Leão em Pernambuco; **1927-1928**: Lysimaco da Costa, no Paraná; **1927-1928**: Francisco Campos, em Minas Gerais; **1928**: Fernando de Azevedo no Distrito Federal; **1928**: Anísio Teixeira, na Bahia.

Brasil. Este grupo manter-se-á como corrente de pensamento dominante no campo educacional até a instalação do Estado Novo, em 1937.

No **Manifesto** de 1932,³⁷ os “pioneiros” viam a educação como o mais grave problema nacional ainda não solucionado pelas reformas educacionais. Estas têm sido de caráter parcial, fragmentário e desarticulado, não logrando, assim, estabelecer um sistema de organização escolar.

Uma das causas da desorganização da escola no Brasil, seria a ausência de uma cultura universitária, pois sem esta, não se poderia aplicar os princípios científicos à educação. Desta forma, a universidade aparece como um dos temas de relevo entre as propostas de “reconstrução educacional do Brasil” feitas pelos pioneiros.

Destacaremos apenas alguns pontos do conteúdo do **Manifesto**, referentes à universidade. Em primeiro lugar, os signatários do **Manifesto** criticam a predominância das profissões liberais, ou seja, as de Engenharia, Medicina e Direito e atentam para o fato de que a universidade deveria ter um horizonte mais ampliado, incluindo todas as profissões “que exijam conhecimentos científicos”. Propunham também a gratuidade do ensino universitário e que a universidade se dedicasse a tríplice função de ensino, pesquisa e extensão.

... A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes. (AZEVEDO, 1933, p.20).

³⁷. Foram signatários do **Manifesto**: Fernando de Azevedo; Afrânio Peixoto; A. de Sampaio Dória; Anísio Spínola Teixeira; Manuel Bergström Lourenço Filho; Roquete Pinto; J. G. Frota Pessoa; Júlio de Mesquita Filho; Raul Briquet; Mário Casassanta; Carlos Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Júnior; J. P. Fontenelle; Roldão Lopes de Barros; Noemi M. da Silveira; Hermes Lima; Atílio Vivacqua; Francisco Venâncio Filho; Paulo Maranhão; Cecília Meireles; Edgar S. de Mendonça; Amanda Alvaro Alberto; Garcia de Resende; Nóbrega da Cunha; Paschoal Leme e Raul Gomes.

Os pioneiros defendiam, ainda, que a universidade deveria encarregar-se da formação “das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores” necessários à sociedade. Procuremos compreender o conceito de “elite” no pensamento desses educadores:

... Certamente, o novo conceito de educação repele as elites formadas artificialmente “por diferenciação econômica”, ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser hoje elemento necessário para fazer parte delas. (...). Mas não há sociedade alguma que possa prescindir desse órgão especial e tanto mais perfeitas serão as sociedades quanto mais pesquisada e selecionada for a sua elite (...). Essa seleção que se deve processar não “por diferenciação econômica”, mas “pela diferenciação de todas as capacidades”, favorecida pela educação, mediante a ação biológica e funcional, não pode, não diremos completar-se, mas nem sequer realizar-se senão pela obra universitária que, elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais e selecionando os mais capazes, lhes dão bastante força para exercer influência efetiva na sociedade e afetar, dessa forma, a consciência social. (AZEVEDO, 1933, p.22).

Vemos, pois, que, para os pioneiros, a sociedade moderna não deveria descuidar-se da formação de suas “elites” e que essa formação está adstrita à educação, especialmente à educação universitária. Por outro lado, elite, nesse contexto, como vimos, não tem referência à classe social, mas sim, à formação intelectual. (BOSI, 1982, p.13).³⁸

Certamente, esses postulados dos “pioneiros” tiveram muita influência nos acontecimentos educacionais do período, pelo menos até 1937. Uma das influências mais destacadas foi a criação da Universidade de São Paulo, em 1934.

Se pensarmos na questão universitária em termos mais abrangentes, talvez possamos dizer que o acontecimento mais importante da década de 1930, a ela referente, foi a decretação do **Estatuto da Universidade Brasileira** (Decreto n. 1985, de 11 de abril de 1931), através da reforma do ensino superior proposta por Francisco Campos.

³⁸. Alfredo Bosi sugere uma afinidade do pensamento de Fernando de Azevedo, quanto à seleção das elites pela educação, com a “teoria da circulação das elites”, de Vilfredo Pareto, sociólogo italiano (1848-1923).

Em relação a esse **Estatuto**, FÁVERO afirma o seguinte: “Apesar das críticas que possam ser feitas, só a partir de 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, é que a idéia de universidade começa a tomar forma entre nós...” (1980, p.46). E essa idéia começa a se concretizar quando o **Estatuto** determina que o “ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados...” (Decreto n. 19.851/31).

Muito embora a tendência da expansão do ensino superior tenha se mantido em termos de criação de escolas isoladas, pelo menos fixou-se como “ideal” o sistema universitário. A tradição das escolas profissionais isoladas, a flexibilidade contida no próprio **Estatuto**, para que se criasse universidades a partir da aglutinação de escolas isoladas já existentes, são fatores que, aliados às determinações mais amplas da estrutura de poder no país, explicam essa distância entre o proclamado e o real.

Em relação às universidades estaduais, estas têm sua criação legalmente garantida no **Estatuto**, da mesma forma que as instituições particulares:³⁹

Art. 6º. As Universidades brasileiras poderão ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais, estaduais e livres. (Decreto n. 19.851/31).

Especificamente em relação à manutenção das universidades estaduais, no parágrafo único do artigo 6º, determina o **Estatuto**:

Os governos estaduais poderão dotar as universidades por eles organizadas com patrimônio próprio, mas continuarão obrigados a fornecer-lhes os recursos financeiros que se tornarem necessários a seu regular funcionamento.

A autonomia administrativa, didática e disciplinar das universidades ficava assegurada nos limites estabelecidos pelo **Estatuto** (art. 9º). A figura da **cátedra** será retomada e legalizada por este mesmo instrumento jurídico.

³⁹. Até a promulgação do Decreto 1985/1931, existia no Brasil uma universidade estadual: a Universidade de Minas Gerais (Decreto Estadual n. 966, de 7 de setembro de 1928, Cf. FÁVERO, 1980, p.112).

Esta idéia da cátedra, de acordo com FÁVERO, fixou-se no Brasil com a criação dos cursos jurídicos, em 1827 (1980, p.51). A **cátedra** será objeto de acirrada oposição do movimento pela Reforma Universitária, como veremos depois.

No **Estatuto**, sua regulamentação é feita a partir do art. 49º até o art. 67º. Aqui nos interessa a questão da vitalicidade. De acordo com o art. 58º, “a primeira nomeação para provimento no cargo de professor catedrático, nos termos dos artigos anteriores, será feita por um período de 10 anos”. Decorridos esses 10 anos, se o professor desejasse ser reconduzido à cátedra, deveria submeter-se a novo concurso. Se fosse reconduzido passaria a gozar da vitalicidade.

No período do Estado Novo, houve o fortalecimento da sociedade política e o enfraquecimento da sociedade civil com a conseqüente diminuição dos debates em torno da questão educacional. As decisões nesse campo passaram a ser centralizadas nas mãos do Governo Federal, perdendo os Estados sua autonomia. Tudo isso em um contexto de liquidação do federalismo, quando os governadores foram substituídos por interventores, indicados pelo Executivo Nacional.

A importância das universidades como “aparelho de hegemonia” fica evidente na política seguida, pelo Governo Vargas no Estado Novo, em relação a essas instituições, procurando adequá-las às novas orientações econômicas, políticas e ideológicas. Aliás, como afirma FÁVERO (1980), os governantes desse período da história brasileira já tinham perfeita consciência do significado ideológico da educação e, conseqüentemente, das instituições de ensino superior.

Ciente da importância dessas instituições, o Governo do Estado Novo procurará “administrá-las” de forma autoritária:

A partir do Golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas haviam alterado os rumos da USP, esvaziando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fechando a Universidade do Distrito Federal, mas todas as instituições de ensino superior no país passaram a ser ordenadas por meio de uma legislação de cima para baixo, legislação esta, cuja tônica era a inibição de novas formulações ou de diferentes propostas que fugissem ao modelo consagrado pelo Ministério de Educação e Saúde. (FÁVERO, 1980, p.101).

De qualquer forma, até o final do Estado Novo, contava o Brasil com cinco universidades: Universidade do Brasil (federal); Universidade de Minas Gerais (estadual); Universidade de São Paulo (estadual); Universidade de Porto Alegre (estadual) e a Universidade Rural do Brasil (federal).

Através da promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, o aparelho de Estado procurou estender para todo o território nacional as orientações de sua “pedagogia autoritária”. As Leis Orgânicas significaram, na verdade, a primeira tentativa feita no Brasil no sentido de definir uma política nacional de educação.

Em termos ideológicos, a partir do Estado Novo, os “pioneiros” foram substituídos pelo “realismo” em educação. Esse afastamento dos “pioneiros” explica-se facilmente pela oposição que o Estado Novo fará aos liberais. Por “realismo em educação”, Vanilda Paiva designa aquelas correntes de pensamento que fazem “a abordagem dos problemas educativos sem unilateralidade, ou seja, do ponto de vista objetivo tanto de uma perspectiva interna quanto de uma perspectiva externa...”.⁴⁰

Entre aqueles designados como “realistas em educação”, Vanilda Paiva distingue quatro grupos, que exerceram importante influência sobre o movimento educativo no pós-1930 e marcaram as lutas ideológicas do período no campo educacional.

O primeiro grupo, no qual se destaca a figura de Anísio Teixeira, seria formado pelos profissionais da educação de filiação liberal. O segundo, seria constituído pelas “esquerdas marxistas”, tendo em Paschoal Leme seu representante mais destacado. O terceiro grupo, formado pelas “esquerdas não marxistas”, passou a ter influência no debate ideológico no campo educacional a partir da década de 1950, sendo o educador Paulo Freire o seu principal teórico. O quarto grupo corresponde aos “tecnocratas da educação”, fortalecidos sobretudo na década de 60, e que

⁴⁰. PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. Contribuição à história da educação brasileira, p. 111-164.

expressavam uma **visão empresarialista** da educação concebendo-a como fator de crescimento econômico.⁴¹

Não se classificariam nesses quatro grupos indicados por PAIVA (1973), os educadores católicos “conservadores” que, aliados aos empresários do ensino, teriam sido os principais opositores dos pioneiros, pelo menos até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961 (Lei 4024/61).

1.2.2. O Movimento de Reforma Universitária e a Política Educacional do Estado Autoritário.

Com a queda do Estado Novo, foi dada continuidade ao processo de reorganização do ensino em termos nacionais com a promulgação de novas Leis Orgânicas (do ensino primário, do ensino normal e do ensino agrícola). A Constituição de 1946 determinou que se elaborasse uma lei de diretrizes e bases da educação nacional (Art.5º,XV,d), muito embora em decorrência da acirrada disputa em torno do projeto de lei apresentado, este só viesse a ser aprovado em 1961.

Os quinze anos decorridos desde a promulgação da Constituição de 1946 e da determinação para que se elaborasse uma lei de diretrizes e bases da educação nacional, a qual deveria, de certa forma, substituir as Leis Orgânicas em vigor, foram palco de intensas disputas em torno do conteúdo a ser assegurado por essa lei.⁴²

Essa discussão foi deflagrada a partir da apresentação do anteprojeto de lei que a Comissão presidida por Fernando de Azevedo encaminhou ao

⁴¹. Sobre a visão empresarialista da educação cf. Ted GOERTZEL, MEC-USAID. Ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. III, n. 14, p. 123-137, jul. 1967.

⁴². A primeira comissão encarregada da elaboração da LDBEN foi nomeada pelo Ministro da Educação Clemente Mariani (da UDN) e dela faziam parte educadores de tendências político-ideológicas distintas e iniciou seus trabalhos a 29/04/1947. Era presidida por Fernando de Azevedo, do grupo dos “pioneiros”.

Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, do PSD, (31/01/46 a 31/01/51) o qual, por sua vez, enviou o anteprojeto à Câmara Federal, em 29 de outubro de 1948.

Inicialmente, a principal questão que envolvia a apreciação do anteprojeto encaminhado dizia respeito à polêmica da **centralização** e da **descentralização** que, como vimos, já vinha sendo debatida desde o século XIX. A favor da descentralização, posicionaram-se os católicos e os pioneiros. Defendendo a centralização fez-se ouvir a voz de Gustavo Capanema⁴³ que, em parecer, alegava ser da competência da União traçar as diretrizes e bases da educação nacional, estendendo-se essa competência ao campo da administração do ensino.

Em função deste parecer, o projeto foi arquivado, voltando-se a discuti-lo somente em 1959, quando o deputado da UDN, Carlos Lacerda, apresentou um substitutivo. Este substitutivo mudou o enfoque da discussão da questão centralização/descentralização para a questão da “liberdade de ensino”. (também remanescente do séc. XIX).

Sobre esse ponto divergiam frontalmente os “pioneiros” e os educadores católicos, pois estes, no fundo, em nome da “liberdade de ensino”, o que se pleiteavam era a defesa da iniciativa privada no campo educacional e a privatização da escola pública. Os “pioneiros” posicionaram-se a favor da escola pública, sendo apoiados por parlamentares, estudantes, professores universitários, operários e profissionais liberais.

Foi um grande momento do embate escola pública X ensino privado, do qual saíram vencedores os grupos privatistas, pois a Lei 4024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, foi aprovada sem mudar em quase nada a orientação do substitutivo Lacerda.⁴⁴

Dermeval Saviani, no entanto, afirma que “o texto aprovado não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Para esse autor, o projeto finalmente sancionado constituiu-se, antes, em

⁴³ Gustavo Capanema, do PSD, era “o líder da maioria na Câmara Federal”. (SAVIANI, 1987, p. 47).

⁴⁴ . Não podemos nos estender aqui sobre a defesa da tese de que, na verdade, os grupos privatistas foram os maiores beneficiados com a Lei 4024/61.

“uma solução de compromisso, uma resultante de concessão mútuas prevalecendo, portanto, a estratégia da conciliação”. (SAVIANI, 1987, p.61).

Se isto ocorreu, certamente deveu-se ao fato de que nenhuma das classes em oposição, ou segmentos de classes, dispunha naquele momento de força suficiente para impor sua hegemonia. Recordemos que a UDN, que a nível partidário representava os interesses do grupo-multinacional e associado, ainda não tinha conseguido conquistar para si o poder do Estado como desejava.

As críticas que a lei sancionada recebeu nos anos seguintes demonstram que as questões prioritárias relativas à educação nacional não tinham sido solucionadas pela Lei 4024/61, e que as mesmas divergências e oposições, que acompanharam seu processo de elaboração, aflorariam novamente na década de 1960, tendo expressão em vários segmentos da sociedade civil, mas também no aparelho de Estado. A expressão maior desse conflito deu-se no movimento de Reforma Universitária.

Retrocedendo um pouco, vemos que na década de 50, ao mesmo tempo em que o aparelho de Estado buscava definir sua política em relação aos diversos níveis de ensino, no plano da sociedade civil se intensificavam os movimentos voltados à Reforma Universitária e à promoção da educação popular. Esses movimentos estavam ligados ao contexto mais amplo da luta de classes, no período, expressa, entre outros aspectos, pelas reivindicações em prol das reformas de base. Em termos de correntes de pensamento mantinha a hegemonia a corrente denominada de realismo em educação, em suas diversas vertentes (profissionais da educação de filiação liberal; esquerdas marxistas; esquerdas não marxistas e, na década de 60, os tecnocratas da educação).

É importante, para os objetivos desta tese, analisar alguns dados relativos ao movimento da Reforma Universitária iniciado, como afirmamos no parágrafo anterior, já na década de 50. Muito embora as críticas à universidade brasileira já tivessem começado a se manifestar nos anos 1940, elas se radicalizam na década de 50, a partir das crises vivenciadas pela universidade de São Paulo (USP),

nos anos de 1958 a 1959. A partir da década de 50, o movimento em prol da reforma da universidade brasileira começa a ganhar novos rumos.

Inicialmente, este movimento, fortemente influenciado pelos “pioneiros” e baseado num ideal de universidade abstratamente considerada como modelo universal, emergiu “como tentativa de mera regeneração e recuperação institucionais”.⁴⁵

Mais tarde, influenciado pelas profundas mudanças que ocorriam nas estruturas econômicas e políticas do país e pela crise da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, houve uma ampliação da visão por parte daquelas pessoas que se encontravam envolvidas no movimento de Reforma universitária. Para Florestan FERNANDES, os pontos principais de superação dessa visão foram: consciência de que as escolas superiores tradicionais e a universidade são inconciliáveis; aprofundamento da visão de que a escola superior tradicional e a universidade conglomerada não atendiam à qualidade e variedade das exigências educacionais e culturais da civilização urbano-industrial emergente.⁴⁶

Em contraposição à universidade conglomerada (ou seja, resultante da simples aglutinação de escolas superiores isoladas) e à escola superior tradicional, passou-se a pleitear um **modelo** de universidade “integrada” e “multifuncional”, que pudesse atender às novas exigências do desenvolvimento nacional.

Mas foi na década de 60 que o movimento de Reforma Universitária, segundo Florestan FERNANDES (1975), ganhou dimensão de movimento social, na medida em que deixou de ser a “expressão de uma crítica social”, para se tornar “um querer social”.⁴⁷

O segmento universitário que participou de forma mais expressiva desse movimento foi o dos estudantes, uma vez que entre o corpo docente predominava o pensamento conservador, tendo alguns professores oferecido forte

⁴⁵. FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? p. 161.

⁴⁶. _____ op. cit., p. 162.

⁴⁷. Ou uma “vontade coletiva”, em termos gramscianos.

resistência às transformações da universidade. Outros, chegaram mesmo a serem colaboradores no processo de delação e expulsão de quadros da universidade pelo Governo Militar que assumiu o poder no país em 1964.⁴⁸

É preciso recordar, no entanto, que os estudantes universitários brasileiros já estavam engajados nas lutas políticas de cunho nacionalista e reformista desde fins da Segunda Guerra Mundial. Nesta época, participaram das campanhas “pela anistia aos presos políticos, pela exploração nacional do petróleo, pela democratização das instituições políticas, pela reforma dos sistemas de ensino, etc”. (IANNI, 1968, p.116)

Mas foi a intensificação da luta política, na década de 60, que possibilitou a radicalização do movimento estudantil. Como afirma IANNI, “é a partir da reforma do ensino superior que a juventude se coloca o problema da reforma da sociedade. É como se o jovem compreendesse a sociedade nacional a partir da situação concreta dentro da universidade”. (IANNI, 1968, p.116).

Nos diversos encontros que promoveram, os estudantes, sob a coordenação da União Nacional dos Estudantes (UNE), foram amadurecendo sua percepção acerca da questão da universidade.⁴⁹ Os encontros ou seminários promovidos pela UNE foram realizados no período de 1961 a 1963.

Em 1961, no Seminário realizado em Salvador, os estudantes afirmavam que a universidade brasileira era falha em três aspectos: a) **cultural**, por não ser repertório da cultura nacional e por não se preocupar com a pesquisa; b) **profissional**, por não formar profissionais para atender às exigências da realidade do país; c) **social**, pelo caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior, bem como por formar profissionais individualistas.⁵⁰

⁴⁸. Um importante documento de registro da ação do pensamento conservador no interior da universidade é o livro publicado pela ADUSP (Associação de Docentes da USP), intitulado **O livro negro da USP. O controle ideológico na universidade**. S. Paulo: 1978.

⁴⁹. Foram promovidos pela UNE os seguintes seminários: a) **Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária**, realizado em Salvador/Bahia, em maio de 1961; b) **Primeiro Encontro da Região Sul**, realizado em Porto Alegre, em junho de 1961; c) **Segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária**, realizado em Curitiba, em 1962; d) **Terceiro Seminário Nacional de Reforma Universitária**, realizado em Belo Horizonte, em 1963.

⁵⁰. Cf. Maria de Lourdes FÁVERO. **A Universidade Brasileira em busca de sua identidade**.

Neste **Seminário**, os estudantes posicionaram-se em relação à lei 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “O projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tal como ficou após as emendas que se lhe acrescentaram, possui como linha central uma concepção liberal-burguesa incompatível com o verdadeiro significado de educação”. (UNE, 1986, p.186).

Em relação à “cátedra”, figura que tanta polêmica causou na história do ensino superior brasileiro, a UNE se posicionou favorável à sua extinção, propondo que fosse substituída pelos “departamentos”, que seriam “as unidades constituintes das Faculdades e Institutos”. (UNE, 1986, p.189)

Em 1962, no Seminário realizado em Curitiba-Pr, do qual resultou a **Carta do Paraná**, já se observa um aprofundamento crítico dos estudantes em relação à questão da Universidade. Passaram de reivindicações de âmbito puramente institucional, à inserção da reforma universitária no âmbito das “reformas de base”, ou seja, no quadro mais geral de superação da ordem existente.

Este segundo Seminário parece ter sido fortemente influenciado pelo pensamento mais radical no âmbito do movimento de reforma universitária. Exemplos dessa influência seriam a compreensão da impossibilidade de promover as mudanças desejadas no âmbito da ordem vigente e as críticas à Universidade de Brasília. Um dos textos que possivelmente exerceu essa influência foi **A questão da Universidade**, de Álvaro Vieira Pinto, professor ligado ao ISEB.⁵¹

O movimento pela Reforma Universitária foi violentamente reprimido pela Ditadura Militar⁵², encabeçada inicialmente por Humberto de Alencar Castelo Branco, o que confirma a afirmação feita neste trabalho de que a hegemonia econômica e política da burguesia exigiu uma atuação deliberada nas instituições educacionais e culturais. Analisemos melhor esta afirmação.

⁵¹. Muitos professores participaram desses Seminários organizados pela UNE. Por certo, envolveram-se nessas discussões aqueles professores que tinham um compromisso maior com a transformação da sociedade brasileira. Foi este o caso do prof. Florestan Fernandes que participou do **Primeiro Seminário** (Salvador/Bahia), e que foi um dos líderes do Movimento de Reforma Universitária, além de um ardente defensor da escola pública.

⁵². A UNE foi extinta através da lei aprovada pelo Congresso Nacional de 28/10/1964 e substituída pelo Diretório Central dos Estudantes.

Refletindo sobre o significado do conflito entre os estudantes e os militares no pós-64, José Luis Sanfelice, partindo do pressuposto de que a contradição maior do período era, na verdade, entre o capital e o trabalho sendo, portanto, as classes trabalhadoras o alvo principal das medidas repressivas, afirma que

O problema maior do confronto entre o movimento estudantil e os governos do movimento de 64 (...) parece decorrer do avanço teórico que a UNE obteve em suas análises, estabelecendo algumas relações entre as questões educacionais e os aspectos mais gerais do processo econômico e político brasileiro... (SANFELICE, 1986, p.170).

Além disso:

... A UNE avançou na compreensão de que os estudantes não constituíam, enquanto tais, uma classe social, e que a repressão sofrida pelo movimento estudantil decorria da capacidade que vinha demonstrando na mobilização e agitação em torno de alguns problemas nacionais. Ao movimento estudantil, já não mais entendido como capaz de liderar o processo das transformações sócio-políticas, não mais entendido como vanguarda, caberia o papel de agitar, denunciar, resistir à ditadura, a seu modo, e aliar-se aos trabalhadores do campo e da cidade. De acordo com a UNE, o combate à "ditadura" deveria ser colocado como combate aos interesses da classe dominante, ou seja, não se tratava de uma luta contra os militares simplesmente... (SANFELICE, 1986, p.171).

Analisando esses avanços teóricos da UNE, Sanfelice interpreta-os em termos de uma teoria mais ampla:

Os avanços teóricos de autocompreensão que o movimento estudantil realizou através das teses da UNE possivelmente aumentaram as preocupações dos homens ligados ao movimento de 64. Deixando de se ver como o pólo social básico do confronto que estava ocorrendo na sociedade brasileira, o movimento estudantil explicitou que o antagonismo fundamental era entre a burguesia e o proletariado. Esta explicitação o poder não desejava que ocorresse e insistiu em evitá-la, uma vez que, devidamente posta, poderia provocar redefinição da prática política estudantil, que se direcionaria no sentido de fazer emergir o confronto principal. Enquanto o movimento estudantil se colocou como vanguarda, os governos militares trataram-no como o inimigo principal, mas, agora que os próprios estudantes não se reconheciam com essa posição, o risco passou a ser o de eles se fortalecerem onde realmente dispunham de muito mais força, a saber, na universidade. (SANFELICE, 1986, p. 171).

Ao mesmo tempo em que reprimia não apenas os estudantes, mas todos os segmentos societários progressistas envolvidos nas lutas pela transformação da sociedade brasileira, o Governo Militar assimilou muitas das reivindicações apresentadas pelo movimento de Reforma Universitária introduzindo-as na Política Educacional voltada para o ensino superior.

Mas, contraditoriamente, enquanto as forças progressistas lutavam pela Reforma Universitária, o ensino superior do país vinha se expandindo e modernizando desde a década de 40. No período de 1945 a 1960, foram criados 223 estabelecimentos de ensino superior no país, totalizando 404 instituições contra as 14 existentes no início da República. (TEIXEIRA, 1961)

O processo de modernização⁵³ do ensino superior revestiu-se, no Brasil, de características que foram analisadas por Luiz Antonio CUNHA e das quais destacaremos alguns aspectos: a) a modernização se orientou no sentido do predomínio do padrão universitário de organização do ensino; b) foi induzida pela Sociedade Política, contando com a colaboração de organismos da sociedade civil; c) foi motivada, em grande parte, pelo Governo norte-americano e suas agências financiadoras, tendo como instrumento o estabelecimento de vários acordos Brasil/EE.UU., firmados desde 1945.

Com a exposição da interferência norte-americana no processo de modernização do ensino superior no Brasil, desde a década de 40, Luiz Antonio Cunha quis “desmistificar” a idéia de que a indução modernizadora por parte do governo dos EE.UU. só teria ocorrido após 1964, por influência dos convênios decorrentes do acordo MEC-USAID. Para este autor, “... *quando esses convênios foram integrados no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita*” (1983, p. 204-5).

⁵³. Por “modernização” do ensino superior, Cunha entende a “adoção dos padrões de organização universitária vigentes nos EUA (...)”. CUNHA, Luís Antonio. **A Universidade crítica**. O ensino superior na república populista. É importante recordarmos que, no século XIX, o ideal de universidade propugnado por algumas tendências liberais era o da universidade alemã. O chamado “germanismo pedagógico”.

Com a instalação da Ditadura Militar em 1964, redefiniu-se mais uma vez as relações entre a sociedade política e a sociedade civil, entre o Estado e o aparelho escolar. Assim como em todas as esferas da vida em sociedade, também no campo educacional houve maior intervenção do Estado, passando a predominar a centralização em termos das orientações gerais e da tomada de decisões.

Para adequar o aparelho privado de hegemonia escolar às necessidades do capitalismo monopolista, foram tomadas as seguintes medidas pela sociedade política:

- repressão contra escolas, professores, estudantes, programas educativos e entidades da sociedade civil;
- redução dos recursos destinados à educação;
- reforma dos conteúdos e da organização do ensino em todos os seus aspectos (currículos, quadro de pessoal, instalações, recursos financeiros, legislação, estrutura organizacional e procedimentos administrativos).

A base maior dessas reformas foram a Lei 5.540/68 - Lei da Reforma Universitária - e a Lei 5.692/71 - Lei de Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus -, além de toda uma legislação complementar, que veio substituir a Política Educacional definida pela Lei 4024/61 em seus aspectos essenciais.

A Lei 5540/68 deu prosseguimento às medidas referentes ao ensino superior já previstas no Governo Castelo Branco, através do Decreto-lei n.53, de 18 de novembro de 1966, e do Decreto-lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Esses decretos-leis estabeleceram princípios e normas referentes à reestruturação das Universidades Federais, os quais deveriam ser seguidos pelas demais universidades.

Entretanto, o governo militar necessitava de mais “estudos” para prosseguir a modernização da universidade já iniciada pelos decretos-lei 53/66 e 252/67. Em vista disso, instituiu um grupo de trabalho destinado a promover a reforma da universidade brasileira, “visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade

administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”.⁵⁴

Em termos práticos, a atuação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) limitou-se a generalizar para todas as universidades do país as determinações contidas nos Decretos-lei 53/66 e 252/67, já mencionados, referentes às organizações das universidades federais e elaborou os instrumentos legais indispensáveis a essa generalização; procurou, também, determinar os recursos materiais necessários. Desta forma, como afirma Florestan FERNANDES, o GTRU:

não encaminhou nenhuma reforma universitária. Endossou e consolidou a reforma do papel no Governo Castelo Branco, implementando-a com instrumentos legais e dotando-a de recursos materiais que pretendem incutir-lhe alguma eficácia prática. (1975, p. 207)

O anteprojeto apresentado pelo GTRU transformou-se na Lei 5540, promulgada no dia 28 de novembro de 1968, a qual “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”. A “reforma” proposta pelo GTRU foi complementada por outras leis, decretos e recomendações que giravam em torno dos seguintes temas: corpo docente; recursos para a educação; pós-graduação; expansão do ensino superior, racionalização administrativa e mecanismos de planejamento.

Das medidas propostas pelo GTRU e incorporadas na Lei 5540/68 e legislação complementar, gostaríamos de comentar apenas alguns aspectos que consideramos mais importantes como determinação legal mais geral para a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná.

Em primeiro lugar, cabe destacar a determinação do GTRU para que predominasse, na organização do ensino superior, a estrutura universitária, admitindo-se, apenas, excepcionalmente, o sistema de estabelecimentos isolados.

⁵⁴. BRASIL/MEC. **Reforma Universitária**. Relatório. p.15. O grupo de trabalho (GTRU) foi designado pelo Decreto 62.937 de 2 de julho de 1969. Componentes do GTRU: prof. Antonio Moreira Carneiro; padre Fernando Bastos d'Ávila; reitor João Lira Filho; Dr. João Paulo dos Reis Velloso; Dr. Fernando Ribeiro do Val; prof. Roque Spencer Maciel de Barros; prof. Newton Sucupira; prof. Valmir Chagas, sob a presidência do ministro da Educação Tarso Dutra. Posteriormente foi designado para fazer parte do grupo, o deputado Haroldo Leon Peres do Paraná. Os dois estudantes indicados para comporem o GTRU, João Carlos Moreira Bessa e Paulo Bouças recusaram-se a participar dos trabalhos.

Essa orientação, no sentido da predominância da forma organizacional universitária, deveria substituir “como política a seguir de agora em diante, a mera justaposição de faculdades a que, em última análise, se reduz a definição contida na Lei de Diretrizes e Bases”.⁵⁵

Quanto ao regime jurídico, o GTRU “não optou por um sistema único, admitindo que as universidades se organizassem sob a forma de autarquia, fundação ou associação ...”⁵⁶ Nesse sentido, sua proposta manteve a dubiedade da Lei de Diretrizes e Bases ao assumir, de acordo com Florestan FERNANDES, “a fórmula por excelência privatista de organização das universidades em fundações”. (1975, p. 230). Pode-se afirmar, assim, que a Lei 5540/68 representou mais uma vitória dos grupos privatistas.

Essa orientação privatista era reforçada pela postura do GTRU em relação ao financiamento do ensino superior. Em relação a esse ponto o relatório do grupo afirma:

que o esquema previsto visa a maior participação direta da comunidade e dos alunos de mais alta renda familiar no financiamento do ensino superior, de modo a liberar recursos para criar um sistema global de financiamento capaz de assegurar, progressivamente que nenhum candidato ao ensino superior, notadamente em carreiras onde haja déficits, seja delas afastado, por falta de recursos pessoais. (BRASIL, 1968, p. 60).

Afirma, ainda, o GTRU, que:

o critério básico é de que quaisquer recursos captados de entidades oficiais e privadas, e de alunos de renda familiar mais alta, sejam necessariamente destinados a financiar gratuidade para alunos de renda mais baixa. (BRASIL, 1968, p. 60-61).

A aspiração democrática, aparentemente presente no discurso do GTRU, esconde a falácia de um pensamento que tem acompanhado a evolução do ensino superior brasileiro e que procura estabelecer uma relação orgânica entre a gratuidade no ensino superior e o não atendimento às necessidades de expansão do

⁵⁵. BRASIL/MEC. **Reforma Universitária**. Relatório. p. 27. Como vemos, mais uma vez enfrentamos em termos concretos, a distância entre o proclamado e o real.

⁵⁶. _____ op. cit., p. 23

ensino fundamental. Na verdade, como afirma Florestan FERNANDES, a investida contra a gratuidade:

não é feita senão com intenções destrutivas: aí, a privatização do público o que pretende é anular ou destruir certas tendências, que lançam o Estado através do ensino público, contra o monopólio da educação escolarizada e da cultura pelas classes possuidoras. (1975, p. 232).

Aliás, essa orientação privatista do GTRU já estava consagrada na Constituição de 1967, que manteve os privilégios da escola particular determinando que “respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual **merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos**, inclusive mediante bolsas de estudo”. (BRASIL, 1967, sem grifo no original).

Estabelecia também a Constituição que o ensino seria gratuito para todos no nível primário (art. 176, §3, II), e que nos níveis médio e superior o seria para aqueles que demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos (artigo 176, §3, III); previa, inclusive, “que o Poder Público, substituirá, gradativamente, o regime da gratuidade no ensino médio e superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição que a lei regulará” (art. 176, §3, IV).

A expansão do ensino superior foi objeto de outras recomendações do GTRU, das quais ressaltam duas preocupações básicas: a de adequar essa expansão às necessidades do mercado de trabalho e a de resolver o problema dos excedentes. Coerente com essa orientação, o GTRU sugeriu que se concentrasse o

aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, notadamente em quatro áreas: professores de nível médio, a área de maior déficit, atualmente; medicina e outras profissões de saúde (enfermagem, bioquímica, odontologia); engenharia (principalmente engenharia de operação) e outras profissões da área tecnológica (engenharia química, química industrial); técnicos intermediários (carreiras curtas de nível superior). (BRASIL, 1968, p. 50)

Todas essas propostas de reformulação do ensino superior aqui analisadas, surgiram a partir da iniciativa do aparelho de Estado (sociedade política),

em decorrência da necessidade de absorver o movimento de Reforma Universitária, esvaziando-o dos seus conteúdos políticos fundamentais, por um lado, e, por outro, de atender às necessidades de desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A sociedade política, enquanto mediadora dos interesses do grupo multinacional e associado, procurou obter o consenso das classes sociais em torno do seu projeto educacional, através da difusão da “ideologia da modernização” que se baseia na crença nos valores de racionalidade, eficiência e produtividade, que legitimavam a hegemonia da tecnocracia como corrente de pensamento e grupo de dominação. A Política Educacional da Ditadura Militar passou a enfatizar a educação técnica com base na “ideologia do empresarismo”, segundo a qual a educação é uma parte, uma parcela do desenvolvimento econômico, entendido como progresso. Como consequência dessa visão, o planejamento educacional passou a fazer parte do planejamento global da sociedade.

A partir das colocações feitas até aqui, consideramos possíveis algumas conclusões a respeito da Política Educacional da Ditadura Militar. Em primeiro lugar, como essa política emergiu no bojo das contradições e das lutas de classes do período, representando a vitória do projeto educacional do grupo multinacional e associado sobre os projetos dos grupos populistas e dos setores comprometidos com a construção de outro modelo societário não capitalista, ela representou, na verdade, um instrumento de hegemonia do novo grupo dominante. E representou um instrumento de hegemonia não só porque procurou adequar a educação às necessidades de reprodução do capital, mas também porque procurou, via educação, obter o consenso através da inculcação de novos padrões culturais e ideológicos. Foi um instrumento de hegemonia, também, porque procurou, através das medidas propostas para o aparelho escolar, conferir legitimidade ao sistema político.

Uma outra conclusão prende-se à consideração de que a partir do momento em que a Política Educacional passou de sua fase de gestação (política enquanto processo), para a fase de produto acabado (política enquanto produto), expresso em leis, decretos, planos, o que ocorreu foi que essa política procurou esvaziar o conteúdo “político” das questões educacionais, impondo a adoção de

medidas administrativas, racionais. No caso específico das universidades, procurou-se reduzir os seus problemas a questões internas de racionalização administrativa. Essa passagem do político ao administrativo força a saída da esfera pública de discussão, das questões educacionais, para a esfera privada de pequenos grupos que passaram a ter o domínio das decisões. Essa passagem do público para o privado visaria garantir a dominação de classe.

A implantação dessa Política Educacional, no entanto, não se realizou sem a resistência da sociedade civil, na medida em que é nessa esfera do Estado que está localizado o aparelho escolar e onde as leis são implantadas. E como essa Política se apresentava como o contraponto dos outros projetos educacionais em gestação, ela encontrou forte resistência das forças progressistas da sociedade brasileira, em especial do movimento estudantil que naquela conjuntura expressava as tensões das classes sociais.

CAPÍTULO II : A DÉCADA DE 1960 NO PARANÁ: MUDANÇAS NA ECONOMIA, MUDANÇAS NA SOCIEDADE.

2.1. O Paraná na Formação Econômico-Social Brasileira: as Determinações de um Desenvolvimento Desigual e Antagônico.

O contexto nacional, no período analisado neste trabalho, expressava, como foi visto, um momento de redefinição das relações capital/trabalho e, conseqüentemente, um momento de busca de recomposição da hegemonia no seio das classes sociais. Se isso acontecia no país como um todo, é possível supor que o mesmo ocorresse nas diferentes unidades da federação, uma vez que a hegemonia atinge a sociedade inclusiva.

No caso específico do Paraná, não só essa busca de recomposição estava ocorrendo como foi este um dos Estados-chave no desencadeamento do processo que levou à ditadura da burguesia.¹ Analisemos mais de perto o que estava se passando no Paraná.

¹ .René Dreiffus defende essa tese do comprometimento do Governo do Paraná com o golpe de 1964.

A tendência predominante tanto na historiografia oficial (ou seja, profissional), como no discurso político dos grupos dominantes do Estado, quanto à interpretação do caso paranaense, é aquela que enfatiza a condição de **periferia** da economia e, conseqüentemente, da sociedade paranaense.

Um dos representantes dessa tendência interpretativa paranaense, é Pedro Calil Padis ² que elaborou, talvez, o primeiro trabalho acadêmico de fôlego voltado à compreensão do processo mais global de desenvolvimento do Paraná.

Partindo de uma compreensão da situação dos países latino-americanos, como sendo de dependência, PADIS recorre a essa mesma interpretação para explicar as diferenças regionais do Brasil quanto ao nível de desenvolvimento econômico e social. Para ele, o Estado de São Paulo, a partir da expansão da indústria, constituiu-se no “centro dinâmico” da economia do país, passando as demais regiões a terem uma posição **periférica** em relação a esse Estado. Este teria sido o caso do Paraná, o que teria acarretado enormes dificuldades para a integração econômica desse Estado e para seu processo de desenvolvimento.

Contraopondo-se a essa posição de PADIS, foi dada uma outra interpretação que, embora reconhecendo o valor da contribuição pioneira desse pesquisador, procura fazer uma nova leitura da situação do Paraná a partir da negação da tese da **periferia**. Trata-se do trabalho de Maria Helena Oliva Augusto que sustenta a tese de que o desenvolvimento do Estado do Paraná reproduz em sua dinâmica, as características assumidas pelo capitalismo brasileiro. Ou seja, as disparidades regionais são vistas pela autora como fazendo parte da própria lógica de expansão do capitalismo brasileiro que torna explícita “a lógica do desenvolvimento desigual”.³ Em função dessa postura, a autora encara a tese da periferia como manifestação do “estadualismo” que irá informar o projeto desenvolvimentista do Paraná na década de 1960.

². Pedro Calil PADIS. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.**

³. Maria Helena AUGUSTO. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista.**

Compartilhamos com essa interpretação do desenvolvimento capitalista. Ele é, de fato, necessariamente desigual e antagônico. É desigual e antagônico tanto em termos dos espaços geográfico-políticos em que ocorre, quanto em termos da estrutura de classes.

No texto **A miséria da filosofia**, Karl Marx afirmou o seguinte:

Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não tem caráter unitário, simples, mas dúplice; que nas mesmas condições em que se reproduz a riqueza, produz-se também a miséria; que, essas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva; que essas condições só geram a riqueza burguesa, com a destruição continuada da riqueza de membros que integram essa classe e com a formação de um proletariado cada vez maior. (MARX, 1982, p. 749).

O processo de desenvolvimento do Brasil, como era de se esperar, também apresentou esse caráter desigual e antagônico. Assim, o caso do Paraná é uma expressão, entre tantas, da forma como se deu o processo de acumulação capitalista no Brasil.

Constituído inicialmente como uma comarca da província de São Paulo, adquirindo sua autonomia política apenas em 1853, o Paraná, até a década de 30, teve pouca expressão econômica na formação econômica-social brasileira.

No entanto, nas décadas seguintes, a expansão do capitalismo no Estado acabou por colocá-lo como um dos Estados integrantes do “centro dinâmico” da economia nacional. Desta forma, na década de 50, o Paraná já se situava entre os Estados mais desenvolvidos do Brasil. Vários estudos dão destaque a essa evolução do Paraná.

Luiz Pereira, baseando-se em dados fornecidos por Waldemiro Bazzanella ⁴, classificou, em 1970, os Estados brasileiros em três categorias: atrasados, médios e adiantados, e incluiu o Paraná entre os Estados adiantados.

⁴. PEREIRA refere-se ao texto de Waldemiro Bazzanella. **Industrialização e urbanização no Brasil.**

*São Estados **Atrasados**, nessa classificação, os do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, ou seja, os Estados das regiões Norte e Nordeste (com exceção de Pernambuco), Centro Oeste e o Espírito Santo. Estados **Médios** ou moderadamente desenvolvidos são os de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. **Adiantados** são os Estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (1970, p. 130-131. Grifos no original).*

Mais recentemente, em 1998, Celina SOUZA confirmou essa localização do Paraná na região mais desenvolvida do país. Ela afirmou o seguinte:

O Brasil tem sido marcado, desde o início de sua história republicana, pela existência de profundas desigualdades regionais no interior da Federação. O relatório IPEA/PNUD (1996) aprofundou a discussão do tema com a descoberta da existência de três "Brasis": a) uma área constituída pelos setes Estados mais ao sul do país que, juntamente com o Distrito Federal, apresenta elevado nível de desenvolvimento humano; b) uma faixa que se estende na direção noroeste, a partir de Minas Gerais, e que exhibe índice de desenvolvimento humano médio; e c) uma área que reúne os Estados do Nordeste, além do Pará e do Acre, que mostra níveis reduzidos de desenvolvimento humano ... (1998, p. 570).⁵

Muito embora seja possível observar mudanças na posição hierárquica de alguns Estados, o Paraná manteve, em 1996, a posição já diagnosticada por Luiz PEREIRA em 1970. Todavia, para atingir essa posição o Paraná passou por um processo de evolução histórica que, apesar de algumas dificuldades graves, lhe possibilitou um grau de desenvolvimento capitalista considerável, dentro dos padrões brasileiros de expansão desse modo de produção.

Na década de 30, a ocupação do território paranaense se limitava ao chamado "Paraná Tradicional" (que vai desde Curitiba, Campos Gerais, Campos de Guarapuava, Campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul), tendo passado esta região por vários ciclos econômicos, não relacionados entre si e dependentes do mercado internacional: mineração, erva-mate, madeira.

⁵. Estados classificados nas outras regiões de desenvolvimento: a) faixa de nível de desenvolvimento médio: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá; b) faixa de níveis reduzidos de desenvolvimento: Pará, Acre, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Piauí, Alagoas e Paraíba. (SOUZA, 1998, p. 570).

A partir da década de 40, com a introdução da cultura cafeeira no Estado, deu-se um significativo surto de desenvolvimento que resultou na ocupação e colonização das terras da região norte e, mais tarde, do sudoeste. A ocupação do território paranaense só foi complementada no início da década de 1960, quando se esgotaram suas fronteiras agrícolas.

A forma através da qual se processou essa expansão capitalista no Paraná gerou, obedecendo a lógica do desenvolvimento desigual e antagônico do capitalismo, a existência de três regiões econômicas diferentes e que praticamente não mantinham relações entre si: o Paraná Tradicional, o Norte e o Sudoeste. Como conseqüência, a questão da **integração** dessas três regiões tem se colocado com um desafio para a organização do Paraná como uma unidade político-administrativa, além de ser determinante em muitas das questões significativas do Estado.

Referindo-se a essa diferenciação regional, Calil PADIS descreve esse processo nos seguintes termos:

O Norte do Estado que, qual prolongamento da economia paulista, a ela se vinculava quase totalmente . A região Sudoeste, ocupada em conseqüência de problemas que atingiram o Rio Grande do Sul, com este Estado mantinha seus vínculos. Quanto ao chamado "Paraná Velho", cuja formação datava da época bem mais antiga, era a única parte do Estado que podia ser considerada "paranaense". (1981, p.4. Sem grifos no original).

A partir da década de 50 é que seriam feitos esforços mais significativos no sentido da integração econômico-política do Estado. Pode-se mesmo afirmar, que a partir dessa década, e mais intensamente na década de 60, se acentuaria o processo de expansão capitalista no Estado.

No bojo desse processo de expansão capitalista é que, a partir dos anos 1960, começam a se fundir as três ondas de povoamento a que fizemos referência:

a do Paraná Tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação do gado, a indústria de erva-mate e da madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café

que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e pelos interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul. (WESTPHALEN, 1968, p.4).

Pela análise realizada até este momento, demos destaque ao aspecto econômico da inserção do Paraná na sociedade brasileira. Gostaríamos, agora, de tecer alguns comentários sobre sua participação política. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, que procura analisar a questão da política educacional como momento da hegemonia, selecionamos o período correspondente ao Governo de Ney Aminthas de Barros Braga para fazermos esta análise, uma vez que foi no período de seu Governo que ocorreu o Golpe Militar de 1964. Esta escolha também se justifica pelo fato de Paulo Cruz Pimentel, seu sucessor e criador das primeiras universidades estaduais do Paraná, ter sido “iniciado” na política por Ney Braga.

Ney Aminthas de Barros Braga, ex-major, formado pela Escola Militar de Realengo (Rio de Janeiro), antes de ingressar na vida política paranaense, exerceu o cargo de Chefe de Polícia no Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto (31.1.1951 a 3.4.1955).

Iniciou sua vida política ao ser eleito prefeito de Curitiba para o período de 1954-1958. Foi Deputado Federal em 1959. Mas sua força política maior se manifestará na década de 1960.

Em 1960, lançou-se candidato para Governador do Paraná por um partido que tinha pouca expressão no Estado, o Partido Democrático Cristão (PDC). Teve como concorrentes, Plínio F. Ferreira da Costa (PSD) e Nelson Maculan (PTB). Para alguns autores, sua vitória nas eleições só foi possível devido à aliança que estabeleceu com a UDN, apoiando a candidatura de Jânio Quadros.

O apoio da UDN – sua campanha se fez em termos de “dobradinha” com Jânio Quadros – e também do PTB, apesar de este partido ter apresentado candidato à sucessão de Moisés Lupión (Nelson Maculan), foi bastante importante para sua vitória, visto ser o seu partido (PDC) inexpressivo no Estado... (AUGUSTO, 1978, p. 68).

Desta forma, quando o novo grupo de poder multinacional e associado, aliado às Forças Armadas, assumiu o poder no Brasil em 1964, Ney Braga era o Governador do Paraná, além de ser fortemente ligado ao General Ernesto Geisel e ao Presidente Castelo Branco⁶.

Aliás, de acordo com Dreiffus, o vínculo de Ney Braga com o grupo multinacional e associado já era um fato antes mesmo de 1964. Este vínculo era mediado especialmente pelo complexo IPES/IBAD:

O IBAD mostrava-se particularmente ativo no movimento sindical do Paraná, Estado - chave em termos políticos, onde levantava apoio para o Governador Ney Braga e onde patrocinava diversos sindicatos e seus líderes. O Paraná era importante por sua proximidade geográfica de São Paulo, e, embora não se achasse entre os centros industriais mais importantes do país, ele tinha uma grande população das classes trabalhadoras nas áreas rurais e das indústrias de porte médio e do sistema de prestação de serviços do Estado. (DREIFFUS, 1981, p. 314).

Essa questão da associação de Ney Braga com o grupo multinacional e associado ganha importância para a análise histórica, uma vez que ela não se limita a uma posição individual do ex-governador, mas representa o comprometimento de um segmento das classes dominantes de um Estado forte em termos nacionais. Esta afirmação pode ser corroborada pela seguinte citação de Dreiffus:

Associações rurais e importantes líderes rurais de classe, a maior parte do setor moderno de café e gado e o setor agroindustrial, operariam sob a égide do IPES, tais como Oresteja B. Roguski, um líder do Paraná, da Confederação Rural Brasileira... (DREIFFUS, 1981, p. 181).

No setor comercial, a principal instituição sob a ação do IPES foi a “Associação Comercial do Paraná”. No Norte do Estado uma das agências regionais do IPES era constituída pela Associação Comercial de Londrina.

⁶ .Ambos representantes da chamada “Sorbornne”, uma das facções das Forças Armadas no período em estudo.

Para se viabilizar o golpe de 1964, o grupo que o idealizou, composto por civis e militares, procurou obter o apoio político e militar de governadores de alguns Estados-chave e o Paraná, sob a liderança de Ney Braga, foi um desses Estados.

Após o Golpe de Estado, ao se procurar definir quem assumiria a chefia da nação, mais uma vez Ney Braga aparece como um dos articuladores, tendo acompanhado o Marechal Juarez Távora quando este foi encontrar-se com Castelo Branco para convencê-lo a aceitar candidatar-se à Presidência da República ⁷.

Essa “amizade” com Castelo Branco e seu envolvimento com o novo grupo hegemônico foram confirmados pelo próprio Ney Braga em entrevista concedida à revista **Isto É**, em 1982. Indagado se sua candidatura à Presidência da República seria para valer ou se não seria apenas uma campanha para ajudá-lo nas eleições de 1982, Ney Braga respondeu reafirmando sua disposição para lançar-se candidato à Presidência da República, apresentando como credenciais aspectos de seu passado político e suas boas condições de saúde:

Não é verdade. A candidatura para presidente é para valer. O Presidente Castelo Branco, ao pensar na sua sucessão, me colocou numa lista de cinco nomes que poderiam sucedê-lo. Ainda hoje tenho saúde e não conheço nenhuma área que possa vetar a minha candidatura. (MANFREDINE, 1982, p.116-118).

Além de sua participação no período pré-Golpe e no do Golpe, é importante ressaltar que Ney Braga foi Ministro da Agricultura no Governo Castelo Branco, em substituição a Oscar Thompson Filho. Braga foi posteriormente substituído nesse ministério por Severo Gomes. Foi novamente ministro no Governo Geisel, ocupando a pasta da educação. Essa mesma pasta já havia estado sob o comando de um outro paranaense no governo Castelo Branco, o ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda.

Um outro dado da carreira de Ney Braga esclarece ainda mais seu compromisso político e ideológico com o grupo que assumiu o poder no Brasil em

⁷ . Cf. Leôncio BASBAUM. **História Sincera da República**. De 1961 a 1967. P. 137.

1964. Ele foi o fundador e presidente, em 1966, da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES)⁸.

A criação do MUDES foi incorporada entre as sugestões do **Relatório Meira Mattos**, visando o combate ao movimento estudantil e a promoção da formação de uma liderança estudantil “autenticamente” democrática nas universidades brasileiras. Essa juventude “democrática” deveria ser instrumentalizada para a tomada do poder nos diretórios representativos da classe.

Mas, se as classes dominantes do Paraná foram co-autoras do Golpe Militar de 1964, isto não significa que não houve resistência no Estado a esta medida de força por parte dos trabalhadores do campo e da cidade, do movimento estudantil e até de alguns segmentos da classe média. E em resposta a essa resistência, o Governo do Paraná agiu com a mesma truculência com que atuaram os militares em todos os Estados da Nação. Prisões, assassinatos, torturas, desaparecimentos, foram muitas das medidas utilizadas pelos aparelhos repressivos do Estado contra até mesmo estudantes secundaristas.

Nem mesmo os religiosos ficaram à salvo dos atos de repressão. Como exemplo citamos o caso da Juventude Estudantil Católica (JEC), em Maringá. Criada na década de 1960, pelo então bispo, Dom Jaime Luis Coelho, a JEC, idealizada pelo seu fundador como movimento apostólico foi, pouco a pouco, de acordo com Elpídio Serra⁹ assumindo conotações políticas.

Um dos grupos ligados à JEC passou a ser coordenado pela Irmã Jane, uma freira francesa da ordem das “Irmãs de São Carlos de Lyon”. Era uma freira jovem, dinâmica, culta e bastante esclarecida que conseguiu ganhar a confiança e o carinho dos jovens secundaristas ligados ao movimento da JEC, que funcionava na sede da Associação Diocesana de Assistência Rural (ADAR), localizada na Vila Morangueira, na época um bairro pobre da cidade. Este grupo, passou a ser

⁸ . Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, p.41.

⁹ .Elpídio Serra é jornalista, doutor em Geografia e prof. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

denominado de “Grupo Lebret”, uma referência a uma das principais identidades ideológicas da irmã Jane e que ela procurava transmitir aos jovens¹⁰.

Pois bem, como afirma Elpídio Serra:

O Grupo Lebret foi confundido com movimento subversivo (não era) e seus componentes passaram a sofrer perseguições. Irmã Jane foi a vítima mais visada: seqüestrada, sofreu torturas e nunca mais foi a mesma. Padre Orivaldo sofreu ameaças, em 1969 foi fichado no DOPS. Em 1970, Dom Jaime, prudentemente, transferiu-o para Paranacity, onde o alcançou o longo braço da repressão militar, proibindo-o de lecionar na rede pública. (SERRA, 1999, p. 11).

Boa parte desses lamentáveis episódios estão registrados nos arquivos do DOPS do Paraná. Sobre o conteúdo desse arquivo um historiador paranaense faz o seguinte relato:

Optei por utilizar o arquivo do DOPS não apenas como arquivo da repressão, mas também como acervo da imprensa e dos próprios movimentos sociais e políticos que ele comporta. Nas pastas das instituições se encontra uma documentação bastante variada: recortes dos jornais da época, juntamente com relatórios de informantes e documentos sigilosos de circulação interna dos órgãos de repressão. Há também cartazes, correspondências internas do movimento estudantil, fotos de passeatas com identificação nominal dos manifestantes, periódicos estudantis, cópias das teses levadas em congressos etc. (HAGEMEYER, 1998, p. 97).¹¹

Não podemos, infelizmente, discorrer mais pormenorizadamente sobre este tema neste trabalho, mas damos a indicação de alguns textos que registram a história da resistência à opressão no Paraná no período da ditadura militar¹².

¹⁰ . O nome era uma referência ao padre Louis Joseph Lebret.

¹¹ . Entre os nomes que Rosa encontrou registrados nesse arquivo como pertencente ao movimento estudantil do Paraná, consta o de Roberto Requião: “era estudante de Direito da UFPR, participou da oposição à UPE 1965-1966. Foi deputado estadual, prefeito de Curitiba, governador do Paraná e atualmente senador da República, pelo PMDB”. (HAGEMEYER, 1998, p. 125).

¹² . a) DIAS, Reginaldo Benedito. Os trabalhadores e a esquerda na resistência à ditadura militar: a greve geral de outubro de 1968 em Maringá. In: DIAS, R. Benedito e GONÇALVES, José Henrique (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999, p. 179-219. b) HAGEMEYER, Rafael Rosa. 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.) **1968 faz 30 anos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, S. Paulo: FAPESP; São Carlos SP: Ed. da Universidade de São Carlos, 1998.p. 95-128. c) PRIORI, Ângelo. Lutas sociais e conflito político: alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrária Paranaense). In: DIAS, R. Benedito e GONÇALVES, J. Henrique (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 179-219. d) SOUSA, Fernando Ponte de. **Histórias inacabadas**. Um ensaio de psicologia política Maringá: EDUEM, 1994. e) VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Maringá:

2.2. O Governo Paulo Cruz Pimentel e seu Projeto Desenvolvimentista: 1966-1971.

Ney Braga foi sucedido no governo por Paulo Cruz Pimentel, que já havia sido seu Secretário da Agricultura, ocasião em que encaminhou o processo de modernização agrícola do Estado. Em função das atividades desenvolvidas nesta pasta, Pimentel fixou a imagem de jovem dinâmico e empreendedor, e ganhou força política.

Desta forma, podemos afirmar que o ingresso de Paulo Cruz Pimentel - advogado e empresário do Norte do Paraná – na política paranaense foi patrocinado por Ney Braga, muito embora os dois viessem a apresentar profundas divergências posteriormente.

Por ocasião das eleições para Governador em 1965, Ney Braga indicou Paulo Pimentel como seu candidato, conseguindo este obter uma significativa vitória nas urnas, totalizando quase 52% dos votos, e vencendo uma figura tradicional na política paranaense, representante do “Paraná Tradicional”, Bento Munhoz da Rocha Netto, ex-governador e ex-ministro.

Tudo nos leva a crer que a indicação de Paulo Pimentel como sucessor de Ney Braga já representou um fato relevante na luta hegemônica entre as classes dominantes do Estado. Até o início da década de 1960, quando Ney Braga foi eleito Governador, a hegemonia política era mantida por duas frações das classes dominantes do Estado: os proprietários de terras tradicionais e a burguesia industrial-comercial, ambas frações com origem no chamado “Paraná Tradicional”.

O Norte, embora já possuísse força econômica e eleitoral, ainda não tinha conseguido participar do poder político central, ou seja, ainda não tinha conseguido dirigir politicamente o Estado do Paraná. Mas, a fração de classe surgida

EDUEM, 1998; f) TONELA, Celene et al. **As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos. As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná.** Maringá: EDUEM, 1999.

com o desenvolvimento dessa região, os produtores de café, passaria também a lutar pela conquista desse poder, o que se daria a partir do Governo Ney Braga.

Se até a fase do predomínio cafeeiro, a vida política do Estado estava restrita quase que unicamente ao Sul (...), o governo Ney Braga (1961-1965), tomado antes como ponto de referência que marco de mudança, parece representar, de fato uma transição: a participação política do Norte do Estado, tipicamente extensão de São Paulo, pode-se dizer inicia-se, ou melhor, encontra maior expressão nesse governo, cuja principal figura, apesar de vinculada ao Sul, compromete-se e tem sua vitória eleitoral garantida pelo Norte". (AUGUSTO, 1978, p. 45-46).

Evidentemente, essa força política do Norte estava associada à sua força econômica e, também, ao vertiginoso crescimento populacional que acompanhou o processo de expansão da cafeicultura na região. Esse crescimento populacional, por sua vez, repercutiu na alteração do potencial eleitoral das diferentes regiões do Estado. A alteração favorável ao Norte teve início a partir da década de 1950. Em 1965 esta região já representava 52% do eleitorado paranaense: 748.755 eleitores contra 689.046 das demais regiões¹³.

Para OMURA, "em apenas uma década, o eixo político deslocou-se da capital para o aglomerado das cidades setentrionais, polarizadas por Londrina e Maringá". (1981, p.).

Essa preponderância eleitoral do Norte significou uma mudança na correlação de forças do Estado que, a partir dos anos 1960, passou a ser favorável a essa região.

Na realidade, pode-se dizer que ocorre nesse momento a consolidação do processo expansionista que já se verificava no tocante à economia. Da mesma forma que as atividades típicas do Paraná "paranaense"¹⁴ – mate e madeira – foram deslocados de seu papel de principal gerador da renda interna do Estado pelo desenvolvimento da cafeicultura do Norte, também os grupos vinculados àquelas atividades, tanto quanto o dos proprietários tradicionais de terras, até então habituais detentores dos postos administrativos estaduais, perdeu sua hegemonia (não sua participação, entretanto), na gestão dos negócios públicos paranaenses... (AUGUSTO, 1978, p.47).

¹³.Dados extraídos de Ivani Aparecida Rogatti OMURA. **Eleitores e Eleitos**. Composição e comportamento.

¹⁴ .Expressão usada por Pedro Calil Padis e que corresponde ao Paraná Tradicional.

É nesse contexto de fortalecimento político do Norte que se esclarece o convite de Ney Braga para Paulo Pimentel ser seu Secretário da Agricultura bem como, posteriormente, o apoio que lhe deu quando candidato ao Governo do Estado.

Mas, analisemos a conjuntura em que Pimentel assumiu o seu mandato de Governador. Em termos nacionais, as eleições de 1965 ocorreram em um momento de crise do Governo Militar, em que havia um descontentamento muito grande com os rumos tomados pelo Governo de Castelo Branco, tanto por parte da oposição como dos próprios aliados da “Revolução”. Entre os aliados havia uma divisão entre a “sorbonne”, considerada um segmento mais moderado dos militares, e a chamada “linha dura”. Esta última estava descontente principalmente com a política econômica de Castelo Branco e com a condução política do processo revolucionário. Em função disso, para “redirecionar” os encaminhamentos da “Revolução”, os “duros” se opuseram à realização de eleições diretas para governadores em 1965¹⁵.

De fato, a posição dos “duros” em relação às eleições para os governos de alguns Estados se dirigia, em primeiro lugar, à necessidade de sua não realização e, em segundo lugar, ao afastamento de nomes ligados à esquerda ou à corrupção. O primeiro caso, foi o da candidatura Lott, pelo PTB da Guanabara, e o segundo, o de Sebastião Paes de Almeida, pelo PSD de Minas Gerais. Ambas as candidaturas foram impugnadas com base na nova legislação eleitoral, o que não chegou a garantir a vitória da Revolução naqueles Estados. Elegeram-se respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro. (OLIVEIRA, 1976, p. 64).

Segundo Castelo Branco, a manutenção das eleições diretas em 1965 era importante para garantir a imagem de normalidade constitucional e também para tranquilizar a população quanto às suas intenções democráticas¹⁶.

O conflito relativo à realização ou não das eleições diretas foi resolvido através de uma negociação que colocou limites ao processo eleitoral. Ou seja, as eleições seriam realizadas, mas recorrendo-se à “Lei das Inelegibilidades” se impediria a candidatura de políticos indesejáveis para os “duros”.

¹⁵. Sobre essas tendências que dividiam os militares, Cf. Eliézer Rizzo de OLIVEIRA. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1967-1969)**.

¹⁶. Cf. Maria Helena Moreira ALVES. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. p. 80-89.

Desta forma, a 3 de outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas para dez Estados: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Guanabara, Santa Catarina, Goiás, Paraná e Alagoas. Em Alagoas, como nenhum candidato obteve a maioria absoluta, o Governo Militar indicou o nome de Caminha Filho para interventor¹⁷.

Dos governadores eleitos, quatro eram considerados “oposição” e pertenciam aos “quatro Estados mais importantes e industrializados em que se realizaram eleições: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso...”. (ALVES, 1984, p. 88). Os outros eram candidatos do governo, inclusive Paulo Pimentel no Paraná¹⁸.

A vitória da oposição em quatro Estados teria, segundo alguns analistas, levado à radicalização da posição dos “duros, o que propiciaria a edição do Ato Institucional n. 2 (AI-2), através do qual se garantiu o fechamento do sistema político: fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário; eleições indiretas para Presidente da República e limitação da representação política, através da extinção dos partidos políticos. Posteriormente, esse fechamento do sistema político foi complementado com o AI-3, que estabeleceu as eleições indiretas para governadores de Estado e indicação de prefeitos para as capitais.

Desta forma, muito embora Paulo Pimentel tenha chegado ao cargo de Governador via eleições diretas, ao assumir o poder a 31 de janeiro de 1966, já o fez sob um novo momento de predomínio da coerção, sob a égide do AI-2. Assumiu o poder com um Executivo fortalecido pela nova legislação e com uma nova composição da representação política, efetuada a partir das aglutinações que deram configuração aos novos partidos criados pelo Governo Militar: ARENA e PMDB.

¹⁷ . **Governadores eleitos diretamente:** Alacid Nunes (PA); José Sarney (MA); Valfredo Gurgel (RN); João Agripino (PB); Israel Pinheiro (MG); Negrão de Lima (GB); Paulo Pimentel (PR); Ivo da Silva (SC); Pedro Pedrossian (MT); O. Lage (GO). **Governadores eleitos pela Assembléia:** J. Kalume. (AC); Danilo Aolosa (AM); Helvídio Nunes (PI); Plácido Castelo (CE); Nilo Coelho (PE); Lourival Batista (SE); L. Vianna Filho (BA); Cristiano D. Lopes (ES); Jeremias Fontes (RJ); Abreu Sodré (SP); Perachi Barcelos (RS). Interventor: Caminha Filho (AL). (SANTOS, s.d., p. 127).

¹⁸ . Nos outros onze Estados os governadores foram eleitos depois, indiretamente.

Mas vejamos como o próprio Pimentel percebia a conjuntura nacional e estadual ao assumir o cargo de Governador do Estado:

No plano nacional, deparávamos com uma conjuntura fortemente perturbada, de um lado, pela abertura de problemas da sucessão presidencial, da renovação dos Governos em onze Estados e dos mandatos legislativos estaduais e federais e, de outro lado, por uma política econômico-financeira federal reconhecida como adversa inclusive pelos que a implantaram e hoje admitem seus aspectos negativos (...).

A política cafeeira então adotada penalizou a cafeicultura, sem compensar o Estado pela perda da renda provocada pelos preços baixos, ao que se somariam os efeitos da política econômico-financeira da União, buscando a contenção do ritmo inflacionário pela redução geral do nível das atividades econômicas.

Assim, se infligiu à economia paranaense um duplo efeito negativo, sem que o Estado recebesse, quer através do Governo estadual, quer através de seus setores privados, quaisquer estímulos compensatórios federais destinados a aliviar o pesado ônus que está suportando em nome da estabilidade econômica nacional...

Num ano assim, de tantas dificuldades, coube ao Governo estadual procurar compensar, na medida de suas forças, uma conjuntura nacional desfavorável... (PIMENTEL, 1967, p. XV-XVI).

Gostaríamos de comentar alguns aspectos dessas afirmações de Pimentel. Em primeiro lugar, acreditamos que as críticas feitas ao Governo Castelo Branco, não podem ser vistas como possível “oposição” ao movimento de 1964. Pensamos já ter demonstrado neste trabalho o apoio dado pelos governantes do Paraná ao Golpe Militar. Essas considerações críticas, ao nosso ver, refletem a posição da “linha dura” das Forças Armadas, da qual Arthur da Costa e Silva era um dos representantes e candidato à sucessão de Castelo Branco. Aliás, uma das estratégias utilizadas pelos “duros”, para impor a candidatura de Costa e Silva, foi justamente o desenvolvimento de uma forte campanha de críticas ao primeiro Governo da Revolução.

Paulo Pimentel manifestou, claramente, seu apoio ao candidato dos “duros”, que concorria as eleições pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo eleito pelo Congresso Nacional, em obediência ao disposto no Artigo 9 do Ato Institucional n.2 e no art. 5 do Ato Institucional n.3. Teve como vice a Pedro Aleixo¹⁹.

¹⁹. O **Ato Institucional n.2**, foi decretado em 1966 pelo Governo Castelo Branco e teve como medidas principais: acabar com as eleições diretas para Presidente e Governador; fechar os partidos políticos existentes e criar o bipartidarismo.

Antes das eleições a serem realizadas pelo Congresso Nacional, no dia 19 de setembro de 1966, o Marechal Arthur da Costa e Silva visitou Curitiba, tendo sido recebido e homenageado em discurso por Paulo Pimentel. Neste discurso, o Governador do Paraná não só manifesta seu apoio ao visitante, mas também aos ideários da “Revolução”:

Ao saudar V. Exa. pela vista que faz ao Paraná, na qualidade de candidato à Presidência da República, acredito poder falar em nome do povo do meu Estado, que há menos de um ano, no pleito memorável, confiou-me a responsabilidade de dirigir-lhe os destinos no presente quinquênio. É com a autoridade deste mandato, que muito me honra, e com a certeza de estar expressando a opinião das correntes políticas majoritárias do Paraná, que lhe dirijo esta saudação para dizer a V. Exa. que estamos unidos e confiantes em torno de seu nome e de sua pessoa na atual conjuntura nacional, certos de que a escolha de V. Exa. para suceder o Presidente Castelo Branco, se impôs como exigência irrecusável e representará um grande passo à frente e um avanço positivo no processo democrático brasileiro... (PIMENTEL, 1966, p. 5).

Comparando Costa e Silva às figuras de Floriano Peixoto (1891) e Eurico Gaspar Dutra (1945), por ele considerados grandes estadistas, Pimentel reafirma sua fé no movimento de 1964:

Naquelas duas oportunidades, como agora, é importante lembrar que o Brasil ingressava em nova estrutura de poder e caminhava para profundas reformas em sua Carta Magna, no sentido de institucionalizar conquistas e nela incorporar exigências flagrantes, com vistas ao aprimoramento do regime e ao restabelecimento da ordem legal, afetada e tumultuada por acontecimentos político-militares decisivos em 15 de novembro de 1889, com a queda da Monarquia; em 29 de outubro de 1945, com a deposição do Chefe do Estado Novo; e em 31 de março de 1964, com o afastamento do Presidente que deixara, há muito, de ser um verdadeiro magistrado... (PIMENTEL, 1966, p. 6).

Por outro lado, a crise da cafeicultura aparece como o grande desafio a ser enfrentado, em termos econômicos, pelo Governo Paulo Pimentel. Aliás, no governo Ney Braga, para enfrentar essa crise já se tinha dado início, como afirmamos, ao programa de diversificação agrícola do Estado, comandado, aliás, por Paulo Pimentel, na Secretaria da Agricultura. O novo governador era, assim, um profundo conhecedor da situação econômica do Estado que agora passaria a dirigir.

Sobre a crise da agricultura no início de seu Governo, Paulo Cruz Pimentel o analisou nos seguintes termos:

Os indicadores econômicos e financeiros, que no primeiro semestre de 1966, evidenciaram no Paraná uma economia em firme ritmo de expansão, passaram a apontar, a partir de agosto, sintomas de recessão, com indícios cada vez maiores nos diversos setores da produção e, inclusive, do próprio Estado.

Em setembro quando enviamos mensagem a esta Assembléia Legislativa, encaminhando a proposta orçamentária para 1967, o Governo já manifestava suas apreensões decorrentes dos baixos preços fixados para o café pelo Governo Federal e das geadas que, logo depois, se abateram sobre os cafezais paranaenses.

A política cafeeira então adotada penalizou a cafeicultura, sem compensar o Estado pela perda da renda provocada pelos preços baixos, ao que se somaram os efeitos da política econômica financeira da União, buscando a contenção do ritmo inflacionário pela redução geral do nível das atividades econômicas. (PIMENTEL, 1967, p. XV)

Como sabemos, o grande fator estimulador do processo de desenvolvimento do Paraná, foi a cultura cafeeira. Por isso, a crise dessa cultura, na década de 1960, tem um extremo significado para a compreensão do período histórico que estamos analisando. Nadir Aparecida Cancian distinguiu três conjunturas distintas na cafeicultura paranaense:

A primeira, com a sustentação artificial e defesa permanente, embora com oscilações, entre 1906 e 1929, quando a produção paranaense de 7.654 sacas passou a quase 600.000 sacas na safra 1927-1930; a segunda, de 1930 a 1944, de preços recessivos e freagem do ritmo de expansão quando a maior produção exportável ultrapassou 1.000.000 de sacas na safra 1939-1940; e a terceira, no após-guerra, de preços incentivadores e dinamismo intenso quando a produção cafeeira estimada superou 15.000.000 de sacas entre 1959 e 1962, chegando nesse ano a 21.000.000 de sacas de 60 kg, aproximadamente. (CANCIAN, 1981, p. 133. Sem grifos no original).

Além de diagnosticar essas conjunturas, CANCIAN ressaltou também a importância do café para a economia paranaense:

O Paraná procurava atrair o café, porque apesar das dificuldades conjunturais, era o produto que mais representava em divisas para o Brasil e conseqüentemente o setor agrícola, apesar de tudo, mais defendido pelo governo. Além disso, a ausência de lucros existia para as grandes propriedades, em terras cansadas, de cafeeiros velhos. Nessa conjuntura, os cafeeiros plantados no Paraná fugiram da condição monocultora em grandes

propriedades. Ao contrário, desenvolve a pequena e média propriedade, onde o lavrador e sua família eram parte da mão-de-obra da lavoura, o que diminuía o custo de produção e deixava margem de lucro satisfatório para a nova categoria de proprietários emergentes pela redução do emprego de assalariados. Para os casos de propriedades médias onde a família não conseguia absorver em si mesma o trabalho, grande parte das terras era mantida sem exploração a espera de melhores tempos, ou com pequeno número de colonos ou parceiros... (CANCIAN, 1981, p.33).

Apesar da crise da cafeicultura no início da década de 1960, o café manter-se-á como o principal produto gerador de renda no Paraná até o final dessa década.

A crise da cafeicultura, lançou ao governo Pimentel, dois desafios: manter as realizações do Governo Ney Braga, no sentido da “modernização econômica” do Paraná, através do investimento na infraestrutura, da diversificação agrícola e do estímulo à industrialização, e ir além, fazendo com que seu governo não fosse “uma simples repetição ou ampliação” do anterior, “porém um grande passo à frente, no sentido de novos avanços e novas conquistas de progresso”. (PIMENTEL, 1966, p. VIII).

Esta proposta de governo tinha como base a **ideologia desenvolvimentista**, já despida de seu caráter nacionalista, com o qual havia se apresentado no plano nacional no período do pré-Golpe. Mas, em 1966, essa ideologia já havia sido derrotada pela ideologia da “interdependência”, e o comando do país já havia sido conquistado pelo grupo multinacional e associado. Isto também havia ocorrido no Paraná, como já afirmamos neste trabalho.

Aliás, seguindo a orientação política nacional, assistiu-se no Paraná, nos anos 1960, a um maior intervencionismo estatal no estímulo ao processo de expansão capitalista do Estado, tanto no Governo de Ney Aminthas de Barros Braga quanto no de Paulo Cruz Pimentel.

Esse intervencionismo teve no planejamento o seu principal instrumento e, em última análise, significou, historicamente, a substituição do planejamento efetuado pelas companhias colonizadoras que atuavam no Estado.

No caso do intervencionismo de Pimentel, ele teve como sustentação a **ideologia do desenvolvimento integrado**, que teria sido elaborada a partir da observação da realidade econômica, política e social do Estado.

A análise da realidade paranaense tem indicado a existência de uma conjuntura regional compartimentada, onde o diálogo é difícil entre as partes que formam o todo social, especialmente entre Governo e povo, a afetar regiões, populações, atividades e a própria atuação do poder público. Este costuma atuar de cima para baixo, com multiplicidade de órgãos afins e paralelismo de programas, quando mesmo o bom senso está a pedir um sistema de vasos comunicantes, em que os órgãos se integrem e as obras sejam conjugadas entre si, programadas e construídas simultaneamente, uma em função da outra, para que possam realmente atender exigências globais do homem e das comunidades. (PIMENTEL, 1967, p. X).

Na mesma **Mensagem**, Pimentel esclarece melhor a necessidade do “desenvolvimento integrado”:

O desenvolvimento integrado é decorrência e imposição da própria realidade paranaense, cujo surto fulminante e gigantesco de pioneirismo, no curto período de três décadas, teria de coincidir, por definição, com uma etapa de escassa coesão social, fragmentária e visivelmente atomizada, inerente ao processo de ocupação espontânea do âmbito geográfico do Estado. (PIMENTEL, 1967, p. XIII).

Mas é importante destacarmos que, no contexto, a “integração” se apresentava como fundamental ao novo estágio de expansão do capitalismo no Estado, à nova forma de apropriação do capital e de dominação política, como podemos verificar na citação a seguir:

Agora, que a ocupação territorial, em termos horizontais, está chegando ao fim, o que se quer é que o desenvolvimento integre em seu processo todas as camadas de população, todos setores de atividade, todas regiões do Estado e todas manifestações da existência humana. Em suma, que seja um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade do trabalho dessa população, objetivada pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção. (PIMENTEL, 1967, p. XII).

Um outro aspecto da “ideologia do desenvolvimento integrado” era a incorporação de políticas voltadas para os setores sociais (educação, saúde, habitação, saneamento):

... A fixação da política social está fundamentada na premissa de que o atendimento a essas reivindicações é consequência e causa do desenvolvimento. Dentro dessa linha de pensamento, a política social, implícita no programa, objetiva a ampliação e melhoria do equipamento social básico e o atendimento àquelas parcelas da população às quais o atual estágio de desenvolvimento não oferece as condições mínimas de vida. (PIMENTEL, 1967, p. X).

Para atender às necessidades do “desenvolvimento integrado”, Paulo Pimentel enfatiza, em todas as suas **Mensagens**, a necessidade de que o Estado pudesse contar com **recursos humanos qualificados**. Para que isso ocorresse, partindo do diagnóstico da situação desses recursos humanos no Paraná, seria forçoso que se incentivasse a qualificação tanto informal (treinamento), quanto formal (aquela a ser oferecida pelo sistema regular de ensino).

Não é porque trabalhe pouco, ou porque deva trabalhar mais, que o povo padece. Não é por inércia da máquina de Governo que ela tem estado aquém dos reclamos fundamentais da população. É pela ineficiência estrutural do sistema – seja ele o setor público, seja o setor privado - na base do qual não está o homem, ou quando está, é no geral despreparado, mal utilizado nas suas potencialidades e energias, geralmente inconsciente do próprio processo de desenvolvimento.

Economistas categorizados asseveram que o fator mais escasso no Brasil de nossos dias já não é o capital, mas o homem preparado para as tarefas particulares ou públicas. Por deficiência da educação, inclusive do sistema educacional existente se desperdiça trabalho e se desperdiça capital. Já em nossa Mensagem do ano passado dizíamos: “O Paraná está diante de um dos mais graves problemas criados em consequência de seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos especializados, não só para o setor público como para o setor particular”. (PIMENTEL, 1967, p. IX).

No que se refere ao seu posicionamento em relação aos diferentes níveis de ensino, há, nas **Mensagens**, uma ênfase às realizações voltadas para o “ensino primário” (hoje, ensino fundamental) e o ensino agrícola. O ensino superior só recebe maior destaque na **Mensagem** de 1970, quando Pimentel já havia criado as Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Analisaremos

mais pormenorizadamente as ações do Governo Paulo Pimentel na área educacional, no capítulo IV desta tese.

A proposta de interiorização do ensino superior fazia parte da estratégia de desenvolvimento integrado do Governo Pimentel que, como vimos, buscava integrar regiões, áreas e diferentes estratos populacionais ao processo de expansão do capitalismo monopolista no Estado.

Essa ideologia do “desenvolvimento integrado” correspondia, evidentemente, às transformações em curso na estrutura econômica, política e social do Paraná na década de 1960. Na época de predomínio do café como principal produto gerador de renda, a região do Estado, onde dominava essa cultura, era constituída basicamente de pequenos produtores, uma vez que a cafeicultura paranaense era baseada na pequena propriedade. Com a diversificação agrícola e a expansão do processo de industrialização houve a concentração da propriedade rural e da propriedade urbana. Com isso, a partir da década de 1960 mas, principalmente, a partir da década de 1970, passaram a ter hegemonia no Paraná os chamados setores modernos da burguesia agrária e industrial, ou seja, aqueles setores que se organizavam nas empresas agrícolas, comerciais e industriais. Este foi o grupo que, aliado ao Governo, passou a conduzir o processo de expansão do capitalismo monopolista no Estado.

CAP III - A LUTA PELA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO QUADRO GERAL DA NOVA CORRELAÇÃO DE FORÇAS DO ESTADO DO PARANÁ

A história é conjuntamente liberdade e necessidade. As instituições em cujo desenvolvimento e em cuja atividade a história se encarna, surgiram e se mantiveram porque têm uma tarefa e uma missão a realizar (Antônio Gramsci).

O objetivo deste capítulo é mostrar que a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná foi precedida de um movimento social que se deu no plano da sociedade civil e que forçou a inclusão da proposta de criação dessas instituições na agenda do Governo do Estado. Em outras palavras, pretendemos mostrar a correlação de forças que tornou possível a interiorização do ensino universitário no Paraná.

Neste sentido, é preciso identificar os grupos sociais que se mobilizaram em prol da sua criação, que interesses esses grupos representavam, que projeto tinham para as universidades.

Em termos mais amplos, o capítulo objetiva analisar de que forma se dá a constituição de um aparelho de hegemonia, a partir da consideração das relações de forças que organicamente se combinam em determinado momento histórico.

Pretendemos, também, mostrar como a organização do ensino superior no Paraná, no período em estudo, foi afetada pelas transformações

econômicas, sociais e políticas do Estado, destacando, especialmente, como as características modernizantes do Governo Paulo Cruz Pimentel criaram as condições, para a posterior criação das universidades. Condições, no sentido de Marx e salientadas por Gramsci, que a sociedade não coloca problemas para os quais não tenha condições de apresentar soluções¹.

Para esse aspecto, trabalharemos com uma hipótese parcial de que a criação das Universidades Estaduais do Paraná deu-se apenas no Governo Paulo Cruz Pimentel, porque foi naquele momento histórico que foram criadas as condições objetivas para tal. Entre essas condições destacamos as seguintes:

- processo de desenvolvimento econômico do Paraná que demandava recursos humanos qualificados;
- uma política federal favorável à expansão do ensino superior via universidades (Lei 5540/68);
- expansão da demanda por ensino superior no Estado;
- formação de uma vontade coletiva voltada para a criação das universidades;
- fortalecimento do interior do Paraná como força econômica e política;
- articulação e organização dos grupos dirigentes em torno do projeto de criação das universidades².

A análise dessas condições será feita ao longo dos capítulos a seguir.

Tendo como orientação teórica mais ampla na análise da Política Educacional a questão da hegemonia nos termos gramscianos, é fundamental que a análise tenha como pano de fundo o conceito e a situação concreta das classes sociais no Paraná. Como afirma Laura da Veiga, a caracterização da universidade como aparelho de hegemonia, “não é facilmente captável em virtude de suas **vinculações**,

¹ Este princípio foi assimilado por Gramsci a partir das afirmações contidas no texto de Karl MARX. **Contribuição à crítica da Economia Política**. “É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim numa observação atenta, descobrir-se-á, que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam pelo menos em vias de aparecer...” (MARX, 1993, p.25).

² A análise dessas condições será feita ao longo dos capítulos a seguir.

mediatizadas_com a estrutura de classes, dando um caráter ambíguo a suas atividades...” (1982, p.48).

Desta forma, tentaremos apreender neste capítulo como se deu concretamente a articulação de classe na constituição de um aparelho de hegemonia. Para isto, é importantes verificar qual o setor da classe dominante do Paraná que estava perdendo o poder naquele momento e qual estava ganhando; ou como as facções de classe estavam se reorganizando. Quais os setores de classe que se envolveram com a criação das universidades? Por que a criação das universidades interessava a esses setores?

Outrossim, como a questão da hegemonia no Paraná assume, também, como já afirmamos, contornos regionais, consideramos importante fazermos a caracterização do papel econômico e político que desempenharam, na época, as cidades que viriam a sediar as universidades criadas, ou seja, as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Esta caracterização é importante, além disso, por uma determinação do próprio objeto de estudo, uma vez que, como sabemos, as universidades são um fenômeno eminentemente urbano desde as suas origens medievais³. No caso da expansão dessas instituições no Brasil, a tendência inicial era a de que elas fossem localizadas nas capitais dos Estados, estendendo-se, depois, para cidades que, embora situadas no interior, tivessem importância econômica e/ou política, fatores que, em geral, associam-se ao porte urbano dessas cidades.

Como hipótese mais geral para este capítulo, partimos da afirmação de que a criação das universidades se configurou como um **projeto político de classe**, visando a recomposição da hegemonia e neste sentido foi assumido pelo Estado, e não ao contrário⁴.

³ Aldo JANOTTI, analisando os fatores que concorreram para a criação das universidades medievais, afirma o seguinte. “na explicação dos fundamentos da Universidade Européia, tivemos a oportunidade de relacioná-los com a atuação concomitante de condições de dupla natureza: sociais e culturais. As primeiras foram originadas pelo renascimento urbano do século XII, enquanto as segundas pelo renascimento cultural daquela mesma época.”(1992, p.125).

⁴ A questão da universidade como aparelho hegemônico é o ponto central do nosso trabalho. É a nossa tese. Essa questão, no entanto, aparece de forma diferente em cada capítulo, na medida em que cada um desses capítulos expressa algumas das mediações através dos quais se caracteriza a hegemonia.

3.1. As Lutas da Sociedade Civil em Prol da Criação das Universidades Estaduais do Paraná

3.1.1. A gênese do ensino superior no Paraná

Neste item, a partir das considerações mais gerais sobre a questão da recomposição da hegemonia no Paraná, procuraremos identificar as ações concretas empreendidas pela sociedade civil visando concretizar o projeto de criação das Universidades, e demonstrar como as ações desenvolvidas visavam claramente a constituição de um **aparelho de hegemonia** que, como afirma Christinne Buci-Glucksman, só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe:

Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os intelectuais), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos subsistemas: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: Igreja e seus intelectuais)... (1980, p.70).

Partindo dessas considerações serão abordados na análise os grupos que se envolveram com a criação da universidade, suas ações e objetivos. Antes, porém, de procedermos a esta análise, gostaríamos de resgatar ainda que sumariamente, o processo de expansão do ensino superior no Paraná, uma vez que acreditamos ser de fundamental importância para a compreensão de um objeto de estudo, a recuperação de sua gênese histórica.

O ensino superior no Paraná é uma iniciativa que só se concretiza no século XX. Até este século, o ensino neste Estado era exercido pelos jesuítas do

Colégio de Paranaguá. Quando estes foram expulsos do Brasil, existiam no Paraná apenas **classes isoladas** destinadas ao ensino das “primeiras letras”. Em 1848, teria sido criado pela Província de São Paulo, na cidade de Curitiba, o **Liceu Paranaense**, instituição que deveria ministrar ensino secundário, mas que “teve, porém, vicissitudes que, por algum tempo, impediram o seu regular funcionamento” (WESTPHALEN, 1969, p.249).

Ainda no século XIX, houve tentativa de criação de uma universidade no Paraná, através de uma **concessão** feita a Francisco José da Rocha Pombo⁵, em 1892, através da Lei n. 63, de 10 de dezembro. A concessão foi assinada pelo então Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, e teria validade por um prazo de cinquenta anos. Esta proposta, porém, não chegou a obter êxito.

De acordo com a Lei n. 63/1892, a universidade deveria oferecer pelo menos os seguintes cursos: direito, letras, comércio, agronomia, agrimensura e farmácia, além do “curso geral” (a lei não deixa claro o que seria este curso).

O art. 9 da mencionada lei estabelecia, ainda, que a concessão caducaria se “... dentro do prazo de dois anos o concessionário não der princípio aos trabalhos, ou se dentro de quatro anos, a contar da data da aprovação das plantas, não for inaugurada a universidade”.

Quando esta desse início às suas atividades, deveriam ser extintos o **Ginásio Paranaense** e a **Escola Normal**, passando estes estabelecimentos a constituírem uma das seções da universidade. Findo o prazo de cinquenta anos, estabelecido na lei para a concessão, a universidade poderia ser assumida pelo Estado, “... mediante indenização feita ao concessionário” (Art. 10).

Mas, como afirmamos, a idéia de criação da universidade não se concretizou, caducando a concessão. Neste sentido, a iniciativa do Paraná teve o mesmo destino que todas as outras tentativas de criação de uma universidade no Brasil no século XIX.

⁵ Francisco José da Rocha Pombo (1857-1933), nasceu em Morretes, Paraná. Foi jornalista, historiador, ensaísta e poeta. Quando deu início à campanha em prol da criação da Universidade do Paraná, em 1892, era redator do **Diário do Comércio**.

Consideramos importante nos reportarmos aqui às razões apontadas por Nilo Cairo, em 1913, para o insucesso da iniciativa de Rocha Pombo: a) regime de monopólio do ensino superior por parte do governo federal; b) pelo fato do Paraná não ter atingido ainda o grau de progresso necessário (CARNEIRO, 1972, p.115).

Além desses fatores, David Carneiro parece acreditar que outros elementos contribuíram para esse desfecho: a criação da **Escola de Artes Industriais**, em 1883⁶ e a Revolução de 1893-94 no Paraná⁷.

Dentre os que apoiaram a idéia de Rocha Pombo, podemos citar o nome de Leôncio Correia⁸ que, através de artigo publicado no **Diário do Comércio**, em 27 de julho de 1891, assim se expressou sobre a criação da Universidade do Paraná: “deste modo, fundada a Universidade, esta cidade se tornará o centro de toda a atividade vital do Paraná” (apud CAROLLO, 1991, p.377).

Mas vejamos como o próprio Rocha Pombo registrou o fracasso de sua iniciativa:

Em 1892, organizei projeto de fundação de uma universidade ou escola de ensino superior em Curitiba. Consegui, a muito custo do Congresso Estadual uma lei de garantia de juros. Tomei um empréstimo de 8.000 contos de réis, afiançado pelo Comendador José Macedo, assentei a pedra fundamental do edifício no Largo Ouvidor Pardinho, fiz ali construir depósito e reunir material, dando começo ao nivelamento do largo. Fui em seguida, no Rio, onde apenas tive animação do Dr. Ubaldino do Amaral, senador por este Estado... Mas os estadistas paranaenses não quiseram escolher. Há um deles que se morde de raiva quando ouve dizer que a minha idéia é boa.(Apud CAROLLO, 1991, p.377-378).

⁶ No texto de David Carneiro há incoerência quanto a data correta da criação da **Escola de Artes Industriais**, pois no início do parágrafo o autor afirma: “Começado em 1886 ...” e mais adiante “... Esta começou a funcionar em 1887 e funcionou até 1906” (CARNEIRO, 1972, p.111). A **Escola de Artes Industriais** teve como fundador Antônio Mariano de Lima e ministrava **ensino gratuito** de pintura, escultura e de arquitetura. Também esta escola veio à ruína, interpretada da seguinte forma por David Carneiro: “Quem possui mérito não pode deixar de ser vulnerável a calúnias. A história está cheia de exemplos de autores de grandes idéias que foram alvo de calúnia e perseguição”(1972, p.114).

⁷ Trata-se da **Revolução Federalista** de jan/maio de 1894.

⁸ Leôncio Correia (1865-1950), nascido em Paranaguá, Paraná, foi poeta, jornalista e político, tendo sido fundador do **Diário do Comércio**. Foi deputado estadual no período de 1892 a 1897. No Rio de Janeiro, foi diretor do Ginásio Nacional (atual Pedro II); Diretor de Instrução Pública e também diretor da Imprensa Nacional e do Diário Oficial (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, p. 102-103).

Dois pontos desta primeira tentativa de criação de uma universidade no Paraná merecem registro: em primeiro lugar, o fato de ter sido uma iniciativa particular, no caso, de um dos representantes da elite cultural do “Paraná Tradicional”; em segundo lugar, o leque de cursos a serem oferecidos que fugiam à tradicional tríade dos cursos de ensino superior no Brasil, ou seja, medicina, engenharia e direito, abrindo perspectivas para áreas de conhecimento que pareciam “avançadas” para aquele período.

Outra tentativa de criação de uma universidade no Paraná viria a ocorrer nas primeiras décadas do século XX, sob a égide da Reforma Rivadávia Correia (Decreto Federal n. 8.659, de 5 de abril de 1911. Lei Orgânica do ensino Superior e do Fundamental na República)⁹.

Como sabemos, esta Reforma, inspirada nos ideais positivistas, especialmente no que se refere à **desoficialização** do ensino, permitiu a existência de “escolas livres”. Foi com o estímulo dessa reforma que se organizaram dois grupos de pessoas na cidade de Curitiba, os quais atuavam paralelamente visando a criação da Universidade do Paraná. Um dos grupos era liderado por Fernando Moreira¹⁰, diretor-proprietário da “Escola Republicana”. O outro grupo era liderado pelo Dr. Flávio Luz, proprietário de um colégio particular em Curitiba. A liderança do Dr. Flávio Luz foi depois substituída pela influência de Nilo Cairo da Silva, militar e bacharel em ciências físicas e matemáticas.

Posteriormente, Nilo Cairo e Victor do Amaral uniram-se para concretizar a criação da universidade. Para tanto, foi organizada uma **comissão** composta pelos seguintes membros: Victor do Amaral, Nilo Cairo; Dr. Manoel da Cerqueira Daltro Filho (militar); Dr. Flávio Luz; Desembargador Euclídes Bevilaqua e Dr. Hugo Simas.

⁹ Os dados referentes à Universidade do Paraná foram retirados das seguintes fontes: a) David CARNEIRO. **Educação, Universidade e História da primeira universidade do Brasil**. b) DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. c) PARANÁ/FUNDEPAR. **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino**. 1964-1979.

¹⁰ Integrantes do grupo de Fernando Moreira: Dr. Pânilo de Assunção; Victor do Amaral; Coronel Chichorro Júnior; Ernesto Canac e Manoel Miranda Rosa.

É importante salientarmos que, até essa data, o Paraná não contava com nenhum estabelecimento de ensino superior. É tanto que, de acordo com David Carneiro, a expectativa era de que a **Escola Republicana**, pertencente ao professor Fernando Moreira, pudesse “sob a égide liberalíssima da nova lei, e da tolerante e convergente personalidade do Dr. Rivadávia Correia, e ainda escudada em seu prestígio, transformar-se em universidade”.(1972, p.117)¹¹

Além disso, como vimos no capítulo II, o Paraná era, ainda, no início do século XX, um Estado com pouca expressão nacional, situação que só começaria a modificar-se a partir da década de 1930. Além disso, o Paraná, tinha menos de sessenta anos de independência política em relação à Província de São Paulo, limitando-se, em termos de ocupação territorial, ao chamado “Paraná Tradicional”, uma vez que a ocupação do “Paraná Moderno” (norte, sudoeste e oeste) só se completaria bem mais tarde.

Mas esta situação não impediu que grupos de pessoas ligadas à elite cultural e econômica do Estado acalentassem o propósito de criar uma universidade na capital do Estado. Esta idéia ganhou força e, no dia 19 de dezembro de 1912, a Universidade do Paraná foi instalada no edifício do Congresso Legislativo do Estado. A 16 de março de 1913, iniciaram-se as aulas com um total de noventa e sete alunos distribuídos nos seguintes cursos: a) **Engenharia**: 32 alunos matriculados; b) **Direito**: 29 matrículas; c) **Odontologia**: 13 matrículas; d) **Farmácia**: 10 matrículas; e) **Comércio**: 13 matrículas; f) **Obstetrícia**: nenhuma matrícula. (CARNEIRO, 1972, p.122).

A imprensa da época assim noticiou a criação da universidade:

Em todos os ramos da atividade humana, o Paraná vai procurando ganhar uma posição de destaque nas indústrias, no comércio, nas letras, nas ciências, os seus filhos vão preparando uma evolução progressiva que o há de colocar em

¹¹ Em reforço a esta afirmação creio ser importante citarmos a seguinte assertiva de Arnaldo NISKIER: “Caso singular aconteceu no Estado do Paraná que, até o ano de 1912, não contava com nenhum estabelecimento de ensino superior. A reforma de 5 de abril de 1911 iria propiciar a fundação, em 19 de dezembro do ano seguinte, de uma universidade do Paraná - particular - constituída por uma Faculdade de Direito, uma de Medicina e uma Escola de Engenharia ...”(1989, p.261).

situação invejável no meio da comunidade brasileira. (O Correio do Sul, apud CARNEIRO, 1972, p.118).

A Universidade do Paraná está fundada e instalada desde ontem, tendo assim se convertido em realidade o sonho ardente dos seus iniciadores.

Os elementos de que dispõe a instituição, asseguram-lhe êxito completo, pois o grande número de cavalheiros que ali compareceram para a sua fundação é seguro penhor de sua estabilidade e de sua vitória futura.

.....
Grande número de rapazes que estariam ávidos de saber emigram todos os anos para outras terras em busca de academias para se prepararem em cursos que os habilitassem a profissão distintas.

Outros não podendo sair por ausência de recursos pecuniários aqui ficavam vegetando, a lamentar a falta desses focos da ciência, indispensáveis à cultura que ambicionavam.

Daí surgiu a generosa idéia da fundação, não já de uma academia simplesmente mas de uma universidade, amparada pela Lei Rivadávia, que bem aplicada é uma conquista liberal de grande utilidade para a difusão da instrução secundária e superior ...” (Comércio do Paraná, apud CARNEIRO, 1972, p. 123-124).

Veremos, posteriormente, como muitas das justificativas apresentadas para a criação da Universidade do Paraná - o estabelecimento da relação entre a criação da universidade e o desenvolvimento do Estado; a necessidade de que os jovens pudessem contar em sua própria cidade com oferta de ensino universitário - aparecerão também no contexto de criação das primeiras universidades estaduais do Paraná.

A Universidade do Paraná, que oferecia ensino pago, foi reconhecida oficialmente em 1913, pela Lei Estadual n. 1.284, de 24 de março. Foi declarada de utilidade pública pela Lei n. 1.455, de 11 de abril de 1914. Mas, em 1915, por força da Reforma Carlos Maximiliano (Decreto n. 11.530, de 18 de março), a universidade foi desmembrada em cinco faculdades: Direito, Engenharia Civil, Medicina, Odontologia, Farmácia, Obstetrícia e Comércio, para que pudessem ser reconhecidas, o que viria a ocorrer em 1917¹².

Teria o desmembramento dado fim à Universidade do Paraná? Na opinião de David Carneiro, não, pois “... essa medida que causou a morte das duas irmãs mais velhas, de Manaus e de São Paulo, não conseguiu estrangular a do

¹² A Reforma Carlos Maximiliano, em reação à Reforma Rivadávia Correia, exigia que os “cursos livres” fossem equiparados aos mantidos ou reconhecidos pelo Governo Federal.

Paraná”(1972, p.134), uma vez que em 1918 foi organizada a **Federação das Faculdades Isoladas Superiores**, cujas escolas aglutinadas eram administradas por uma única reitoria, além de ocuparem o mesmo edifício.

É evidente que essa estratégia de formação de uma federação facilitaria a reinstalação da universidade, em 1946 (Decreto-lei n. 9.323, de 6 de junho)¹³, ainda como estabelecimento privado. Sua federalização só ocorreria em 1950 (Lei n. 1.254, de 4 de dezembro), após uma campanha que teve como figuras principais a Moisés Lupión, Governador do Paraná (1947-1951) e Flávio Suplicy de Lacerda, na época exercendo o seu primeiro mandato como Reitor da Universidade do Paraná.

David Carneiro, uma figura importante do Paraná, um defensor da expansão das universidades, não viu com bons olhos a federalização da universidade do Paraná. Consideramos importante destacar as apreciações que fez sobre este acontecimento por ser ele um dos representantes do positivismo no Estado, pensamento este que, ao nosso ver, muito influenciou as concepções acerca do ensino superior no Paraná¹⁴.

E o Paraná (universidade) quando se entregou ao governo federal deixando-se escravizar de mãos e pés amarrados, tinha um patrimônio enorme que nada custara aos cofres nacionais, mas sim custara “suor, lágrimas e vida” aos abnegados professores paranaenses que heroicamente se haviam improvisado para ação gigantesca, feita humildemente e na sombra ...¹⁵

Mas seja como for: obtida a reestruturação, pareceu ao novo reitor e ao conjunto de professores (que não viviam à moda antiga nem rezavam mais pela

¹³ O decreto-lei n. 9.323/1946 foi assinado pelo então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e pelo Ministro da Educação e da Saúde, Ernesto de Souza Araújo.

¹⁴ David Carneiro (1904-1990) nasceu em Curitiba. Formou-se em Engenharia pela Universidade do Paraná, em 1927, instituição da qual passaria a ser professor, lecionando na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Tornou-se historiador, especializado na história do Paraná. “Dedicou-se ao estudo da obra de Augusto Comte, do qual foi seguidor e propagador, mantendo em Curitiba a Capela da Humanidade para o culto positivista” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ, 1991, p. 58). Fundou o **Museu Davi Carneiro**.

¹⁵ Talvez esta afirmação de David Carneiro pudesse ser relativizada, na medida em que em outro momento do texto ele assinala contribuições do Governo para a organização da Universidade: “O governo do estado doou 80 contos para a Universidade do Paraná aumentando seu patrimônio (...) Estava já contratada a construção da parte central quando a Câmara Municipal de Curitiba doou o terreno à rua 15 de Novembro, onde em 31 de agosto foi lançada a pedra fundamental, e logo começada a construção, para utilização desde Abril de 1914, embora não ultimadas as obras. O Governo Federal deu uma subvenção de 50 contos para a Engenharia. Arrecadaram-se pouco mais de 273 contos e as despesas orçaram por 257 ...” (CARNEIRO, 1972, p. 122)

cartilha do sacrifício) que a Universidade do Paraná devia deixar de ser livre e particular para ser federal... (sem grifos no original).

Flávio Suplicy de Lacerda fez 42 viagens ao Rio, para a luta de influência, a primeira das quais acompanhado do então governador Moisés Lupión.

Nessa oportunidade, enquanto aquele governador se desdobrava, os representantes do Paraná da Câmara e do Senado permaneciam, se não hostis, inertes.

Convicção contrária à federação?

Talvez... Mas as ações não foram de viseira erguida, nem tiveram um "Nilo Cairo"¹⁶ para pô-las à luz do sol ..." (CARNEIRO, 1972, p.136).

Pela análise dessas duas primeiras tentativas de organização do ensino universitário no Paraná, verificamos que elas tiveram como base ideológica o positivismo, expressando-se em termos de ensino livre e particular. A defesa do ensino pago far-se-á presente em muitos outros momentos da história da evolução do ensino superior no Paraná, inclusive na ocasião da campanha em prol da criação das universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

Com a criação da Universidade do Paraná, teve início a expansão do ensino superior neste Estado, através de faculdades isoladas e da criação da Universidade Católica do Paraná em 1959¹⁷. Até 1949, as faculdades concentravam-se em Curitiba, com exceção da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras criada em Ponta Grossa, em 1949. As duas décadas seguintes (50-60) são de expansão desse tipo de instituição para o interior do estado.

Em 1960, existia no Paraná um total de dez estabelecimentos de ensino superior, dos quais sete públicos e três particulares. No período de 1960 a 1967 foram criados apenas cinco novos estabelecimentos. De 1967 a 1969 foram criados mais sete. Desta forma, em 1969, o Paraná contava com um total de vinte e dois estabelecimentos de ensino superior¹⁸. Após a fundação das três Universidades

¹⁶ Nilo Cairo foi, como vimos, um dos idealizadores da Universidade do Paraná. Era médico e foi o primeiro secretário da universidade. O primeiro reitor foi Vitor Ferreira do Amaral.

¹⁷ A Universidade Católica do Paraná, criada em 1959, foi elevada à condição de Pontifícia em 1985, por Decreto da Sagrada Congregação para a Instituição Católica de Roma, passando a denominar-se Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Tem como mantenedora a Sociedade Paranaense de Cultura.

¹⁸ Este número exclui os estabelecimentos que foram criados isoladamente mas depois incorporados à Universidade Federal do Paraná: **1945**: Faculdade de C. Econômicas; **1946**: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná; **1950**: Faculdade de Direito; **1953**: Escola Superior de Química; **1958**: Faculdade de Odontologia; Faculdade de Farmácia; (?) Escola Agrônômica do Paraná e Faculdade de Medicina.

Estaduais, foram criadas até 1979 mais dezenove estabelecimentos desse nível de ensino; contando o Paraná, em 1980, com quarenta e quatro instituições de ensino superior (IES).(PARANÁ. SEED. FUEM, 1980).

Até o final da década de 1960, o **ensino universitário** ficará limitado à Curitiba, ganhando o interior as suas primeiras universidades apenas em 1969, no Governo Paulo Cruz Pimentel. A história da criação dessas últimas instituições se constituirá, a partir de agora, no objeto central da nossa investigação.

3.1.2. As Primeiras Tentativas em Prol da Interiorização do Ensino Universitário no Paraná.

A luta em prol da interiorização do ensino universitário no Paraná teve início desde a década de 1950, mas ganhou contornos mais expressivos na década de 1960. Tomaremos, portanto, esta década como marco do nosso estudo.

No início da década, antes do Golpe Militar de 1964, duas iniciativas podem ser lembradas. Uma diretamente voltada à criação de uma universidade no interior do Estado e outra que, pelos reflexos de suas ações, funcionou como demonstração concreta da necessidade de que o ensino universitário fosse interiorizado no Paraná. Referimo-nos à tentativa de criação de uma universidade em Ponta Grossa, em 1964, e à experiência da “Universidade Volante”.

A “Universidade Volante”, idealizada por Durval Pacheco, foi uma iniciativa que se desenvolveu na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o apoio do então reitor, Flávio Suplicy de Lacerda¹⁹.

¹⁹ Flávio Suplicy de Lacerda (04.10.1905 - 01.07.1983), paranaense nascido na cidade da Lapa, iniciou suas atividades na Reitoria da UFPR em julho de 1948, como vice-reitor de João Ribeiro de Macedo Filho. Como este veio a falecer em agosto de 1949, Suplicy substituiu-o no cargo de reitor. A partir desta data, exerceu este cargo por mandatos sucessivos até abril de 1964, quando se afastou para ocupar o cargo de Ministro da Educação e Cultura do governo Castelo Branco. Retornou à reitoria da UFPR em 1967.

Cecília Maria Westphalen, em verbete constante do **Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná**, referiu-se nos seguintes termos a esta iniciativa das “Universidades Volantes”:

... Mas Flávio Suplicy de Lacerda distinguiu-se pela implementação desde 1961 dos cursos de verão e pela realização, a partir também desse ano, das Universidades Volantes, com os objetivos de democratização da universidade, desenvolvimento cultural e técnico das populações do interior e motivação para o desenvolvimento geral da comunidade. (1991, p.242).

As “Universidades Volantes” começaram a funcionar em 1961 e duraram até 1970 quando, por falta de recursos financeiros, a experiência foi interrompida. A primeira cidade do Paraná a receber a “Universidade Volante” foi Ponta Grossa. Sobre esta primeira experiência vejamos o relato feito pelo professor Roberto Moura GURGEL:

A primeira Universidade Volante teve lugar em Ponta Grossa, em 1961, e foi tal a expectativa criada que o presidente Jânio Quadros lá estava para estimular a iniciativa. Foram realizados cursos para médicos, professores, advogados; cursos de arte culinária; ações de prestações de serviços; reuniões com prefeitos e vereadores da região. A primeira Universidade Volante dirigiu-se a uma clientela de 4.500 pessoas e procurou identificar problemas nos quais a universidade poderia ajudar na solução. A iniciativa tinha a duração de cinco dias em média, acontecia normalmente nos fins de semana, quando os professores poderiam se deslocar para o interior. Mediante a natureza dos problemas identificados, poder-se-iam desenvolver ações mais demoradas e complexas. (1986, p.58)

Por esse relato, verifica-se que a “Universidade Volante” desenvolvia um leque amplo de atividades não se limitando ao oferecimento de cursos. Tinha, também, uma clientela bastante diversificada. Pudemos vivenciar pessoalmente esta experiência como estudante secundarista de Maringá, tendo participado de diversos cursos oferecidos pela Universidade Volante. Além de Maringá, também Londrina e Paranaguá participaram dessa experiência.

Dessa exposição da experiência das “Universidades Volantes” no Paraná, analisada por Roberto Moura Gurgel como uma atividade de extensão universitária, o que consideramos mais importante destacar é a relação que o autor

citado pretende estabelecer entre essa experiência e a criação das universidades estaduais na década de 1960.

Outras operações tiveram lugar em Paranaguá, Maringá e Londrina, sendo que, nestas duas últimas localidades, surgiram posteriormente universidades estaduais, por iniciativa de um grupo que se animou para o intento a partir da realização da Universidade Volante. Vale salientar que surgiu uma universidade estadual, também, em Ponta Grossa. (GURGEL, 1986, p.58-59).

Na documentação que consultamos e nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, não identificamos nenhuma informação que nos autorize a afirmar a existência da relação suposta por GURGEL entre as “Universidades Volantes” e a criação das universidades estaduais. Se alguma influência existiu foi no sentido de reforçar uma reivindicação que já vinha sendo manifestada pelo interior do Estado desde a década de 1950.

De qualquer forma, mesmo considerando os resultados positivos da experiência das “Universidades Volantes”, quais sejam, a extensão para o interior de cursos e serviços que faziam parte do saber já acumulado pela UFPR, contraditoriamente, esses mesmos resultados, denunciavam a existência de um certo privilégio da capital no que se refere ao **ensino universitário**. E este privilégio é que garante à UFPR manter a hegemonia científico-cultural no Estado.

Talvez tenha sido para não perder esta hegemonia que representantes da UFPR, como Flávio Suplicy de Lacerda, e do Conselho Estadual de Educação resistiram à idéia de interiorização do ensino universitário.

Em um dos depoimentos obtidos para esta tese fica muito clara a posição de Suplicy em relação à expansão do ensino universitário para o interior.

*Ótimo. Vou fazer um retrospecto do ensino no Paraná e aqui se lutou muito para criarmos os cursos. Curitiba teve sempre um problema com o Norte, com o interior do Paraná. Curitiba não tinha sensibilidade com o interior do Paraná e achava que nós éramos até meio estrangeiros (...) Aí nós achamos, depois de tantas reuniões (...), nós nos contentávamos com uma **extensão** da Universidade de Curitiba. E na formatura da primeira turma de Odontologia o Governador Ney Braga foi paraninfo, e no Cine Ouro Verde, com três mil pessoas presentes, o diretor da Faculdade de Odontologia fez um pedido que*

era um desejo de nós todos e do Osken de Novaes como prefeito também. E o Ney Braga prometeu. Embora fosse primo do Lacerda²⁰. Mas foi mais paliativo, embora não fosse tanto a vontade dele... (MILANEZ, p.1) (sem grifos no original).

No prosseguimento do relato, MILANEZ esclarece que havia resistência por parte de Suplicy até para a criação, no interior, de uma **extensão** da UFPR:

Nós pedíamos apoio para duas coisas: para uma universidade federal ou estadual. Conseqüentemente indo de encontro ao reitor da Universidade Federal, que era o Suplicy de Lacerda, que não (...) mostrou nenhuma boa vontade, nada. Ele poderia numa penada só ter feito naquela época, inclusive tinha dinheiro sobrando, tinha aqueles créditos brasileiros, era uma coisa espetacular. Que dizer, não fizeram. Deve-se debitar muito ao Suplicy de Lacerda, entendeu, o não ensino superior do Paraná, que já podia ter iniciado há quarenta anos atrás. (MILANEZ, p. 2-3).

Essa mesma resistência foi enfrentada pela comunidade da cidade de Ponta Grossa quando fez as primeiras tentativas no sentido de criar a sua universidade, no ano de **1964**, quando era Governador do Estado Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965).

Pelas informações contidas na documentação por nós consultada, a expectativa da cidade de Ponta Grossa concretizou-se numa iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que através do Projeto de Lei n. 156/64, de 23 de março de 1964, assinado por Eurico Batista Rosa, criava uma Faculdade de Ciências Econômicas e uma Universidade Estadual nesta cidade. O projeto, portanto, não teve origem no poder Executivo mas no Legislativo.

No parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, favorável à criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Universidade Estadual, foi dada a seguinte justificativa:

Conta Ponta Grossa atualmente, com quatro faculdades estaduais: Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Farmácia e Direito. Em decorrência do

²⁰ O entrevistado refere-se a Flávio Suplicy de Lacerda.

crescente aumento de candidatos que ocorrem do interior às faculdades da capital, aonde o número de vagas é ínfima, nada mais justo do que criar-se outras faculdades, dando então, maior oportunidade àqueles que pretendem cursar as escolas de ensino superior, mormente em nosso país, onde o desenvolvimento educacional é crescente e aonde aumentam diariamente as necessidades de profissionais de nível superior.

O projeto está amparado em leis específicas e constitucional, sendo nosso parecer favorável a sua aprovação. (PARANÁ/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, 1964).

A discussão do projeto n. 156/64, teve início na Assembléia legislativa do Paraná, no dia 12 de dezembro de 1964, quando foi colocado na “ordem dia”. Passou por três discussões (02/12/64, 10/12/64 e 11/12/64), obtendo aprovação nas três ocasiões, sendo dispensada da redação final por requerimento do deputado A. Bussato (11/12/64). Por estas informações, constatamos que o projeto foi discutido e aprovado em regime de urgência o que supõe a existência de um consenso por parte dos membros da Assembléia Legislativa quanto à justeza do projeto.

Mas o Governador Ney Braga não era da mesma opinião e tentou sustar a decisão da Assembléia Legislativa opondo veto ao projeto já aprovado em dezembro de 1964. No dia **24 de março de 1965**, o Governador encaminhou ao Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Antônio Ferreira Rüppel, o of. n. 105/65 cujo teor consideramos importante transcrever integralmente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício M. G/3.386/64, dessa Presidência, e, comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 48, inciso II e de conformidade com o art. 27 da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 156/64 por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em face dos motivos que a seguir vão expostos.

1 - (...).

2 - (...).

3 - A Lei que estabelece o Sistema estadual de Ensino²¹, matéria que foi motivo de recente debate e aprovação por essa Egrégia Assembléia Legislativa, harmonizando as normas traçadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação com as peculiaridades regionais de ensino, disciplinou em capítulo próprio a criação dos estabelecimentos escolares. Dentre as exigências fundamentais para a instituição de órgão de ensino superior está a imposição de prévio

²¹ O Sistema Estadual de Ensino foi estabelecido pela Lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964. Portanto, o Projeto de Lei n. 156/64 estava tramitando na Assembléia Legislativa, quando esta decretou a criação do Sistema Estadual de Ensino que foi depois sancionado pelo Governador Ney Braga através da lei que mencionamos no início desta nota.

*parecer técnico favorável do Conselho Estadual de Educação*²². Além disso, devem as unidades de ensino superior ter a personalidade jurídica distinta da administração direta, isto é, devem ser estruturadas em forma de **autarquia ou fundação**.

4 - Da elaboração do plano de lei ora vetado não foram observadas os requisitos previstos na lei em referência quanto ao pronunciamento do Conselho e situação jurídica das entidades que o legislador pretendeu fossem criadas.

5 - O veto aposto ao autógrafo que restituiu a Vossa Excelência, não exclui a possibilidade de atendimento oportuno se assim aconselharem os interesses do ensino e da administração.

6 - Essas as razões que me levaram a proferir o veto que submeto a elevada apreciação dessa Calenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

Governador do Estado.

Estava posto, assim, o conflito entre o Executivo e o Legislativo frente a perspectiva de criação de uma universidade estadual em Ponta Grossa. Como o Governo do Estado valeu-se de argumentos legais para opor-se à decisão da Assembléia Legislativa, este foi também o caminho escolhido por este Casa para retomar e fazer valer sua decisão.

Desta forma, a 20 de **abril de 1965**, o deputado Eurico Batista Rosas apresenta **requerimento** ao presidente da Assembléia Legislativa solicitando a promulgação do projeto de n. 156/64, de sua autoria, e que estamos examinando, uma vez que este foi vetado pelo Governador fora do prazo regimental. Este argumento foi confirmado pela Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa e, em decorrência, esta se pronuncia favorável à promulgação do projeto em causa:

*... Diante das provas contidas nos autos da atual proposição 76/65, somos de parecer que a mesma deve ser promulgada pelo Sr. Presidente da Assembléia, em virtude do veto ter sido aposto fora de prazo constitucional.
Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1965.*

²² **Art. 31** da Lei 4.978/64 (que estabelece o sistema Estadual de Ensino: "A criação de universidades ou de estabelecimentos de ensino superior à serem mantidos pelo Estado do Paraná, dependerá de parecer técnico favorável, emitido pelo Conselho Estadual de Educação, e será efetivada por lei especial". **Parágrafo único:** "A lei que instituir estabelecimentos de ensino de grau superior, além da forma como serão constituídas - autarquias ou fundações (artigos 81 a 85 da Lei Federal n. 4.024, de 1961) - e da especificação dos cursos a serem ministrados, criará os cargos docentes, técnicos e administrativos necessários ao seu funcionamento e autorizará a abertura dos créditos destinados às instalações, a equipamento e funcionamento inicial das novas unidades". FUNDEPAR, 1968, p.43).

Apesar de ter se pronunciado favorável ao acatamento do requerido pelo deputado Eurico Batista Rosas, a Assembléia já não atuou em regime de emergência como fez na primeira discussão do projeto, antes do veto governamental. Entre a data da apresentação do requerimento, 20 de abril de 1965, e o parecer da Comissão de Justiça, de 17 de dezembro do mesmo ano, foram transcorridos oito meses!

De qualquer forma, ainda em 1965, o então Governador do Paraná, Ney Braga, formulou consulta ao C.E.E. o qual expressou sua posição através do Parecer n. 3/65, de 30 de junho de 1965. Para atender aos objetivos deste trabalho consideramos importante a reprodução dos seguintes excertos do Parecer:

4 - são necessárias ainda novas consultas às Congregações das atuais escolas superiores a respeito da criação da Universidade Estadual do Paraná (SIC), inclusive a obtenção de informações detalhadas a respeito, relativas à sede e à forma de funcionamento...

... Com relação à criação da Universidade Estadual do Paraná, o Conselho deverá responder à consulta depois que estiver de posse de elementos criteriosos. (PARANÁ/CEE, p. 108)²³.

Apesar desse parecer, o projeto transformou-se na Lei n. 3/66, do **Poder Legislativo**²⁴, publicada no **Diário Oficial do Estado do Paraná**, de 18 de março de 1966, exatamente dois anos após o início da sua tramitação na Assembléia Legislativa. Através desta lei determinava-se a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e de uma Universidade Estadual na cidade de Ponta Grossa, como previa o projeto. No entanto, “apesar das gestões desenvolvidas pelos diretores das mencionadas Faculdades²⁵, não se logrou a instalação e a implantação efetiva da estrutura universitária”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 1972, p.6).

²³ Assinaram este Parecer: Véspero Mendes (Presidente), Jucundino da Silva Furtado (Relator), Osvaldo Ams, Daniel Egg, Haroldo Souto Carvalhido, Hamilton Lacerda Suplicy, João Ricardo Von Barrel Du Vernay, Fernando Corrêa Azevedo, Eny Caldeira, Zélia Milléo Pavão, Cecília Maria Westphalen, Otávio Mazziotti.

²⁴ A Lei n. 3/66 foi assinada por Antônio Ferreira Rüppel, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. A Lei é de 12 de janeiro de 1966.

²⁵ O texto refere-se às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Farmácia, de Odontologia e de Direito, já existentes em Ponta Grossa.

A criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa chegou a ser noticiada pela **Folha de Londrina**, no dia 25 de março de 1966, com a seguinte manchete: “Cria-se a Universidade Estadual de Ponta Grossa”. O texto da notícia contém o seguinte teor:

O Diário Oficial do estado, de 18 do corrente, que só ontem chegou a Londrina, publica a Lei 3/66, criando a Universidade Estadual de Ponta Grossa e também uma Faculdade de Ciências Econômicas para aquela cidade que já conta com outras de Direito, Odontologia, Farmácia e filosofia, Ciências e Letras. A lei autoriza o Executivo a abrir um crédito especial de 100 milhões de cruzeiros, no corrente exercício para as despesas de instalação da Universidade. Por não ter sido sancionada pelo chefe do executivo em tempo hábil, foi promulgada pelo Presidente da Câmara, deputado Antônio Ferreira Rüppel... (FOLHA DE LONDRINA, 1966).

O último parágrafo da citação anterior nos confirma a existência de um possível conflito, ou divergência, entre os poderes Executivo e Legislativo paranaenses, quanto à criação de uma universidade estadual em Ponta Grossa, uma vez que a lei de criação dessa universidade deveria ter sido assinada pelo Governador do Estado e não pelo Presidente da Assembléia Legislativa. É bom recordarmos que já estávamos em 1966, em pleno vigor da Ditadura Militar, época de fortalecimento do Executivo.

De qualquer forma, apesar da publicação da Lei n. 3/66, o processo de instalação da Universidade Estadual de Ponta Grossa ficou paralisado até **1969**, quando o C.E.E. emitiu o Parecer n. 45/69, o qual foi favorável à criação da Universidade desde que fosse feita a complementação do processo. Para que possamos ir apreendendo os determinantes que levariam finalmente à criação das primeiras universidades estaduais do Paraná, consideramos importante transcrevermos alguns pontos do arrazoado apresentado pela relatora do parecer, professora Cecília Maria Westphalen:

Ponta Grossa conta com recursos humanos e materiais capazes para a criação, instalação e funcionamento, em bases modernas e racionais de uma universidade que não seja apenas uma justaposição de escolas, com um novo rótulo. (1969, p.324).

... a localização geográfica da cidade de Ponta Grossa no coração dos Campos Gerais, área onde se constitui a sociedade tradicional paranaense e que vê renovadas nos dias presentes as suas estruturas econômico-sociais, além de

atender à numerosa população escolar do município (em 1968, 833 alunos de cursos superiores, 8.280 alunos de ensino médio e 18.365 alunos de ensino primário) atenderá, ainda, a de outros municípios vizinhos. Pela situação de fato já criada com várias faculdades em funcionamento, impõem-se de certa maneira a fixação naquela área do segundo planalto paranaense, de um distrito geoeeducacional que atenderá a uma clientela própria e numerosa. Em consequência, somos de parecer pela conveniência, oportunidade, viabilidade (...) da necessidade da união dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes em Ponta Grossa, em universidade, sob a forma de autarquia ou fundação como manda a legislação vigente. (1969, p. 325).

Que diferença em relação ao parecer deste mesmo Conselho em 1965! É importante ressaltarmos que o último parecer foi emitido após a aprovação da Lei n. 5540/68, a partir da qual não mais competiria ao C.E.E. autorizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino superior (art. 47 da mencionada lei). Em função disso, o C.E.E. encaminhou o processo de Ponta Grossa aos interessados para que eles o complementassem e o encaminhassem posteriormente ao Conselho Federal de Educação (C.F.E.)²⁶.

Pela descrição que fizemos das iniciativas da cidade de Ponta Grossa voltadas à criação de sua universidade, verificamos que até a emissão do Parecer 45/69 do C.E.E., esta aspiração da comunidade não se realizou. A Universidade Estadual de Ponta Grossa só será criada no final de 1969, juntamente com as Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, transcorridos cinco anos da primeira tentativa.

Este resultado nos sugere que talvez Ponta Grossa ainda não dispusesse de força política suficiente para fazer valer sua reivindicação de criação de uma universidade. Foi só a partir do momento em que a pressão do Norte do Estado também se fez presente, no sentido de lutar pela interiorização do ensino universitário no Paraná, que os objetivos dos idealizadores da Universidade da "Princesa dos Campos Gerais" foram colimados²⁷.

²⁶ O Art. 47 da Lei n. 5.540/68 reza o seguinte: "A autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tomado efetivo, em qualquer caso, por Decreto do Poder Executivo, após prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação, observando o disposto no artigo 44 desta Lei". O artigo 44 foi vetado.

²⁷ Cognome da cidade de Ponta Grossa. Londrina recebeu o apelido de "Capital do Café" e Maringá o de "Cidade Canção".

3.1.3. A mobilização pela criação das três primeiras universidades estaduais do Paraná: as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Analisando as forças que, na década de 1960, se moveram em prol da criação das universidades, constatamos que não houve grande mobilização popular em torno deste objetivo, mas que a luta esteve restrita a setores expressivos das classes dominantes. Inclusive, pela análise de documentos, verificamos que a proposta de criação das universidades não constava da pauta do movimento estudantil do Paraná, categoria que seria, em tese, a principal interessada na criação dessas instituições.

É certo que havia no Paraná uma mobilização significativa em torno da ampliação do número de vagas no ensino superior, aliada ao problema dos excedentes, já desde 1967, mas não houve manifestação por parte dos estudantes no sentido da interiorização do ensino universitário.

O caso dos “excedentes”, ou seja, alunos que eram aprovados no vestibular mas não ingressavam nas universidades porque estas não ofereciam o mínimo de vagas necessário, foi um problema que mobilizou estudantes e autoridades educacionais e governamentais, no pós-64.

No Paraná, houve uma grande mobilização em torno dessa questão em Curitiba e também no interior do Estado. Como exemplo gostaríamos de citar o caso da Fundação Faculdade de Medicina de Londrina que, no ano de 1967, foi destaque em várias matérias da **Folha de Londrina**.

Numa matéria do dia 15 de abril de 1967, por exemplo, encabeçada pela manchete: “Medicina: candidatos querem ser aproveitados com aumento de vagas”, faz-se menção ao movimento dos estudantes que prestaram vestibular na Faculdade de Medicina, foram aprovados mas não podiam matricular-se porque a Faculdade oferecia apenas 40 vagas.

De abril a agosto de 1967, o problema dos excedentes foi destaque na **Folha de Londrina**. Selecionamos apenas as manchetes das notícias porque essas, por si só, já dão uma noção do andamento dessa problemática: **18-04-1967**: “vagas de medicina: estudantes foram falar com o governador e reúnem-se hoje em Londrina”; **28-04-1967**: “MEC quer relatório para aumentar vagas na Faculdade de Medicina”; **06-05-1967**: “Faculdade de Medicina apresenta condições para admitir mais alunos”; **14-05-1967**: “Medicina: excedentes da região formarão comissão em Londrina”; **19-05-1967**: “Instituto Filadélfia está disposto a instalar outra Faculdade de Medicina em Londrina”; **27-05-1967**: “Nova Faculdade de Medicina pode mesmo vir para Londrina”; **27-05-1967**: “Esclarecimento na Câmara Municipal sobre nova Faculdade de Medicina”; **31-05-1967**: “Advogados apoiam a criação da nova Faculdade de Medicina”; **01-06-1967**: “Ministério da Educação²⁸ é favorável à criação de outra Faculdade de Medicina em Londrina”; **03-06-1967**: “Paulo quer ampliação e Hosken²⁹ a criação de outra escola”; **11-06-1967**: “Faculdade de Medicina: prédio será iniciado dentro de 2 meses”; **26-06-1967**: “A Faculdade de Medicina” (notícia favorável às condições de funcionamento da Fundação Faculdade de Medicina); **09-07-1967**: “Prédio da Faculdade de Medicina. Pimentel vem dia 18 lançar a pedra fundamental”; **18-07-1967**: “Paulo lança hoje pedra fundamental do edifício da Faculdade de Medicina”; **18-08-1967**: “Prédio de Medicina é a primeira obra da Universidade de Londrina”.

Da análise do conteúdo das matérias acima alencadas, gostaríamos de comentar alguns pontos que nos parecem esclarecedores da trama social que envolve as decisões relativas à Política Educacional, além de nos oferecer elementos para a compreensão das relações de forças que atuaram no Paraná no período em estudo.

Em primeiro lugar, destacaríamos o apoio que os excedentes receberam de vários segmentos da sociedade civil: sociedade Rural de Londrina; Associação Médica de Londrina; Associação dos Professores; Associação Comercial

²⁸ Na época, o Ministro da Educação era Tarso Dutra.

²⁹ Hosken de Novaes era prefeito de Londrina.

de Londrina; Rotary e Lions. Além dessas instituições, também manifestaram seu apoio, o prefeito Hosken de Novaes, a Câmara de Vereadores e o Bispo D. Geraldo Fernandes. Este fato nos dá a indicação de como a questão do ensino superior era um tema que preocupava tanto a sociedade civil quanto a sociedade política. Tanto isso é verdade que o diretor da Fundação Faculdade de Medicina Ascêncio Garcia Lopes, compareceu a uma reunião do Rotary Clube de Londrina para prestar esclarecimentos sobre a questão dos excedentes.

Outro aspecto que gostaríamos de comentar refere-se ao conflito que a discussão dos excedentes acabou gerando entre, por um lado, o Governador Paulo Pimentel e o Ministro da Educação, Tarso Dutra, e, por outro, entre o prefeito Hosken de Novaes e o Governador.

Paulo Pimentel e a direção da Faculdade de Medicina, posicionaram-se a favor de atender as condições necessárias à ampliação das vagas na Faculdade já existente, as quais foram alencadas pelo professor Ascêncio Garcia Lopes no relatório que encaminhou ao MEC. Já Tarso Dutra e o prefeito Hosken de Novaes pretendiam resolver o problema criando outra faculdade. Ora, se o problema da Faculdade de Medicina era a falta de algumas condições de funcionamento - como liberação das verbas devidas pelo Estado, dependências apropriadas e aumento do corpo docente - para poder expandir o número de vagas, porque não atender essas condições por que pensar em criar outra faculdade? Infelizmente não foi possível desvendar o jogo de interesses que envolveu essa questão. Em todo caso, vivenciamos concretamente a dificuldade apontada por Laura da Veiga para se analisar as universidades como aparelhos de hegemonia, devido às inúmeras **mediações** através das quais a questão se expressa.

Vejamos como a Folha de Londrina noticiou este conflito:

Enquanto o prefeito Hosken de Novaes manifesta seu apoio à criação de uma nova faculdade de Medicina em Londrina, nas dependências cedidas pelo Instituto Filadélfia, o Governador Paulo Pimentel, em ofício dirigido ao Ministro da Educação e Cultura, defende a ampliação da escola já existente, nas dependências daquela instituição, "como medida mais adequada para solucionar o problema dos excedentes". (FOLHA DE LONDRINA, 3 de junho de 1967).

Nesta mesma matéria, a Folha divulga os ofícios encaminhados a Tarso Dutra por Paulo Pimentel e Hosken de Novaes.

Ofício de Paulo Pimentel:

Senhor Ministro: A propósito da exposição que dirigiu a Vossa Excelência o professor Zaqueu de Melo, diretor presidente do Instituto Filadélfia de Londrina, sobre a doação de 800 cruzeiros novos em edifícios escolares à atual Faculdade de Medicina de Londrina e, como alternativa, a criação de uma segunda Faculdade junto ao instituto acima citado, entendo que a primeira sugestão alvitrada seria a mais conveniente, uma vez que a ampliação da Faculdade já existente constitui medida de alcance menos difícil que a criação de nova escola.

Ofício de Hosken de Novaes:

Vimos, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência a fim de externar apoio oficial do Município de Londrina à criação de mais uma Faculdade de Medicina nesta cidade. Temos conhecimento de que já dispõem os excedentes do Paraná de local adequado para início de funcionamento do curso, uma vez que o professor Zaqueu de Melo, diretor do Instituto Filadélfia, posicionou-lhes o acesso às instalações, as quais são dotadas de excelentes condições. Estamos certos, Excelentíssimo senhor Ministro de que todos os esforços serão realizados para proporcionar a grande número de jovens o alcance de seu "desideratum", o que viria dessa maneira, solucionar a angustiante situação da juventude estudantil paranaense.

Em **1968**, houve uma intensificação do movimento estudantil no Paraná, liderado pela União Paranaense de Estudantes (UPE). Aliás, **1968**, "o ano que não terminou"³⁰, foi um marco em todo o território nacional e em alguns outros países, como a França, por exemplo. No Paraná, foi o "ano da derrubada do ensino pago", como demonstra o professor Rafael Rosa Hagemeyer no artigo publicado no livro organizado por João Roberto Martins FILHO, **1998 faz 30 anos**.

A luta contra o ensino pago, portanto, foi uma questão que mobilizou os estudantes paranaenses, secundaristas e universitários, no ano de 1968. Os primeiros se manifestaram contra a cobrança de taxas no ensino médio, e os segundos, contra a introdução do ensino pago na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³⁰ Referência ao título do livro de Zuenir VENTURA. **1968: o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

A tentativa de introdução do ensino pago na Universidade Federal do Paraná deu-se por iniciativa do ex-ministro da Educação de Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, considerado o “carrasco dos estudantes”³¹ (HAGEMEYER, 1998, p. 98), em 1967, quando este foi novamente nomeado Reitor da UFPR.

De acordo com HAGEMEYER, nesta volta à reitoria, Suplicy estava “disposto a acabar com a UPE e a instituir a qualquer custo o ensino pago, a partir da cobrança de anuidades e da criação de fundações ligadas à iniciativa privada”(1998, p.98). Para alcançar este intento, Suplicy conseguiu que o Conselho Universitário da UFPR aprovasse a cobrança de anuidades dos alunos desta universidade já para o ano de **1968**, o que foi feito através da resolução n. 31, de 31 de outubro de 1967, e da Portaria n. 4.382/67.

Esta decisão do Conselho Universitário da UFPR foi objeto de matéria da Folha de Londrina, no dia 23 de setembro de 1967, encabeçada pela seguinte manchete: “Universidade do Paraná vai cobrar anuidades! No mínimo trezentos cruzeiros novos”:

Aluno de qualquer curso superior da Universidade Federal do Paraná vai pagar, a partir do ano vindouro no mínimo 300 cruzeiros novos, sem contar refeições a preço de custo no restaurante do Diretório Central dos Estudantes, segundo decidiu o Conselho Universitário daquela instituição oficial de ensino. Dos 25 integrantes do Conselho apenas dois votaram contra: foram os representantes dos alunos, acadêmicos Carlos Moraes Filho e Antônio Carlos da Silva, que prometeram “protestos enérgicos contra a medida”. (FOLHA DE LONDRINA, 23 de setembro de 1967, p. 12).

De acordo com a Folha de Londrina,

Tentando justificar sua atitude, Suplicy afirmou que “o ensino superior é pago no mundo inteiro e não é possível que no Brasil o Orçamento Federal fique sobrecarregado” (...). Observou ainda o ex-ministro da Educação que “a adoção do ensino pago, ao contrário do que pensam os estudantes mal informados, só

³¹ Pensamos que essa designação atribuída a Suplicy de Lacerda deve-se principalmente ao fato de ter sido ele o autor da Lei n. 4.464, de 3 de novembro de 1964, a chamada “Lei Suplicy”, que extinguiu a UNE e a substituiu pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais de Estudantes, pelos Diretórios Estaduais. Esta Lei significou a destruição da autonomia e da representatividade dos estudantes. Representou um duro golpe na organização do movimento estudantil.

trará benefícios à Universidade, aos professores e, até aos próprios alunos, pois assim haverá melhoria do padrão do ensino e aumento das vagas". (FOLHA DE LONDRINA, 23 de setembro de 1967, p. 12).

O reitor sentiu-se amparado nesta iniciativa pela Constituição de 1967. Justificava-se, também, "pela necessidade de criação de **cursos noturnos**. A implantação seria gradativa e apenas os calouros seriam obrigados a pagar. Inicialmente, a anuidade seria de NCr\$ 100,00 em quatro parcelas". (HAGEMEYER, 1998, p.103). Para os estudantes que apresentassem "atestado de pobreza", o reitor propunha como solução as famosas bolsas de estudo. (HAGEMEYER, p.104).

Analisemos um pouco essa atitude de Suplicy. Em primeiro lugar, ao querer cobrar anuidades na UFPR em 1967, o reitor estava se antecipando, inclusive, à tendência privatista da Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68). Evidentemente, como ministro da educação de Castelo Branco, Suplicy já vinha há algum tempo lutando por essa Reforma e, ao retornar à Reitoria da UFPR, quis colocá-la logo em prática. Pareceu-nos, também, profundamente contraditório que essa decisão tivesse por justificativa o oferecimento de cursos noturnos. Se tal medida acarretaria maiores custos para a Universidade, porque tentar resolver a questão penalizando justamente aqueles alunos que sabidamente não dispõem de recursos para pagar um curso universitário, que são justamente os alunos do curso noturno? Além disso, a oferta de cursos noturnos é uma obrigação social da universidade e não uma concessão.

Parece-nos que essa medida de Suplicy pode ser interpretada como uma tentativa de garantir a "elitização" da universidade. Aliás, tudo indica que também era essa a percepção dos estudantes curitibanos que numa demonstração de habilidade política conseguiram se organizar e derrubar a proposta de implantação do ensino pago. A luta culminou com a tomada da reitoria da UFPR pelos estudantes, mas passou também pelas manifestações de rua, pelo boicote ao pagamento das anuidades em 1968. Parece-nos que o símbolo máximo dessaluta, que significou a derrota da proposta privatista, foi a destruição do busto do reitor Suplicy que se encontrava erguido nas dependências da UFPR.

Diante do impasse criado e da repercussão que o acontecimento estava provocando em todo território nacional, o Conselho Universitário da UFPR voltou atrás em sua decisão, revogando a resolução n. 31/1967, fato que foi divulgado em panfleto no dia 24 de maio de 1968:

Foi aprovada em reunião do Conselho Universitário, do dia 20 de maio de 1968, por unanimidade (com voto de abstenção do senhor reitor), a seguinte resolução: 1) Fica revogada a resolução do Conselho Universitário de 31 de outubro de 1967, que determina a cobrança de anuidade - Portaria n. 4.382 - ficando o reitor autorizado a devolver as importâncias pagas àquele título; 2) Ficam também revogadas as decisões do Conselho Universitário que instituem o pagamento obrigatório de anuidade para os cursos noturnos, em regime especial. (apud HAGEMeyer, 1998, p.122).

Qual a atitude do Governador Paulo Pimentel diante desses acontecimentos? De acordo com HAGEMeyer,

... o governador do estado, Paulo Pimentel, dentro das tradições paranaenses, emprestara seu apoio à causa dos estudantes, reunindo-os em sua casa. Nessa reunião o governador comprometeu-se a financiar três meses do curso noturno da UFPR, patrocinando também gestões junto aos órgãos federais, chegando a deixar um avião à disposição dos estudantes para eventuais negociações no Rio ou em Brasília... (1978, p. 117).

Discordamos de HAGEMeyer quanto à afirmação de que Paulo Pimentel colocou-se ao lado dos estudantes. Parece-nos, ao contrário, que este ofereceu apenas medidas paliativas e de certo cunho populista. Ele, como governador, poderia ter interferido de forma muito mais contundente. Mas, os acontecimentos históricos posteriores, não mencionados por HAGEMeyer, darão o testemunho de que, em última instância, o governador não era contra o ensino pago, pois ao criar as três primeiras universidades estaduais do Paraná, escolheu a forma jurídica de fundação e estabeleceu o ensino pago nessas instituições. E isto apenas um ano após os conflitos de Curitiba.

Desta forma, podemos reafirmar que a grande preocupação dos estudantes paranaenses, em 1967/1968, era com a questão dos excedentes e com a luta contra o ensino pago, e não com a reivindicação pela criação de universidades.

As principais forças que se envolveram, portanto, com o projeto de criação das universidades foram:

- políticos regionais (prefeitos, vereadores, deputados);
- intelectuais: professores das faculdades isoladas, profissionais liberais. No caso dos professores sua participação se deu como "intelectuais" e não como movimento docente organizado. No entanto, sua participação foi significativa enquanto "grupo de pressão";

- Igrejas;
- Associações Profissionais - ex.: Associação Médica de Londrina;
- Clubes de Serviços - maçonaria, Rotary, Lions;
- Jornais - especialmente a **Folha de Londrina**;
- Companhia Melhoramentos Norte do Paraná;
- Associações Cívicas.

Na análise da atuação desses grupos, a hipótese mais geral é que naquele momento histórico eles eram a expressão orgânica de uma classe e de seu projeto: representavam os grupos que tinham ganho a hegemonia com o Golpe de 1964. Representavam as classes médias na sua aspiração de ascensão via formação em cursos de nível superior. representavam as camadas dirigentes das cidades, que buscavam assegurar sua hegemonia com a criação de universidades.

Identificados os grupos e os interesses que representavam, importa analisar concretamente de que forma esses grupos encaminharam as suas lutas: a) como se organizaram no sentido de formação de uma vontade coletiva favorável à criação das universidades?; b) que tipo de pressão exerceram sobre as comunidades locais e sobre a sociedade política?; c) quais os meios de comunicação de que esses grupos se valeram para encaminhar sua luta?; d) quais os setores sociais que eles tentaram mobilizar?

Em termos de organização, os grupos que se mobilizaram em prol da criação das primeiras universidades estaduais do Paraná recorreram a diversos expedientes, os quais nos foram relatados nas entrevistas realizadas para esta

pesquisa ou dos quais tivemos conhecimentos através de fontes documentais como jornais, documentos oficiais de prefeituras e outros.

Pelas entrevistas, constatamos que a meta principal era mobilizar não só a classe política dos municípios que pleiteavam uma universidade, mas também os políticos das cidades que compunham a área de influência de cada um desses municípios. A adesão desses prefeitos e vereadores viria reforçar e legitimar a reivindicação pela criação das universidades.

Além dos políticos, também as Igrejas, dada a influência religiosa-política de que estas dispunham na época nesta região, constituíam em um apoio a ser obtido. Através da imprensa, procurava-se sensibilizar, educar, a população em geral, ou seja, buscava-se criar uma “vontade coletiva” favorável à criação das universidades.

Como iniciativas dos poderes municipais, tivemos a organização de **comissões** que tinham por objetivo realizar estudos de viabilidade de criação das universidades. Eram comissões em geral coordenadas pelos Secretários Municipais de Educação e que contavam com a colaboração dos professores das faculdades isoladas já existentes.

Em **1967**, a **Folha de Londrina** publicou notícia sobre a apresentação à Câmara Municipal de Londrina, pelo vereador **João Olivir Gabardo (MDB)**, de um requerimento solicitando que fosse constituída uma comissão especial de cinco vereadores “destinada a regimentar todos os representantes de classes e entidades londrinenses para pleitear, junto aos órgãos federais e até mesmo perante o presidente da República e o Ministro da Educação, a instalação de uma **Universidade Federal** com sede em Londrina”. (FOLHA DE LONDRINA, março de 1967). A Folha publicou a íntegra do requerimento de João Olivir Gabardo, que foi acolhido pelo plenário da Câmara. Deste, nos parece importante destacarmos o seguinte:

Sr. Presidente:

O presente pedido é consequência de declarações do Sr. Epílogo de Campos, diretor do Ensino Superior do MEC, de que o Sr. Presidente da República está em vias de decretar a criação de mais uma Universidade Federal no sul do

Estado³², região que já conta com 2 outras³³. O norte do Paraná e, em especial Londrina, não pode assistir passivamente a tal pretensão.

Não quer isto significar que seja este Legislativo contrário à criação de universidades em outras regiões do Estado, mas entende que Londrina preenche todas as condições ideais para a criação imediata de uma Universidade Federal pelas razões que se seguem:

I - Conta com 4 faculdades em funcionamento e mais a de Ciências Econômicas, em vias de criação, número este mínimo exigido pela Lei para a criação de uma Universidade;

II - É o norte do Paraná uma região econômica ímpar, não só no Brasil, mas no mundo. O seu pujante desenvolvimento criou, em poucos anos, esta extraordinária civilização³⁴ ...

Por este requerimento e pelos dados sobre Ponta Grossa que apresentamos no item anterior deste capítulo, parece-nos que a decisão de criar a Universidade de Ponta Grossa já estava mais ou menos sedimentada. Mas havia a reivindicação do norte do Estado, região que já havia se fortalecido econômica e politicamente³⁵. Onde, portanto, sediar a Universidade? Esta era uma decisão, que poderia ter sérias repercussões políticas, dependendo do seu andamento.

Flávio Pasquinelli, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá, diretor e presidente do Grupo de Trabalho para a criação da UEM, em pronunciamento feito numa reunião do Rotary Clube de Maringá, no dia 17 de março de 1969, fez o seguinte relato sobre essa questão de onde sediar a Universidade do Norte do Paraná:

... No contexto universitário do Paraná, fomos buscar o eminente professor Padre Jesus Moure, zoólogo reconhecido internacionalmente e membro, naquela época, da Comissão que estudava a implantação da reforma universitária do nosso Estado, muito em particular na Universidade do Paraná...

Penetramos em seu gabinete de trabalho e lá o encontramos a estudar frente a um mapa do Estado, a convite do Conselho de Educação, as localizações ideais para as futuras universidades em nosso Estado.

O professor, como sempre, nos recebeu efusivamente e disse mesmo ser providencial aquela visita, pois, poderia trocar idéias com alguém do norte sobre uma ou mais universidades naquela região ...

³² De acordo com a Folha, a universidade federal a ser criada seria sediada em Ponta Grossa.

³³ Refere-se à Universidade Federal do Paraná e a Universidade Católica de Curitiba.

³⁴ O presidente da Câmara Municipal de Londrina, Sebastião de Oliveira Cesar, designou para constituir a Comissão solicitada: João Olivir Gabardo (o requerente), Nilo Franzar, Milton Marita, Francisco Olivien e Valdir Araújo.

³⁵ Nas eleições para governador do Estado em 1960 e 1965, os candidatos vencedores foram merecedores da maioria dos votos em Maringá: 1960: Ney Aminthos de Barros Braga teve 51% dos votos; 1965: Paulo Pimentel teve 55% dos votos.

Uma universidade está delineada ao norte - a Universidade do Café em Londrina, apesar dos pesares, das lutas intestinas, Londrina reunia condições ideais para sediar uma universidade no Norte do Paraná. A grande preocupação residia, no fato de que (SIC) Londrina ser centro geoeconômico, apenas de uma região limitada ao Norte Velho e parte Norte Novo e, que haveria no futuro a necessidade de ser criar uma outra universidade, em outra região completamente independente daquela... (PASQUINELLI, apud, BARBEDO, 1973, p. 9).

De acordo com Pasquinelli, a idéia inicial do professor Jesus Moure, que não conhecia Maringá pessoalmente, era sediar a outra universidade na cidade de Apucarana. Diante dessa perspectiva Flávio Pasquinelli convidou o professor Moure a vir a Maringá como convidado oficial do município, acreditando que "... tão logo o mestre colocasse os pés nesta cidade, se envolveria com essa atmosfera de progresso e sairia daqui com opinião completamente mudada." (PASQUINELLI, apud BARBEDO, 1973, p.10).

E, de acordo com Pasquinelli, a visita foi extremamente frutífera, pois "o Padre Jesus Moure hoje no Paraná e no Brasil é nosso maior embaixador e foi ele que opinou ao Conselho para que o mesmo escolhesse Maringá como sede de uma Universidade Regional." (PASQUINELLI, apud BARBEDO, 1973, p. 10).

Vemos, pois, que enquanto as comunidades locais desenvolviam suas campanhas voltadas à criação de sua universidade, o Governo do Estado também procurava expandir o ensino universitário para o interior. Nesse contexto, Paulo Pimentel foi assumindo compromissos tanto com Londrina como com Maringá, em termos de autorizar a criação das universidades pleiteadas. Como exemplo, citaremos apenas duas ocasiões em que este compromisso ficou explicitado.

O primeiro exemplo, ocorreu no dia 18 de agosto de **1967**, em Londrina, quando Paulo Pimentel compareceu a esta cidade para lançar a pedra fundamental do edifício da Faculdade de Medicina, a qual de acordo com a matéria divulgada pela Folha de Londrina, seria o início do Campus da Universidade de Londrina:

Cidade Universitária Paulo Pimentel é o nome que será dado ao "campus" onde funcionará a futura Universidade do Norte do Paraná com sede em Londrina,

segundo decisão tomada pelo Conselho de Curadores da Fundação do Ensino Superior entidade que será a mantenedora daquela instituição. Em comunicado feito ao Governador Paulo Pimentel, os Srs. Heber Soares Vargas e Carlos Costa Branco, presidente e vice-presidente da entidade, informaram que a Fundação decidiu homenageá-lo daquela forma como reconhecimento ao muito que vem realizando à frente dos destinos do nosso grande Estado. (FOLHA DE LONDRINA, 9 de agosto de 1967).

Por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Faculdade de Medicina, acontecimento que foi anunciado pela Folha de Londrina com a seguinte manchete - "Está implantada estaca inicial da Universidade" - discursaram as seguintes autoridades: a) Heber Soares Vargas - presidente da Fundação do Ensino Superior de Londrina; b) Dalton Paranaguá - Secretário Municipal e representante do prefeito Hosken de Novaes; c) um representante da família Gonzaga de Oliveira, dona da fazenda que estava sendo desapropriada para abrigar a Universidade (Fazenda Perobal); d) Ascêncio Garcia Lopes - diretor da Faculdade de Medicina; e) Paulo Cruz Pimentel.

A Folha sintetizou da seguinte forma o discurso de Paulo Pimentel:

*Por fim, discursou o governador Paulo Pimentel, falando inicialmente sobre os desentendimentos que se verificavam nos mais diversos pontos do mundo. Referindo-se à necessidade de paz e à contribuição da educação ao entendimento entre os homens, o Governador afirmou categoricamente ser **intenção de seu Governo trazer para Londrina e para o Norte do Paraná uma universidade que será a primeira do País em organização e aperfeiçoamentos. Referiu-se à colaboração que vem recebendo da família Gonzaga de Oliveira, fazendo uma referência carinhosa à senhora Ana Gonzaga de Oliveira, ali presente e invocou a memória do Sr. Lysandro Gonzaga de Oliveira**". (FOLHA DE LONDRINA, 19 de agosto de 1967).*

O segundo acontecimento a que queremos nos referir deu-se por ocasião do 22^o aniversário da cidade de Maringá, no dia 10 de maio de **1969**. Paulo Pimentel compareceu às comemorações programadas pelo município e recebeu do prefeito Adriano José Valente (1969-1972), um **memorial**, "elaborado pelo Grupo de

Trabalho para a implantação da Universidade de Maringá³⁶, com o endosso da Egrégia Câmara Municipal, entidades de classe, como industrial, comercial, médica, odontológica e engenharia, e ainda pelos estabelecimentos de ensino superior e médio, clubes de serviços, etc...” (BARBEDO, 1973, p. 15-16)³⁷.

No **Memorial** já se dava como certa a fundação da Universidade de Maringá, solicitava-se a criação do Instituto de Ciências Tecnológicas (o que seria necessário para completar o número de instituições de ensino superior exigido pela Lei 5.540/68 para a criação de uma universidade), e relatavam-se os compromissos que a prefeitura de Maringá assumiria para que essas reivindicações fossem atendidas pelo governo do Estado:

O Prefeito Municipal de Maringá, Adriano José Valente e os abaixo-assinados, vêm a presença de V. Exa. para expor e ao mesmo tempo solicitar o seguinte:
I - Graças ao espírito e visão de V. Exa., Maringá será a sede regional de uma Universidade, obra essa que marcará em definitivo na história, de nosso povo, a passagem de um administrador valoroso e intrépido.
II - Como é do conhecimento de V. Exa., Maringá atualmente ocupa uma posição de liderança no norte do Paraná e transformou-se em polo de convergência de uma vasta região, desde Apucarana até as barrancas do Rio

³⁶ Também na gestão do prefeito anterior a Adriano Valente, Luiz Moreira de Carvalho, foi constituída uma Comissão de planejamento da futura Universidade de Maringá. Só para se ter uma idéia da representação política desses dois prefeitos, destacamos os seguintes dados. a) Eleições de 6 de dezembro de **1964**: candidato eleito, **Luiz Moreira de Carvalho**, pela Coligação (PDC - PSD - PTB - PR - PSP - PRP), obteve 7.689 votos,; candidato colocado em segundo lugar: **Adriano José Valente**, da UDN, com 5.005 votos. b) Eleições de 15 de novembro de **1968**, época em que os partidos políticos já haviam sido extintos: candidato eleito, **Adriano José Valente**, do MDB, com 19.471 votos; segundo colocado João Paulino **Vieira Filho**, da ARENA UM com 14.415 votos; ³⁰ colocado: **Ardinal Ribas**, da ARENA DOIS com 1.044 votos. João Paulino Vieira Filho, já havia sido prefeito de Maringá no período 1960-1964, pelo PSD.

³⁷ MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE MARINGÁ: a) CONSELHEIROS: D. Jaime Luiz Coelho, Pastor Samuel La Banca, prof. Renato Bernardi (Secretário Municipal de Educação), Dr. Luty Vicente Kasprowics, Dr. Ademaro da Silva Barreiros, Dr. Leonardo Grabois, prof. Ary de Lima, Sr. Marco Antônio Lourenço Corrêa, Dr. Sérgio Ângelo Francisco Matioli; b) COMISSÃO JURÍDICA: Dr. Horácio Racanello, Dr. Lauro Werneck, Dr. Ricarte de Freitas; c) COMISSÃO DE OBRAS: Dr. Oberon Floriano Dittert, Dr. Maurício Impelizeri P. Moura, Dr. Fernando Queiroga, Dr. Léo de Judá Victor Barbosa, prof. Leônidas Querubim Avelino; d) COMISSÃO DE FINANÇAS: prof. José Gomes da Silveira, Dr. Irineu Skraba, Dr. Egas Rosa Sampaio, Dr. José Manoel Ribeiro, Urbano Buchwartz; e) COMISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS: prof.a. Clarinha I. Brilman, Ismael Serra, Frank Silva, Joe Silva, Marco Hiran Ribas, Joaquim Dutra, Brasil Filho, Marcos Rui Franco de Macedo, Eumar Lima. PRESIDENTE DO GRUPO: Prof. Flávio Pasquinelli. O grupo iniciou seus trabalhos em fevereiro de 1969. Atos legais de constituição do Grupo: Of. n. 09/69 de 7 de fevereiro de 1969, do Secretário de Educação e Cultura, prof. Renato Bernardi; Of. n. 155/69, de 12 de fevereiro de 1969, do prefeito Municipal Adriano José Valente, designando o prof. Flávio Pasquinelli como presidente do Grupo de Trabalho.

Paraná, do Paranapanema, até as ricas terras do Piquiri, e mais recentemente com o sul do Mato Grosso.

III - com a instalação da Universidade de Maringá será beneficiada uma população laboriosa que conseguiu transformar o Paraná no maior celeiro do Brasil.

Ao criar a Universidade de Maringá V. Exa. estará recebendo os aplausos e os agradecimentos de milhões de pessoas.

.....
Geralmente as cidades vêm até V. Exa. para solicitar criações de Faculdades, com as mãos vazias, pedindo sua instalação somente no papel, proporcionando futuros problemas quando do funcionamento e aquisição de equipamentos.

A Prefeitura Municipal de Maringá, ao contrário, vem a presença de V. Exa. solicitar a criação do INSTITUTO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS, oferecendo como colaboração a construção do Instituto e suas instalações, sem nenhum ônus ao Governo do Estado.

A criação do Instituto de Ciências Tecnológicas vem ao encontro da Política Federal no Ensino Superior, visando a formação de técnicos numa era de progresso que atravessa a Nação e num mundo em que a tecnologia possibilitou uma melhor existência do homem.

A vinda de eminentes professores possibilitará a abertura, sem nenhuma despesa extra, de mais três cursos na futura Faculdade de Educação, a atual Faculdade de Filosofia: Cursos de Matemática pura, Química e Física pura.

Senhor Governador, as autoridades abaixo-assinadas, professores, estudantes e o povo em geral aguardam de V. Exa. mais essa ação patriótica e retribuirão com um reconhecimento que jamais se apagará dessa geração e que será recordada com respeito e louvor pelas gerações futuras. (PREFEITURA DE MARINGÁ, apud BARBEDO, 1973, p.16-17).

É evidente que a entrega do **Memorial** ao governador do Estado tinha a finalidade de pressioná-lo no sentido da criação da Universidade de Maringá, justamente uma cidade em que ele tinha recebido expressiva votação por ocasião das eleições de 1965. Como resposta a esta reivindicação, em discurso proferido na Câmara Municipal de Maringá, no dia 10 de maio de 1969, Pimentel afirmou: “A Universidade Estadual de Maringá é uma realidade”.

Nessa sessão estavam presentes vários representantes da cidade de Londrina, inclusive o diretor-presidente da **Folha de Londrina**, periódico que vinha desenvolvendo uma ampla campanha no interior do Estado para criação da Universidade de Londrina. Na entrevista que nos concedeu, esse diretor fez a seguinte descrição dos fatos:

Num dos aniversários de Maringá, que sempre foi muito festivo no tempo da Companhia Melhoramentos, o Vidigal, acho que Gastão Vidigal, no Grande Hotel de Maringá, que era o Centro de Maringá (...) e lá ele fez um discurso

pedindo a Universidade de Maringá. Estava presente o governador Paulo Pimentel (...) e o Paulo Pimentel, pelo que se nota, já sabia, respondeu criando a Universidade de Maringá. Foi a primeira, em pronunciamento do governo. É tanto que nós estávamos lá, ficamos todos amarelos, brancos, já queríamos contestar (...) Foi um pânico! Muita gente de Londrina, não é? Quando o Vidigal, entre as reivindicações de Maringá pede ao governador, agradecendo sua presença, pede a criação de uma universidade. O Paulo respondeu no discurso dele, dizendo: "O Governo do Paraná criará a Universidade de Maringá. Quer dizer que em pronunciamento oficial, Maringá foi a primeira..." (MILANEZ, entrevista, p. 5-6).

Sobre a campanha desenvolvida pela **Folha de Londrina**, gostaríamos de destacar que ela atuou como verdadeiro partido, no sentido ampliado dado por Gramsci. A campanha obedeceu a um planejamento muito bem elaborado e contou com a participação de vários representantes da comunidade londrinense. Seu propósito era angariar a simpatia e a adesão das cidades do norte do Paraná para a criação da Universidade de Londrina. Este trabalho era realizado nos finais de semana e tinha a cobertura jornalística da **Folha**. Mas vejamos como o próprio MILANEZ nos retrata esse acontecimento:

*O que é que nós fizemos? Montamos uma estratégia quando vimos que era difícil. Inclusive a Odontologia já havia formado a primeira turma, Direito já estava formando também a primeira turma. Aí começamos, então, uma campanha. Montamos uma Comissão - Gabardo, Rui Cunha, Neli Lopes Casallo (?), Jota Marino (?) - e começamos a percorrer as cidades aos sábados que era o dia que tínhamos folga. Marcávamos com as prefeituras e começamos praticamente em Jacarezinho, pedindo apoio. Nós pedíamos apoio para duas coisas: **para uma universidade federal ou estadual (...)**. Então nós achamos que esse era o caminho e lutamos, lutamos, fizemos uma movimentação, mas levou meses essa movimentação. Um ano, mais de um ano. E todo sábado, todo sábado, ia televisão, jornal e nós pedíamos apoio. E fomos rodando todas as cidades. Recebíamos apoio de todo mundo. Lógico, o ensino, não é? Porque, entre outras coisas, e isso é interessante para você, nós percebíamos que estávamos tirando valores inteligentes do norte do Paraná que iam para Curitiba, se ambientavam em Curitiba, arrumavam namorada em Curitiba, casavam em Curitiba e não voltavam mais para o interior..."*

Inclusive o prefeito de Maringá foi visitado por essa Comissão, com o mesmo objetivo:

...quando chegamos a Maringá, que Maringá tinha aquela tal da rivalidade, aquela coisa toda, os rapazes, o Rui Cunha, o Neli Lopes de Carvalho. O Olivir Gabardo, é lógico, não é? Eles disseram: olha Milanez, aqui em Maringá quem vai falar - não era discurso, era uma mesa redonda - é você. Porque aqui é difícil, Maringá quer, Maringá tem rivalidade. Maringá, não sei o que, e o Luís de Carvalho foi criticado por isso. Então eu tive que iniciar como membro da comissão, mas eu ia como jornalista também, embora o Jota acompanhasse sempre...

E o que a Comissão propôs ao prefeito de Maringá, era na época Luís Moreira de Carvalho... aí eu comecei falando para o Luís de Carvalho qual era o nosso trabalho, que ele sabia que nós estávamos fazendo um plano para criar uma universidade, que era a primeira, que tanto nós necessitávamos. E que nós prometíamos a ele, Luís de Carvalho, que no dia que criasse a Universidade de Londrina, no dia seguinte iniciariamos outra campanha para criar a Universidade de Maringá. Ele deu apoio por causa, não é por causa, mas baseado nisso. Foi criticado até pela imprensa de Maringá, foi criticado porque deu apoio. Isso eu tenho dados. É bom que você veja os jornais que é interessante". (MILANEZ, ENTREVISTA, p. 4-5).

Mas a verdade é que Maringá já vinha também, há muito tempo, planejando a sua universidade. Inclusive o prefeito Luís Moreira de Carvalho, mencionado por MILANEZ, constituiu em sua gestão uma Comissão de Planejamento da Universidade de Maringá, de acordo com o depoimento de Flávio Pasquinelli. Este professor, diretor da Faculdade de Filosofia, em discurso no Rotary Clube de Maringá, a que já nos referimos, após fazer um extenso relato de todo o empenho da Faculdade de Filosofia para concretizar a proposta de criação da Universidade de Maringá, asseverou:

Após estes trabalhos preliminares e isolados, também realizados pelas outras Faculdades, obtivemos do então Prefeito Municipal, Dr. Luís Moreira de Carvalho, a designação de uma Comissão de planejamento da Universidade de Maringá.

A semente estava lançada. Mas havia uma grande incerteza:

Nuvens negras pairavam no horizonte, Maringá assistia a sua maior batalha política e várias correntes tentavam obter as rédeas da Prefeitura.

Naquela época a Comissão de Planejamento da Universidade entregava o anteprojeto de Lei ao Exmo. Sr. Governador do Estado e logo após se dissolvia. 'Será que o novo Prefeito terá maior sensibilidade? Será que o novo Prefeito acreditará em nossos potenciais humanos? Será que chefe de todos os maringaenses aceitará o desafio dessa geração para dotar o futuro de mais escolas superiores, para que nossos pósteros recordem de nós, como bandeirantes bravios e destemidos?'

Essas perguntas dominavam nossas mentes preocupadas.

E as respostas não se fizeram por esperar.

Dr. Adriano José Valente, Exmo. Sr. Prefeito Municipal, demonstrou desde logo sensibilidade para com o problema e mesmo nos surpreendeu pelo dinamismo e pela vontade de dotar Maringá de uma Universidade padrão. (PASQUINELLI, apud BARBEDO, 1973, p.11).

Aliás, localizamos um pronunciamento de Adriano José Valente favorável a criação da Universidade de Maringá, que remonta ao início da década de 1960, e que foi publicado no **Estado do Paraná**, edição do dia 10 de maio de **1962**, data esta que marcava o 15^o aniversário da cidade de Maringá:

MARINGÁ REIVINDICA: UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ

- Encontrou a mais ampla repercussão pública o plano da atual administração do Estado de trazer para a região a sede da Universidade do Norte do Paraná, a qual ficariam vinculadas as diversas escolas de nível superior do setentrão. Esquema magnífico de descentralização administrativa e que, se levada a efeito, poderá contribuir de modo valioso para melhoria do ensino superior do Norte do Paraná, ampliando-lhe o quadro de mestres universitários, novas escolas e mais alunos.

A imprensa local, dada a possibilidade de se fundar a mencionada Universidade Regional, reivindicou para Maringá a sua sede, uma vez que esta grande cidade dispõe de elementos econômicos, urbanos e sociais capazes de concretizar empreendimento de tal magnitude.

Centro geográfico e econômico que é Maringá, que ocupa uma posição privilegiada para ser sede de universidade e centro estudantil de primeira grandeza.

Discordamos apenas quanto ao critério de se distribuir entre várias cidades desta região as Faculdades a serem criadas, eis que este sistema obrigaria a universidade a dispêndios maiores e dificultaria o intercâmbio e entrosamento do próprio corpo docente de várias escolas.

Quanto à importância desse empreendimento de organização do ensino superior, não se faz necessário maiores comentários, pois a Universidade do Norte do Paraná é uma aspiração que está presente em quase todos os atos do povo de Maringá, bem como de toda a região setentrional do Estado. (VALENTE, apud BARBEDO, 1973, p.5).

Os fatos relatados neste item nos permitem tirar algumas conclusões sobre a luta da sociedade civil do Norte do Paraná pela criação da Universidade na região. Em primeiro lugar, destacaríamos a importância que os líderes dessa região atribuíram à criação da universidade, considerando-a fator fundamental de desenvolvimento. Por outro lado, ficou evidente a luta política travada para a definição da cidade que deveria sediar a universidade, luta esta que foi encabeçada pelas cidades de Maringá e Londrina - principais reivindicantes - mas que

envolveu praticamente todas as cidades da região. Na nossa interpretação, toda essa peleja é uma das manifestações da luta pela hegemonia. Finalmente, consideramos que até a criação oficial das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o Governo do Estado do Paraná ainda não tinha assumido uma posição consolidada sobre os caminhos da expansão do ensino superior no Estado.

Para corroborar com este último argumento, gostaríamos de citar na íntegra uma matéria da **Folha de Londrina**, publicada no dia 2 de junho de **1967**. De certa forma esta matéria faz uma radiografia dos problemas do ensino superior no Paraná que, a nosso ver, têm relação com a criação das três primeiras universidades estaduais e com a relação sociedade civil x sociedade política:

FUNDAÇÃO, NÃO.

*A notícia teve o efeito de uma bomba. De imediato todas as vozes se ergueram. Mestres e alunos se levantaram. E, não temos a menor dúvida, também a opinião pública já está suficientemente atenta à manobra. Tudo isso dizemos com respeito à consulta feita pela **Superintendência do Ensino Superior do Estado**³⁸, às Faculdades, visando englobar esses estabelecimentos numa fundação. Ora, tal fato nos leva a uma pergunta: com que propósito a Superintendência faz essa pesquisa? É evidente que há razões para isso. Alguma coisa deve estar tramando o órgão estadual a que estão subordinados as diversas Faculdades paranaenses. E, não se vá pensar que estaria nas cogitações da SES tornar mais acessível ao povo as diversas escolas por ela supervisionadas.*

Em absoluto. Acontece que a manutenção do ensino superior custa bastante aos cofres públicos. Quanto a isso não há dúvida. No entanto, custando pouco ou muito, o Estado não pode, em hipótese alguma, se furtar à missão de levar a cultura aos jovens, aqueles que têm sede do saber. O que talvez seja necessário é que o Estado passe a encarar o problema com mais seriedade, com mais racionalidade. Isto é, deixando de lado os fatores puramente políticos. Não criando faculdades aqui e ali tão somente para atender a grupos ou para tornar mais simpático o Governo. E, infelizmente, o que se tem visto no Paraná, de uns tempos para cá, é uma total falta de critério nesse campo. Comunidades que não dispõem de mínimas condições reivindicam e logo são atendidas. Ganham a sua Faculdade. Resultado: quando são instaladas, tais escolas não podem de forma alguma apresentar um rendimento satisfatório. Já nem falamos aqui de condições de aprendizado que se possa oferecer aos alunos. Referimo-nos tão somente ao diminuto número de jovens que se apresentam para este ou aquele curso, exigindo sempre um número elevado de professores. Com isso, devidamente acaba um aluno de curso superior custando ao Estado verdadeira fortuna. E daí então vem o grito. Julgam as autoridades ser indispensável recorrer à cobrança de anuidade ou coisa que o valha, a fim de que possam ser mantidas em funcionamento as escolas a esmo. Tal, aliás, é o

³⁸ A Superintendência do Ensino Superior do Paraná foi criada pela Lei 4.282, de 5 de novembro de 1960.

*que estamos experimentando. O Estado - ou a Superintendência - somente dá às faculdades recursos para as despesas com professores e algumas coisinhas mais. E fica nisso. Conseqüentemente, para todo o restante, o dinheiro tem que sair do bolso de quem precisa estudar. Até os recursos para a compra de giz! E isto ocorre agora. Mas, já pensaram os leitores o que ocorreria se nossas Faculdades passassem a integrar uma Fundação? Logicamente quem iria arcar com todos os gastos de manutenção das escolas - inclusive pagamento de professores - seriam os alunos. E parece ser isso exatamente o que visam as autoridades paranaenses ou, mais precisamente, a Superintendência do Ensino Superior. Além do mais, todas as reclamações e os protestos contra aumento de anuidades, taxas, etc, não recairiam diretamente sobre o Governo que ficaria de lado, com cara de bonzinho, dizendo que não poderia fazer nada ou que nada teria com o peixe! Parece, repetimos, ser essa a intenção da SES. Felizmente, porém, duas das Faculdades Londrinenses - a de Direito e a de Filosofia - já rechaçaram a absurda e extemporânea, para não dizer velhaca, consulta da Superintendência. **Realmente não precisamos, não queremos nem aceitamos fundação alguma.** Queremos, isto sim, condições para estudar. Queremos maior atenção do Governo para com nossas escolas de ensino superior que se vêem obrigadas a recorrer aos alunos para que possam acudir às mínimas necessidades de conservação e manutenção. A propósito, queremos repetir aqui uma afirmação feita quando da extensão do pagamento da anuidade aos alunos do curso médio, no início do corrente ano. A educação é uma das primordiais finalidades do Estado. Se não pode ele arcar com esta responsabilidade, já está moralmente falido. Já não se justifica mais que exista. Assim, esperamos que todas as demais Faculdades paranaenses sigam o exemplo daquelas duas mencionadas. Que, numa afirmação de altivez se levantem contra a descabida solicitação e devolvam à Superintendência do Ensino Superior um solene e categórico "não" no que respeita à hipótese aventada de congregar todas elas numa fundação. (FOLHA DE LONDRINA, 2 de junho de 1967, p.3).*

A matéria não está assinada, por isso supomos que ela reflita a posição da **Folha de Londrina**. Dois aspectos nos chamaram atenção no texto. Primeiramente, a clara denúncia de **clientelismo** por parte do Governo do Estado do Paraná, o que estaria ocasionando uma expansão desordenada e irresponsável do ensino superior. Em segundo lugar, o alerta feito quanto à tentativa do Estado em se eximir de suas responsabilidades frente à educação, propondo como alternativa a adoção do ensino pago, não só nos cursos de nível superior como também no ensino médio.

Além das argumentações apresentadas na matéria acima contra a transformação da Superintendência de Ensino Superior em fundação, as Faculdades de Direito, Filosofia e Odontologia chamaram a atenção para o fato de que tal medida poderia dificultar ainda mais a criação da Universidade do Norte do Paraná.

Esta argumentação é mais um indício da inabalável decisão do norte do Estado em criar uma Universidade nesta região, apesar da disputa entre as cidades de Londrina e Maringá.

Em termos das necessidades regionais que esses grupos apresentaram como justificativa para a proposta de criação das universidades, podem ser consideradas:

- **demanda social:** aspiração dos jovens em cursar uma universidade e aspiração das famílias de que esta necessidade pudesse ser suprida na própria região evitando, assim, o deslocamento dos seus filhos para regiões mais distantes como Curitiba ou outros Estados do País.

- necessidades do processo de desenvolvimento do Estado (necessidade de recursos humanos qualificados);

- necessidade de melhorar a qualidade dos outros níveis de ensino através da qualificação de professores;

- necessidade de atender às exigências da Lei 5.540/68;

- redefinição da relação interior x capital (em termos econômicos, políticos e culturais);

- pressão das comunidades regionais pela expansão do ensino superior, seja através de novas escolas isoladas, seja pela transformação de algumas das existentes em universidades³⁹.

Quanto à relação das universidades com o processo de desenvolvimento do Estado (que pode ser a forma ideológica sob a qual se apresenta a questão da hegemonia), é importante, também, indagarmos a respeito das forças externas do país que podem ter pressionado no sentido da imposição de um determinado modelo de expansão do ensino superior. No caso do Paraná, é evidente a vinculação do Governo Paulo Pimentel com organismos internacionais, financiadores de projetos de desenvolvimento econômicos e/ou educacionais. Um indicador desta influência é o fato do Paraná ter inovado, em relação ao país como um todo, no que se refere à adoção do “planejamento participativo”.

³⁹ A questão das necessidades regionais será retomada em outro item deste capítulo, para serem analisadas sob um novo enfoque.

3.2. Londrina, Maringá e Ponta Grossa no Contexto Paranaense.

Neste item procuraremos analisar os desdobramentos que a questão da hegemonia teve no decorrer das lutas em prol da criação das universidades. Ou seja, procuraremos demonstrar que a recomposição da hegemonia no contexto estadual passava pela questão regional, e que este fato se expressou na tentativa das comunidades locais em criar a **sua** universidade com abrangência regional.

Em termos concretos, Ponta Grossa, Londrina e Maringá, ambicionavam criar e sediar uma universidade que pudesse não apenas atender os habitantes municipais, mas funcionar como pólo de atração regional. Esta característica era importante na luta pela definição de qual seria a cidade a sediar a universidade a ser criada pelo Estado. Esta questão da luta pela hegemonia regional expressou-se também na resistência que segmentos sociais e instituições de Curitiba apresentaram em relação à interiorização do ensino universitário.

Um caso curioso, nesse sentido, foi o da Faculdade Estadual de Direito de Londrina, criada pelo Decreto Estadual n. 2.784, de 4 de junho de 1956. Antes de ser criada, essa faculdade foi violentamente questionada, principalmente pelos estudantes, como nos relata matéria publicada no periódico **O Perobal**:

*Contra a faculdade Estadual de Direito de Londrina é que se fez uma campanha feroz e sistemática, partida de estudantes de Direito da capital do Estado, que atingiu seu clímax com a **deflagração de uma greve geral de universitários, no país todo**, que se estendeu por três dias, de protesto contra a criação e implementação daquela entidade de ensino superior. O movimento chegou a ter repercussão até dentro do Conselho Nacional de Educação, onde chegaram representações visando impedir a autorização do funcionamento da Faculdade de Direito ... (O PEROBAL, Outubro de 1981, p.9).*

Desta forma, Ponta Grossa reivindicava a criação da Universidade do Paraná Central, Londrina, a Universidade do Café e Maringá, a Universidade do Vale do Ivaí.

Em função dessa especificidade, a questão da hegemonia neste estudo envolve a consideração da luta pela hegemonia regional na medida em que a criação das universidades estava ligada ao projeto de cada uma das cidades envolvidas, em assumir a direção econômica, política e cultural na região. Esta questão só pode ser compreendida se for inserida na discussão mais ampla do processo de desenvolvimento do capitalismo no Paraná e, conseqüentemente, da estrutura de classes, pois, como afirmou Gramsci, a hegemonia não é apenas política e cultural, mas é também econômica. É o que estamos procurando fazer neste trabalho.

Creemos que esta categoria “hegemonia regional” é uma categoria mais saturada de concreto do que o conceito de **status**, próprio da sociologia sistemática e que foi utilizado em estudos anteriores sobre as universidades estaduais do Paraná⁴⁰ e que aparece freqüentemente nas entrevistas que realizamos para esta pesquisa.

A ciência social herdou o conceito de **status** da Filosofia Social européia. Nesta, o conceito estava ligado à problemática de autoridade/lei e ordem social. Foi neste sentido que o conceito apareceu nas obras de T. Hobbes, J. Locke e A. Smith (Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 180-181).

Em Max Weber o termo é usado para designar o lugar que uma posição mantém no que diz respeito à distribuição de prestígio e honrarias. R. Bendix traduz da seguinte forma a definição de **status** dada por Weber:

*Em contraste com a situação de classe, que é determinada economicamente, designa-se como situação de **status** todo componente típico da vida pré-determinada dos homens, que o é por uma estimativa social específica, positiva ou negativa, de honra... Em essência, a honra resultante de **status** é expressa normalmente, pelo fato de esperar-se um mesmo estilo de vida específico por parte daqueles que desejam pertencer a determinado círculo... O papel específico de um estilo de vida no **status** honra significa que os grupos de*

⁴⁰ Sobre este ponto conferir o trabalho da professora Terezinha Dantas WANDERLEY. **A Universidade Estadual de Maringá** - a questão dos objetivos.

status são sustentáculos específicos de todas as convenções. (Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 1180-1181).

Portanto, para Weber e seus seguidores, a situação de **status** distingue-se da situação de **classe**, embora no final os dois aspectos estejam intimamente relacionados, na medida em que a situação de classe tende a ser um importante fator determinante do status.

Recentemente, na Ciência Social, tem-se procurado desvincular o conceito de status do de classe social. Tem predominado a compreensão de que **status** significa luta pelo prestígio dentro da classe média.

É neste sentido de luta pelo prestígio que o conceito aparece nos trabalhos sobre as universidades estaduais paranaenses, a que nos referimos, e nas entrevistas. Por isso ele me parece insuficiente como categoria explicativa do processo que levou à criação das universidades.

Enquanto o conceito de **status** se desvincula do de classe social, a categoria de hegemonia é incompreensível sem a consideração das classes sociais. Aliás, em Gramsci, a hegemonia é uma das formas através das quais se expressa a luta de classes nas sociedades "ocidentais".

Para a discussão da hegemonia regional através da questão dos projetos regionalistas das universidades, consideramos, entre outros, os seguintes aspectos: a) situação econômica, política, social e cultural das cidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa no contexto paranaense; b) as condições concretas, definidas a partir das exigências legais, que cada uma dessas cidades possuía para que nelas fosse criada uma universidade.

Das três cidades envolvidas com a luta pela criação das primeiras universidades estaduais do Paraná, **Ponta Grossa**, pertencente à microrregião 6, "Campos de Ponta Grossa", é a mais antiga. Sua ocupação ocorreu na primeira onda de povoamento do Paraná que descrevemos no capítulo II, a do **Paraná Tradicional**⁴¹.

⁴¹ O Paraná é dividido em 24 microrregiões (MRH). Cf. a tabela 2 desta tese.

Como vimos, a formação do Paraná Tradicional deu-se até o final do século XIX, tendo como base econômica o latifúndio da criação de gado, os engenhos de beneficiar erva-mate e as serrarias de pinho. Era uma economia tímida, em que predominava o isolamento, a escassa urbanização e a formação de elites pouco atuantes no plano nacional.

Toda essa região era denominada “terras de campo” e compreendia Curitiba, os Campos Gerais, Campo de Guarapuava, Campos de Palmas e se estendia até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No século XIX, até mais ou menos 1822, a obtenção de terras nessa região dava-se pelo sistema de sesmarias.

Ponta Grossa situa-se na região dos **Campos Gerais**. Muito embora haja registro de alguns povoamentos nessa região desde o século XVI, como decorrência da passagem de expedições espanholas, a posse efetivo de suas terras só ocorre a partir de 1800. Nesta época, os Campos Gerais encontravam-se sob a jurisdição da Vila Nova de Castro⁴².

A partir do desmembramento do território de Castro, foi criado o município de Ponta Grossa, a 7 de abril de 1855 (Lei Provincial n. 34) e instalado oficialmente a 6 de dezembro do mesmo ano. Passou à condição de cidade, a 24 de março de 1862 (Lei Provincial n. 82), e à de Comarca, a 18 de abril de 1876.

Ponta Grossa foi colonizada por **russos e alemães**, e padeceu do mesmo tipo de isolamento a que nos referimos em relação ao Paraná Tradicional. A formação de suas elites também esteve estreitamente ligada às mesmas características dessa parte do território paranaense. No período inicial de ocupação, as relações oligárquicas dominavam a vida social com a predominância das oligarquias dos Campos Gerais, ou seja,

da chamada elite campeira paranaense; essa elite vivia isolada em relação aos centros decisórios do país, o que gerou isolamento da própria política e da cultura paranaense. Desse modo, toda a formação social se ressentiu desse isolamento.(WACHOWICZ, 1984, P.37-38).

⁴² Castro e Curitiba podem ser considerados os dois pontos iniciais a partir dos quais se expandiu todo o povoamento dessa região do Paraná.

Sobre a característica de “isolacionismo” da comunidade de Ponta Grossa, obtivemos uma interessante caracterização numa entrevista que realizamos com o professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, primeiro reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa:

Bom, mas isso é uma coisa muito pessoal. Eu sou nascido aqui, acho que eu posso falar (...). Aqui se deve o seguinte. É que o homem de Ponta Grossa é um sujeito que vivia num descampado, sozinho, o proprietário rural. Então ele vivia enfrentando, pelo menos supondo correr o risco dos maiores perigos. Então, ele guardava tudo, não é? Ele guardava demais. Então, há um sentido, assim, de certo modo, uma certa autosuficiência no isolacionismo, ou na condição de isolamento, e um extremo apego aos bens pessoais. Isso é uma coisa horrível! A par disso, então, veio o estrangeiro desde 1872, muitos estrangeiros, que eram (...) da Europa e não tinham cultura nenhuma. Gente assim, de um primarismo no cultural terrível! Chegavam aqui, tinham aquele problema também de estar fora de seu habitat, não é? aquela natural reserva. Bom, então todo mundo cada vez foi entrando mais dentro de si mesmo, durante muito tempo. Há o problema da língua. Nós aqui falamos o português do jeito de quem estivesse aprendendo a língua (...) é gente que está tartamudeando e é gente que ao mesmo tempo quer se fazer entender (...), então fala bem devagar, bem articulado. Isso é nosso aqui. E a cautela esteve também no comportamento financeiro. Primeiro, era gente muito pobre e, segundo, porque realmente era gente que se sentia insegura. Então, tanto os naturais quanto os alienígenas se sentiam inseguros e se recolhiam e se ensimesmavam, e se comunicavam pouco, com alguma dificuldade. Então surgiu isso que nós vemos aí. Quer dizer, gente que não investe, as maiores fortunas são conservadas assim com uma estabilidade muito grande, não há aquele pioneirismo. Mas também não existe aqueles grandes esforços assim de solidariedade. Há os investimentos parciais, na realidade mais ou menos convencionais. Me parece que é isso aí.(ROCHA, entrevista, p.23).

Já as cidades de Maringá e Londrina são de colonização recente, fruto da terceira onda de povoamento do Estado do Paraná, ocorrida no século XX. São ambas resultantes da ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da Paraná Plantations Ltda, companhia pertencente a um grupo inglês ligado aos banqueiros Rothschild.

Em 1927, este grupo adquiriu do Governo do Paraná cerca de 500.000 alqueires das terras situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, justamente as terras consideradas, à época, de melhor qualidade.

Embora haja muita apologia em torno desse empreendimento, tendo-se, inclusive, criado a mística do **Eldorado**⁴³, na verdade ele resultou da atuação concomitante de dois fatores: ação do imperialismo inglês – ao qual, na época, o Brasil ainda se achava subordinado por uma grande dívida – que viu no negócio da compra e revenda das terras do Norte do Paraná (mais especificamente, do Norte Novo), uma grande fonte de obtenção de lucro; além disso, a ação do grupo inglês foi facilitada pela situação de crise pela qual passava a cafeicultura brasileira no período.

De acordo com JOFFILY, teria sido essa dívida e a subordinação do Brasil à Inglaterra que permitiram a realização de negócio tão vantajoso para os ingleses, sintetizando a história dessa transação imperialista nos três pontos seguintes:

a) Em consequência do crônico atraso no pagamento das nossas dívidas, os banqueiros Rothschild enviaram emissários aos Governos em busca de maiores garantias financeiras e em detrimento de nossa soberania.

b) Lord Lovat, um dos enviados, valendo-se da subserviência das autoridades brasileiras, comprou por preços simbólicos 13.652 km² no Norte do Paraná, área que foi dividida em lotes rurais e urbanos de elevado custo.

c) Apesar do predatório desmatamento, porém graças à fertilidade das terras roxas, a diversos fatores oficiais e a um eficiente plano de loteamento ficaram assegurados os extraordinários lucros dos ingleses. (JOFFILY, 1985, p.114).

Para realizar a colonização da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná valeu-se de modernas técnicas de planejamento, que visavam organizar tanto o campo quanto as cidades. Esse planejamento consistia na divisão das terras em lotes agrícolas, na construção de estradas e na fundação de cidades, algumas das quais já pensadas para serem núcleos urbanos polarizadores, como foi o caso de **Londrina**, fundada em **1934**, e **Maringá**, fundada em **1947**.

A base econômica dessa ocupação foi o café, e foi realizada por paulistas, mineiros e nordestinos que adquiriram as terras loteadas pela CTNP, que eram, em geral, de pequeno porte:

⁴³ Esta visão é trabalhada, por exemplo, nos textos da CTNP. Uma análise histórica desta questão foi realizada por José Miguel Arias Neto, em sua dissertação de mestrado defendida na FFLCH da USP, em 1993 e que teve por título: **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná**.

O tipo de povoamento promovido pela Companhia de Terras Norte do Paraná diferiu daquele que se verificou nas zonas cafeicultoras de São Paulo e da zona paranaense situada entre os rios Itararé e Tibagi. Em vez da criação de grandes fazendas monocultoras, optou-se pelo regime de pequenas e médias propriedades, menos suscetíveis de se abalar com o advento de uma crise do café e mais capazes de originar uma vida regional intensa, pois as partes não apropriadas para o café são aproveitadas para outras culturas e a criação de gado. (LUZ e OMURA, 1976, p.37).

Por essa descrição podemos perceber o quanto a ocupação do Norte Novo do Estado do Paraná se diferenciou do povoamento do Paraná Tradicional. Essas diferenças observadas na origem dessas regiões terão importantes determinações no processo de desenvolvimento de cada uma delas, especialmente a partir das modificações operadas na economia paranaense nas décadas de 1960 e 1970.

Vimos, pois, que as cidades de Londrina e Maringá, são resultantes do mesmo processo de colonização do Norte do Estado e que já foram fundadas com o propósito de se tornarem pólos regionais. Vejamos como a própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ex-CTNP), descreve esse propósito de transformar as duas cidades em grandes núcleos urbanos:

Para formar o Norte Novo e Novíssimo foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente, distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960). Embora situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares... (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p.252).

Londrina foi fundada em 1929 (1930) e levada a município no dia 3 de dezembro de 1934 (Lei n. 2.519), sendo instalado uma semana depois. Foi transformada em Comarca, a 18 de janeiro de 1938 (Decreto Lei Estadual n. 6.213). Todo esse processo ocorreu ainda sob a égide da CTNP, pertencente ao grupo inglês. De acordo com José Miguel Arias Neto, essa companhia foi totalmente dominante até **1939**, data a partir da qual começou a enfrentar uma série de problemas que levarão a

sua nacionalização entre os anos de **1943-1944**. Neste período a CTNP foi comprada pelo grupo paulista Vidigal/Mesquita.

Os fatores que teriam levado à decadência da CTNP seriam os seguintes:

- a) *encampação da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, em 1939, pelo Governo de Getúlio Vargas;*
- b) *pesados impostos aplicados sobre capitais estrangeiros nesse período;*
- c) *proibição por parte do Governo brasileiro, no contexto da II Guerra Mundial, da posse de terras por grupos estrangeiros;*
- d) *“devido ao esforço de guerra, a própria Inglaterra forçava a repatriação dos capitais aplicados no exterior”;*
- e) *afastamento de Willie Davids⁴⁴, em 1940, da prefeitura de Londrina;*
- f) *diminuição do ritmo de venda de terras⁴⁵. (ARIAS NETO, 1993, p. 109).*

Mas o que ocorreu em **1944**, não foi uma simples mudança de direção da CTNP, agora já denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Na opinião de Arias Neto, mudou a política do desenvolvimento regional, especialmente no que se refere à orientação de venda de terras. Para sustentar essa afirmação o autor cita um texto de Nadir CANCIAN:

... houve reorientação considerável no que diz respeito à divisão de terras em lotes, aumentando-se o seu tamanho em várias glebas, ao mesmo tempo em que houve maior dinamização nas operações de vendas. Ao lado de grandes lotes foram mantidos muitos pequenos, na velha tradição paulista de preocupar-se com a mão-de-obra para as fazendas, o que não existia anteriormente. (CANCIAN, apud. ARIAS NETO, 1993, p. 114).

A cidade de Maringá foi criada já na fase nacional da Companhia, sob nova direção, e no novo contexto da política de vendas de terras acima descrita.

... com a nacionalização da Companhia, os interesses do grupo nacional foram direcionados para a ponta da fronteira, ou seja, para a dinamização da abertura e venda de lotes na região de Maringá. (ARIAS NETO, 1993, p. 166).

⁴⁴ Willie Davids foi o primeiro prefeito de Londrina, no período de 1935-1940. Ao mesmo tempo ocupava o cargo de diretor da CTNP.

⁴⁵ Como afirmamos no capítulo I desta tese, foi a partir da década de 1940 que o capital inglês começou a perder o predomínio no Brasil a favor do capital norte-americano.

Esta afirmativa de Arias Neto encontra sustentação no seguinte texto da CMNP: “Se Londrina representa o marco consignatário das atividades da Companhia de Terras, Maringá é o expoente dos trabalhos da Companhia Melhoramentos...” (1975, p.137).

Era um novo momento histórico no desenvolvimento do Norte do Paraná:

... o que ocorreu entre os anos de 1939 e 1944 foi todo um processo de desarticulação do complexo inglês, ou seja, dismantelamento de toda uma estrutura regional. A partir deste momento, as configurações regionais se transformaram e é legítimo, pois, afirmar que na década de cinquenta e sessenta consolidou-se uma outra região norte do Paraná, bem como uma outra cidade de Londrina. (ARIAS NETO, 1993, p.117).

O que o autor quer demonstrar é que a mudança de direção da Companhia, embora tenha sido um fator importante, não foi o fundamental. A expansão da cafeicultura, nos novos modos proposto pelo grupo nacional da CMNP, foi que propiciou a transformação da estrutura de classes da região e, conseqüentemente, do poder político.

Até a crise enfrentada pela CTNP, a hegemonia política da região pertencia ao grupo inglês que ocupava os principais postos públicos, como o de prefeitos, por exemplo. Com a expansão do café um novo grupo assume essa hegemonia, a dos **cafeicultores**. Para ARIAS NETO, neste grupo estão incluídos tanto os fazendeiros como os donos de máquinas de beneficiamento de café. Muitos fazendeiros eram ao mesmo tempo donos de máquinas de café (1993, p.119).

Nesse novo período, que se estende até a década de 1960, mudou, de acordo com ARIAS NETO, a noção de **progresso** com que se trabalhava ideologicamente o desenvolvimento regional:

*A noção de progresso ganhou nesse período uma nova face: o norte do Paraná passou a ser caracterizado como o **Eldorado Cafeeiro**, idéia cujo desdobramento engendrou a figura do **Pioneiro**. Essa nova representação buscou não apenas legitimar os novos grupos dominantes, mas também estabeleceu os pressupostos a partir dos quais foi realizado um reordenamento*

sócio-político e econômico local e regional, ou seja, esse conjunto de idéias buscava justificar a conquista do poder local e a luta para a aquisição de um espaço de representação política a nível estadual e federal, por parte dos cafeicultores. (ARIAS NETO, 1993, p.119, grifos no original).

Desta forma, “a representação do **Eldorado** e do **Pioneiro** constitui-se no **discurso público** das elites da cidade de Londrina e do Norte do Paraná nos anos cinquenta e sessenta...” (ARIAS NETO, 1993, p.119).

Este tipo de discurso, que o próprio ARIAS NETO reconhece estar presente também nos trabalhos acadêmicos, pode ser exemplificado pelo texto a seguir que descreve a criação da cidade de Maringá:

Graças à visão extraordinária de um grupo de capitalistas e técnicos ingleses, tendo à frente Lord Lovat, a região norte do Paraná se lhes deparando como um verdadeiro Eldorado, sumamente propício à cultura agrícola e expansão industrial, foi fundada em 24 de setembro de 1925, a Companhia de Terra Norte do Paraná, com a aquisição de imensa gleba de terras.

*Em poucas regiões do país poderá se encontrar fenômeno semelhante ao ocorrido no povoamento e colonização do Norte paranaense, no que concerne à divisão e comércio das terras, planejamento e fundação de cidades, tudo isso com base na política de monocultura - o café. Municípios mais antigos, compreendendo vastíssimas áreas de terra roxa, situados na faixa do Trópico de Capricórnio, passaram pela mais completa estratificação, sofrendo desmembramentos sucessivos e se transformando numa verdadeira série de outros centros urbanos, dentre os quais **Maringá**.*

O projeto da cidade de Maringá foi idealizado obedecendo as mais avançadas normas de planejamento, sendo desenvolvido por Gastão de Mesquita Filho e Cássio Vidigal, com base no anteprojeto do urbanista Jorge Macedo Vieira. Uma das exigências que a CTNP fazia aos compradores de lotes urbanos, é que a construção da casa deveria ser em prazo pré-estabelecido. Isto fez com que o perímetro urbano de Maringá, no início da colonização uma verdadeira clareira na mata, se tornasse numa seqüência interminável de chaminés... (FERREIRA, 1996, p.430).

Se recordarmos o conteúdo já trabalhado no item 3.1 veremos, como esta mística do Eldorado e do pioneiro desbravador e lutador, também esteve presente nos fundamentos ideológicos daqueles que lutavam pela criação das universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

A cidade de Maringá, era a princípio, um simples patrimônio localizado no interior do município de Mandaguari. Este patrimônio foi elevado à

categoria de Distrito Administrativo a 10 de maio de 1947. Foi transformado em município a 14 de novembro de 1951 (Lei Estadual n. 790), no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto.

A síntese histórica que fizemos até aqui permite-nos ter uma idéia do processo de criação e desenvolvimento preliminar das cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Podemos perceber, também, a importância de cada uma delas em suas respectivas regiões. Essa posição de liderança será confirmada nas décadas seguintes, nos planos econômico-social, político e cultural.

Na tabela n. 1, temos uma radiografia da população e densidade demográfica no Paraná, em 1970, por microrregião homogênea. Para a apresentação desses dados selecionamos apenas aquelas microrregiões nas quais estão situadas as cidades que estamos analisando. Para efetuarmos o contraponto, incluímos também as microrregiões de Curitiba e Extremo Oeste Paranaense. De acordo com os dados apresentados, excetuando-se Curitiba, a microrregião mais densamente povoada é o Norte Novo de Maringá, com 86,04 habitantes por quilômetro quadrado, e a que apresenta índices menores de adensamento é a do Extremo Oeste Paranaense, com 32,55 habitantes por quilômetro quadrado.

Procurando, ainda, identificar o processo de urbanização das cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa (tabela 2), veremos que o **Norte Novo de Londrina** tem o maior número de municípios do Estado, ao lado do **Norte Novíssimo de Paranavaí** que também possui a mesma quantidade de cidades, ou seja, vinte e nove. **O Norte Novo de Maringá** tem quinze municípios e a região **Campos de Ponta Grossa**, cinco.

Considerando este dado, poderíamos afirmar, portanto, que o Norte Novo de Londrina tem um processo de urbanização mais dinâmico, em relação às regiões onde se localizam as cidades de Maringá e Ponta Grossa.

Quanto à importância econômica dessas cidades, utilizamos como indicadores o “nível de industrialização” e os índices referentes à “mecanização agrícola”. Na década de 1970, mais exatamente em 1979, expressando um processo que já vinha se delineando nas décadas anteriores, como foi dito, o Paraná apresentava uma concentração

espacial da indústria, na qual tinham destaque três pólos principais: a microrregião 268 – Curitiba, que participava com 52,7% do valor agregado total da indústria paranaense; microrregião 273 – Campos de Ponta Grossa, com 10,4% de participação e a microrregião 281 – Norte Novo de Londrina, com 9,5% de participação. Além desses três pólos principais, duas outras microrregiões se destacavam apesar do menor percentual de participação em relação aos pólos já citados: microrregião 282 – Norte Novo de Maringá, com 3,6% e microrregião 288 – Extremo Oeste Paranaense, com 3,5%. Essas cinco regiões mais industrializadas passaram de 73,5% de participação no valor agregado da indústria paranaense em 1975, para 79,7% em 1979. (IPARDES – FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA, 1982, p.49).

Quanto às atividades agrícolas, que ainda constituíam a principal fonte de rendimentos no Estado, as regiões onde estão localizadas as cidades de Londrina e Maringá é que representavam as áreas mais dinâmicas e modernas, juntamente com o Extremo Oeste. O processo de modernização agrícola dessa região, iniciado na década de 1960, intensifica-se a partir de 1970, acarretando profundas modificações no perfil econômico e social da região.

Alguns autores enfatizam a análise dessa evolução técnica da agricultura paranaense, na questão da **mecanização**, "... já que este constitui um dos processos que mais concorreram para alterar a base técnica da produção e as relações de trabalho na atividade agrícola..."(CARNASCIALI, 1987, p.125).

Tomando como base esse critério, afirma-se que houve uma diferenciação na evolução desse processo, tanto em termos de categorias de produtores como em termos regionais. Interessa-nos a questão regional, pois é ela que nos pode oferecer um indicador da posição de Londrina, Maringá e Ponta Grossa no contexto Paranaense, no que se refere ao aspecto em análise.

Para CARNASCIALI, as regiões do Grande Norte e do Extremo Oeste/Sudeste foram as que apresentaram maiores índices de tecnificação agrícola na década de 1980⁴⁶:

⁴⁶ Para realizar esta análise, o autor classificou o Paraná em três grandes regiões: Paraná Antigo, Grande Norte e Extremo Oeste/Sudeste, distribuindo entre essas regiões, as 24 microrregiões homogêneas do Estado.

O grande surto de mecanização no estado teve início por volta de 1970-75, quando maior número de produtores passou a utilizar algum tipo de máquina. Em 1980, os mais altos índices de mecanização foram observados nas MRH do Grande Norte e no Extremo-Oeste. (CARNASCIALI, 1987, P. 133).

Muito embora esses aspectos sejam considerados indicadores de modernização capitalista, os seus efeitos sociais como, por exemplo, expulsão de mão-de-obra do campo, como consequência do processo de concentração da propriedade que o avanço tecnológico propiciou, foram bastante graves. Desta forma, podemos concluir que o desenvolvimento capitalista, como já afirmamos neste trabalho, não beneficia igualmente as diferentes classes sociais. Mas, como expressão da força econômica das cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa para reivindicarem suas universidades, esse indicador tem a sua utilidade.

Em termos políticos, no final da década de 1960, o Norte do Estado já se apresentava com grande potencial, sendo uma das mais importantes regiões na definição dos resultados das eleições para governadores. No pleito eleitoral de **1960**, por exemplo, foi a seguinte participação das regiões do Paraná, no número total de eleitores do Estado: Oeste Paranaense, 11,5%; Paraná Tradicional, 15,7%; Região de Curitiba, 20,2%; Litoral 2,4%; **Norte Cafeeiro**, 52,2%. Em **1965**, os dados são os seguintes: Oeste Paranaense, 13,9%; Paraná Tradicional, 13,2%; Região de Curitiba, 18,1%; Litoral 2,5%; **Norte Cafeeiro**, 52,4%. (IPARDES, 1989, p.147).

Além disso, essa região também passou a participar ativamente dos postos políticos e administrativos do Estado. Em relação a este último aspecto, Ponta Grossa já vinha há mais tempo fornecendo lideranças políticas ao Estado, o que é explicável pela maior antiguidade do seu processo de colonização, entre outras razões. Pela sua participação na política paranaense, Ponta Grossa tem sido conhecida como “Capital Cívica do Paraná”.

Quanto à oferta de ensino superior já existente nas três cidades, para que pudessem aspirar a criação de uma universidade, de acordo com as exigências das normas legais, a situação era a seguinte:

Londrina:

1. **1954** – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Criação – Decreto Estadual n. 2.568-A, de 25 de janeiro de 1954.

Autorização – Decreto Federal n. 43.143, de 3 de fevereiro de 1958.

Reconhecimento – Decreto Federal n. 49.061, de 6 de outubro de 1960.

2. **1956** – Faculdade Estadual de Direito de Londrina.

Criação – Decreto Estadual n. 2.781, de 4 de junho de 1956.

Autorização – Decreto Federal n. 43.309, de 7 de março de 1958

Reconhecimento – Decreto Federal n. 49.064, de 6 de outubro de 1960.

3. **1962** – Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina.

Criação – Decreto Estadual n. 6.038, de 17 de janeiro de 1962.

Autorização – Resolução do CEE n. 2/65 e Lei n. 4.648, de 20 de setembro de 1962.

Reconhecimento – Decreto Federal n. 58.378, de 10 de maio de 1966.

4. **1965** – Faculdade de Medicina de Londrina.

Criação – Lei Estadual n. 5.216, de 21 de dezembro de 1965.

Autorização – Parecer n. 22/66, da Comissão Especial de Ensino Superior.

Parecer do CEE n. 58/67, de 3 de março de 1967. Autorização de funcionamento em caráter provisório.

5. **1966** – Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina.

Criação – Lei Estadual n. 5.308, de 5 de maio de 1966.

Lei Estadual n. 5.961, de 30 de outubro de 1967, transforma a Faculdade de Ciências Econômicas sob o regime de Fundação, com a denominação de Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina a ser mantida pela FESULON⁴⁷.

⁴⁷ FESULON, era a Fundação de Ensino Superior de Londrina, criada pela Lei Estadual n. 5.216, de 21 de dezembro de 1965.

Maringá:

1. **1959** – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá.

Criação – Decreto Estadual n. 4.070, de 28 de agosto de 1959.

Autorização – Decreto Estadual n. 48.459, de 27 de maio de 1960.

Reconhecimento – Decreto federal n. 61.548, de 20 de outubro de 1964.

2. **1965** – Faculdade Estadual de Direito de Maringá.

Criação – Lei Estadual n. 5.218, de 21 de dezembro de 1965.

Autorização – Parecer do CEE n. 6/66. Dispõe sobre a autorização para o funcionamento.

Lei estadual n. 5.034, de 29 de abril de 1966. Exige a Faculdade em entidade autárquica.

3. **1966** – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá.

Criação – Lei Estadual n. 5.456, de 24 de dezembro de 1966.

Autorização – Resolução do CEE n. 59/66.

4. **1969** – Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas.

Criação – Lei n. 6.032, de 5 de novembro de 1969. “Autoriza a criar, instalar e manter pela Fundação Educacional de Maringá um Instituto de Ciências Exatas e Tecnológico”.

Decreto n. 18.109, de 28 de janeiro de 1970.

Ponta Grossa:

1. **1949** – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

Criação – Decreto Estadual n. 8.837, de 8 de novembro de 1949.

Autorização – Decreto Estadual n. 28.169, de 1 de junho de 1950.

Reconhecimento – Decreto Federal n. 32.242, de 10 de fevereiro de 1953.

2. **1952** – Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa.

Criação – Lei Estadual n. 921, de 15 de setembro de 1952.

Autorização – Decreto Federal n. 33.338, de 21 de julho de 1953.

Reconhecimento – Decreto Federal n. 40.445, de 30 de novembro de 1956.

3. **1956** – Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa.

Criação – Lei Estadual n. 2.179, de 4 de agosto de 1954.

Autorização – Decreto Federal n. 43.309, de 7 de março de 1958.

Reconhecimento – Decreto Federal n. 49.064, de 6 de outubro de 1960.

4. **1966** – Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa.

Criação – Lei Estadual n. 3, de 12 de janeiro de 1966.

Autorização (condicional) – Resolução do CEE n. 9/67.

Lei Estadual n. 5.506, de 3 de fevereiro de 1967. Constitui a faculdade sob a forma de estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica.

Do ponto de vista legal, as Instituições de Ensino Superior (IES) pré-existentes à criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, não estavam na mesma situação. Algumas estavam criadas, autorizadas a funcionar e reconhecidas. Outras, criadas e autorizadas, e, finalmente, algumas apenas criadas.

No caso de Londrina, três das IES estavam com sua situação plenamente legalizada e duas com o processo incompleto. Em Maringá, apenas a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas estava com o processo legal completo. Em Ponta Grossa, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração não tinha ainda o seu reconhecimento.

Havia, também, como se pode verificar pelos dados relativos a essas IES, muita diferença quanto ao instrumento legal utilizado para a criação, autorização e reconhecimento.

De acordo com a Lei 5.540/68, vigente à época de criação das primeiras universidades estaduais do Paraná, “as universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante a reunião de **estabelecimentos já reconhecidos**, sendo no primeiro caso, sujeitas à autorização e reconhecimento e, no segundo caso, apenas a reconhecimento”. (Art. 7º, sem grifos no original).

Além disso, a Lei 5.540/68 esclarece que “a autorização ou reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornado efetivo, em qualquer caso, por **Decreto do Poder Executivo**, após prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação, observado o disposto no art. 44 desta Lei”. (Art 47, sem grifos no original)⁴⁸.

Tudo indica, portanto, que a decisão de natureza política foi mais forte que as normas legais no caso da criação das instituições que estamos analisando.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

⁴⁸ O art. 44 da 5.540 foi vetado.

TABELA 1 – CASCAVEL, LONDRINA, MARINGÁ, PONTA GROSSA – POPULAÇÃO RESIDENTE, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA – 1970.

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (Habitantes)	ÁREA (Km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/Km ²)
PARANÁ	6.936.743	199.060	34,85
1) CURITIBA	820.766	8.763	93,66
Curitiba	608.417	431	1.411,64
PARTICIPAÇÃO NA MICRORREGIÃO (%)	74,12	4,91	–
2) CAMPOS DE PONTA GROSSA	237.355	11.592	20,48
Ponta Grossa	127.019	1.730	73,42
PARTICIPAÇÃO NA MICRORREGIÃO (%)	53,51	14,92	–
3) NORTE DE LONDRINA	685.697	10.175	67,39
Londrina	285.532	2.119	107,85
PARTICIPAÇÃO NA MICRORREGIÃO (%)	41,64	20,94	–
4) NORTE NOVO DE MARINGÁ	320.239	3.722	86,04
Maringá	121.461	509	238,63
PARTICIPAÇÃO NA MICRORREGIÃO (%)	37,92	13,67	–
5) EXTREMO OESTE PARANAENSE	752.846	23.128	32,55
Cascavel	89.417	2.901	30,82
PARTICIPAÇÃO NA MICRORREGIÃO (%)	11,87	12,54	–

FORNE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1972.

TABELA 2 – PARANÁ: NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR MICORREGIÃO – 1970.

MICRORREGIÕES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO NO ESTADO (%).
PARANÁ	288	
1) CURITIBA	14	4,86
2) LITORAL PARANAENSE	6	2,08
3) ALTO RIBEIRA	2	0,69
4) ALTO RIO NEGRO PARANAENSE	4	1,38
5) CAMPOS DE LAPA	5	1,73
6) CAMPOS DE PONTA GROSSA	5	1,73
7) CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	3	1,04
8) SÃO MATEUS DO SUL	3	1,04
9) COLONIAL DE IRATI	7	2,43
10) ALTO IVAÍ	5	1,73
11) NORTE VELHO DE WENCESLAU BRAZ	17	5,90
12) NORTE VELHO DE JACAREZINHO	20	6,94
13) ALGODOEIRA DE ASSAÍ	7	2,43
14) NORTE NOVO DE LONDRINA	29	10,06
15) NORTE NOVO DE MARINGÁ	15	5,20
16) NORTE NOVÍSSIMO DE PARANAÍ	29	10,06
17) NORTE NOVO DE APUCARANA	16	5,55
18) NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA	22	7,63
19) CAMPO MOURÃO	18	6,25
20) PITANGA	3	1,04
21) EXTREMO OESTE PARANAENSE	19	6,59
22) SUDOESTE PARANAENSE	24	8,33
23) CAMPOS DE GUARAPUAVA	5	1,73
24) MÉDIO IGUAÇU	10	3,47

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1972.

3.3. A Universidade Abortada: Cascavel

Também o Oeste do Paraná, no final da década de 1960, queria ampliar as oportunidades educacionais de seus municípios, o que levou suas lideranças a se mobilizarem pela criação de uma universidade. A prova desta mobilização está no fato de que o projeto encaminhado pelo Executivo à Assembléia Legislativa propunha a criação de apenas três universidades estaduais no Paraná, com sede nas cidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Na tramitação do projeto na Assembléia Legislativa foi apresentada proposta através de emenda do deputado FUAD NACLI (ARENA), para que fossem criadas mais duas universidades, a Universidade Estadual de Cascavel e a Universidade Estadual de Bandeirantes, como demonstraremos no capítulo V⁴⁹.

Pareceu-nos importante discutir o “abortamento” da proposta de criação da Universidade de Cascavel, porque essa discussão traz elementos esclarecedores à questão da correlação de forças que tornou possível a interiorização do ensino universitário no Paraná e, mais amplamente, à questão da hegemonia. Não abordaremos o caso de Bandeirantes devido ao fato de não termos localizado nenhum documento que registrasse uma imobilização organizada para a criação de uma universidade nesta cidade, como ocorreu em Cascavel.

Consideramos assim, extremamente importantes, para compreender os projetos que conseguiram se impor, a realização do contraponto com os projetos que não vingaram.

Sobre este ponto Jacques Verger afirma o seguinte:

Todas essas criações não tiveram, é evidente, um igual sucesso. No conjunto elas não puseram novamente em causa a predominância intelectual dos grandes centros do século XIII. Seria necessário escrever a história, da mesma maneira significativa, dos projetos abortados. Por que a comuna de Lyon, apesar de várias diligências nos séculos XIV e XV, não conseguiu a criação de

⁴⁹ A Universidade de Cascavel chegou a ser criada pelo poder municipal mas não foi autorizada a funcionar nem pelo Conselho Federal de Educação (C.F.E.) nem pelo Conselho Estadual de Educação (C.E.E.).

um studium generale nessa cidade? Além, da desconfiança do poder real, René Fedou invoca a mediocridade cultural do ambiente lionês. (1990, p. 119).

Verger, comentando, ainda em termos metodológicos, a historiografia das universidades, afirma que:

A mais importante conclusão da historiografia universitária moderna é, de fato, a de que a história das universidades não pode ser feita sem referência ao conjunto da história do período estudado.

As instituições universitárias não devem ser descritas nos detalhes de seus mecanismos, mas também estudadas em relação aos outros modelos de organização propostos pela sociedade da época. Se preferirmos, trata-se de procurar significação política (no sentido mais amplo da palavra) escolhida por tal ou qual instituição.

O problema é, portanto, saber que uso os diversos poderes (cidades, Estados, Igreja) e os diversos grupos que compunham a sociedade faziam dessas instituições. (1990, p. 159).

A cidade de Cascavel, situada a 514 Km. de Curitiba, foi resultante da terceira onda de povoamento do Paraná, já no século XX, a que fizemos referência no capítulo II, muito embora se possa afirmar que as primeiras movimentações no território em que hoje se situa esse município, remontam a 1889, e foram decorrentes da implantação da **Colônia Militar do Iguaçu**, em 23 de novembro de 1889. De acordo com João Carlos Vicente FERRERA, a criação dessa Colônia intensificou o trânsito entre **Guarapuava e Foz do Iguaçu** (FERRERA, 1996).

A colonização efetiva da região, como afirmamos, data do início do século XX, mais precisamente a partir da década de 1920, tendo como base uma onda de povoamento com base nos rio-grandenses do sul, “que expelidos de suas terras agrícolas, pelo minifúndio, iniciavam a ocupação efetiva das terras do sudeste e oeste do Paraná” (WESTPHALEN, et al., 1968, p.4). Os principais municípios surgidos dessa onda de povoamento foram **Palmas e Foz do Iguaçu**.

Nas décadas seguintes, teve continuidade a penetração dos “gaúchos” que se espalharam cada vez mais nas terras paranaenses. Essa penetração “espontânea” foi de certa forma interrompida a partir de **1946**, quando teve início a ação de uma companhia colonizadora do Rio Grande do Sul, denominada Indústria

Madereira Colonizadora do Paraná S.A. (MARIPÁ). Esta companhia adquiriu as terras da Fazenda Britânia que pertenciam a uma outra companhia, a Companhia Maderos del Alto Paraná. A gleba adquirida tinha uma extensão de 36 km. de norte a sul e 72 km. de oeste a leste, situadas no Vale do rio Paraná. Como afirma WESTPHALEN

Essa imensa gleba foi rapidamente colonizada pelo mesmo processo da pequena propriedade e da policultura. Aí também surgiram cidades novas, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e outras. A região teria mais tarde a cidade de Cascavel como centro polarizador. (WESTPHALEN, 1968, p. 7, sem grifos no original).

Mas “o núcleo colonial que gerou o atual município de Cascavel foi fundado pelo guarapuavano José Silvério de Oliveira, em 1930.” (FERRERA, 1996, p. 223), tendo como base econômica a erva-mate. A transformação oficial desse núcleo em município só ocorrerá duas décadas depois, a 14 de novembro de 1951 (Lei n. 790). Para que isto ocorresse, o núcleo foi desmembrado do território de Foz do Iguaçu. A instalação oficial ocorreu a 14 de dezembro de 1952. Em 1953, passou a ser sede de Comarca (Decreto Estadual n. 1.542).

Vemos, pois, por esta descrição, que o município de Cascavel é de colonização recente, surpreendendo a rapidez do seu processo de desenvolvimento que se intensificará especialmente a partir da década de 1980. Este desenvolvimento, contudo, foi preparado pelas transformações tecnológicas operadas na agricultura paranaense a partir da década de 1970. As transformações tecnológicas dizem respeito, principalmente, à mecanização das atividades agrícolas, o que repercutiu em todo o contexto nacional?

Contudo, no final da década de 1960, quando foram criadas as primeiras universidades estaduais, o Oeste do Paraná e, particularmente, Cascavel, ainda não possuíam destaque econômico no Estado. Dominava a região uma economia agrícola baseada em pequenas propriedades, formadas por pequenos produtores, a maioria dos quais não tinha condições de produção para o comércio, por falta de poder de capitalização. Este fato, inclusive, foi usado como argumento pelo Conselho Estadual de Educação em parecer, emitido a 7 de agosto de **1969**, contrário à criação

de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária em Cascavel. O parecer foi solicitado ao C.E.E., pela Assembléia Legislativa do Paraná (of. SC/512-69), que havia aprovado o projeto de Lei n. 397/68 que criava a mencionada faculdade.

Não é possível expomos todo o conteúdo do parecer, no entanto, selecionamos alguns excertos que nos esclarecer a respeito da posição do C.E.E. em relação à expansão do ensino superior não só em Cascavel, mas em todo o interior do Estado:

O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário (art. 175 da Lei n. 4.978/64)⁵⁰.

Qualquer novo estabelecimento de ensino superior deve apresentar um rendimento em favor desses objetivos (...). Particularmente, unidades de ensino superior localizadas em regiões interioranas deverão reverter-se de judiciosas cautelas iniciais para que se possa ter uma expectativa razoável de sucesso.

A ubicação de um núcleo de formação profissional em região do interior do Estado deve pressupor a existência de fatores de localização favoráveis. Entre estes poderemos lembrar alguns:

- a) aproveitamento de recursos materiais locais já existentes, na forma de prédios, de laboratórios e de áreas de experimentação, ou de extensão de uma base bem sucedida de ensino agrícola de grau médio;*
- b) aproveitamento de recursos humanos locais já existentes, em especial a existência de profissionais radicados na região, capazes de proporcionar uma contribuição adicional no campo do magistério e da pesquisa;*
- c) existência de um mercado de emprego local que justificasse a preparação de técnicos em seu próprio futuro ambiente de trabalho;*
- d) existência de uma grande expectativa da juventude de que identificasse seguramente ser esta formação o melhor meio para a sua realização pessoal no plano natural;*
- e) qualquer outra condição que possibilitasse um excepcional desenvolvimento científico.*

O município de Cascavel, e toda a região do Oeste paranaense padecem das mesmas condições do sistema de propriedades agrícolas pequenas que prevalecem no Estado. Por isso mesmo não modifica as adversas condições gerais ao emprego generalizado dos Engenheiros Agrônomos e dos Veterinários. O projeto de Lei n. 397/68, de autoria do deputado Roberto Wypych, não traz justificativa que demostre a existência de algum dos fatores de localização a que nos referimos.

Pelas razões expendidas, não poderíamos concluir se não pela negativa ao projeto de Lei n. 397/68, na forma como foi apresentado. Negativa quanto à oportunidade e quanto à conveniência. Os aspectos legais, nestas condições, são subalternos por isso não os examinaremos.

A título de reflexão final, em reconhecimento ao valor social e econômico da população do oeste do Paraná, a quem o autor do projeto de Lei certamente

⁵⁰ A Lei n. 4.978/64 é a lei que estabelece o sistema estadual de ensino no Paraná.

procurou homenagear, externamos nosso ponto de vista de que aquela grande e produtora região poderia ter um centro superior de pesquisa e de ensino se este fosse o núcleo básico de um grande projeto de promoção econômica do oeste, projeto este que abrangesse toda a atividade regional tendo por base a produção primária (agrícola, pecuária e extrativa), mas estendendo-se até a industrialização, num esforço conjunto dos Governos Federal, Estadual e municipais e da iniciativa privada local.
Sala das sessões, em 07 de agosto de 1969. (PARANÁ/C.E.E., 1969, p.34-37)⁵¹.

Os argumentos acima expostos refletem o posicionamento do CEE em relação ao Oeste do Paraná e à criação de estabelecimentos de ensino superior no interior do Estado. É útil observarmos que este parecer foi emitido um mês após o encerramento dos trabalhos da Comissão de Reforma do Ensino Superior do Paraná, cujo relatório, como já afirmamos, foi encaminhado ao Governador Paulo Cruz Pimentel, no dia 27 de julho de 1969.

Muito teríamos a refletir sobre este parecer do CEE. Lamentamos não podermos fazê-lo neste momento. Gostaríamos de comentar, apenas, a estreiteza de visão que muitas vezes têm aqueles que são responsáveis pelas tomadas de decisão no campo educacional. Não conseguem projetar para o futuro, decidindo com base em um presente imediato demais para que possa acompanhar o dinamismo do processo histórico. A evolução econômica, política e social do oeste paranaense, nas décadas posteriores, é uma resposta histórica contundente à estreiteza daqueles que a avaliaram tão superficialmente, sem considerar as perspectivas que já se anunciavam para a região à época do parecer.

Talvez foi acreditando neste potencial que Cascavel continuou a lutar por sua universidade, apesar da resistência que teve que enfrentar. O próprio Governador Paulo Pimentel, em entrevista que nos concedeu para esta pesquisa, afirmou que Cascavel não dispunha, à época, de condições econômicas para sediar uma universidade. E tudo indica que se considerava que não estava preparada nem para uma faculdade.

⁵¹ Assinaram este parecer: Haroldo Souto Carvalhido - Presidente; Véspero Mendes - Relator; Jucundino da Silva Furtado; Alda Aracy Moeler; Zélia Milléo Pavão; Sarah Sartori; Dorothy Gomes Carneiro; Antônio José Franco Satyro; Guido Arzua; Osvaldo Arns; Otávio Mazziolli; Ada Mantrucchio Gineste.

Uma matéria publicada pela **Folha de Londrina**, no dia **17 de dezembro de 1969**, encabeçada pela manchete “Instalação de Faculdade em Cascavel seria impossível”, expõe a posição da Superintendente do Ensino Superior do Paraná, Ubiratan Borges de Macedo, em relação a este tema:

Apesar do interesse do Governo do Estado, é impossível, no momento, a instalação de uma faculdade em Cascavel, pois para sua manutenção seriam exigidos 500 cruzeiros novos por mês, revelou-se no último dia 10, nesta cidade, o Sr. Ubiratan Macedo, superintendente do Ensino Superior do Paraná que aqui veio a convite de autoridades municipais e estaduais.

SOLUÇÃO

Afirmou o Sr. Ubiratan Macedo que, para Cascavel e região, a única solução seria uma “federação de escolas superiores” com cursos de Geo-Ciências, Agronomia e Filosofia, em caráter regional e mantida pelo regime de fundação... (FOLHA DE LONDRINA, 17/12/1969, p.11).

Desta forma, a primeira instituição de ensino superior de Cascavel começou a funcionar em 1972. Trata-se da Fundação de Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), municipal.

Aliás, o primeiro momento da expansão do ensino superior no Oeste caracterizou-se pela criação de instituições municipais.

O ensino superior no Oeste do Paraná é um espelho da história da própria região. A ocupação e colonização só foram possíveis porque um povo desbravador, dentro de suas condições histórico-culturais, se dispôs a construir a região.

Bem antes da presença do Estado e de seus serviços a população regional soube enfrentar e resolver as dificuldades da transformação regional.

Quando a região já tinha assumido significado econômico no contexto estadual, o Estado fortaleceu sua presença, mais pelo fisco que pelos seus serviços de qualidade. Aliás, até certo ponto, esse comportamento do Estado em relação ao Oeste, até o presente, não mudou significativamente.

Na década de 1970, os centros urbanos mais desenvolvidos da região sentiam necessidade, a partir de seu próprio desenvolvimento histórico, de ampliar as condições e níveis de escolaridade para a sua juventude.

Mesmo que agentes educacionais regionais e as mais legítimas representações civis tivessem tentado outras alternativas, ao Oeste do Paraná não sobrou outra senão a constituição de Fundações Municipais para manutenção de seu ensino superior. Em última instância, as comunidades locais criaram todas as condições, com participação e doações, para manutenção do ensino superior no Oeste do Paraná. (UNIOESTE - MOVIMENTO PELA ÉTICA, DEMOCRACIA E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, 1992, p.1).

Como fundações municipais, portanto, foram criadas as Faculdades de Cascavel (FECIVEL), Toledo (FACITOL), Marechal Cândido Rondon (FACIMAR) e Foz do Iguaçu (FACISA)⁵². No início de **1987**, essas faculdades foram estadualizadas e, no mesmo ano, foram integradas numa única mantenedora, a Fundação Federação de Instituições de Ensino Superior do Paraná - UNIOESTE (Lei n.8.464/87, de 15 de janeiro de 1987).

As transformações acima descritas ocorriam no início do ano de 1987. Mas já no final do mesmo ano, o Oeste obteve finalmente a sua universidade, pois a Lei n. 8.680, de 30 de dezembro de 1987, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a qual englobaria as instituições de ensino superior da região. O ato de **criação** dessa universidade foi o Decreto n. 2.352, de 27 de janeiro de 1988.

Da data da apresentação da emenda ao projeto de Lei n. 145/69, na Assembléia Legislativa do Paraná, pelo deputado FUAD NACLI, no dia 02 de outubro de 1969, emenda através da qual o mencionado deputado procura aumentar o número de universidades estaduais a serem criadas, até a promulgação do Decreto 2.352/88 foram transcorridos praticamente vinte anos, para que se concretizasse o atendimento às expectativas do Oeste do Paraná quanto à criação de uma universidade na região.

Mas, na verdade, se a Assembléia tivesse aprovado a emenda do deputado Nacli, o Governo do Estado deveria **criar**, de fato, uma universidade, já que não existiam instituições de ensino superior em Cascavel. Este procedimento fugiria ao modelo tradicional de criação de universidade no Brasil, que é o da "Universidade Conglomerada", ou seja, aquela que surge da justaposição de estabelecimentos pré-existentes, exceção feita à Universidade de Brasília.

Atendo-nos apenas ao aspecto legal, nada haveria a obstar à pretensão de Cascavel, pois, de acordo com o art. 7º da Lei n. 5.540/68, as Universidades poderiam "organizar-se diretamente ou mediante a reunião de

⁵² A partir de 1999, passou a fazer parte da UNIOESTE também a FACIBEL da cidade de Francisco Beltrão.

estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitos à autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas a reconhecimento”.

No entanto, a posição da Assembléia Legislativa do Paraná foi, na ocasião, contrária à ampliação do número de universidades estaduais a serem criadas. Com parecer negativo da Comissão de Finanças, a emenda do deputado Nacli foi rejeitada em plenário.

II PARTE - A POLÍTICA EDUCACIONAL ENQUANTO PRODUTO: AS UNIVERSIDADES CRIADAS.

Nesta segunda parte procuramos analisar as ações da sociedade política (Estado em sentido restrito) que foram sendo desenvolvidas sob a pressão das lutas que se travavam no plano da sociedade civil.

Na verdade, estaremos aqui discutindo a ação do Estado¹ no que se refere à formulação das políticas sociais e, no caso, mais especificamente, da Política Educacional.

Para tanto, trabalharemos com o conceito ampliado de Estado tal como foi formulado por Antônio Gramsci e que analisamos na Introdução desta tese. É importante ressaltar, no entanto, que a base ontológica deste conceito são as formulações anteriores dos clássicos do marxismo (Marx, Engels e Lenin) sobre o caráter de **classe** do Estado e sobre o caráter de dominação que este assume mesmo nos Estados ditos liberais.

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão porque ele só existe quando e enquanto existir essa divisão (que decorre por sua vez das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim

¹ Sempre que utilizarmos este termo estaremos nos referindo ao Estado em sentido restrito, ou seja, a sociedade política.

que os interesses particulares de uma classe se imponham como interesse geral da sociedade. Marx, Engels e Lenin examinaram também a estrutura do Estado: indicaram na repressão - no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência - o modo principal através do qual o Estado em geral (e como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe. Em suma: os clássicos tendencialmente identificam o Estado - a máquina estatal - com o conjunto dos seus aparelhos repressivos. (COUTINHO, 1981, p.89).

A Política Educacional, enquanto uma diretriz traçada pelo Estado, é, num primeiro momento, objeto de disputa e elaboração na sociedade civil, mas sempre como projeto de classe. Nos momentos de maior autonomia das esferas superestruturais (sociedade política e sociedade civil), ou maior socialização da política e, ainda, do grau de correlação de forças entre as classes sociais, esta política será mais autoritária ou resultará de um maior consenso social.

Na primeira parte desta tese, procuramos exatamente mostrar o movimento histórico desencadeado pela sociedade civil do Paraná, representada pelos segmentos dominantes de suas classes sociais e que forçou a consideração, por parte do governo Paulo Pimentel, da possibilidade de criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Pensamos ter ficado evidenciado, na análise que realizamos, que não havia só um **projeto** para a interiorização do ensino universitário no Paraná.

Havia, inicialmente, o projeto do Governo do Estado de expandir o ensino superior através de faculdades isoladas. Posteriormente, ele tentou, como vimos, transformar a Superintendência do Ensino Superior (SES), em fundação, a qual coordenaria todas as faculdades. Este projeto foi rechaçado pela sociedade civil.

Esta, por sua vez, pensou em diversos caminhos para a interiorização do ensino universitário: criar uma única universidade no Norte do Estado, que atenderia toda essa vasta região do Paraná. Mas não havia acordo quanto à cidade que deveria ser a sede dessa universidade, se Londrina ou Maringá. Pensou-se, também, em criar uma extensão da UFPR (posição de Londrina), reivindicação que não contou com o apoio do reitor daquela

universidade, Flávio Suplicy de Lacerda. Outro projeto foi o de criar a Universidade do Norte como universidade federal e não estadual. Mas, como vimos, Maringá, Londrina e Ponta Grossa não abriram mão de suas reivindicações e, como mostraremos nesta parte, o projeto vitorioso foi o que pressupunha a criação das três universidades como fundações estaduais. Como esse projeto conseguiu se impor, porque ele ganhou a preferência governamental? Procuraremos responder a esta indagação nos capítulos a seguir.

Como apoio a esta investigação, gostaríamos de ressaltar que a intervenção do Estado na educação resultou de um processo histórico de constituição das classes burguesa e proletária, que, ao se expandirem, foram ampliando o leque de ações a serem desempenhadas pelo Estado. Este processo não é unilinear nem definitivo. Ele se redefine em cada conjuntura histórica. Dependendo do desenvolvimento das forças materiais, do projeto de classe, do nível de correlação de forças predominantes no período, exige-se uma maior ou menor intervenção do Estado na organização da sociedade e, mais especificamente nas políticas sociais.

CAPÍTULO IV - AS AÇÕES DA SOCIEDADE POLÍTICA VOLTADAS À CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ.

4.1. Iniciativas do Estado: Visão Global

Para concretizar a análise das ações da sociedade política, pareceu-nos importante considerarmos, inicialmente, os seguintes pontos:

1) que o projeto de criação das universidades apareceu na agenda do Governo Paulo Pimentel a partir das pressões advindas da sociedade civil, expressas na luta que foi desenvolvida pelas cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, em benefício da criação das suas “universidades regionais”.

2) Além da questão mais ampla da hegemonia, que motivações particulares levaram o Governo Pimentel a criar as três universidades estaduais? Pensamos que aqui devem ser considerados dois aspectos:

a) o Estado teria intenção de reduzir seus gastos com o ensino superior e, como fundações, as universidades poderiam auto-sustentar-se. Até que

ponto o Estado acreditou na redução de gastos com a criação das universidades sob o regime de fundações?

Na **justificativa** apresentada pela **Comissão** de reforma do Ensino Superior, percebemos que a escolha do regime de fundação, deveu-se às determinações da Lei n. 5.540/68, que deixavam à escolha das instituições a opção pela forma jurídica de autarquia ou fundação. A criação de universidades, sob a forma de fundações, possibilitaria, na visão da **Comissão**, a redução dos gastos com o ensino superior. Ao privilegiar esta forma jurídica, o anteprojeto encaminhado estaria em ressonância com uma tendência nacional “de não comprometer o Estado com obrigações rígidas”.

Além do mais, as conveniências na incorporação das isoladas em universidades ou em federação são múltiplas: concentração de recursos, de pessoal, de orientação didático-científica, etc, com eliminação de capacidade ociosa em todos os planos: de pessoal, de alunos, de instalações e de equipamentos. (PARANÁ. SEED. COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1969, p. 2).

b) questão do **clientelismo**, uma vez que este conceito tem sido muito utilizado nos estudos de política educacional, inclusive no período que estamos analisando. Além disso, já apareceu como denúncia em uma das reportagens da Folha de Londrina que citamos no capítulo anterior.

Segundo Lia Zanotta Machado, embora haja configurações diferentes na política de decisões no campo educacional no período de 1961 a 1973, teria predominado no Paraná as decisões de natureza clientelística. Por política clientelística a autora entende:

O atendimento pelo aparelho de Estado a demandas configuradas em seu caráter particularizado, feito como forma de utilização de recursos políticos para o fortalecimento de partidos ou de facções dos ramos Executivo e Legislativo do aparelho de Estado. (1978, p. 142).

Nesta definição, Lia Zanotta Machado se utiliza do conceito de clientelismo definido por Maria do Carmo Campello de Souza:

Deixemos de ver o clientelismo como uma característica específica da política brasileira ou mesmo de um estágio de desenvolvimento para enfocá-lo como uma modalidade de controle sobre recursos políticos, e de sua utilização por organizações políticas (no caso, partidos) que desta forma procuram gerar poder para si próprios e se consolidar como instituições. (MACHADO, 1978, p. 142)¹

A busca do **como** são tomadas as decisões não esgota toda a possibilidade de análise da Política Educacional como um dos momentos da hegemonia. A afirmação de que as decisões no campo educacional são predominantemente clientelísticas responde somente à indagação a respeito da natureza das decisões tomadas, mas não apreende as determinações maiores existentes entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil (aparelhos de hegemonia, entre os quais a escola).

A nosso ver, a tese do clientelismo percebe de uma maneira muito maniqueísta as relações entre o Estado e a sociedade civil, na medida em que o contraponto da política clientelística seriam as decisões racionais, orientadas por critérios técnicos, aparentemente neutros. Sabemos que essa aparência de “neutralidade” é uma das características do Estado moderno e que ela se expressa sob diferentes formas.

Na verdade, o que está em discussão aqui são as formas de expressão da política nas sociedades capitalistas. Pensamos que a tese do clientelismo aplica-se àquilo que Gramsci denomina de **pequena política** (do dia a dia, parlamentar), e não à **grande política** (que compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados).

Em Gramsci, a política tem uma acepção ampla, em que é sinônimo de “catarse”, e uma acepção restrita, que se refere ao sentido usual do termo,

¹ O conceito de clientelismo foi definido por Maria do Carmo Campello de Souza no texto **Estado e Sistema Partidário no Brasil**. São Paulo: USP, 1975 (tese de Doutorado).

ou seja, “conjunto de práticas e de objetivações que se referem ao Estado, às relações de poder.” (COUTINHO, 1981, p.71)

Na acepção restrita, Gramsci distingue, ainda, a grande política da pequena política:

Grande política (alta política), política menor (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredores, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A política menor compreende as questões parciais e quotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em virtude de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma política ... (GRAMSCI, 1980, p. 159)

Além disso, partindo-se da concepção ampliada de Estado em Gramsci, o que se denomina **clientelismo** pode ser visto como uma das manifestações da hegemonia. O Estado, embora sendo um Estado de classe e, neste sentido, defensor dos interesses da classe dominante, não se limita ao Estado “gendarme”. Para manter-se no poder os grupos dominantes têm que conquistar as “trincheiras” da sociedade civil. E as decisões políticas, a nosso ver, fazem parte desta estratégia de conquista e se definem pelas correlações de forças do momento.

A respeito dessas características da ação do Estado, Engels afirma que ele é sempre o Estado da classe dominante e por isso se apresenta como um poder mediador aparente, pois na verdade está a serviço dessa classe. Mas há períodos em que o Estado admite certa independência momentânea no que se refere às classes:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe, e como, ao mesmo tempo, nasceu no meio do conflito dessas classes, é, em regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que, com sua ajuda, se converte também na classe politicamente dominante, adquirindo com isso novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. (ENGELS, s.d., p. 172)²

Mas, esclarece Engels:

² Texto traduzido por Maria Rosemary C. C. Sheen.

Contudo, excepcionalmente, existem períodos em que as classes em luta estão tão equilibradas que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em relação a uma e a outra. (ENGELS, s.d., p. 172)

Engels dá como exemplos desses momentos a Monarquia Absoluta dos séculos XVII e XVIII.

Evidentemente, este não é o caso do Brasil no período que estamos estudando. Pelo contrário, havia nesse momento um acirramento da luta de classes e o Golpe Militar, de 1964, teve a finalidade de redefinir os rumos dessa luta, impondo, pela coerção, o domínio de um segmento das classes dominantes, ou seja, o grupo multinacional-associado.

No entanto, após a conquista do poder a classe dominante procura, também, como afirma Gramsci, ser dirigente. Este movimento pode ser percebido nos momentos de “distensão” da ditadura militar.

O caso da luta pela criação das universidades estaduais do Paraná, por exemplo, permite algumas reflexões nessa direção: pois, como foi demonstrado no capítulo III, parece ter havido uma ampla “liberdade” de expressão por parte das lideranças desse movimento e, inclusive, da imprensa, com a publicação de artigos com forte teor contestatório, como foi o caso da manifestação contrária à transformação da Superintendência do Ensino Superior (SES) em fundação, publicada em 1967.

Mas, ao mesmo tempo em que esse tipo de matéria podia circular livremente, registramos no período 1966-1969, que selecionamos para análise da campanha desencadeada pela **Folha de Londrina** em prol da criação das universidades, inúmeras reportagens noticiando a prisão de estudantes, repressão a movimentos políticos e outras arbitrariedades do regime. Parece-nos, portanto, que o limite da liberdade estava no caráter dos assuntos tratados. Desde que não significassem uma ameaça real ao andamento do Golpe, tudo bem. Aliás, a existência de uma certa “oposição” serviu como elemento legitimador do Estado.

Em algumas das entrevistas que realizamos, afirmou-se que a criação das universidades teria resultado de um ato politiquero de Paulo Pimentel.

Além das questões que já levantamos neste capítulo sobre a complexidade das políticas educacionais, inclusive quando discutimos a questão do clientelismo, consideramos importante ter presente a questão da **subjetividade** na história. Florestan Fernandes, comentando o texto de Engels **Ludwig Fuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã**, destaca as relações entre base econômica e superestrutura; o problema do acaso na história; da aparência de caos na sociedade e dos motivos pessoais e ideais no curso do processo histórico.

Na aparência, a vida em sociedade é um caos, como se a indeterminação imperasse sobre as ações e as relações sociais dos indivíduos. Na realidade, o desenvolvimento da sociedade é regulado por leis gerais internas, o que quer dizer que a sociedade, como a natureza, está submetida à determinação. O acaso reina na superfície. Acima dos motivos pessoais e ideais, que aparentemente dirigem as ações dos homens e sua história, ficam as causas históricas, mais ou menos ocultas e mais ou menos inconscientes, que se transformam naqueles motivos no cérebro dos homens que agem. Por conseguinte, as "forças motrizes" da história refletem dois tipos de componentes dinâmicos. Os motivos pessoais e ideais que parecem ser decisivos, apenas possuem uma importância secundária para o seu resultado final, qualquer que seja a importância deles para o estudo histórico. As causas materiais, que se ocultam por trás daqueles motivos, é que são verdadeiramente "forças dominantes" e permitem explicar, através das ações e das relações dos homens entre si, os acontecimentos e o curso dos processos históricos. (FERNANDES, 1983, p.137)

De acordo com esta interpretação, no caso da Política Educacional do Governo Pimentel, é preciso identificar as **causas materiais** que estariam por trás das motivações pessoais de Pimentel e dos líderes das cidades que sediaram as universidades. Sobre as motivações desses últimos já discorreremos no capítulo III. Procuraremos agora compreender os estímulos da decisão de Paulo Pimentel enquanto Governador.

3) Ações concretas desenvolvidas pelo Estado em relação ao projeto de criação das universidades:

- autorização para o funcionamento de Faculdades Isoladas. Em **1966** foram feitas 14 autorizações;

- discursos em diversas oportunidades prometendo a criação das universidades;
- contatos com os grupos de pressão;
- criação da Comissão de Reforma do Ensino Superior do Paraná;
- criação das comissões locais para os estudos de viabilidade de criação das universidades (no caso, criados pelos prefeitos ou Câmaras Municipais);
- encaminhamento do Projeto à Assembléia Legislativa;
- criação de Faculdades Isoladas em Londrina (Faculdade de Ciências econômicas) e em Maringá (Instituto da Ciências Exatas e Tecnológicas - ICET), para complementar o número de instituições exigidas para que essas localidades pudessem pleitear uma universidade;
- designação de Comissão para elaborar o Plano Básico de Educação - 1970-1975.

4.2. O Processo de Planejamento do Ensino no Paraná

As primeiras iniciativas de planejamento no Paraná são registradas nos governos de Moysés Lupión (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955):

Ainda, retomando ao governo do Estado, Lupión acentua o papel da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado para os trabalhos de planejamento, de modo a levantar (...) os problemas da economia estadual e da máquina administrativa (...) Disto resulta a orientação das práticas administrativas a partir de diversos planos de transportes, hidroelétrico, abastecimento, saúde pública, educação - que visam ao estabelecimento de uma ação racional, eficaz, e presente, tanto na capital como no interior. (Lupion, 1950, 1960; Bento, 1951). Essa ação parte do pressuposto que: toda e qualquer administração deve esboçar, para poder produzir frutos apreciáveis, uma planificação de caráter objetivo, considerando os fins que tem em mira realizar... (IPARDES, 1989, p. 43)

No governo Ney Braga, no início dos anos 60, com o objetivo de organizar “um sistema de ensino ajustado às necessidades quantitativas e qualitativas

do desenvolvimento do Paraná, foram criados dois instrumentos de planejamento: a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação Nacional³ e o Plano Estadual de Educação” (IPARDES, 1989, p. 59).

No governo Paulo Pimentel foram elaborados dois planos de educação: o “Programa de Educação” e o “Plano Básico de Educação - 1970-1975”, mas nenhum desses documentos foi aprovado pelo Governador⁴.

No período de 1968-1970 estimulou-se no Paraná a realização de diversos eventos ligados ao planejamento da educação:

- encontros regionais sobre o planejamento da educação, organizados pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)⁵;

- designação de Comissão para elaborar o Plano Básico de Educação - 1970-1975. Decreto n. 10.213/1968;

- instituição de uma Comissão para realizar estudos para a reforma do ensino superior do Estado do Paraná (Decreto n. 14.923 de 1 de abril de 1969);

- I SENPAR (Simpósio de Ensino do Paraná) - Decreto n. 17.145 de 5 de novembro de 1969.

O I SENPAR teve como objetivo “discutir os resultados obtidos nas atividades educacionais desenvolvidas, conscientizar professores para as

³ Pensamos que os autores do texto do IPARDES querem referir-se à Lei do Sistema Estadual de Ensino (Lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964), assinada por Ney Braga, Governador do Estado e Véspero Mendes, secretário de Educação e Cultura. Súmula da Lei: Estabelece o sistema estadual de ensino. Esta lei foi decretada em atendimento ao disposto no Art. 11 da Lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional): “A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei.”

⁴ De acordo com José Silvério Bahia HORTA, a idéia de planejamento da educação associada ao planejamento econômico e social começou a fazer-se presente no Brasil desde a década de 1960. Conf. o texto do autor, **Liberalismo, democracia e planejamento educacional no Brasil**.

⁵ A SUDESUL foi criada pelo Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira do SUDOESTE DO PAÍS. O decreto mencionado modificou a estrutura jurídica e os objetivos desta Superintendência. A Lei n. 5.365, de 1 de dezembro de 1967, alterou sua área de atuação, passando esta a ser constituída pela totalidade dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

reformulações de ensino que se fizerem necessárias e recomendar medidas para sua implementação” (art. 2 do Decreto n. 17.145/ 69) e teve como temário:

Tema 1- Administração e Financiamento da Educação;

Tema 2- Ensino Fundamental e Formação do Magistério;

Tema 3- Ensino Médio e Profissional;

Tema 4- Ensino Superior;

Tema 5- Educação Especial;

Tema 6- O Contexto Cultural e a Educação.

Nos itens seguintes analisaremos duas das iniciativas citadas que nos pareceram oferecer maiores subsídios para o estudo que estamos realizando: o Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Superior e o Plano de Educação - 1970-1975.

4.3. Relatório da Comissão de Reforma Do Ensino Superior.

A Comissão de Reforma do Ensino Superior do Paraná, foi instituída pelo Decreto n. 14.923, de 1 de abril de 1969⁶ (e Portaria n. 3.429, de 9 de maio de 1969 e n. 2.625/69), por solicitação da Secretária de Educação e Cultura. Tinha por finalidade, realizar os estudos “necessários à reforma do ensino de nível superior do Estado, em face da Lei Federal n. 5.540/68 de 8 de novembro de 1968”. (PARANÁ. Decreto n. 14.923/69, Art. 1^o).

⁶ Não há consenso em relação à data de publicação deste decreto, uma vez que no texto da **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino**, mencionava-se a data 1 de abril de 1969, enquanto que na “Justificação” (SIC), encaminhada pela Comissão ao Governador do Estado, é mencionada a data de 12 de abril de 1969.

A referida **Comissão** foi composta pelos seguintes membros: Cândido Manoel Martins de Oliveira (presidente, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura)⁷; Ubiratan Borges de Macedo (relator e superintendente do Ensino Superior); Fernando Machuca (Ponta Grossa); Flávio Pasquinelli (Maringá); Octávio Mazzioti (Londrina); Guido Arzua (C.E.E.); Maria de Loudes Zanardini de Camargo (UFPR).

Como resultado de seus trabalhos, a **Comissão** encaminhou ao Governador Paulo Pimentel um anteprojeto de lei através do qual ficava o Poder Executivo autorizado a criar as Universidades Estaduais de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa, e uma Federação de Escolas em Curitiba. O anteprojeto foi acompanhado de uma “justificação” por meio da qual os membros da **Comissão** apresentam suas ponderações acerca da proposta encaminhada. O destaque de algumas dessas ponderações poderá nos auxiliar na compreensão da perspectiva a partir da qual foi pensada a reforma do ensino superior do Paraná⁸.

Em primeiro lugar, chamou-nos a atenção a rapidez com que a **Comissão** concluiu seus trabalhos: foi constituída em **abril de 1969** e apresentou seu relatório no dia 29 de **julho** do mesmo ano, o que parece ser indício de que as linhas mestras da reforma do ensino superior já estavam estabelecidas. O parágrafo final da **justificativa** nos dá uma indicação da motivação que teve o Governador Paulo Pimentel para organizar esta **Comissão**, muito embora a solicitação para realização deste ato tenha partido da Secretária Estadual de Educação:

*Queríamos reiterar nossa admiração por Vossa Excelência, pelo sentido que suas palavras nos deram ao nos encomendar esta reformulação do Ensino Superior, para adequá-lo ao imperativo da **promoção humana**, acesso da **cultura a todos** e ao **programa tecnológico** do Paraná. (PARANÁ.SEED., COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1969, p. 6, sem grifos no original).*

⁷ Foram secretários de Educação do Governo Paulo Cruz Pimentel: Lauro Rêgo Barros; Carlos Alberto Moro, Cândido Martins de Oliveira e Nelson Fanaya.

⁸ Neste item nos deteremos apenas na análise da justificativa. O anteprojeto será abordado no capítulo V.

Uma das primeiras argumentações da **Comissão** foi esclarecer que não tinha planejado toda a reforma que era esperada, por ser esta muito mais ampla do que o conteúdo de suas recomendações:

É bem de ver que o anteprojeto de Lei não constitui a reforma pretendida, que é muito mais ambiciosa e ampla, mas é um dos toques mais relevantes dela. Assim, deliberou a Comissão, para atendimento à urgência com que se deverá iniciar a implantação dos entes em causa, - já que o procedimento legal para a cabal efetivação das medidas é longo e laborioso - destacar os tópicos do quadro geral de sua tarefa. As sugestões subseqüentes, embora não despidas de realce, terão estampa meramente disciplinadora e atualizante das leis estaduais vigentes, agora sob pressão de ordenamentos mais altos das esferas federais.(PARANÁ. SEED. COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1969, p. 1).

A reforma esperada não pode, pois, ser realizada, devido à **urgência** em se implantar as instituições previstas no anteprojeto, o que vem corroborar nossa afirmação anterior acerca de decisões preexistentes sobre a Reforma a ser empreendida.

A proposta de criação das Universidades Estaduais e da Federação de Escolas Superiores de Curitiba foi justificada por duas ordens de razões: a) exigências da Lei 5.540/69, que dava preferência à forma organizacional universitária para expansão do ensino superior no Brasil, admitindo os estabelecimentos isolados como exceção em um período de transição (Art. 8º e parágrafo único do mesmo artigo)⁹; b) condições sócio-econômicas e educacionais das cidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba.

Em relação à segunda das razões apontadas, vejamos como ela aparece justificada pela própria **Comissão**:

⁹ Art. 8º da Lei n. 5.540/68: "Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a Universidades ou congregar-se com estabelecimentos da mesma localidade ou localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento." Parágrafo único deste artigo: "Os programas de financiamento do ensino superior considerarão o disposto neste artigo."

Aliado a esse império¹⁰, os elementos colhidos pela Comissão relativamente aos distritos geo-educacionais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba, revelam a possibilidade da instituição das universidades mencionadas e da federação de escolas superiores em Curitiba. Nos centros referidos há estabelecimentos isolados de ensino superior em condição de corresponder às formulações da Lei n. 5.540.” (PARANÁ. SEED. COMISSÃO DE REFORMA DE ENSINO SUPERIOR, p.2).

Curitiba, no entanto, só comportava uma federação de escolas:

Desde que em Curitiba não se encontrou situação ótima para ir-se à forma de Universidade, a intermediária da federação se presta a uma preparação para futura Universidade Estadual em Curitiba. E se o objetivo teleológico é esse, a estrutura da fundação de direito público para essa federação pareceu ser a mais adequada. (PARANÁ. SEED. COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1969, p.5).

Quanto ao **regime jurídico**, foi escolhida a forma de **fundação** tanto para as universidades a serem criadas, como para a federação de escolas e para os estabelecimentos isolados, pelas seguintes razões:

*Ao lidador da disciplina publicista, fácil será a percepção de que AUTARQUIA DE REGIME ESPECIAL é figura inovada e sem tradição na administração pública do País. A revés, a **fundação**, quer pela destinação natural, quer pela afinidade com institutos de igual natureza em todo o mundo, cabe exatamente na hipótese dos entes de objetivo cultural e de ensino. Os tratadistas mais estimados em Direito Administrativo já gizaram todas as coordenadas da **fundação de direito público**, de modo que as dúvidas nessa área hoje já estão minimizadas ...*

*Deste modo, cabendo, como cabe, ao Governo do Estado, fazer a opção para suas escolas entre autarquias e fundação, afigurou-se à Comissão como forma ideal e desejável a **fundação** e, assim, formulou a sugestão.” (PARANÁ. SEED. COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1969, p.3, grifos no original.)*

Como consequência da escolha pela forma jurídica fundação, decidiu-se que os **servidores** das instituições a serem criadas deveriam ser regidos “pelas normas da legislação trabalhista” (p. 3), como fica descrito na citação a seguir:

¹⁰ Refere-se às determinações da Lei n. 5.540/68, já comentada.

*Erigidas em fundação, mantidas com patrimônios e dotações provenientes do Poder Público, as pretendidas universidades e federação não poderiam escolher livremente outro regime legal para seu pessoal, que não o das leis trabalhistas. A lei, na hipótese, consagra uma tendência geral do País, que é de **não comprometer o Estado com obrigações rígidas**, a par de oferecer ao servidor a mesma ou maior segurança de trabalho e remuneração.”(p. 4)*

Parece que a associação entre “fundação de direito público” e subordinação dos servidores das universidades e dos estabelecimentos isolados às normas trabalhistas, tinham um objetivo claro, qual seja, o de reduzir as despesas do Estado com educação. Daí a preocupação da **Comissão** em homogeneizar a forma jurídica dos diversos estabelecimentos isolados de ensino superior, “hoje algo tumultuada com a coexistência de regimes jurídicos diversos nas Faculdades Estaduais.”¹¹(p. 6)

E, para colimar essa racionalização da administração do ensino superior, a **Comissão** propôs a transformação de Superintendência do Ensino Superior em **autarquia** e

redefinir seus objetivos de vez que os inscritos na sua lei estão implicitamente revogados pela Lei de Diretrizes e Bases e pela criação do Conselho Estadual de Educação. Passa agora, a ser uma autarquia de controle administrativo e financeiro, além de assessorar as escolas, mantendo programa de aperfeiçoamento de pessoal docente. (p.6)

Já vimos no capítulo anterior a reação das faculdades isoladas e da imprensa quando se procurou transformar a Superintendência do Ensino Superior (SES) em fundação. A escolha, agora, de sua transformação em **autarquias** foi um recuo diante da oposição encontrada em relação à fundação? O texto do relatório não nos permite maiores esclarecimentos a esse respeito, mas esta é uma questão muito importante em termos da fixação de diretrizes da política educacional.

Uma última sugestão, feita pela **Comissão** e que se apresentava como uma medida de grande alcance para o desenvolvimento do ensino superior no Paraná, foi a criação de um “Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa”, a ser regido pela

¹¹ O Conselho Estadual de Educação foi criado pela Lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, a qual estabeleceu o Sistema Estadual de Ensino. (FUNDEPAR, 1968, p. 37-74).

Autarquia em que seria transformada a SES. Veremos, quando da análise do anteprojeto na Assembléia Legislativa, os rumos seguidos por essas diversas sugestões.

4.4. Plano Básico de Educação: 1970-1975.

Nossa intenção neste item é analisar como se situava o ensino superior no Paraná no contexto mais amplo do planejamento da educação, no momento em que se elaborava o Plano Básico de Educação - 1970-1975. Nesta análise consideramos importante procedermos à identificação das metas e propostas básicas do Plano; o tratamento dado aos diferentes níveis de ensino e as propostas específicas para o ensino superior.

A consideração das propostas contidas no Plano nos parece importante na medida em que, por ter sido este documento o resultado de uma ação da sociedade política, seu conteúdo pode nos esclarecer sobre elementos fundamentais relacionados à questão da Política Educacional como momento da hegemonia.

Muito embora o "Plano Básico de Educação 1970/75" não tenha sido aprovado pelo Governador, acreditamos que ele exerceu muita influência nas medidas posteriores que foram tomadas no que se refere ao sistema estadual de ensino e, especialmente, em relação às universidades. Além disso, o próprio fato de não ter sido aprovado pode ser um fator heurístico de grande importância, principalmente na identificação do tipo de política educacional seguida por Paulo Pimentel. Ou seja, ao mesmo tempo em que este declarava, no plano do discurso, sua adesão às modernas técnicas de administração, como o planejamento, ao mesmo tempo em que incentivava a realização dessas atividades, não aprovava os seus resultados.

José Silvério Bahia Horta, considera o planejamento educacional “como uma forma, entre outras, de intervenção do Estado em educação, com vistas à implantação de uma determinada política educacional, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir as funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (1975, p. 9). Por isso, para Horta, o planejamento educacional é um “campo privilegiado, no qual manifestam-se mais claramente as ligações existentes entre educação e sociedade”. (1975, p. 14)

Esta ligação pode ser apreendida no caso do Plano Básico de Educação 1970/1975, na justificativa apresentada pela equipe, bem como na concepção de planejamento e de política educacional ali expressa.

O Plano Básico de Educação - 1970/1975 teve uma comissão inicial designada pelo Decreto n.10.213 de 21 de maio de 1968, com um total de 28 membros distribuídos nos seguintes grupos de trabalho:

- a- Coordenação geral;
- b- Assessoria especial;
- c- Grupo de Estatística e Projeções;
- d- Grupo Pedagógico;
- e- Grupo de Economia e Finanças.

A supervisão geral dos trabalhos ficou a cargo de Jacques Torres, da UNESCO, e de peritos do IPEA. Não tivemos notícias do funcionamento desta comissão. Quem acabou elaborando o plano em 1969 foi uma outra comissão (que manteve alguns membros da primeira), nomeada pela Portaria n.2.451 de 8 de março de 1969, num total de 17 membros, assim distribuídos:

- a- equipe central: Ada Montrucchio Gineste, Divonzir Arthur Gusso, Sarah Sartori, Zélia Melléo Pavão e Janete Alberge;
- b- equipe auxiliar (6 membros);
- c- equipe de apoio constituída por pesquisadores da assessoria de sociologia da FUNDEPAR (6 pessoas).

4.4.1. As bases teóricas do Plano Básico de Educação - 1970-1975.

Na introdução do Plano, chama-se a atenção para o crescimento e a complexificação das necessidades educacionais do Paraná decorrentes do processo de desenvolvimento vivido por este Estado, o que estaria a exigir a adoção de modernas técnicas de planejamento e coordenação administrativa, assim descritas:

Mas não um planejamento de gabinete, isolado da vivência cotidiana dos executores de um plano. A natureza do próprio processo educacional exigia uma tomada de posição e uma análise crítica que conduzisse a soluções pragmáticas e, ao mesmo tempo ambiciosas e como antevisão do futuro. E, mais do que isso, ainda, que fosse elaborado um plano a partir da experiência e das expectativas de cada membro da comunidade educacional do Estado. E que também fosse incorporado ao sistema como uma atitude permanente, contínua, uma vez que os problemas educacionais somente podem ser resolvidos em prazos mais longos, dada a própria característica de se desenvolver em períodos anuais e em ciclos de quatro e quatro anos ou mais. (p. 3)

O plano deveria, na visão de seus elaboradores,

resultar de um consenso e de uma assunção de responsabilidades; pois as medidas que se fazem necessárias para a condução de um processo de modernização e de melhoramento do ensino não constituem tarefas fáceis e de resultados imediatos. Implicam, inclusive, em mudança de atitudes, de comportamento, de valores, que se consolidaram com o tempo. Assim, cada região, cada município, cada estabelecimento, deverá extrair deste conjunto de diretrizes, os subsídios necessários para orientar sua ação em seus respectivos âmbitos. E também deverá trazer sua experiência, suas sugestões, para que o plano possa ser continuamente revisto e adaptado às novas circunstâncias". (p. 3)

Ideologicamente, o plano se coloca na perspectiva que concebe a educação como fator de desenvolvimento:

A partir do momento em que é aceito tratar-se a educação de um processo social dependente do nível geral de desenvolvimento de uma sociedade e, também, destinado a atuar sobre a condução deste mesmo processo, torna-se necessário encarar a intervenção sobre ela como um novo processo social. Um processo de mudança sócio-cultural. (IV- 2)

... a motivação de uma reforma da educação não é a decisão ou a vontade deste ou daquele agente em particular, mas as exigências objetivas colocadas pelo desenvolvimento da sociedade a que a educação deverá servir.

Contudo, uma e outra concepção dos fins a atingir levam a extremos teóricos que a própria realidade recusaria; nem se pretende uma educação válida por si mesma, nem uma educação meramente profissionalista, que não poderiam validamente ser entendidas como educação num sentido de fator de desenvolvimento social. Isto é, numa perspectiva ao mesmo tempo humanística, técnica e de auto-definição histórica para a sociedade. (IV- 7)

Essa concepção da educação como fator de desenvolvimento era dominante no Brasil, na década de 1960, não só entre os estudiosos da educação como entre governantes e aparelhos ideológicos como o IPES. E o governo Paulo Pimentel expressava bem essa concepção, como demonstramos no capítulo II.

José Silvério Bahia Horta afirma que no período de 1956-1960 surge toda uma teorização em torno das relações entre educação e desenvolvimento. Essa teorização não foi homogênea podendo-se identificar tendências opostas:

a- afirmação de que o desenvolvimento econômico deveria ser buscado primeiramente, pois traria como conseqüência necessária o desenvolvimento educacional;

b- afirmação no sentido contrário, de que a educação “era pré-condição essencial para o desenvolvimento econômico, só havendo desenvolvimento econômico se houvesse antes desenvolvimento educacional”.

Em torno dessas duas posições extremas, desenvolveram-se diversas concepções sobre a relação entre desenvolvimento e educação. Na década de 50, um dos organismos em que se produziu toda uma teorização relativa a este tema, foi o **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)**.

No caso do Plano que estamos analisando, foi a partir da concepção da educação como **fator** e **produto** do desenvolvimento que foram analisadas as reivindicações das comunidades do interior por mais escolas:

Quando as reivindicações de instalação de um ginásio ou escola normal chegam à administração central do sistema- e quando se torna uma aspiração generalizada das comunidades do interior - não se está diante de um capricho localista, mas é resultado de um sentimento de necessidade de alcançar níveis maiores de educação (...). E não é por outro motivo que estas reivindicações por escolas médias e até por faculdades surgem em núcleos mais urbanizados. E em regiões mais dinâmicas. (IV- 2)

Os autores do Plano relacionavam as mudanças que estavam se operando no Paraná com o processo em curso no país como um todo:

Por outro lado, o movimento geral de desenvolvimento do país acarretou a aceitação de novos valores, entre os quais o da desejabilidade de padrões de vida comparáveis aos desfrutados pelos habitantes dos centros urbanos mais avançados do país. E com estas aspirações veio a consciência de que se torna necessário promover um processo de dinamização econômica, de industrializar-se, de modernizar e integrar a agricultura nos padrões de desempenho das regiões mais dinâmicas do país. (p. 2)

E para promover esse processo de modernização, a educação passou a ser encarada como um requisito indispensável:

a ascensão social, o acesso a maiores oportunidades, o desejo de melhor informar-se e compreender o mundo atual, colocou em primeiro plano a exigência de mais escolas. E, sobretudo, de que a escola fosse um instrumento eficiente de promoção social. (p. 2)

Essa visão de educação e de planejamento tinha como base a crença na racionalização do processo educativo através do recurso às modernas técnicas administrativas. Daí a concepção de Política Educacional que informava o trabalho do grupo:

Daí que se deva partir de um conceito mais aprofundado do que seja Política Educacional. E em primeiro lugar entendê-la como um processo; vale dizer como ação complexa, resultante de várias forças sociais concorrentes ou divergentes, dirigidas para o alcance de objetivos mais ou menos definidos em cada momento. Caracteriza-se pela 'Intencionalidade' dos grupos sociais que sobre ela atuam e, principalmente, pela capacidade relativa de que dispõem para influir sobre os rumos assumidos pela educação. Assim, os agentes formuladores da Política Educacional não são somente os dirigentes governamentais, mas cada grupo ou indivíduo em condições de influir sobre as decisões de governo; e mais, não se dá apenas a nível de ministérios,

secretarias ou prefeituras - enfim, do Governo - mas a nível da comunidade, da região ou do estabelecimento de ensino. (p. IV- 2).

Uma Política Educacional sistemática e tecnicamente elaborada deverá traduzir-se portanto, na utilização de técnicas de planejamento e de investigação educacional, para alcançar satisfatoriamente seus objetivos. Nem é outra a exigência que se faz atualmente de planejar os sistemas... (IV- 4)

4.4.2. As Metas para o Ensino Superior no Contexto das Metas Propostas Para os Outros Níveis de Ensino.

Podemos afirmar que a preocupação prioritária do Plano Básico de Educação era com o ensino fundamental, muito embora se pensasse na reorganização do sistema estadual de ensino como um todo. Em termos de diagnóstico, levantaram-se dados apenas em relação ao ensino fundamental. Também as medidas propostas, como veremos a seguir, enfatizam este nível de ensino.

Nos objetivos gerais, por exemplo, é afirmado o seguinte:

... é possível afirmar, com certa segurança, seja qual for a função social e econômica reservada para esta região nos próximos anos, que uma educação básica de oito anos pelo menos, correspondendo a um nível médio de primeiro ciclo melhor estruturado em face do universo cultural contemporâneo, será requisito mínimo para a promoção do desenvolvimento. E, mais importante, o sistema atual de educação dispõe de potenciais e virtualidades que tornam viáveis estes mínimos em prazo não muito longo. (IV- 7)

De acordo com os dados apresentados, foi na década de 60 que se deu uma definição mais clara da rede escolar do Estado do Paraná. Devido ao intenso processo de urbanização vivido pelo Estado, aumentou significativamente a demanda por educação. No entanto, o Estado não dispunha da infraestrutura necessária à expansão tanto no que se refere aos recursos físicos (como escolas, por

exemplo), quanto aos recursos humanos qualificados. Em 1968, apenas 32 % do quadro do magistério médio possuía licenciatura¹²:

No ensino médio, que de acordo com as exigências legais deveriam ser formados professores nas Faculdades de Filosofia, em 1968, no Paraná, apenas 32 % do quadro do magistério desse nível de ensino possuía licenciatura; 11,5% tinha formação em outros cursos superiores e 54,3% tinha formação apenas a nível de 2º ciclo.

Esta necessidade de recursos humanos qualificados para o sistema de ensino paranaense será muito enfatizada no Plano, não só em termos do quadro de professores mas também de especialistas para a administração do ensino.

Outro aspecto também destacado era a necessidade de qualificação de recursos humanos que pudessem dar sustentação ao processo de desenvolvimento vivido pelo Estado. Muito embora não se dispusesse naquela ocasião de dados mais precisos sobre diversos aspectos do processo de desenvolvimento de Estado, como dados relativos à evolução e estrutura de sua população, essa necessidade de recursos humanos qualificados vinha sendo sentida na prática. Aliás, como já afirmamos neste trabalho, também nas Mensagens Governamentais, deixou-se bastante clara esta visão de que o Paraná, para desenvolver-se, teria que investir na qualificação de recursos humanos.

A qualificação do corpo docente, afirmada como prioritária no Plano, foi objeto de programação no subprograma 1.3.2.- Reestruturação do Corpo Docente. Este subprograma é importante para demonstrar que o projeto de criação das universidades estaduais estava relacionado ao projeto mais amplo de desenvolvimento do Estado, principalmente à necessidade de formação e especialização de recursos humanos para atuarem no sistema estadual de ensino.

A idéia de desenvolvimento expressa no Plano estava associada às noções de uma sociedade modernizada, dinâmica e diferenciada. Idéias muito presentes: desenvolvimento, modernização, regionalização, qualificação de recursos

¹² Nos decretos que instituíram as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, aparece como uma das finalidades dessas instituições, a formação de professores para a escola fundamental.

humanos para sustentar o processo de desenvolvimento do Estado, integração ao mercado de trabalho.

Em relação às medidas propostas para o ensino fundamental, observamos que muitas delas antecipavam a reforma do ensino médio a ser proposta pela Lei 5692, de 1971. Por que essa sintonia? O grupo responsável pela elaboração do plano tinha acesso aos estudos que estavam sendo feitos na esfera federal? Esses estudos já estavam sendo divulgados? Aliás, na dissertação de mestrado já chamávamos a atenção para o fato de que o Estado do Paraná parecia antecipar-se, em muitas ocasiões, às reformas educacionais que seriam promovidas pelo Governo Federal.

Sintetizando o diagnóstico feito para o ensino fundamental do Estado, podemos dizer que ele incluía, além da necessidade de recursos humanos qualificados e de infraestrutura, os aspectos seguintes:

a- sistema organizado simplificadaamente, sem a especialização de funções prevista tanto na Lei 4024/61 como na lei do sistema estadual de ensino.

O sistema educacional do Paraná está organizado muito simplificadaamente. Na sua essência, constitui-se ainda a partir do binômio professor-aluno; o que significa estar muito pouco diferenciado e especializado internamente. (III - 5)

Também nas propostas de reforma administrativa (subprograma 1.1.1.) estavam muito presentes no Plano as idéias de “divisão do trabalho” e de “especialização de funções”.

b- sistema pouco descentralizado;

c- deficiências nas administrações municipais;

d- má distribuição de escolas (problema da regionalização);

e- períodos escolares curtos (menos de quatro horas diárias) em muitas escolas;

f- existência de casas escolares e escolas isoladas;

g- problemas de currículos;

h- pedagogia atrasada.

Desses problemas o grupo de planejadores deu maior ênfase à questão da **administração do ensino**; mais especificamente, à especialização de funções como as de planejamento, orientação, controle, direção e inspeção. Esta ênfase vai se refletir posteriormente na proposição de metas muito voltadas para a organização do sistema no plano administrativo, com a complexificação e especialização de funções em diversos níveis. Para o grupo, essa complexificação de funções deveria responder às necessidades colocadas pelo processo de desenvolvimento do Estado.

Consideramos este ponto importante e bastante questionável. Pensamos que o grupo de planejadores assumiu, como sendo a necessidade fundamental do sistema de ensino paranaense, sua especialização e burocratização. Até que ponto essa visão orientou a Política Educacional do Estado? Até que ponto o sistema se estruturou de acordo com essa visão? Como ela foi produzida e se tornou hegemônica?

Entendemos que essa visão expressa a crença na tecnificação e especialização do sistema como saída para enfrentar os dilemas educacionais do Paraná. Mas o grupo conseguiu realmente identificar esses dilemas?¹³ É importante lembrar que na época estava em vigor a Lei 4024/61 que atribuía aos Estados a faculdade de organizarem seu próprio sistema de ensino.

Outro aspecto que recebeu uma atenção especial do grupo foi a superação da “pedagogia atrasada”. Para os planejadores a “pedagogia vigente seria aquela implícita nos valores e atitudes do professor”. A inserção de novos valores deveria ocorrer não apenas entre docentes mas atingir também “aos agentes indiretos do processo educativo: administradores escolares, funcionários, técnicos, dirigentes, etc...” (IV - 1)

¹³ Ver a esse respeito o seguinte texto do sociólogo Florestan Fernandes. Os dilemas educacionais brasileiro. In: FORACCHI, Marialice e PEREIRA, Luiz. **Educação e Sociedade**. Leituras de Sociologia da Educação.

Em função desse diagnóstico, que não incluía nenhuma observação sobre o ensino superior, o Plano propunha três tipos de política:

1- Política de Correção do Sistema: voltada para prover o sistema de melhores padrões administrativos; assegurar mecanismos amplos e profundos de orientação e avaliação; eliminação de pontos de estrangulamento no fluxo escolar; atualização dos conteúdos culturais e sociais da escola fundamental; melhor produtividade e distribuição de recursos humanos, físicos e financeiros; atender às necessidades de formação da força de trabalho.

2- Política de Expansão: “visa a completar a oferta geográfica de serviços educacionais, promovendo a expansão da rede de escolas e centros de treinamento a todos os pontos do Estado, principalmente nas áreas de colonização mais recente ou de crescimento muito acelerado”. (IV- 9)

3- Política de Extensão: “visar-se-á o aprofundamento das oportunidades educacionais, levando à população de 14-20 anos de idade formas educacionais compatíveis com suas aspirações intelectuais e ocupacionais e com as necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento em geral”. Esta política visava também abrir oportunidades de reescolarização aos adultos.

A prioridade seria para a **Política de Correção**, uma vez que os planejadores entendiam que as outras duas seriam dela decorrentes: “... as demais serão viabilizadas à medida em que a política de correção seja implementada”. (IV - 9)

Esta afirmação também pode ser corroborada pela consideração do objetivo geral n. 2:

Promover uma ordenada e coerente expansão vertical do sistema, aproveitando ao máximo os escassos recursos disponíveis para os níveis colegial e superior de educação, enquanto durar a implantação dos mecanismos de escolarização fundamental e obrigatória. (p. 16- R1)¹⁴

¹⁴ Esta questão da determinação dos recursos para o ensino fundamental continua até hoje o fazer parte do discurso do Governo para justificar o arrocho sobre as universidades. Constituir-se-ia um imponente tema de pesquisa explicar a permanência desse discurso como arma ideológica, mantendo-se, assim, sua capacidade de funcionamento e de obtenção do consenso.

Como afirmamos, anteriormente, nos diagnósticos não se faz menção ao ensino superior. Também na programação, nos objetivos, o ensino superior aparece apenas de forma indireta: “a continuidade do processo educacional através de um sistema de aprofundamento cultural e de formação básica para a profissionalização e de acesso aos níveis superiores de ensino”.

A menção direta ao ensino superior, em termos de programação, se faz na **Política de Expansão**. No entanto, analisando-se o conjunto de programas e subprogramas do Plano percebe-se que o ensino superior teria uma função extremamente estratégica a desempenhar na expansão e melhoria do sistema estadual de ensino. Vejamos um pouco mais detalhadamente esta questão:

a- Pelas metas analisadas percebe-se que embora a preocupação prioritária do Plano fosse com o ensino fundamental, havia uma visão integrada do sistema educacional como um todo e da interrelação que deve existir entre os diversos níveis de ensino. Em quase todos os programas e subprogramas previa-se a contribuição dos Institutos de Educação e das “universidades regionais” na superação dos problemas do sistema, especialmente no que se refere à formação de recursos humanos.

O que se pretendia realmente com essa idéia de regionalização? Ordenar a expansão do ensino superior no Estado evitando a proliferação de novas unidades de ensino superior? O Plano não apresenta dados para responder a essa indagação, pois não foi feito diagnóstico para este nível de ensino e nem foram apresentadas justificativas detalhadas das medidas propostas.

b- Nas medidas previstas para a “política de correção do sistema”, caberia aos estabelecimentos de ensino superior a função de colaborar no recrutamento e treinamento de pessoal para o sistema; o oferecimento de cursos curtos de formação; realização de estudos sobre a realidade do sistema educacional; realização de estudos e pesquisas sobre novos métodos e técnicas educacionais; ajustamento dos programas de ensino às características regionais. As IES

desempenhariam esse papel juntamente com os Institutos de Educação. Alguns exemplos:

- "... estes centros¹⁵ poderão funcionar junto aos Institutos de Educação e/ou Universidades Regionais, recrutando pessoal habilitado em nível pós (sic) ou superior”;

- “acionamento dos Institutos de Educação e Universidades Regionais, para a formação e treinamento em cursos ‘curtos’ ou sistemáticos desses elementos”;

- “A partir dos projetos, localizar e definir escolas experimentais e de demonstração, em comum acordo com os Institutos de Educação, cursos de formação do magistério e Universidades e Faculdades”.

Também na “política de expansão” e na “política de extensão” atribui-se um papel fundamental às IES revelando a existência de uma visão integrada do sistema estadual de educação. Mas a referência específica ao ensino superior na programação aparece como “política de extensão” no subprograma 3.4.- regionalização e reestruturação do ensino superior.

Foram propostos três objetivos para a programação do ensino superior:

a- adaptação à Reforma Universitária: “promover a adaptação dos estabelecimentos de ensino superior do Estado à Reforma Universitária preconizada pelo Governo Federal” (V- 28);

b- racionalização: “racionalizar o sistema estadual de ensino superior, visando uma aplicação mais eficiente dos recursos disponíveis, a adoção de padrões mais elevados de ensino e pesquisa e a criação de condições necessárias à sua ordenada expansão” (V- 28);

c- distribuição segundo o zoneamento cultural do Estado: “distribuir as oportunidades de ensino superior segundo um zoneamento cultural do

¹⁵ Refere-se aos Centros Regionais de Educação previstos no Plano.

Estado, visando a atender cada região na medida de suas potencialidade e necessidades” (V- 28).

Para alcançar esses objetivos foram indicadas as seguintes medidas:

1- “propor ao órgão competente, a divisão do Estado em 4 distritos geo-educacionais: **Sul**, com a Universidade de Ponta Grossa e a Federação de Escolas Superiores de Curitiba e uma unidade isolada - Faculdade de Filosofia de União da Vitória; **Norte Novo** com a Universidade de Londrina e duas unidades isoladas: em Jacarezinho; **Nordeste** com a Universidade de Maringá; **Sudoeste**: área reservada para expansão futura, quando o permitir o desenvolvimento dos outros graus de ensino”.

A idéia de **regionalização** perpassa todo o Plano, muito embora esteja mais explícita nos objetivos. Ela se refere a todos os níveis de ensino, não se limitando apenas ao ensino superior. Fica clara a intenção de instalar as universidades em regiões mais desenvolvidas do Estado. O Sudoeste, embora pensado como distrito geo-educacional, não tinha, de acordo com os planejadores, as condições exigidas para a criação de uma universidade regional. Entre essas condições o Plano menciona apenas o “desenvolvimento dos outros graus de ensino”. (V-29)

2- “Instalar três Universidades Regionais, uma em Londrina (incorporando Apucarana e Cornélio Procópio), outra em Maringá, outra em Ponta Grossa (incluindo Guarapuava)”. (v-29)

3- “Fixar como orientação primordial das Universidades Regionais, a formação de professores especialistas para a rede estadual de ensino. Como segundo objetivo, a formação de profissionais no campo das ciências biológicas em Ponta Grossa e Londrina; para suprir a deficiência de atendimento à demanda e à formação de profissionais nas ciências exatas e tecnológicas em

Maringá. Dentro deste, as Faculdades de Educação, nos moldes do parecer 252/69, do Conselho Federal de Educação são o fulcro dessas Universidades”. (V- 29)

Em termos da expectativa quanto à expansão da oferta de ensino superior, o próprio Plano apresenta um dado que deve ser considerado:

Primeiro a escolinha isolada ou o grupo escolar; logo o ginásio e quase sempre, mais recentemente, sua escola normal e o curso de contabilidade.
(p.2)

Em termos mais amplos, este ponto deve ser considerado no contexto de desenvolvimento do Estado que passava de uma economia de extração e exportação, para uma economia diversificada, iniciando a industrialização.

4- “Limitar a expansão de Ensino Superior até a efetiva instalação e equipamento das Universidades Regionais”.

A previsão dessa medida parece corroborar a hipótese parcial com a qual estamos trabalhando, e que afirma que a criação das universidades estaduais definiria a forma de atuação do governo do Paraná nesse nível de ensino.

5- “Acionar amplo programa de treinamento do pessoal docente do ensino superior e iniciar o estímulo à pesquisa científica e tecnológica através do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa da Superintendência do Ensino Superior”. (v- 29)

6- “Instalar a Federação das Escolas Superiores de Curitiba orientando-a para suplementar a atividade das universidades sediadas em Curitiba no campo artístico, desportivo e formação de especialistas para o ensino público”. (v- 29)

7- "Homogeneizar o regime jurídico das escolas superiores estaduais, passando todas à Fundação de Direito Público com seu pessoal em exclusivo regime de legislação de trabalho". (V- 29)

E interessante constatarmos que as medidas propostas para o ensino superior correspondem às mesmas medidas que foram sugeridas pela Comissão de Reforma do Ensino Superior, excetuando-se alguns aspectos, tais como: a definição da especialização de cada universidade regional; a definição das finalidades dessas instituições e suas contribuições para o sistema estadual de ensino. Pelas datas dos instrumentos legais que designaram os dois grupos, percebe-se que eles trabalharam paralelamente: a Comissão de Reforma do Ensino Superior foi designada em **abril** de 1969 (Decreto n. 14.963); a Comissão responsável pela elaboração do plano teve sua organização definida em **março** o mesmo ano.

CAP. V - A ELABORAÇÃO DA HEGEMONIA NO PODER LEGISLATIVO: A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ.

“O fenômeno é mais rico do que a lei (...) e por isso a lei, qualquer que ela seja, é estreita, incompleta, aproximativa”. (Lênin)

As discussões em torno do Poder Legislativo e do papel que ele tem desempenhado na formulação das políticas sociais e, entre essas, da Política Educacional, inserem-se no contexto mais amplo das análises em torno da natureza e do funcionamento do Estado representativo-constitucional.

Este Estado, produto das revoluções liberais, pode-se dizer que é um organismo ainda em constituição, com momentos de crise profunda, como o que vive atualmente. Esta evolução e crise são vividas não apenas pelo Estado enquanto organismo social mas também pela teoria que tenta compreendê-lo e explicá-lo: a Teoria Política.

No âmbito da teoria marxista há um esforço não só no sentido de compreender o Estado Moderno mas também de teorizar sobre a sua extinção. Mas esta é uma questão que está longe de gozar de consenso entre os marxistas, indo-se de posições que negam a existência de uma Teoria Política Marxista (e portanto, negam, também, a existência de uma teoria do Estado no âmbito do marxismo), há posições que reconhecem as contribuições que já foram oferecidas neste campo,

desde os clássicos desta tradição (Marx, Engels e Lênin), até as formulações de Gramsci.

Numa posição ou na outra, o ponto importante é o reconhecimento da necessidade de se estudar cientificamente o funcionamento do Estado para que se possa, de um lado, enfrentar os dilemas hoje colocados pelo movimento socialista e, de outro, para que se possa formular de maneira mais adequada as questões relativas à superação da sociedade capitalista. Um desses problemas diz respeito à representatividade que, por sua vez, está relacionada às possibilidades de socialização do poder.

Muito embora a prática da representação seja muito antiga, na sua acepção atual ela resultou do processo de luta contra o abuso do poder (absolutismo) e tem sua base teórica na teoria dos três poderes.

De acordo com esta teoria, o Estado representativo-constitucional se baseia na divisão e na contraposição dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A teoria da divisão dos poderes teve como um dos grandes expoentes, Montesquieu (1689-1755). Como afirma Raymundo Faoro, “a extraordinária influência do livro de Montesquieu - **O Espírito das Leis** (...), atesta um dos momentos altos do constitucionalismo moderno, na implícita sugestão do controle do poder, pelo mecanismo da sua divisão”. (Faoro, 1982, p. 12).

Para Gramsci, a divisão de poderes é o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política em um determinado período histórico. Mas para o pensador sardo nessa divisão, essencial na ideologia liberal, há, na verdade, unidade do poder do Estado. Para ele, os três poderes são igualmente aparelhos de hegemonia, muito embora em medidas diversas:

Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento mais ligado à sociedade civil, o Poder Judiciário entre governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo). Naturalmente os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em diversa medida: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo...” (Gramsci, 1980, p. 107).

Embora exista unidade de ação entre os três poderes, na verdade a relação entre eles tem se redefinido ao longo da história do Estado Moderno, à medida em que foram se ampliando as funções do Estado como um todo.

De acordo com Bertrand de Jouvenel, essa ampliação de funções foi acompanhada por uma expansão do domínio do Executivo. Outros autores colocam a questão em termos de maior ou menor conquista da democracia.

Nelson Saldanha, por exemplo, afirma que “onde quer que se verifiquem movimentos antidemocráticos, o Legislativo cai em recesso: sua função é a de mediador entre a vontade do povo e as decisões do Estado, e isto só é possível sob certas condições, que são as próprias condições da democracia”. (SALDANHA, 1985, p.17).

Afirma ainda este autor: “a crise das liberdades que corresponde historicamente ao que muitos denominam crise do Direito, é também crise do Parlamento e do Poder Legislativo”. (1985, p. 32)

Em países presidencialistas como o Brasil e outros países latino-americanos, tem havido uma crescente predominância do Executivo, cabendo ao Legislativo um papel bastante secundário, salvo algumas exceções, na resolução dos dilemas históricos desses países.

Em muitas matérias, como a educacional, por exemplo, a iniciativa tem estado a cargo cada vez mais do Executivo. Este processo corresponde à forma específica em que se deu a constituição das sociedades nacionais latino-americanas.

Mas, retomando as afirmações de Gramsci a respeito das diferenças de grau dos três poderes como aparelhos de hegemonia, é evidente que o Legislativo, por ser aquele que melhor representa a hegemonia política, é também o poder onde se faz sentir de forma mais aguda as contradições da sociedade e as aspirações dos diversos segmentos societários.

Neste sentido, o estudo da atuação do Legislativo nas diferenças matérias de sua competência, pode ser um importante caminho para se analisar como se processo o encaminhamento da luta pela hegemonia. No caso específico dos ordenamentos referentes à questão educacional, este estudo pode nos oferecer

subsídio para a compreensão do papel do Legislativo na formulação da hegemonia cultural.

Dermeval Saviani afirma que parece ser regra na tradição da legislação do ensino no Brasil que os projetos educativos sejam oriundos do Executivo.

“Em todo esse período desde o final do primeiro império até nossos dias, ressalta a primazia da iniciativa do Executivo sobre o Legislativo em matéria de educação. Isto é evidenciado, inclusive pelo fato de que a maioria das reformas ficaram conhecidas pelos nomes de seus proponentes, em geral ministros de Estado. (1987. 42).

Saviani sugere, ainda, que a contribuição específica do Legislativo estaria nas emendas apostas ao projeto do Executivo:

“Ora, a constatação supra sugere, pois, que as emendas constituem a contribuição específica do Poder Legislativo aos projetos de lei oriundos do Executivo. Portanto, são elas o caminho para se compreender o papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino”. (1987, p. 15).

O trabalho de Dermeval Saviani foi pioneiro, ao nosso ver, na análise do papel que o Congresso Nacional tem desempenhado na formulação das leis referentes ao ensino. Além de pioneiro, trouxe importante contribuição ao estudo da historiografia educacional brasileira, na medida em que abriu, de forma competente, um campo de investigação até então inexplorado.

Partindo dessas contribuições de Dermeval Saviani, procuraremos desenvolver neste capítulo uma outra abordagem do Poder Legislativo que, pensamos, não nega mas complementa o trabalho citado.

Ou seja, nossa preocupação maior, tendo presente os objetivos desta tese, é estudar o Poder Legislativo como “aparelho de hegemonia”. Para isto nos propomos a analisar a tramitação do projeto de criação das universidades Estaduais do Paraná na Assembléia Legislativa, procurando identificar os mecanismos de elaboração da hegemonia a este nível da estrutura de poder.

Para alcançarmos este fim, faz-se necessário contextualizar a discussão na natureza do Estado brasileiro no período em estudo, destacando neste aspecto as relações Executivo X Legislativo, por um lado, e por outro, a questão mais ampla da democracia e do atendimento às necessidades sociais por parte do Estado.

Em relação a este aspecto, já esboçamos uma interpretação no capítulo I, a qual procurou demonstrar que no período pós-64 houve o fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo. No caso do Paraná, Paulo Pimentel foi conduzido ao posto de Governador via eleições diretas, ainda sob o sistema do multipartidarismo como vimos. Após a extinção dos partidos e da adoção do bipartidarismo, Pimentel filiou-se à ARENA, confirmando sua adesão ao Golpe Militar de 1964.

No caso do atendimento às demandas sociais, o regime implementado em 1964 teve um caráter nitidamente excludente, garantindo-se, dessa forma, a acumulação capitalista nos novos moldes preconizados pela internacionalização da economia brasileira. O arrocho salarial foi um dos instrumentos básicos desse novo processo de acumulação. Além disso, a legislação repressiva do Governo Militar, o terror político implantado, a censura à imprensa e a todos as manifestações culturais consideradas nocivas ao sistema, a repressão aos movimentos organizados da sociedade civil são, entre outros, indicadores de que havia no período pequena margem de expressão das reivindicações sociais.

No Paraná, Paulo Pimentel procurou manter a imagem do político atento às demandas populares. Mas, seus vínculos com o governo militar acabavam criando tensão e dubiedade em seu comportamento. Em um estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), é dado destaque ao estilo de governar adotado por Pimentel:

Ao assumir o governo, mantém um duplo diálogo: com o poder central, cujas decisões na maioria das vezes intervêm diretamente em sua gestão, e com os seus governados, de quem pode depender seu futuro político. De um lado, preserva um estilo popular para com o eleitorado; de outro, fora desses limites, incorpora posturas tecnocráticas, próprios do regime ao qual seu novo partido passou a pertencer. (IPARDES, 1989, p. 147).

Outro aspecto que deve ser considerado é a constituição da Assembléia Legislativa do Paraná no período de tramitação do projeto de criação das universidades: distribuição dos deputados por partido e por região de representação. Desta forma, procuraremos abordar neste capítulo os seguintes itens:

- 1- A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- 2- O projeto de lei do Poder Executivo;
- 3- A tramitação do projeto no Poder Legislativo;
- 4- O projeto sancionado.

5.1. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Sexta Legislatura - 1967-1971

Como afirmamos anteriormente, nossa intenção neste capítulo é estudar a atuação da Assembléia Legislativa do Paraná durante o processo de tramitação do projeto de criação das universidades, como órgão de hegemonia.

Nesse sentido, procuraremos, através de um breve esboço histórico, mostrar as transformações ocorridas na composição dessa Assembléia desde a sua criação em **1854** até a Sexta Legislatura (1967/1971), que corresponde ao período do Governo Paulo Cruz Pimentel.

Procuraremos identificar a substituição das velhas oligarquias estaduais pelas novas forças sociais que foram se definindo ao longo da história do Poder Legislativo paranaense. Estas novas forças sociais representavam a nova estrutura econômica do Estado e a nova composição dos grupos sociais.

O interesse central da análise, nessa reconstituição histórica, será mostrarmos como se deu no período 1967/1971, a representação dos novos grupos econômicos do Norte do Estado e das novas forças sociais que foram ganhando espaço na política paranaense. A identificação dos segmentos sociais que têm a

direção da política no Estado pode nos dá uma idéia das relações de forças no Paraná no período em estudo.

Temístocles Linhares afirma que:

Por muitos anos após a implantação da República os destinos políticos do Paraná estiveram entregues a uma classe de políticos de carreira, sucessores de seus antepassados do tempo do Império, por conta de quem se inscrevem alguns episódios de relativa expressão, dentro do velho estilo da política brasileira". (1985, p. 229).

Este panorama começa a mudar a partir das eleições de **1950** quando não apenas políticos novos mas também novos grupos sociais passam a ter representatividade no Poder Legislativo. É bem verdade que o Norte do Paraná teve sua primeira representação, através da eleição de deputados estaduais, em **1934**; mas ainda não era uma força política considerável. As maiores transformações dar-se-ão na década de **1960**.

Pode-se acompanhar a atuação dessas novas forças políticas, comparando-se os resultados das eleições estaduais de 1950 com as de 1962. O PSD vai aos poucos perdendo sua hegemonia. De maioria em 1950, o PSD passa à minoria em 1962 com apenas seis cadeiras. Inexpressivo em 1950, o PDC (...) fica com doze cadeiras, 1962, o mesmo número de deputados eleitos pelo PTB. (Xavier, 1984, p. 32).

As eleições de 1966, quando foram escolhidos os deputados que comporiam a Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Paraná, foram realizadas já no novo contexto do bipartidarismo. Nelas, o partido do Governo, ARENA, obteve uma esmagadora maioria: 37 cadeiras contra 8 do MDB.

A análise dos resultados destas eleições, é bem verdade, não poderá se limitar à questão partidária ARENA X MDB, porque ela em si talvez não nos ofereça todas as informações necessárias à compreensão da questão hegemônica naquele momento histórico, na medida em que o bipartidarismo foi uma imposição do golpe militar de 1964. Mas dado o caráter dos partidos no período anterior a esta eleição, talvez não fosse possível esclarecermos muito mais do que já detectamos, ou

seja, que Paulo Pimentel governou contando com uma Assembléia composta majoritariamente por membro do seu partido, a ARENA. Assim, a questão partidária, mesmo nas condições expostas, ainda pode ser um indicador significativo da correlação de forças no Paraná durante o período de criação das universidades estaduais.

Na tabela 1, apresentaremos a relação dos deputados eleitos em 1966 titulares e suplentes, e os vetos obtidos por cada um deles. Não nos foi possível a identificação da cidade de origem de todos os deputados, mas apenas dos seguintes: Abrahão Miguel - Astorga; Aguinaldo Pereira Lima - Siqueira Campos; Constantino João Kotzias - Paranaguá; David Federmann - Ponta Grossa; Erandy Silvério - Curitiba; Fabiano Braga Cortes - Curitiba; Fuad Nacli - Centenário do Sul; Gabriel Manoel - Joaquim Távora; Haroldo Bianchi - Jacarezinho; Ivo Thomazoni - Pato Branco; Jorge Sato - Maringá; José Alencar Furtado - Paranavaí; Lázaro Servo - Mandaguaçu; Mamédio Seme Scaff- Araruna; Nelson Buffaro - Paranaguá; Odilon Túlio Vargas - Maringá; Ovílio Belich - Cianorte; Roberto Galvani - Curitiba; Sinval Martins Araújo - Clevelândia; Sílvio Magalhães Barros - Maringá; Wilson Figueiredo Fortes - Paranavaí; Antônio Lopes Júnior - Irati; João Olivir Gabardo - Londrina; Roberto Wypich - Cascavel.

Os três deputados mais votados da **ARENA** foram: Arnaldo Faivro Busato (43.749); Anibal Khury (41.368) e Luiz Carlos Cantinho Cruz (41.330). do **MDB**, os três mais votados foram: Jacinto Simões (12.276); José Alencar Furtado (11.486) e Valmor Santos Giavarina (11.0990. a **ARENA** elegeu 27 sulpente e o **MDB**, 36.

Tabela 1 - RELAÇÃO NOMINAL DOS CANDIDATOS ELEITOS A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (E SUPLENTES), POR PARTIDO, EM NÚMERO ABSOLUTOS, NO PARANÁ - 1966.

PARTIDO	CANDIDATOS			
	Titular	N. De Votos	Suplentes	N. de Votos
ARENA	Arnaldo Faivro Busato	43.749	Amadeu Puppi	8.435

PARTIDO	Titular	N. De Votos	Suplentes	N. de Votos
	Anibal Khury	41.368	Roberto Wypych	8.320
	Luiz Carlos Cantinho Cruz	41.330	Antonio Lopes Junior	7.282
	João de Mattos Leão	34.830	Ernesto Moro Redeschi	6.472
	João Mansur	33.155	Lauro Muller Soares	6.317
	Odilon Tulio Vargas	25.556	Orion Villanueva	6.274
	Roberto Galvani	25.051	Horácio Vargas	5.760
	Ivo Thomazoni	23.593	Waldesir Pagani	5.588
	Fabiano Braga Cortes	23.077	Dino Veiga	5.490
	Wilson Figueiredo Fortes	22.937	Ary de Lima	5.419
	Armando Queiroz de Moraes	21.709	Paulo Vieira de Camargo	5.040
	David Federmann	20.133	Kielse Crisóstomo da Silva	4.609
	Paulo Poli	18.070	Jobar Cassou	4.331
	Arthur Gotuzzo de Souza	17.912	Piratan Araújo	3.814
	Benedito Pinto Dias	17.713	Clínio Teixeira dos Santos	3.611
	Gabriel Manoel	16.761	Jackson Pitombo Cavalcante	3.486
	Jorge Miguel Nassar	15.832	Paulo Patriani	2.878
	Olavo Garcia Ferreira da Silva	15.619	Paulo Júlio Fonseca Bittencourt	2.681
	Francisco Escorsin	15.599	Lysias Elias da Silva	2.345
	João Leopoldo Jacomel	15.516	Octacilio Ribeiro da Silva	2.105
	Erondy Silvério	14.508	Zacarias Silvério de Oliveira	2.011
	Constantino João Kotzias	14.417	José Hoffmann	1.641
	Olívio Belich	14.121	Maria Homi Kinaschi	1.432
	Jorge Sato	12.569	Aldo Laval	1.076
	Abraham Miguel	12.414	Benedito Pires Cordeiro Filho	878
	Paulo Camargo	11.663	Altino de Lima Marins	329
	Igo Iwant Losso	11.510	Anônio Ferreira Ruppel	104
	Luiz Renato Malucelli	11.324		
	Aguinaldo Pereira Lima	11.023		
	Olívio Luiz Franzoni	10.385		
	Renato Loudes Bueno	9.554		
	Mamédio Serne Scaff	9.249		
	Fuad Nacli	9.214		
	Haroldo Bianchi	9.110		
	Miguel Dinizo	8.498		
MDP	Jacinto Simões	12.276	João Olivir Gabardo	7.110
	José Alencar Furtado	11.486	Ivaldo Thomazi	6.976

PARTIDO	Titular	N. De Votos	Suplentes	N. de Votos
	Valmor Santos Giavarina	11.099	Bento Ilceu Chinelli	5.949
	Silvio Barros	10.667	Marcos Bertoldi	5.898
	Sinval Martins Araújo	10.319	Francisco Brito de Lacerda	5.534
	Nelson Buffara	9.368	Silvino Lopes de Oliveira	5.224
	Lázaro Servo	8.838	Armando de Lima Uchoa	5.216
	Eurico Batista Rosas	7.996	Erasmio Garanhão	5.002
			Percy Schreiner	4.931
			Wilson Chedid	4.535
			Euclides Ângelo Busini	4.293
			Lauro Castilho	3.886
			Artindo Ribas de Oliveira	3.731
			Abis Evaristo Doce	3.488
			Eneas Eugênio Pereira Faria	3.447
			Alceu Antônio Swarowski	2.829
			José dos Santos	2.770
			Valdir Araújo	2.471
			Ignácio José de Carvalho	2.358
			Arthur Nadal	2.152
			Alcides Caetano	2.099
			Flávio Horizonte da Costa	1.893
			Reno Carneiro da Silva	1.682
			Elias Jorge Nassar	1.661
			Wilson Dias dos Reis	1.648
			Adyl Laidane	1.598
			José Mendes Maina	1.519
			Ernani Guimarães Medeiros	948
			Lordes Geraldo	654
			Oswaldo Buskei	567
			Farid Barbosa Fahur	562
			Abraham Nora	463
			Antônio José da Luz Amaral Filho	416
			João Cernichiaro	338
			Manoel Lourenço de Carvalho	334
			Antônio Luiz Gonzaga da Silva	36

FONTE: IPARDES - Resultados Eleitorais PR. 1945-82.

5.2. O Projeto de Lei do Poder Executivo

O projeto de lei encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelo governador Paulo Pimentel foi elaborado pela Comissão de Reforma do Ensino Superior do Paraná, designada pelo Decreto n. 14.923, de 12 de abril de 1969, a qual já fizemos referência no capítulo IV, doravante designada apenas **Comissão**.

O projeto foi enviado à Assembléia, no dia 13 de agosto de 1969, através da Mensagem Governamental n. 37/69, sem nenhuma alteração. Nesta Mensagem o governador destaca a importância do conteúdo do projeto:

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e da Federação das Escolas Superiores em Curitiba e adota outras providências no sentido da reforma do Ensino Superior. A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa é de grande relevância e com alto significado, eis que, em conformidade com determinações emanadas da Legislação Federal, consubstancia normas objetivando a reforma do ensino superior no Estado do Paraná.

Os estudos para elaboração do anteprojeto de lei em questão foram cometidos à Comissão de Reforma do Ensino Superior do Estado, instituída pelo decreto n. 14.923, de 12 de abril de 1969, da qual foi presidente o Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, tendo como membros, destacadas figuras desse ramo de ensino. Para melhores e mais detalhados esclarecimentos é anexada cópia autêntica da justificativa apresentada pela Comissão de que trata o decreto n. 14.923/69.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitera Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

*(a) PAULO PIMENTEL
Governador do Estado*

O fato do Governador do Estado não ter efetuado nenhuma alteração no projeto proposto pela Comissão, pode ser um indicador de que havia perfeita sintonia entre a Secretaria de Educação e Paulo Pimentel, neste tema em particular.

A seguir faremos um estudo detalhado do projeto encaminhado pelo Executivo, a partir de categorias definidas pela análise preliminar do documento, de forma a que possamos, posteriormente, identificar as modificações tentadas e/ou conseguidas pela Assembléia Legislativa. Esta análise, é evidente, nos permitirá identificar o papel do Poder Legislativo na formulação do projeto de criação das universidades, além de permitir a consideração dos pontos convergentes e divergentes dos dois poderes (Executivo/Legislativo) quanto a proposta de criação das universidades estaduais.

As categorias que definimos para a análise são: a) Instituições a serem criadas e suas características principais: natureza jurídica; patrimônio e receita; autonomia e pessoal; b) transformação da Superintendência do Ensino Superior em autarquia; c) criação do Fundo de Amparo à Pesquisa.

O anteprojeto do Executivo tem um total de 33 artigos, dos quais vinte dizem respeito às instituições a serem criadas, dez são referentes à Superintendência do Ensino Superior e um ao Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa.

Como já ficou explicitado no exame que fizemos da **justificativa** que a **Comissão**¹ encaminhou ao Governador Paulo Pimentel, o anteprojeto autoriza o Estado a criar três universidades e uma federação de escolas:

Art. 1.0 - Fica o Poder executivo autorizado a criar a universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Federação de Escolas Superiores de Curitiba, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades.

§ 1.0 - Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo serão organizados como fundação de direito público, e de conformidade com os prescrições das legislações federal, estadual e desta lei...

A autonomia das instituições criadas fica assegurada no Art. 2.0:

¹ Consideramos importante salientar que neste texto a Comissão não faz nenhuma referência à campanha pró-universidades desencadeada pelas cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Cada entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade considerada ou Diretor Geral da Federação, e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

O Estado explicitou claramente seu compromisso financeiro com a instalação dessas instituições, como podemos verificar nos artigos seguintes:

Art. 3.0 - O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado; aquelas para formação do patrimônio básico, estes para receita essencial de manutenção de cada entidade.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura no corrente exercício, um crédito especial de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) destinados a cobrir as despesas com a execução da presente lei.

Mas, evidentemente, esse compromisso não implicava na subvenção a todas as despesas das instituições, daí a previsão de **fonte de receitas**, abertura permitida pela forma jurídica de fundação;

Art. 8.0 - A receita de cada entidade se constituirá:

- a) dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixado em orçamento anual do Estado;*
- b) auxílio e doação dos municípios ou quaisquer outras pessoas;*
- c) das rendas patrimoniais;*
- d) dos rendimentos de serviços prestados;*
- e) da contribuição escolar.*

A cobrança de anuidades em estabelecimentos de ensino superior públicos já estava assegurada no Paraná, pela Lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que estabeleceu o sistema estadual de ensino, em atendimento às exigências do Art. 11 da Lei 4.024/61:

*Art. 25 - Os estabelecimentos oficiais de ensino **médio e superior**, mantidos por fundações, cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do poder público estadual, **poderão cobrar anuidades**, ficando sempre sujeitos à*

prestação de contas, perante o Tribunal de Contas, e à aplicação em melhoramentos escolares de qualquer saldo verificado em seu balanço anual. (sem grifos no original).

Art. 25 - Os estabelecimentos oficiais de ensino médio e superior, mantidos diretamente pelo Estado do Paraná... Vetado... poderão cobrar anuidades, cuja aplicação será feita, exclusivamente e totalmente, para atender despesas de custeio, de equipamentos e de melhoria das instalações dos respectivos estabelecimentos.

§1.0 - ...Vetado... serão especificadas as anuidades e taxas que poderão ser cobradas, asseguradas sempre a matrícula gratuita e isenção de quaisquer taxas escolares aos que provarem falta ou insuficiência de recursos.

§2.0 - As anuidades e taxas escolares cobradas pelos estabelecimentos estaduais, na forma do disposto neste artigo, serão recolhidos pelos estabelecimentos ao Fundo Estadual de Ensino, criado pela Lei n. 4.599, de 2 de julho de 1962, sendo que, no orçamento anual do Fundo, serão feitas as previsões de receita e despesa para cada estabelecimento, vedado qualquer saldo...

As definições relativas ao pessoal docente estão contidas nos seguintes artigos:

Art. 4.0 - O Pessoal Docente das entidades será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta lei.

Art. 5.0 - Todo o Pessoal das entidades será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua duração, a forma e o montante de remuneração.

Parágrafo Único - Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários de administração pública direta, deverão estes submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

Quanto à Superintendência do Ensino Superior, consideramos importante salientar os seguintes artigos:

Art. 21 - Fica erigida em entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura a Superintendência do Ensino Superior, criada pela Lei n. 4.282, de 5 de novembro de 1960.

Art. 23 - Os orçamentos das Universidades Estaduais e da Federação das Escolas Superiores e dos estabelecimentos isolados de Ensino Superior entrarão no Orçamento geral do Estado sob a forma de sub-programas subordinados orçamentariamente, ao Programa: Superintendência do Ensino Superior.

Art. 25 - A receita da autarquia será constituída:

I - auxílios e transferências consignadas no Orçamento do Estado para o Ensino Superior Estadual sob qualquer modalidade ou denominação;

II - auxílios e contribuições da União ou Municípios;

III - rendas patrimoniais;

IV - cinco por cento (5%) das taxas escolares arrecadadas pelos estabelecimentos de ensino superior estaduais;

V - auxílios e doações de entidades ou particulares.

A esta Autarquia foram atribuídos amplos poderes, definidos nos objetivos que lhe seriam pertinentes, muito dos quais anulavam a preconizada autonomia das Universidades, conforme o estabelecido no art. 2.º, já comentado. Embora seja extensa a parte referente a esses objetivos, julgamos oportuno citarmos alguns dele para que se tenha uma melhor visão da natureza do projeto de criação das universidades:

Art. 26 - A Autarquia terá como objetivos:

I - receber os recursos e dotações globais do Orçamento do Estado destinados a todas Universidades, Federação de escolas e unidades isoladas do ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado, inclusive para interpostas entidades mantenedoras das ditas escolas;

II - receber, aplicar e fiscalizar a aplicação dos auxílios estaduais destinados às escolas superiores e particulares;

IV - fiscalizar a aplicação de recursos inclusive emitindo parecer sobre o mérito, e sustar o pagamento dos mesmos em caso de aplicação irregular ou falta intempestiva de prestação de contas;

VI - montar programa de aperfeiçoamento do pessoal docente do magistério superior estadual;

VII - organizar e realizar concursos para as unidades isoladas de ensino superior;

VIII - administrar o Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa;

IX - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo com parecer todas as propostas de nomeação para o ensino superior estadual bem como opinar sobre qualquer providência a ele atinente;

X - fixar as taxas escolares para o ensino superior estadual, receber prestações de contas dos recursos oriundos das mesmas;

XI - supervisionar, coordenar, planejar o ensino superior e representar o Estado junto às Universidades e unidades de ensino superior estaduais, assessorando os estabelecimentos de ensino superior no cumprimento das leis e regulamentos.

O Fundo de Amparo à Pesquisa foi definido nos seguintes termos:

Art. 27 - O Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa tem por finalidade subvencionar a pesquisa científica no Estado, atendida, prioritariamente, a que contribua para o desenvolvimento econômico.

Parágrafo Único - O Fundo é constituído por dois por cento (2%) do total da dotação para o ensino superior consignada no Orçamento do Estado, que quando da elaboração orçamentária será calculado e colocado numa consignação especial com o nome de Fundo à disposição da Autarquia.

5.3. A Tramitação do Projeto no Poder Legislativo

O anteprojeto descrito no item 5.2, deu entrada na Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 13 de agosto de 1969, tendo sido concluída sua discussão no dia 29 de outubro de 1969. Foi um tempo bastante curto, se considerarmos dois fatores. Em primeiro lugar, a luta pró-criação das universidades estaduais que já vinha se estendendo desde a década de 1950, e, em segundo lugar, a natureza da decisão a ser tomada, ou seja, a criação de três universidades estaduais, ao mesmo tempo, e através de um mesmo ato legal.

Esta rapidez na discussão do projeto foi, em parte, resultante do requerimento do deputado Sílvio Barros (MDB/Maringá) que solicitou **regime de urgência** para a tramitação do projeto, requerimento que foi aprovado em plenária.

Antes de ser iniciada a discussão do anteprojeto, que recebeu na Assembléia Legislativa o n. 145/69, houve a emissão de parecer de várias comissões. Registramos aqui o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

Analisando o Projeto de lei em pauta e considerando as razões oferecidas pelo Senhor Dr. Ubiratã Borges de Macedo, Diretor Superintendente do Ensino Superior, concluímos que o projeto atende a todas as predisposições de lei ora em vigência, bem como está plenamente atendida a Resolução n. 273 de 4-4-69, relativa especificamente ao art. 47 da Lei Federal n. 5.540 de 28-11-68 que regula a criação de universidades.

No que respeita aos dados estatísticos e das demais pesquisas destinadas a fundamentação do Projeto de criação das Universidades, na qualidade de Relator cumpre ressaltar a visita de Sua Excelência o Senhor Prefeito de Maringá, Dr. Adriano Valente que obsequiou os componentes da Mesa Executiva e a liderança do Governo nesta Casa, com um trabalho levado a efeito pelo escritório técnico de pesquisas e planejamento da cidade de Maringá e contando, ainda, com a colaboração do ilustre Professor Flávio Pasquinelli, ofereceu elementos colhidos em 92 municípios que terão através desta Universidade alcançado a maior conquista no campo educacional. O resultado do trabalho elaborado pelos professores, técnicos e patrocinado pela administração pública de Maringá, evidencia a maturidade e a capacidade organizadora dos responsáveis pela criação da Universidade, isto é, o governo estadual e governo municipal.

No que se refere às Faculdade digo Universidade a serem criadas em Londrina e Ponta Grossa, bem como a Federação das Escolas Superiores de Curitiba dispensamos maiores considerações, porquanto, estas cidades já demonstraram suas excelentes condições como centro educacional, possuindo

a tradição indiscutível quando oferecem ao final de cada ano letivo, centenas de profissionais liberais, reconhecidamente capacitados e possuidores de alto índice de cultura.

*Concluídas as apreciações acima, opinaremos pela aprovação da matéria que, nitidamente constitucional, **representa principalmente a interiorização do ensino superior** (sem grifos no original).*

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1969.

*(ao) **Emílio Carazzai** - Presidente, **Sílvio Barros** - relator, **Luiz Malucelli**, **Ernesto Moro**, **Olivir Gabardo**, **Ivo Tomozoni**, **Abrahão Miguel**².*

Desenvolvimento do processo de aprovação do projeto:

- 1- Aprovado em primeira discussão em 01/10/69.
- 2- Aprovado em segunda discussão em 14/10/69.
- 3- Aprovado em terceira discussão em 16/10/69.
- 4- Aprovado em quarta discussão em 17/10/69.
- 5- Aprovado em redação final em 29/10/69.

A seguir, analisaremos as emendas opostas ao projeto de Lei n. 145/69, seguindo, para tanto, a seqüência da sessões:

a) Sessão do dia 01/10/69. Presentes 34 deputados.

Nesta sessão foi realizada a primeira discussão do projeto 145/69, na qual foi apresentado o requerimento do Deputado Erondy Silvério (ARENA/Curitiba) nos seguintes termos:

Sr. Presidente, tendo em vista que a votação do Projeto de Lei n. 145-69, Mensagem Governamental 37/69, foi exaustivamente apreciada nas Comissões, retornou à Comissão de Finanças, foi publicado e republicado, e é do conhecimento de todos, requeiro a V. Exa., de acordo com o Regimento Interno da Casa, que a votação do projeto seja feita englobadamente ressalvada a emenda² (Requerimento **aprovado**).

Além deste requerimento nessa sessão foi apresentada a primeira EMENDA ao projeto, de autoria de Deputado FUAD NACLI (ARENA/ Centenário do

² Emílio Carazzai - ARENA; Sílvio Barros - MDB/Maringá; Luiz Malucelli - ARENA/Morretes; Ernesto Moro - ARENA; Olivir Gabardo - MDB/Londrina; Ivo Tomozoni - ARENA/Pato Branco; Abrahão Miguel - ARENA/Astorga.

Sul), a que já nos referimos no item 3.3. A emenda propunha o aumento do número de universidades a serem criadas, de três para cinco, com a inclusão das Universidades de Bandeirantes e Cascavel. A emenda foi **rejeitada**.

b) Sessão do dia 16/10/69³.

Nesta sessão foram apresentadas dez emendas, nove de autoria do deputado Olivir Gabardo (MDB/Londrina) e uma do Deputado Sílvio Barros (MDB/Maringá).

As três primeiras emendas apresentadas pelo Deputado Olivir Gabardo, procuravam limitar o poder de ação da **Autarquia** da Superintendência de Ensino Superior, na forma como estava proposto no projeto (Art. 26, incisos I, IX, XI). A justificativa para essa **emenda modificativa** foi a seguinte:

Justificativas: às modificações propostas para os art. 25 e 26.

A fixação do valor das anuidades dos alunos das Universidades é tarefa típica da autonomia administrativa desse tipo de organização.

Não se compreende, com efeito, que assunto de tanta transcendência social e política seja entregue a um órgão distinto da sede da Universidade e por isso mesmo, pouco propício para avaliar corretamente o problema que também está diretamente vinculado a um sistema de bolsas de estudo. A participação da Superintendência em 5% do volume das taxas a serem cobradas levaria com toda a certeza, a fixação das anuidades a um nível exageradamente alto, com todas as conseqüências aos cursos superiores àqueles que possuem poucos recursos financeiros.

Por outro lado (alínea IX), a contratação de professores da Universidade é também, tarefa da competência estrita dos órgãos superiores da instituição, sendo intolerável que tal atribuição seja entregue aos órgãos, sejam quais forem, da administração estadual.

Esta justificativa chama a atenção para dois aspectos bastante sérios do projeto de Lei 145/69, quais sejam, a excessiva centralização e controle das Universidades e IES, o que, como já alertamos, colocava em grande risco a autonomia universitária. Outro ponto diz respeito ao desvirtuamento do uso a ser dado às anuidades e taxas escolares que, de acordo com a legislação em vigor, deveriam ser

³ Muito embora a discussão das emendas opostas ao projeto 145/69, tenham sido discutidas nesta sessão, elas foram encaminhada à mesa coordenadora dos trabalhos, nos dias 2/10, 3/10e 13/10.

investidas nas próprias instituições, especialmente, para concessão de bolsas a alunos carentes, e não para a manutenção de um órgão da administração central.

Mas o próprio deputado solicitou a substituição dessa emenda, pela emenda aditiva n. 4:

Inclua-se onde couber

Art. ... - As universidades gozarão de plena autonomia didática, administrativa e financeira, definidas em seus ESTATUTOS.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1969.

Deputado Olivir Gabardo.

A emenda foi aprovada, e a seguir foi posta em discussão a emenda de n. 5, também de autoria de Olivir Gabardo:

Emenda aditiva n. 5 ao Projeto de Lei n. 145-69.

Art. ... - Os Estatutos da Universidade deverão obrigatoriamente consignar as linhas gerais do procedimento através do qual será cumprido dispositivo constitucional que dispõe seja o ensino oficial, superior ao primário, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos (Inciso III, § 3.0, art. 168 da Constituição Federal). (emenda aprovada).

Observamos que por esta emenda, o Deputado Olivir Gabardo procurava defender o acesso de alunos carentes ao ensino superior, através do sistema de bolsas, mas, em nenhum momento, defendeu a gratuidade do ensino nas universidades. O artigo 23 passa a ter a seguinte redação

Art. 23 - Os orçamentos da Federação das Escolas Superiores e dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, entrarão no Orçamento Geral do Estado sob a forma de Sub-Programa subordinados (...) ao Programa: Ensino Superior.

Parágrafo 1.0 - Os orçamentos das Universidades estaduais entrarão no Orçamento geral do estado como órgãos de execução delegada da Secretária de estado dos Negócios de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1969.

Esta emenda também foi **aprovada** em plenário e seu teor procura assegurar a autonomia financeira das Universidades.

Ainda a partir de proposta do deputado Olivir Gabardo foi apresentada a “emenda aditiva” n. 7, que foi **rejeitada** pelo plenário:

Art. 20, § 1.0 - às escolas que por maioria de votos de suas congregações preferirem, fica autorizado o Poder Executivo a transformá-las por decreto em autarquias de regime especial.

§ 2.0 - Fica assegurado a partir de 1970 nas autarquias educacionais do Estado o recebimento mensal da dotação para pessoal fixo de seu quadro através da Diretoria de Despesa Fixa, sendo o restante de seus orçamentos entregues sob a forma de auxílios globais.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1969.

A rejeição dessa emenda pode indicar que para a maioria do plenário a forma jurídica preferida para as universidades e IES, era mesmo a fundação.

Emenda Aditiva n. 8 do Deputado Sílvio Barros (MDB/Maringá), que foi **aprovada** pelo plenário:

Art. 26 item XIII - Realizar o primeiro exame de seleção de títulos para o preenchimento de vagas de professores para as escolas isoladas recém criadas logo após o parecer prévio favorável e antes da autorização definitiva do Conselho Estadual de Educação.

Os posteriores exames são competências das escolas sob fiscalização da autarquia.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1969.

Emenda modificativa n. 9, de autoria do deputado Olivir gabardo, **aprovada** nos seguintes termos:

O inciso X do artigo 26 passa a ter a seguinte redação:

Art. 26 - ...

X - fixar as taxas escolares para o ensino superior estadual e receber prestações de contas dos recursos oriundos das mesmas, não compreendidas, as taxas e prestações de contas relativas à Universidade que serão regulados pelos seus estatutos.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1969.

Emenda aditiva n. 10, de autoria do deputado Olivir Gabardo, **aprovada** em plenário:

Art. ... - Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação Constitucional serão utilizadas prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo Único - os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Sala das sessões, em 13 de outubro de 1969.

Esta última emenda procurou, mais uma vez, assegurar o uso adequado das anuidades e taxas escolares.

As dez emendas passaram por uma segunda rodada de votações, mantendo-se os resultados já narrados neste item. Finalmente procedeu-se à redação final do Projeto de Lei 145-69, tarefa que ficou a cargo dos seguintes deputados: David Federmann (ARENA/Ponta Grossa); Olivir Gabardo; Arthur Gotuzzo de Souza (ARENA); Nilson Figueiredo Fortes (ARENA/Paranavaí); Fuad Nacli (ARENA/Centenário do Sul).

Como considerações finais deste item, cabe ressaltar alguns pontos: 1) que quase a totalidade das emendas (9), foram apresentada por deputados da MDB representantes das cidades de Londrina e Maringá; 2) que a tendência das emendas foi no sentido de assegurar a autonomia das universidades. Esta foi uma atuação importante, pois, muito embora o projeto do Poder Executivo, no seu Art. 2.0, afirmasse em termos abstratos e universais a autonomia de que deveriam usufruir as Universidades, esta proposição acabava sendo negada nos artigos referentes às finalidades e atribuições da Superintendência do Ensino Superior; 3) procurou-se, também, corrigir a destinação inadequada das anuidades e taxas escolares.

Afora essas modificações, o projeto do Executivo foi aprovado em cinco discussões, o que indica que havia uma aceitação do Legislativo quanto à essência do projeto, que era a criação das três primeiras universidades estaduais no interior do Paraná.

Aprovada a redação final do projeto, que incluiu as modificações propostas pelas emendas, o Deputado Sílvio Barros fez uso da palavra, para apresentar os agradecimentos da cidade de Maringá, pela aprovação do projeto:

Sr. Presidente: Na oportunidade da discussão da Redação Final deste Projeto de lei desejamos efetivamente, Sr. Presidente, fazer com que se registre nos Anais da Casa os agradecimentos da população de Maringá, bem como da administração daquela cidade e das outras que serão beneficiadas pelas Universidades, pela valiosa atenção de V. Exa., Sr. Presidente, quando sensibilizado pelo problema e atendendo aos prazos rigorosos no que respeito a criação de faculdades e universidades, foi para conosco de uma gentileza extraordinária, atendendo às nossas reivindicações e propondo que esta Assembléia, em tempo hábil e oportuno, faça com que seja efetivamente instalada, no ano próximo, na cidade de Maringá, a Faculdade de Ciências Exatas, bem como dê condições para a instalação das Universidades daquela região. Eram, Sr. Presidente, as considerações que fazemos questão de manifestar nesta oportunidade.

O projeto de Lei 145/69, foi posteriormente, no dia 6 de novembro de 1969, transformado na Lei n. 6.034/69, cuja súmula é a seguinte: "Cria as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba."

CAP. VI - O PROCESSO INICIAL DE IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS APARELHOS DE HEGEMONIA.

O ato de criação das universidades estaduais do Paraná foi sem dúvida um momento extremamente significativo no processo mais amplo de luta e conquista da hegemonia. No entanto, pensamos que o momento posterior de implantação efetiva dessas instituições oferece a possibilidade de identificação de elementos fundamentais para análise de muitas particularidades essenciais desse processo histórico.

Os nexos entre classes sociais, Estado e aparelhos de hegemonia podem ser melhor esclarecidos através da pesquisa histórica concreta da forma como se estabeleceram as relações entre o Estado e os aparelhos de hegemonia por ele criados.

Um dos aspectos dessas relações diz respeito às formas de manutenção e controle do Estado para com os aparelhos de hegemonia. E, nem sempre, essas relações podem ser apreendidas apenas no processo de luta pela criação desses aparelhos. Por isso pensamos ser necessário complementar a análise com o estudo do processo inicial de implantação das instituições criadas.

É esta a análise que pretendemos realizar neste capítulo. Para tanto, selecionamos alguns aspectos que o estudo preliminar dos dados da pesquisa nos indicou como sendo os mais significativos:

- a - o processo de escolha dos primeiros reitores;
- b - a criação das condições infraestruturais;
- c - o ordenamento legal.

6.1. O Processo de Escolha dos Primeiros Reitores

Por força da Lei n. 6.034/69, que criou as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a escolha dos dirigentes máximos dessas instituições seria de competência do Poder Executivo a partir de listas sêxtuplas a serem elaboradas pelas Comissões Instituidoras: “eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla a ser submetida ao chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor, Vice-Reitor ou do Diretor Geral, Vice-Diretor, conforme o caso”. (Art. 11, inciso II).

Evidentemente, o processo de elaboração dessa lista sêxtupla, passou pelas determinações políticas da correlação de forças entre os vários grupos que trabalharam em prol da criação das universidades, pois, como sabemos, ainda não haviam sido instituídas as eleições diretas para escolha de reitoria e diretorias.

Muito embora o jogo político estabelecido para definição dos nomes da lista sêxtupla possa ser considerado de “pequena política”, no sentido gramsciano, ele nos oferece algumas pistas para uma compreensão mais ampla das classes sociais e de suas relações com os aparelhos de hegemonia.

Do ponto de vista do Estado, a escolha dos nomes de sua “confiança” para dirigir as universidades estaduais, significava o estabelecimento de uma das formas de controle que ele teria sobre estas instituições. No entanto, essa

ação do Estado teve que passar pelas determinações das relações entre os grupos locais, como clubes de serviços, Escola Superior de Guerra, Igreja, entre outros.

No caso de Maringá, por exemplo, até 1986, quando o processo de escolha dos reitores passou a ser feito através de eleições diretas (Lei n. 8.345/86) houve uma alternância entre os clubes de serviços (Lions, Rotary, Maçonaria) e a Igreja católica na pressão exercida sobre o Executivo para a escolha do nome que deveria ocupar o cargo de reitor. Este processo assegurou às classes dominantes locais e, por consequência, ao Estado, o controle da vida institucional, apenas com revesamento entre facções dos mesmos grupos.

No entanto, a dinâmica histórica fez com que na década de 80, tomasse corpo um movimento social no interior da Universidade, voltado para a superação desse esquema de poder que vinha marcando a vida da UEM desde a sua criação. Naquele momento, esta superação passava pelo estabelecimento de eleições diretas para os cargos de reitor e vice-reitor. Como esta reivindicação não era exclusiva da UEM, mas se estendia a todas as instituições de ensino superior públicas do Paraná, em 1986, o Governo do Estado, através da Lei n. 8.345 instituiu as eleições diretas para a escolha dos dirigentes máximos dessas instituições.

Mas, no caso dos primeiros reitores, as listas sêxtuplas das três universidades foram compostas, em sua maioria, a partir dos nomes dos professores que atuaram nas Comissões Instituidoras, com exceção, da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde foi escolhido como reitor, Álvaro Augusto Cunha Rocha, professor titular de Direito Judiciário Civil, da Faculdade Estadual de Direito dessa cidade, que não participou das comissões pró-criação das universidades. Seu depoimento é revelador:

Eu não havia sido nem diretor da minha Faculdade, quer dizer, o que hoje corresponde a chefe de departamento, nem isso. Eu nunca estive vivendo a administração da Universidade. Embora aquela época, a coisa fosse tão singela, tão extraordinariamente singela, que a gente fazia uma Faculdade com um grupo de amigos. Eu, inclusive, fui procurado, incluíram-me no corpo docente que era proposto para a criação da Faculdade¹. Depois disso aí fui e me dava muito bem com as pessoas que trabalhavam mais ligadas com a

¹ Refere-se à faculdade de Direito de Ponta Grossa.

administração, inclusive, um colega meu de escritório foi um dos primeiros diretores da Faculdade. Trabalhávamos no escritório, então estava mais ou menos a par e podia vê-lo a qualquer momento, tudo era pequeno e a Faculdade era muito pequena (...) Em parte falta gente, quer dizer, em parte eram poucas as pessoas que teriam condições de lecionar (...) E, em parte, é que se tratava de coisa bem confinada, que não despertava o interesse maior...

Em outro momento do seu depoimento, o professor Álvaro Cunha Rocha esclarece como se deu concretamente sua indicação para o cargo de primeiro reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa:

E por aquela época, eu trabalhava somente como advogado e lecionava à noite, sem maior vinculação com a Instituição, quando fui procurado (...), até fui procurado pelo pessoal da área de Odontologia, e então eles me pediram autorização para que o meu nome pudesse constar da lista que seria encaminhada ao Governador do Estado. Então esta lista foi organizada deste modo, eu não sei exatamente como foi que eles compuseram a lista. De certo que compuseram por votação, por eleição, mas eu me surpreendi, inclusive, quando vieram falar comigo, solicitando assim que eu autorizasse a inclusão do meu nome entre aqueles que estavam sendo cogitados. Daí, esta lista teria sido levada a Curitiba para escolha do Governador, e eu soube, ainda mais surpreendentemente, depois de alguns meses, acho que uns três meses, eu soube que a preferência estava recaindo sobre mim. Eu não fazia política nenhuma, nem tinha tempo para isso aí. Nessa ocasião, então, procurou-me (...) o Deputado David Federmann², hoje já é falecido David Federmann, então me chamou ao consultório dele dizendo que precisava falar muito comigo (...) Então nessa ocasião, ele começou a me perguntar sobre se eu tinha alguma coisa contra o governo de Paulo Pimentel. Eu disse que não tinha nada. Então ele me disse que se lembrara do meu nome e apresentara meu nome ao Governador, e, então, ficara de confirmar a escolha, e essa confirmação, obviamente, dependeria de consulta que ele faria a mim. Então, ele fez a consulta e eu pedi tempo, umas 72 horas, conversei com a minha mulher, ia mudar completamente a minha vida, porque meu trabalho era muito absorvente naquela época no meu escritório, e depois nós achamos que era o caso de eu trabalhar para a comunidade, que até então eu fizera apenas um trabalho muito pessoal, individual, mas que chegou o tempo de colaborar com os interesse mais amplos e tal. E nessa ocasião, então, aceitei (...) Então tudo começou daí e eu assumi no dia 15 de maio daquele ano de 1970. (ROCHA, entrevista, p.3-4 e 13).

O professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, teve como vice-reitor, Odeni Villaca Mongruel, professor assistente de Química Orgânica da Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa.

² David Federmann era deputado pela ARENA, representando a cidade de Ponta Grossa, em 1969, quando foi aprovado o projeto de criação das Universidades. Foi o presidente da Comissão de Redação Final do Projeto 145/69.

No caso de Maringá, de acordo com as informações obtidas nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, tudo indicava que o escolhido seria o prof. Flávio Pasquinelli da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No entanto, a escolha recaiu sobre o nome do professor José Carlos Cal Garcia da Faculdade Estadual e Direito, que teve como vice o prof. Ayrton Pinheiro, da mesma faculdade.

Em Londrina, o nome escolhido saiu do quadro de professores da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, prof. Ascêncio Garcia Lopes. O vice-reitor foi o professor Iran Martins Sanches.

É evidente que além das ligações com os grupos que tinham poder de interferir na escolha dos dirigentes das universidades, esses nomes representavam, também, um outro aspecto da estrutura de poder do Estado. Eram representantes de categorias profissionais - médicos e advogados - que naquele momento histórico tinham a hegemonia na sociedade paranaense e no interior das próprias instituições universitárias.

A Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, por exemplo, teve papel de muito destaque na luta em prol da criação da UEL. Em Maringá, a Faculdade de Direito sempre gozou de certa hegemonia. Dos oito reitores que a UEM teve até o momento, três foram da área de Direito.

É muito difícil reconstituir os bastidores do processo de escolha dos primeiros reitores das Universidades Estaduais do Paraná porque, como sabemos, a maioria dos acordos políticos são definidos sem nenhum registro histórico. No entanto, a partir das informações de que dispomos podemos concluir que a escolha dos dirigentes máximos das universidades significa para o Estado uma forma de garantir o controle desses aparelhos de hegemonia.

6.2. A Criação das Condições Infraestruturais

Como vimos, as Universidades Estaduais do Paraná, resultaram da aglutinação das faculdades já existentes nas cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, dando prosseguimento à tradição da Universidade conglomerada:

a - Universidade Estadual de Londrina

- Faculdade Estadual de Filosofia, C. e Letras de Londrina;
- Faculdade Estadual de Direito de Londrina;
- Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina;
- Faculdade de Medicina do Norte do Paraná;
- Faculdade Estadual de C. Econômicas e Contábeis de Londrina.

b - Universidade Estadual de Maringá:

- Faculdade Estadual de Ciência Econômicas de Maringá;
- Faculdade Estadual de Direito de Maringá;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá;
- Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá.

c - Universidade Estadual de Ponta Grossa:

- Faculdade Estadual de Filosofia, C. e Letras de P. Grossa;
- Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de P. Grossa;
- Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa;
- Faculdade de C. Econômicas e Administração de P. Grossa;

Ao serem criadas, portanto, essas universidades contavam com as condições infraestruturais das faculdades que lhe deram origem. Essas condições eram, em geral, muito precárias, especialmente as instalações físicas. Muitas faculdades funcionavam, à época, em prédios emprestados por Colégios, por profissionais liberais e/ou outras instituições das cidades sedes. Para se ter uma idéia, a primeira reitoria da UEM começou a funcionar em um edifício do centro de Maringá em sala emprestada por um profissional liberal.

Assim, uma das primeiras lutas dessas universidades foi pela expansão de suas instalações físicas para que pudessem efetivamente desenvolver suas atividades. Para a solução desse problema foi necessária a concorrência das prefeituras municipais e de representantes da sociedade civil. Pelas informações disponíveis, o Estado do Paraná se omitiu muito no momento de tornar viável o funcionamento das universidades, desconsiderando a previsão constante da Lei n. 6.034/69:

Art. 4^o - “O Estado designará bens livres e suficientes para instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado; aqueles para formação do patrimônio básico, estes para receita essencial de manutenção de cada entidade”.

Art. 9^o - “A receita de cada entidade se constituirá:

- a- dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixadas em orçamento anual do Estado;
- b- auxílio e doações dos Municípios ou quaisquer outras pessoas;
- c- das rendas patrimoniais;
- d- dos rendimentos de serviços prestados;
- e- da contribuição escolar.”

Art. 33 - “Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura, no corrente exercício, um crédito especial de Ncr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), destinados a cobrir as despesas com a execução da presente lei”.

É bem verdade que o Governo do Estado não tinha se colocado como o único mantenedor das universidades, como fica claro no conteúdo da Lei n. 6.034/69. Em primeiro lugar, as universidades foram criadas como **fundações de direito público**, com a intenção explícita de que viessem a ser autosuficientes. Além disso, foi mantido o ensino pago, constituindo-se as contribuições escolares numa das fontes de receita dessas instituições.

Mas, havia também a previsão da participação dos poderes municipais e de representantes da sociedade civil, na criação das condições de funcionamento das universidades, como se pode deduzir da análise dos artigos da Lei 6.043/69 já citados e também do **artigo 15**:

Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, as entidades entrarão em entendimento com os municípios e instituições interessadas no distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Mas o que pretendemos compreender neste ítem, é a relutância do Estado em assumir as responsabilidades mínimas já previstas em lei, quanto à manutenção das universidades estaduais. Acreditamos que este é um aspecto importantíssimo para compreensão das relações entre a sociedade política e a sociedade civil na criação e manutenção dos aparelhos de hegemonia.

Esta relutância do Estado em assumir suas responsabilidades financeiras com as universidades que acabava de criar, foi sentida de maneira aguda pelos primeiros reitores tendo, cada qual à sua maneira, de desenvolver uma árdua luta pra dar vida concreta a essas instituições. Vejamos o depoimento de um desses reitores:

*Agora, a questão assim do relacionamento, o relacionamento foi muito bom com o Governo, durante o curto período do Paulo Pimentel, ainda no governo do Estado. Então, a última coisa que ele fez à Universidade de Ponta Grossa, foi entregar um prédio que estava sendo construído, o que aconteceu em dezembro de 1970. Logo depois ele deixaria o governo (...) E daí começamos a enfrentar aqui no Paraná, uma política (...) um pouco tumultuada. Mas tivemos como sucessor de Paulo Pimentel, um que foi cassado, não me lembro o nome (...). Nós tivemos Haroldo Leon Perez durante um breve período, e com ele obviamente não poderia haver diálogo mesmo. Muito fechado, muito autoritário, pelo menos era o que me parecia nos raros contatos que eu tive com ele. Depois nós tivemos o professor Parigot de Souza, extraordinário, de grande sensibilidade, um professor, um intelectual autêntico. Mas ele quando assumiu o governo já estava muito doente. Portanto, teve todos esses problemas, inclusive veio a falecer enquanto Governador. Ele foi eventualmente substituído algumas vezes pelo então Deputado João Mansur. João Mansur, pela sua condição de substituto (...) realmente não tinha condições, assim, de um entendimento mais interno, mais positivo. Então, essa falta de sintonia com a idéia da Universidade naquele período 1970-1974, fez com que os reitores se aproximassem muito do Governo Federal, principalmente porque a política de ensino era muito centralizada, o governo todo era uma centralização muito grande...
Então os Reitores iam, batiam às portas da Administração Pública, e não havia recursos. Eles se queixavam da falta de recursos...(ROCHA, entrevista, p.4-5).*

Quanto a existência de um planejamento financeiro do Estado para a instalação das universidades, Álvaro Cunha Rocha informa o seguinte:

Simplesmente não existiu (...). Surgiu assim só no plano legal e não havia mesmo, não havia. Eu acho que se alguns dos reitores, dos primeiros reitores, disser que havia, seria de certo, assim, um ato de generosidade enorme. Mas não havia um plano, nenhum plano financeiro, não havia nada. Difícil, porque daí nós vivíamos nos utilizando de um jogo de influências de nossos representantes para adquirir o dinheiro suficiente para acertar o problema das Universidades... (ROCHA, entrevista, p.10).

As dificuldades financeiras dessas instituições chegaram a tal ponto, que o segundo reitor da UEM, prof. Rodolfo Purpur, viu-se obrigado a declarar-se publicamente demissionário, em carta publicada nos jornais de Maringá, caso o Governo do Estado não cumprisse suas obrigações orçamentárias com esta universidade. Tal ato extremo provocou uma atitude positiva do Estado, no sentido do enfrentamento dos graves problemas financeiros porque passava a instituição.

Outro ponto de análise refere-se à questão da folha de pagamento do quadro de funcionários das universidades que, no início de

funcionamento dessas instituições, era só parcialmente assumida pelo Estado. Isto gerou uma situação de quase insolvência, na medida em que os recursos próprios da Instituição deveriam cobrir as despesas com pessoal. Somente em **1982**, no Governo de **José Richa** esta situação teve encaminhamento, passando o Governo do Estado a assumir de forma integral a folha de pagamento das universidades.

Também a cobrança de taxas escolares precisa passar por um processo rigoroso de análise na medida em que esta cobrança coloca questões fundamentais em relação à natureza das instituições criadas. Afinal, no Paraná, através das universidades estaduais, institui-se o ensino pago em universidades públicas. O art. 100 da Lei n. 6.034/90, previa em relação a este ponto, o seguinte:

os recursos obtidos das anuidades escolares pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, nas formas da recomendação constitucional, serão utilizadas prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Pelos dados coletados para esta pesquisa, sabemos que os recursos das anuidades não tiveram a destinação prevista, apesar dos cuidados com que o Deputado Olivir Gabardo procurou cercar essa questão durante a discussão do Projeto de Lei 145/69 na Assembléia Legislativa pelo menos até o momento em que tinham algum significado orçamentário. Depois, em função de mecanismos legais que impediam a atualização das anuidades escolares, estas passaram a ter um significado tão irrisório no orçamento geral da instituição que, a nosso ver, foi, ao lado da pressão da comunidade universitária, um dos fatores que favoreceram a decisão pela implantação do ensino gratuito em todas as IES do Paraná. Isto ocorreu em 1988, no Governo de **Álvaro Dias**, através da Lei n. 2.276/88.

6.3. O Ordenamento Legal

Após a promulgação da Lei n. 6.034/69, que criou as universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, foi elaborada toda uma legislação complementar visando estabelecer, através do ordenamento legal, os parâmetros através dos quais deveria ser orientado o processo de implantação dessas instituições.

Acreditamos que essa legislação vem complementar a configuração dos novos aparelhos de hegemonia, já delineada no momento da sua criação. Estamos nos referindo aos decretos que consagraram a criação das universidades, que aprovaram seus estatutos, e as portarias que garantiram alguns mecanismos iniciais de implantação dessas universidades.

Para a visualização desse processo selecionamos a seguinte legislação básica:

I- Geral:

- Lei n. 6. 131, de 20/07/1970: retifica a Lei n. 6.034/69.
- Decreto n. 18.613, de 24/03/70: aprova os estatutos da UEM, UEL e UEPG.
- Decreto n. 20.742, de 13/08/1970: dá providências para implantação das universidades estaduais.

II- Universidade Estadual de Londrina

- Decreto Estadual n. 18.110, de 28/01/1970: **cria**, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Londrina.
- Decreto Estadual n. 18.163, de 20/04/1970: **aprova** em caráter intertemporal o Estatuto da UEL.
- Decreto Federal n. 69.324, de 7/10/71: **concede** reconhecimento a Universidade Estadual de Londrina.

- Decreto Estadual n. 22.256/70: aprova o orçamento da UEL para o exercício de 1971.

III- Universidade Estadual de Maringá

- Decreto n. 18.109, de 28/01/1970: **cria**, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

- Decreto n. 582, de 26/05/1975: **aprova** em caráter definitivo o Estatuto da UEM.

- Lei n. 6.032, de 5/11/69: autoriza a **criar**, instalar e manter pela Fundação Educacional de Maringá, um Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas.

- Decreto n. 77.583, de 11/05/76: **reconhecimento** da UEM pelo Governo Federal.

IV- Universidade Estadual de Ponta Grossa:

- Decreto Estadual n. **18.111**, de 28/01/1970: **cria**, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

- Decreto n. 18.308, de 19/02/1970: **altera** o decreto n. 18.111/70.

- Decreto n. 73.269, de 7/12/73: **reconhecimento** da UEPG.

- Parecer n. 2.175, de 7/11/73.

- Lei n. 6.086, de 18/03/70: declara de utilidade pública a Fundação de Ensino Superior do Paraná Central, com sede na cidade de Ponta Grossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos com a realização dessa pesquisa resgatar o processo histórico de criação das Universidades Estaduais de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa, no Governo Paulo Cruz Pimentel, como expressão de um determinado tipo de política educacional. Partimos do pressuposto de que a política educacional deve ser vista como um momento da hegemonia, no sentido gramsciano, ou seja, como uma das formas através das quais se expressa a luta de classes nas sociedades contemporâneas, e, que implica na tentativa de uma classe, ou fragmento de classe, em obter a direção, a condução econômica, política, social e cultural do conjunto da sociedade.

Assim entendida, a política educacional se constitui em um resultado do processo mais amplo de mudança societária, sendo por ele determinada. Por isso, para compreendê-la, é necessário desvendar antes a própria sociedade em seu permanente movimento de negação e superação. Por trás das aparências é preciso identificar o processo real, que só se mostra a partir da análise. Dito de outra forma, o real, a princípio simples aparência, é reconstituído pelo processo de pensamento e se concretiza.

No caso da questão básica desta pesquisa, ou seja, do porquê da criação no final da década de 1960, pelo Governo do Estado, de três universidades

estaduais ao mesmo tempo e através do mesmo instrumento legal, a primeira aparência a desmistificar diz respeito à afirmação de que esse ato teria sido uma mera atitude “politiqueira” de Paulo Pimentel, na tentativa de ampliar suas bases de sustentação política.

Acreditamos que a configuração da conjuntura histórica nacional e estadual, do período em que foram criadas as mencionadas instituições, revelou a existência de um movimento concreto na sociedade que explicitava a necessidade de expansão do ensino superior através da forma universitária e, ainda, que a direção dada à reformulação desse nível de ensino fazia parte da redefinição da hegemonia entre as classes dominantes tanto no país como um todo, como também no Paraná.

Essa redefinição da hegemonia era a expressão das transformações operadas na base econômica da sociedade, que se encontrava em um novo momento de acumulação capitalista, tendo por base a internacionalização da economia brasileira, agora sob o comando do assim denominado grupo multinacional-associado.

A vitória desse grupo representou o alijamento do poder político das oligarquias tradicionais, de grupos capitalistas que não acompanharam as transformações em curso, e, especialmente, das camadas médias das classes trabalhadoras, e de representantes dessas camadas comprometidos com a construção de um novo modelo societário.

Do debate entre os projetos de “direita” e os de “esquerda”, em suas diversas manifestações, tornou-se hegemônico o projeto do grupo a que fizemos referência - o multinacional-associado. Para assegurar sua hegemonia, esse grupo, através da mediação dos militares, reformulou não só as bases da política econômica, prescrevendo um modelo excludente, de arrocho salarial, mas também interviu em todas as instituições superestruturais, entre as quais, a universidade.

Podemos afirmar que o sentido da Reforma Universitária de 1968, que serviu de paradigma legal às transformações do ensino superior, foi exatamente adequar a Universidade brasileira ao novo estágio de acumulação capitalista. Essa

adequação deveria operar-se nos conteúdos do ensino, na estrutura organizacional, na forma jurídica e, principalmente, nos mecanismos de poder.

A base legitimadora dessas transformações era a ideologia do **desenvolvimento**, agora sem o qualificativo “nacional”. A universidade deveria, através do ensino, da pesquisa e da extensão, atender às necessidades da expansão econômica do País. A vinculação das universidades ao processo de desenvolvimento do Estado pode ser a forma ideológica sob a qual se apresenta a questão da hegemonia.

No caso do Paraná, essa ideologia expressou-se na fórmula do “desenvolvimento integrado”, a qual deu sustentação ao Governo Paulo Pimentel.

Pensamos que ficou bastante claro, nas diversas falas desse Governador em suas **mensagens**, essa relação entre a criação das Universidades e as necessidades do desenvolvimento do Estado, que se manifestavam na falta de recursos humanos qualificados tanto para o serviço público quanto para as empresas privadas. Além disso, as universidades deveriam também colaborar na formação dos professores para a escola fundamental.

Desenvolvimento tecnológico, aceleradas taxas de urbanização, crescimento de uma classe média que reivindicava formação de nível superior, são fatores que se conjugaram para fazer emergir na agenda do Governo o projeto de criação das Universidades. Essa ressonância pode ser percebida na similitude existente entre as reivindicações das comunidades regionais e os estudos realizados, tanto para a reforma do ensino superior no Paraná, quanto para o Plano Básico de Educação - 1970-1975.

Além disso, esse projeto refletia a luta pela hegemonia entre as diversas regiões do Paraná, mas, especialmente, entre as cidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá que viam, na criação das Universidades, uma possibilidade de assegurar sua predominância econômica, política e cultural sobre as demais regiões do Estado, ao mesmo tempo que romperiam com a dependência em relação a Curitiba e a outros Estados no que se refere a formação de suas elites.

Essa reivindicação se fez presente no Poder Legislativo que não apresentou nenhuma objeção ao projeto de criação das universidades, aprovando-o nas cinco votações a que foi submetido. A atuação do Legislativo foi no sentido de aperfeiçoar o projeto tornando-o mais democrático em dois pontos: no uso que deveria ser feito das anuidades escolares e na defesa da autonomia universitária.

Poder-se-ia supor ser esse resultado a conseqüência da correlação de forças na Assembléia, majoritariamente favorável ao Governador Paulo Cruz Pimentel. No entanto, como vimos, as emendas que tentaram melhorar o projeto foram apresentadas por deputados do MDB, sendo aprovadas pelo plenário. Dessas ementas, a única emenda rejeitada foi uma das emendas apresentadas pelo Deputado Olivir Gabardo, que procurava deixar em aberto a possibilidade das instituições que quisessem optar pela forma jurídica da autarquia, rompendo com a determinação do projeto pela forma fundação.

Neste ponto, o Legislativo manteve a proposta da Comissão de Reforma do Ensino Superior e do Governo Paulo Pimentel. Tudo indica que a escolha dessa forma jurídica visava diminuir os compromissos financeiros do Estado não só com as Universidades que estava criando, mas também com todas as IES do Estado. Aliás, a intenção inicial de Pimentel, de acordo com depoimentos obtidos para esta pesquisa, era a de que as três instituições fossem criadas como universidades federais. Todavia, essa sua reivindicação não encontrou ressonância no Ministério da Educação e a alternativa foi criar as universidades como fundações estaduais. Os mecanismos que asseguravam que essas instituições não dependeriam totalmente do Governo do Estado ficaram consignados na Lei 6.034/69, especialmente nos artigos 8.0 e 9.0, referentes ao patrimônio e à receita, respectivamente.

Além disso, a Lei 6.034/69 definiu nos seus dispositivos o caráter descentralizado dessas instituições em relação ao Estado, no aspecto econômico, o que também reforça a tese de que essa forma jurídica propiciaria ao Estado a possibilidade de menores compromissos financeiros. É bem verdade que, como afirma Dalmo de Abreu Dallari, "em termos teóricos tanto a autarquia quanto a fundação pública são formas de administração descentralizada..." (1986, p.7).

Mas, como ressalta este mesmo pesquisador, a maior ou menor descentralização estará na dependência da lei que irá estabelecer as instituições a serem criadas. No caso das Universidades Estaduais do Paraná, o Estado conservou para si um alto grau de centralização no que diz respeito ao controle político e financeiro dessas instituições, ao mesmo tempo que descentralizou em termos dos recursos a serem disponibilizados para sua manutenção.

Essa necessidade de controle político ficou ainda mais evidenciada durante a instalação dos novos aparelhos de hegemonia, tanto no processo de escolha dos primeiros reitores, como nos mecanismos concretos de criação das condições infraestruturais, que envolveram todo um jogo de influências, no qual explicitavam-se a dinâmica das relações de classes e a regionalização do poder econômico e político.

Finalmente, gostaríamos de concluir essas considerações finais destacando o fato de que elas nos sugerem que as ações em prol da criação das universidades estaduais do Paraná tiveram por base alguns pressupostos ideológicos, os quais serviram de motivação individual e coletiva para os agentes históricos identificados com este projeto.

Por certo não foram esses pressupostos que determinaram o processo histórico real de criação das universidades, mas, sem dúvida, eles se constituíram em parte importante do mesmo. A esse respeito, Engels, ao estabelecer a distinção entre a história da natureza e a história do desenvolvimento da sociedade, afirma que nesta última, "os agentes são exclusivamente homens dotados de consciência, que atuam com reflexão ou paixão, buscando fins determinados; nada acontece sem intenção consciente, sem meta desejada". (ENGELS, 1983, p.476).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUSP. **O livro negro da USP. O controle ideológico na Universidade.** São Paulo: Ed. da ADUSP, 1978.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil.** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci: **Crítica marxista.** São Paulo, n.1, p. 7-74, 1986.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930 - 1975.** São Paulo, 1993. Dissertação. (Mestrado em História Social). Departamento de História da F.F.L.C.H. da USP.
- AUGUSTO, Maria Helena O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista.** São Paulo: Símbolo, 1978.
- AZEVEDO, Fernando et al. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** (1933). Mimeo.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração Brasileira e a idéia de Universidade.** São Paulo: F.F.C.L. da USP, 1959.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República.** De 1889 a 1930. 4.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. **História sincera da República de 1961 a 1967.** 2.ed. S. Paulo: Alfa - Omega, 1977. v 4.

BOSI, Alfredo. Prefácio ao livro de Irene CARDOSO. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRASIL Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931; dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

_____. Chefe do Governo Provisório (1930-1934) **Mensagem** do Chefe do Governo Provisório Getúlio Dornelles Vargas apresentada à Assembléia Constituinte em 1933.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1967. In: CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior: Legislação e jurisprudência**. v.I, p. 83.

_____. Decreto n. 252, de 28 de fev. de 1967.

_____. Decreto n. 53, de 18 de nov. de 1966.

_____. Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. In: FUNDEPAR. **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino**. Curitiba, v.1, 1968, p.11.

_____. Lei 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. In: CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência**. v,1, p. 83.

BRASIL/MEC. **Reforma Universitária**. Relatório. Brasília, 1968.

BRASIL/MEC/USAID. **Tema integral do acordo MEC/USAID**. Mimeo.

BUCI - GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARNASCIALI, Carlos Humberto et al. Conseqüências sociais das tranformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p.125-167.

- CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense-1900/1970*. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.
- CARNEIRO, David. **Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1972.
- CAROLLO, Cassiano Lacerda. POMBO, Francisco José da Rocha, escritor, historiador. In: **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ**. Curitiba: Editora Livraria do Chain, 1991. P. 376-380.
- CARONE, Edgar. **A República Liberal - I. Instituições e Classes Sociais (1945-1964)**. S. Paulo: DIFEL, 1985.
- CHAUÍ, Marilena de S. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: PRADO JUNIOR, Bento et al. **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2 ed. São Paulo, 1975.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Cultura e democracia no Brasil**. In: **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2.ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- _____. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- CUNHA, Luiz Antonio e GOES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Crítica**. O ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. **A Universidade temporã**. O Ensino Superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **O milagre brasileiro e a política educacional**. *Argumento*. n.2, nov. 1973.
- DALLARI, Dalma de Abreu. Universidade, Estado e Autonomia. **Ciência e Cultura**, v.37, n.7, p.7-13, jun. 1985.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Democracia Operária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987. 2 v.

_____. Gramsci, um interlocutor sempre atual. **Quaderni**. São Paulo, n.1, p. 71-78, jun. 1991

_____. Hegemonia: nova civilta ou domnio ideolgico? **Histria e perspectiva**. Uberlndia, n. 5, p. 5-44, jul/dez. 1991.

DIAS, Reginaldo Benedito. Os trabalhadores e a esquerda na resistncia à ditadura militar: a greve geral de outubro de 1968 em Maringá. In: DIAS, Reginaldo B. E GONÇALVES, José Henrique (org.). **Maringá e o Norte do Paraná**. Estudos de histria regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 179-219.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Livraria Editora do Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. 2.ed. Petrópolis: vozes, 1981.

ENGELS, F. Carta a Sterkenburg, de 25 de jan. de 1894. In: FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels**. Histria. S. Paulo: Ática, 1983. p. 468-471.

_____. El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado. Moscou, Editorial Progreso, s.d.

_____. Ludwiz Fenerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã. In: FRENANDES, Florestan (org). **Marx e Engels**. Histria. São Paulo: Ática, 1983.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 2 v.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A universidade brasileira** em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Universidade e Poder**. Análise crítica. Fundamentos históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: achiamé, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

_____. O dilema educacional brasileiro. In: FORACCHI, Marialice e PEREIRA, Luís. **Educação e Sociedade**. Leituras de Sociologia da Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

_____. (org.). **Marx e Engels**. Histria. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá, PR: Memória Brasileira, 1996.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 1966-1970.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

GOERTZEL, Ted. MEC - USAID. Ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. III, n. 14, p. 123-137, jul. 1967.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. In: _____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p 135-165.

_____. **Concepção dialética da história**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura**. Roma: Ed. Riuniti, 1979.

_____. Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália. In: GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 135-165.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Note sul Machiavelli, sulla política e sullo stato moderno**. Roma: Ed. Riuniti, 1979.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Passato e Presente**. Roma: Ed. Riuniti, 1979.

_____. Sobre as lutas internas no Partido Comunista Soviético. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981. p 170-175.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **Tudo começou com Maquiavel**. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação ?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.) **1968 faz 30 anos**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p.95-128.

HORTA, José Silvério Bahia: Expansão do ensino superior no Brasil. **Revista de Cultura Vozes**, ano 69, v. LXIX, n. 6, p. 29-48, ago. 1975.

_____. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Dialética e capitalismo**. Ensaio sobre o pensamento de Marx. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1968.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil - 1972**.

IPARDES. FUNDAÇÃO EDSON VIEIRA. **O Paraná Reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

_____. **Paraná. Economia e Sociedade**. Curitiba, 1982.

IPES. **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APEL, 1969.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

JAGUARIBE, Hélio. O Brasil no laboratório de Hélio Jaguaribe. **Folha de São Paulo de 15.2.1998**. Caderno Mais, p. 519-510. Entrevista.

JANOTTI, Aldo. **A Origem da Universidade: a singularidade do caso português**. São Paulo: EDUSP, 1992.

- JOFFILY, José. **Londres - Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e a realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LEGOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1984.
- LENIN, V. I. Uma grande iniciativa (sobre o heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos "sábados comunistas"). **Obras Escolhidas**. S. Paulo: Alfa-Omega, 1980, v.3. p.150.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Política Educacional e Ideologia**; a eternização do presente na ideologia das Secretarias de Educação. São Paulo, 1978. Dissertação. (Mestrado). Universidade de São Paulo.
- MANFREDINE, Luís. Não existe neísmo. **Isto É**. v.6, n. 307, p.116-118, nov. 1982.
- MANHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. **A cumulação monopolista e Crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. **A economia política brasileira**. 4.ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Resposta à Filosofia da Miséria do Senhor Phoudhen. (1847). Porto: Publicação Escorpião, 1976.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Prefácio. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 23-27.
- _____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. Livro 1, v. 2.
- MILANEZ, João. **Entrevista**. Londrina.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. S. Paulo: EPU, 1976.
- NAVOLAR, Theobaldo Cioci. Universidade Estadual de Londrina. Antecedentes Históricos. **O PEROBAL**. Londrina, out. 1981.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**. 500 anos de história. 1500 - 2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil. (1964-1969).

OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.) **1964: Visões críticas do Golpe**. Democracia e Reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. **Partidos políticos brasileiros**: o Partido Social Democrático. Rio de Janeiro, 1973. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

OMURA, Ivani Aparecida R. **Eleitores e eleitos**: composição e comportamento. Maringá, 1956-1964. Curitiba, 1981. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. Contribuição à história da educação brasileira. S. Paulo: Edições Loyola, 1973.

PARANÁ. Decreto n. 2276, de 01 de janeiro de 1988.

_____. Decreto n. 18.109, de 28 de janeiro de 1970. Cria, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

_____. Decreto n. 18.110, de 28 de janeiro de 1970. Cria, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Londrina.

_____. Decreto n. 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Cria, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

_____. Governador (1961-1965: Braga). Of. n. 105/65, de 24 de março de 1965, opondo veto ao projeto n. 156/64, da Assembléia Legislativa do Paraná, criando uma Faculdade de Ciências Econômica e uma Universidade Estadual em Ponta Grossa. In: **Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**.

_____. Governador (1966-1971: Pimentel). **Mensagem** do Governador Paulo Cruz Pimentel apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 15 de março de 1966. Curitiba, 1966.

_____. Governador (1966-1971: Pimentel). **Mensagem** do Governador Paulo Cruz Pimentel apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 15 de março de 1967. Curitiba, 1967.

_____. Governador (1966-1971: Pimentel). **Mensagem** do Governador Paulo Cruz Pimentel apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 01 de março de 1968. Curitiba, 1968.

_____. Governador (1966-1971: Pimentel). **Mensagem** do Governador Paulo Cruz Pimentel apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 01 de março de 1969. Curitiba, 1969.

_____. Governador (1966-1971: Pimentel). **Mensagem** do Governador Paulo Cruz Pimentel apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 31 de março de 1970. Curitiba, 1970.

_____. Lei n. 63, de 10 de dezembro de 1892. Lei pela qual o cidadão Dr. Governador do Estado manda executar o decreto do Congresso Legislativo fazendo concessão ao cidadão José Francisco da Rocha Pombo ou à empresa que organizar para o estabelecimento de uma Universidade do Estado. In: CARNEIRO, David. **Educação, Universidade e história da primeira Universidade do Brasil**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1972 p. 109-110.

_____. Lei n. 6034, de 6 de novembro de 1969. Cria as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba. IN: FUNDEPAR. **Coletânea de Legislação Estadual de Ensino**. 1969-1975. Curitiba, s.d. p. 699-706.

_____. Lei n. 8675, de 21 de dezembro de 1987. Autoriza o Poder Executivo a instituir gratuidade de ensino em todas as instituições de ensino superior mantidos pelo Estado do Paraná.

_____. Lei n. 6131, de 20 de julho de 1970. Retifica a Lei n. 6034/69.

PARANÁ - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Lei n. 3/66. Cria uma Faculdade de Ciências Econômicas e uma Universidade Estadual na cidade de Ponta Grossa. In: **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, 18 mar. 1966.

_____. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça** ao Projeto de Lei n. 156/64. Arquivo de Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

PARANÁ. CEE. Parecer n. 3/65. In: **Critéria**. Curitiba, 1/2, 107-8, jan./dez. 1965.

_____. Parecer n. 45/69. In: **Critéria**. Curitiba, n.9, p. 322-326, jan./jun. 1969.

PARANÁ. SEEC. FUNDEPAR. **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino**. 1964-1967. Curitiba: Papelaria Requião Ltda, 1968.

PARANÁ/SEED. **Plano Básico de Educação**. 1970-1975.

- PARANÁ/SEED/COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR. **Justificativa**. In: Anais da Assembléia Legislativa de Estado do Paraná.
- PARANÁ/SEED/FUEM. **Ensino Superior no Paraná**. Diagnóstico. Critérios de expansão. Maringá, 1980.
- PARANÁ/SEED/FUNDEPAR. **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino - 1969-1975**. Curitiba, s.d.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Resposta do Proletariado a Luiz Carlos Prestes. **A classe operária**. In: BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. De 1889 a 1930. 4.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- PASQUINELLI, Flávio. Implantação da Universidade de Maringá. In: BARBERDO, Alfredo Martins. **A criação da UEM - Universidade Estadual de Maringá**. Maringá, 1993, Mimeo. p. 8-12.
- PAULO NETTO, José. Introdução. In: _____. (org). **Friedrich Engels**. Política. S. Paulo: Ática, 1981.
- PEREIRA, José Carlos. **Estrutura e expansão da indústria em S. Paulo**. S. Paulo: Ed. Nacional, 1967.
- PEREIRA, Luiz. **Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
- PIMENTEL, Paulo Cruz. **Discurso do Governador Paulo Cruz Pimentel saudando o Marechal Costa e Silva**. Curitiba, 19 de set. de 1966. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1966.
- PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1963.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRIORI, Ângelo. Lutas sociais e conflitos políticos: alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrária Paranaense). In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, J. Henrique (org.) **Maringá e o Norte do Paraná**. estudos de história regional. Maringá: EDUEM, p. 177-219.
- RAMOS, Mário Braga. Apresentação. **Minerva**. Revista da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Ponta Grossa, n. 1, p. 7. 1967.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- ROCHA, Álvaro Augusto Cunha. **Entrevista**. Ponta Grossa.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. (1930/1973). 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANFELICE, José Luíz. **Movimento estudantil**. A UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores - Políticos, Governadores - Técnicos, Governadores - Militares. **Revista Dados**, n.9, p. 123-128, s. d.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. S. Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980.
- _____. Funções de preservação e de deformação do Congresso Nacional na legislação do ensino: um estudo de Política Educacional. In: _____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. p. 157-160.
- _____. Participação da universidade no desenvolvimento nacional: a universidade e a problemática da educação e da cultura. In: _____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1980.
- _____. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1987.
- _____. **Uma estratégia para a defesa da escola pública**: retirar a educação da tutela do Estado. (Mimeo).
- SERRA, Elpídio. O Padre Orivaldo dos anos 60: **Maringá Missão**. Ano 2, n. 14, p. 11, jul. 1999.
- SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná**. Campinas, 1986. Dissertação (mestrado em educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP.
- SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil**. (origens, cisões e propostas). 2.ed. São Paulo: Proposta Editorial, s.d.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, Jose Roberto do Amaral. (org) **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980. P. 133-156.
- SOUSA, Fernando Ponte de. **Histórias inacabadas**. Um ensaio de psicologia política. Maringá: EDUEM, 1994.

SOUZA, Celina. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. **Revista de C. Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, p.569-592. 1998.

SOUZA, Maria Inez Salgado de. **Os empresários e a educação**. O IPES e Política Educacional após 1964.

TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de. **O grande salto para o caos**. A economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TEIXEIRA, Anísio. **A expansão do ensino superior no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. XXXVI, n. 83, jul/set. 1961.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil**. Análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: _____.(org). **1964: Visões críticas do Golpe**. Democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Momento).

_____. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.

TONELA, Celene et al. **As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos**. As lutas dos trabalhadores rurais do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999.

UNE. Carta da Bahia. Adendo. In: SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil**. A UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1986. p. 186.

UNE. Carta do Paraná. In: SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. S. Paulo: Cortez - Autores Associados, 1986. p. 187-194.

UNIOESTE. **MOVIMENTO PELA ÉTICA, DEMOCRACIA E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**. 1992, p.1.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral**. Ponta Grossa; 1972, 1973, 1974.

VALENTE, Adriano. Maringá Reivindica: Universidade do Norte do Paraná. In: O Estado do Paraná. Curitiba, 1962. Apud. BARBEDO, Alfredo Martins. **A criação da UEM - Universidade Estadual de Maringá**. Maringá, 1993, Mimeo. p.5-6.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2.v.

- VEIGA, Laura da. Os projetos educativos como projetos de classe. Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). **Educação e Sociedade**, n. 11 p. 25-71, jan. 1982.
- VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.
- VIEIRA, Ildu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Maringá:EDUEM, 1998.
- XAVIER, Valêncio. **Legislativo de ontem e de hoje**. Resumo histórico. 2 ed. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1984.
- WACHOWICZ, Lilian Anna. **Relação professor-Estado no Paraná Tradicional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- WANDERLEY, Terezinha Dantas. **A Universidade Estadual de Maringá - a questão dos objetivos**. Piracicaba, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Cultura paranaense. In: EL- KHATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda, 1969. v. 1, p. 249-258.
- _____. Flávio Suplicy de Lacerda. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Editora Livraria do Chain, 1991.
- _____. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 1-57, 1958.

Arquivos e Bibliotecas Consultadas:

a) **Curitiba:**

- Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
- Biblioteca Pública.

- Conselho Estadual de Educação.
- IPARDES - Fundação Edson Vieira.
- SEED/DAU.
- SEED/Biblioteca Central.
- UFPR - Biblioteca Central.

b) Londrina:

- Folha de Londrina.
- UEL - Biblioteca Central.

c) Maringá:

- Biblioteca Pública.
- Câmara Municipal.
- UEM - Biblioteca Central.
- UEM - Arquivo sobre história da UEM organizado pela professora France Luz.

d) Arquivos Pessoais:

- Dr. Álvaro Augusto Cunha Rocha - Ponta Grossa.
- Dr. Adriano José Valente - Maringá.
- Dom Jaime Luis Coelho. Maringá.

ATOS CONSTITUTIVOS DA UNIVERSIDADE

LEI Nº 6.034

Súmula: Cria as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Federação de Escolas Superiores de Curitiba, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades.

§ 1º - Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo serão organizados como fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei.

§ 2º - A denominação oficial de cada entidade será a do estabelecimento de ensino, antecedido da designação FUNDAÇÃO.

§ 3º - Concomitantemente com o ato de criação, o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma de sua entidade mantenedora e, se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2º - ...vetado...

Art. 3º - Cada entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade considerada ou do Diretor Geral da Federação, e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 4º - O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção de cada entidade.

Art. 5º - O pessoal docente das entidades será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta Lei.

Art. 6º - Todo pessoal das entidades será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando nos contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua duração, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo Único - Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta, deverão estes submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

Art. 7º - As universidades e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 8º - O patrimônio inicial de cada entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, se constituirá:

a) dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes a instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b) dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c) dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e a instituição mantenedora.

Art. 9º - A receita de cada entidade se constituirá:

a) dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixados em orçamento anual do Estado;

b) auxílio e doações dos Municípios ou quaisquer outras pessoas;

c) das rendas patrimoniais;

d) dos rendimentos de serviços prestados;

e) da contribuição escolar.

Art. 10 - Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação constitucional, serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo Único: Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 11 - Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão Instituidora, composta de 2 (dois) membros representantes da Congregação de cada um dos estabelecimentos de ensino Interessados, à qual competirá:

I - elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias, o anteprojeto de estatutos da entidade e submetê-lo a aprovação, em caráter intertemporal, do Chefe do Poder Executivo;

II - eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor, Vice-Reitor ou do Diretor Geral, Vice-Diretor, conforme o caso;

III - praticar os atos necessários ao seu desempenho e os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1º - O anteprojeto de estatutos aprovado em caráter intertemporal será publicado no Diário Oficial do Estado e, pelas suas disposições, se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua final aprovação em definitivo pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - a lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de 15 (quinze) dias, contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 12 - Nomeado e empossado o Reitor ou Diretor Geral, fará este as gestões necessárias à preparação do processo do pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da lei.

Parágrafo Único - Empossado o Reitor ou o Diretor Geral extinguir-se-á automaticamente, a comissão Instituidora.

Art. 13 - concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo, pelo

- Art. 19 - As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei, serão dissolvidas e liquidadas, na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor ou Diretor Geral da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.
- Art. 20 - Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade ou Federação, observar-se-á:
- I - nenhuma alteração se fará no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta a perfeita normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;
 - II - não se interromperá a atividade letiva de qualquer dos estabelecimentos de ensino interessados.
- Art. 21 - Ficam criados no Quadro do Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura 3(três) cargos em comissão, símbolo 1-C, de Reitor de Universidade, 1 (um) cargo em comissão, símbolo 2-C, de Diretor Geral de Federação de Escolas e 4(quatro) cargos de Secretário Geral de Universidade e Federação, símbolo 4-C. Estes cargos extinguem-se, automaticamente, com a aprovação definitiva dos estatutos pelo Governo Federal.
- Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar as fundações de direito público correspondentes aos estabelecimentos isolados de ensino superior que não puderem ser incorporados em universidades ou congregados em Federação.
- Art. 23 - Fica erigida em entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a Superintendência do Ensino Superior, criada pela Lei nº 4.282, de 5 de novembro de 1960.
- Art. 24 - A autarquia terá o seu regulamento e estrutura aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo e gozará de autonomia administrativa, financeira e disciplinar, na forma da legislação em vigor.
- Art. 25 - Os orçamentos da Federação das Escolas Superiores e dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior do Estado entrarão no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de subprogramas subordinados orçamentariamente ao Programa Ensino Superior.

- chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.
- Art. 14 - O ato legal de criação e instituição de cada entidade conterá, entre outros peculiares à organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:
- I - a denominação oficial da entidade;
 - II - a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;
 - III - a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;
 - IV - a designação do patrimônio a personalizar;
 - V - a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei;
 - VI - a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu Presidente.
- Art. 15 - Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, as entidades entrarão em entendimento com os municípios e instituições interessadas no distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.
- Art. 16 - Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.
- Art. 17 - Para os efeitos de criação de Universidade ou Federação de Escolas Superiores, fica autorizado o Poder Executivo a extinguir por decreto o cargo, função ou emprego de diretor de estabelecimento de ensino superior e substituí-lo por Coordenador, até aprovação definitiva dos estatutos da Universidade ou Federação.
- Art. 18 - No órgão colegiado deliberativo de maior relevância da Universidade ou Federação de Escolas Superiores haverá um representante do Estado com direito à voto, designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

§ 1º - Os orçamentos das Universidades Estaduais entrarão no Orçamento Geral do Estado como órgãos de execução delegada da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

Art. 26 - O patrimônio da autarquia será constituído:

- a) pelos bens imóveis e equipamentos que lhe forem expressamente destinados, ou que já pertenciam à Superintendência do Ensino Superior;
- b) pelos saídos dos exercícios financeiros;
- c) pelos auxílios, doações e legados recebidos de entidades ou particulares.

Art. 27 - A receita da autarquia será constituída por:

- I - auxílios e transferências consignados no Orçamento do Estado para o Ensino Superior Estadual, sob qualquer modalidade ou denominação;
- II - auxílios e contribuições da União ou Municípios;
- III - rendas patrimoniais;
- IV - 5% (cinco por cento) das taxas escolares arrecadadas pelos estabelecimentos de ensino superior estaduais;
- V - auxílios e doações de entidades ou particulares.

Art. 28 - A autarquia terá como objetivos:

- I - receber os recursos e dotações globais do Orçamento do Estado destinados a todas Universidades, Federação de Escolas e unidades isoladas de ensino superior, mantidas direta ou indiretamente pelo Estado, inclusive para interpostas entidades mantenedoras das ditas escolas;
- II - receber, aplicar e fiscalizar a aplicação dos auxílios estaduais destinados às escolas superiores municipais e particulares;
- III - prestar contas por exercício encerrado, até 31 de março do exercício seguinte, ao Tribunal de Contas dos recursos mencionados acima, bem como do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa;
- IV - fiscalizar a aplicação dos recursos, inclusive emitindo parecer sobre mérito, e sustar o pagamento dos mesmos em

caso de aplicação irregular ou falta tempestiva de prestação de contas;

- V - manter o corpo de inspetores de ensino superior no seu quadro, colocando-os à disposição do Conselho Estadual de Educação para a fiscalização pedagógica do ensino superior, ficando revogado o artigo dez da Lei nº 5821, de 3 de agosto de 1968;
- VI - manter programa de aperfeiçoamento do pessoal docente do magistério superior estadual;
- VII - organizar e realizar concursos para unidades isoladas de ensino superior;
- VIII - administrar o Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa;
- IX - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo, com parecer, todas as propostas de nomeações para o ensino superior estadual, bem como opinar sobre qualquer providência a ele atinente;
- X - fixar as taxas escolares para o ensino superior estadual e receber prestação de contas dos recursos oriundos das mesmas, não compreendidas as taxas e prestações de contas relativas à Universidade, que serão reguladas pelos seus estatutos;
- XI - supervisionar, coordenar, planejar o ensino superior e representar o Estado junto às Universidades e unidades de ensino superior estaduais, assessorando os estabelecimentos de ensino superior no cumprimento das leis e regulamentos;
- XII - realizar o primeiro exame de seleção de títulos para preenchimento de vagas de professores para as escolas isoladas recém-criadas, logo após o parecer prévio favorável e antes da autorização definitiva do Conselho Estadual de Educação. Os posteriores exames são da competência das escolas sob fiscalização da autarquia.

Art. 29 - O Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa tem por finalidade subvencionar a pesquisa científica no Estado, atendida prioritariamente a que contribua para o desenvolvimento econômico.

Parágrafo Único - O Fundo é constituído por 2% (dois por cento) do total da dotação para o ensino superior consignada no Orçamento do Estado, que,

quando da elaboração orçamentária, será calculado e colocado numa consignação especial com o nome de Fundo à disposição da Autarquia.

Art. 30 - São Órgãos da Autarquia: Diretoria, Conselho de Administração e as divisões e serviços constantes de sua estrutura.

§ 1º - O Conselho de Administração é constituído pelo Secretário da Educação e Cultura, como seu Presidente; pelo Diretor Superintendente, como Vice-Presidente; pelos Reitores das Universidades Estaduais, pelo Diretor Geral da Federação de Escolas Superiores de Curitiba, por um Diretor de unidade isolada de ensino superior e por um educador, sendo estes dois últimos escolhidos por 2(dois) anos, pelo Governador do Estado, mediante proposta da Secretaria da Educação.

§ 2º - O Diretor Superintendente é nomeado pelo Governador, mediante proposta do Secretário da Educação e Cultura.

Art. 31 - O Conselho de Administração é o órgão máximo deliberativo e de controle da Autarquia, incumbindo-lhe, principalmente, distribuição da dotação global para o Ensino Superior entre as unidades universitárias ou isoladas. Cabem ao Diretor as funções executivas e a representação perante terceiros.

Art. 32 - Ficam criados para constituir o Quadro de Pessoal da autarquia 1(um) cargo em comissão, símbolo 10-C, de Secretário; 1(um) cargo em comissão, símbolo 7-C, de Assistente Contábil; 1(um) cargo em comissão, símbolo 4-C, de Assistente Jurídico; 1(um) cargo em comissão, símbolo 4-C, de Tesoureiro; 1(um) cargo em comissão símbolo 3-C, de Assistente Técnico, e fica elevado de 2-C para 1-C o símbolo de cargo em comissão de Diretor da Superintendência do Ensino Superior.

Parágrafo Único - O pessoal restante destinado aos demais serviços necessários ao funcionamento da autarquia poderá ser contratado pela Legislação Trabalhista, na força do orçamento próprio, ou constará de pessoal do quadro da Secretaria da Educação e Cultura colocado à sua disposição.

Art. 33 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura, no corrente exercício, um crédito especial de NCr\$

300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), destinados a cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art. 34 - A Delegação de Controle da Autarquia será constituída e regida de acordo com a legislação própria.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 06 de novembro de 1969.

(iii) PAULO PIMENTEL.

(cândido Manoel Martins de Oliveira

DECRETO nº 18.109

Súmula: Cria, sob forma de Fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, item II, da Constituição Estadual, e, tendo em vista a Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Universidade Estadual de Maringá, como resultante da incorporação dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá;
- b) Faculdade Estadual de Direito de Maringá (autarquia);
- c) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá (da Fundação Educacional de Maringá);
- d) Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá (da Fundação Educacional de Maringá);

Art. 2º - A Universidade Estadual de Maringá constituir-se-á em Fundação de Direito Público, sob a denominação de Fundação Universidade Estadual de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, personalidade e capacidade jurídica próprias, autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar.

regendo-se na conformidade dos seus Estatutos e da legislação federal e estadual, no que lhe for aplicável.

Art.3º - A Universidade Estadual de Maringá elaborará seus Estatutos e Regimento Geral observando a legislação federal, a Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e as seguintes normas:

- 1 - unidade de patrimônio e administração;
- 2 - estrutura orgânica com base em departamentos, reunidos ou não em unidades mais amplas;
- 3 - unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- 4 - racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- 5 - universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos estudados em si mesmo ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- 6 - flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos recursos e programas de pesquisas;
- 7 - a Universidade, na sua organização, incluirá uma Faculdade de Educação estruturada nos termos do Parecer nº 252/69, do Conselho Federal de Educação, e orientada para atender às necessidades da rede estadual de educação;
- 8 - entre seus órgãos incluir-se-á uma biblioteca central, subdividida ou não em bibliotecas setoriais, à qual serão consagrados nunca menos de 2% (dois por cento) do orçamento total da instituição;
- 9 - o programa de novas construções iniciará-se por prédio destinado à biblioteca central, com suficientes e adequadas instalações para professores e alunos;
- 10 - entre os serviços mantidos pela Universidade haverá uma seção de estatística educacional, vinculada tecnicamente a idêntica seção existente na Superintendência do Ensino Superior, a qual centralizará a estatística do Sistema Estadual do Ensino Superior;

- 11 - a expansão da Universidade em instalações, equipamentos, vagas, cursos e novas unidades se fará atendendo às recomendações do Plano Estadual de Educação, sendo atendidas prioritariamente:
 - a) a demanda de professores para o ensino médio e especialistas para a rede do ensino estadual;
 - b) a formação de profissionais, no campo das Ciências Exatas e Tecnológicas;
- 12 - a admissão de professores pelo regime da legislação do trabalho dar-se-á com a observância dos requisitos de titulação fixados para as várias classes da carreira do magistério federal, mediante a seleção a ser prescrita nos estatutos e regimentos;
- 13 - a autonomia disciplinar é plena, com as limitações decorrentes da competência do Conselho Superior do Magistério, criado pela Lei nº 5.871, de 6 de novembro de 1968, título V, artigo 208, e regulamentado pelo Decreto nº 17.124, de 4 de novembro de 1969;
- 14 - a Universidade Estadual de Maringá, considerando a implícita derrogação do capítulo referente ao Ensino Superior, da Lei do Sistema Estadual de Ensino, pelo artigo 19 do Decreto-Lei Federal nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que revogou parte da Lei de Diretrizes e Bases, que servia de fundamento ao dito capítulo e a permissão do artigo 31 da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que traça normas gerais de organização e funcionamento do Ensino Superior, poderá adotar a classificação de funções bem como regime de titulação do Magistério Superior diversa da adotada pelo quadro próprio do Magistério Estadual, seguindo, num esforço de padronização, a preconizada pelo Sistema Federal;
- 15 - as matrículas da Universidade devem ser centralizadas por disciplina, sendo os vestibulares, unificados já a partir de 1971 quanto à execução e uno quanto ao conteúdo de português;
- 16 - não se exigirão documentos além da prova de identidade para a inscrição nos exames vestibulares, sendo exígeis no ato da matrícula;

17 - A Universidade deverá publicar o número de suas vagas com antecedência mínima de dois meses da realização dos exames vestibulares, e incluirá entre seus órgãos permanentes uma comissão de vestibular e articulação com a Escola Média;

18 - a criação de qualquer curso novo deverá processar-se mediante a utilização dos recursos materiais e humanos existentes na Universidade e só excepcionalmente importará na Instituição de outra unidade.

Art. 4º - O patrimônio da Fundação, além daqueles bens que o Estado entender destinar para a instituição do respectivo fundo a personalizar, será composto:

I - pelo imóvel constituído pelas datas de números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 da quadra de nº 6 da Zona 2, com área de 8.280m², entre as ruas Martin Afonso, Vaz Caminha e Monte Pascoal, com todas as suas benfeitorias;

II - pelo imóvel da quadra nº 36, com área de 46.925,24m², localizada na Zona 7, sito à Avenida Colombo, na cidade de Maringá;

III - pelos lotes de terra sob números 21, 22, 23, 24 e 25-A, da Gleba Patrimônio Maringá; dos lotes 136-15, 137, 138-A e 138-B, da Gleba Maringá, e das datas da quadra 90 da Zona 7, da cidade de Maringá, com área total de 206,39 hectares ou 85,29 alqueires paulistas, declarados de utilidade pública e com destinação específica para a construção do "campus" universitário, pelo decreto Municipal nº 106/69, de 18 de novembro de 1969, à medida que forem sendo desapropriados;

IV - pelos bens e direitos, dos saldos dos exercícios financeiros; das dotações consignadas ou que vierem a ser consignadas no Orçamento da União e do estado do Paraná e quaisquer municípios ou de outras entidades públicas; dos auxílios, doações, legados e quaisquer contribuições oriundas de pessoas físicas ou jurídicas de direito público, de direito privado e de entidades internacionais, pertencentes ou destinados à Fundação Educacional de Maringá e aos estabelecimentos de ensino incorporados, referidos no artigo primeiro;

V - pela importância de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), destinada pelo artigo 33 da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, a cobrir as despesas com a criação e instituição da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Art. 5º - Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como restituição do valor de bolsas, na forma da recomendação constitucional (artigo 176, IV, da Constituição Federal), serão utilizados, prioritariamente, para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo Único - Os recursos provenientes das taxas assistências reverterão para esses mesmos fins.

Art. 6º - Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a Fundação Universidade Estadual de Maringá entrará em entendimentos com os municípios e instituições interessadas, na área de seu distrito geográfico educacional, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, bem como quaisquer outras formas de cooperação.

Art. 7º - Para proceder às medidas preliminares de incorporação dos estabelecimentos de ensino superior mencionados no artigo primeiro, são nomeados os professores FLÁVIO PASQUINELLI e AMAURY ANTONIO MELLER, como representantes da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá; JOSÉ CARLOS CAL GARCIA e AYRTON PINHEIRO, como representantes da congregação da Faculdade Estadual de Direito de Maringá; e JOSÉ JAMES DA SILVEIRA e EURICO MATTANA CAMBOIM, como representantes da Congregação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá, os quais constituirão a Comissão Instituidora da Universidade Estadual de Maringá, sob a presidência do Professor FLÁVIO PASQUINELLI, nos termos do artigo 11 e do Inciso VI do artigo 14, da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969.

Art. 8º - A partir da nomeação do Reitor, fica extinta a função de Diretor de estabelecimento de Ensino Superior e os atuais Diretores das Faculdades que integram a Fundação Universidade Estadual de Maringá (artigo primeiro) passarão a funcionar como Coordenadores, até a aprovação definitiva, pelo Governo Federal, dos Estatutos da Universidade.

Art. 9º - Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados em caráter definitivo pelo chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art. 10 - Nos termos do disposto no inciso V do artigo 14, combinado com o parágrafo terceiro do artigo primeiro da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, fica extinta a personalidade individual e autônoma da Fundação Educacional de Maringá e da Autarquia Faculdade Estadual de Direito de Maringá e dos demais estabelecimentos de ensino incorporados à Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Parágrafo Único - as entidades declaradas extintas serão dissolvidas e liquidadas, na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 28 de janeiro de 1970, 149º da Independência e 82º da República.

(iii) PAULO PIMENTEL

Cândido Manuel Martins de Oliveira

DECRETO Nº 77.583

Súmula: Concede reconhecimento à Universidade Estadual de Maringá, com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.527-76, conforme consta do Processo nº 14.732-75 - C.F.E.

DECRETA:

Art. 1º - É concedido reconhecimento à Universidade Estadual de Maringá, mantida pela Fundação Universidade Estadual de Maringá, com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

(iii) ERNESTO GEISEL

Ney Braga

Caçador de Mim

Sérgio Magrão / Iluís Carlos Sá

Por tanto amor, por tanta emoção
A vida me fez assim
Doce ou atroz, manso ou feroz
Eu, caçador de mim
Preso a canções
Entregue a paixões que nunca tiveram fim
Vou me encontrar longe do meu lugar
Eu, caçador de mim
Nada a temer
Senão o correr da luta
Nada a fazer
Senão esquecer o medo
Abrir o peito à força
Numa procura
Fugir às armadilhas da mata escura
Longe se vai sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir o que me faz sentir
Eu, caçador de mim.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE